

Presenças & Virtualidades:

Perspectivas Psicanalíticas

Organizadores:

Sílvia Nogueira Cordeiro

Fabiano Chagas Rabêlo

Maria Elizabeth B. T. dos Reis

Maria Vitória Campos Mamede Maia

Monah Winograd

Presenças e Virtualidades: perspectivas psicanalíticas

Sílvia Nogueira Cordeiro
Fabiano Chagas Rabêlo
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis
Maria Vitória Campos Mamede Maia
Monah Winograd
(Organizadores)

**Presenças e Virtualidades:
perspectivas psicanalíticas**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Sílvia Nogueira Cordeiro; Fabiano Chagas Rabêlo; Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis; Maria Vitória Campos Mamede Maia; Monah Winograd [Orgs.]

Presenças e Virtualidades: perspectivas psicanalíticas São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 263p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0524-3 [Impresso]
978-65-265-0525-0 [Digital]**

1. Presenças. 2. Virtualidades. 3. Perspectivas psicanalíticas. I. Título.

CDD – 150/370

Capa: Petricor Design

Arte da capa: Light and Colour (Goethe's Theory)

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Sumário

- 9** **Apresentação**
Sílvia Nogueira Cordeiro
Fabiano Chagas Rabêlo
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis
Maria Vitória Campos Mamede Maia
Monah Winograd
- 13** **Capítulo 1**
**“Agora me sinto confortável na minha própria pele”:
dimensões da presença no setting online**
Ana Fátima Aguiar
Maysa Bezerra
Pedro Hikiji Neves
Marina Ferreira da Rosa Ribeiro
- 35** **Capítulo 2**
**O trabalho de escuta dos sofrimentos sociais:
considerações sobre a construção de um dispositivo grupal
virtual**
Perla Klautau
Ana Clara Moreira da Silva
Auanna Marques Silva
Beatriz Moraes Adler
Eduardo Pacheco
Maria Rezende Coutinho
Renata Mello Tandaitnik
- 51** **Capítulo 3**
**Mutações psíquicas e culturais: atualidades e horizontes de
uma sociedade hiper-digitalizada**
Véronique Donard

- 71** **Capítulo 4**
Fisicalidade e Virtualidade dos Corpos e dos Espaços: considerações teórico/clínicas a partir de atendimentos realizados no período da pandemia
Ana Paula Dilger
Nadja Nara Barbosa Pinheiro
- 93** **Capítulo 5**
Virulências: Subjetividades em Estado de Urgência
Leif Grünewald
Monah Winograd
- 109** **Capítulo 6**
A influência das massas nas redes sociais eletrônicas: uma leitura psicanalítica
Fabiano Chagas Rabêlo
Samanta Basso
- 123** **Capítulo 7**
De fora, de dentro, de fora-dentro: os movimentos da traumatogênese na obra de Sigmund Freud
Thais Siqueira
Elisa Maria de Ulhôa Cintra
- 143** **Capítulo 8**
A recusa ao filosófico em Freud a partir do lugar epistemológico da Psicanálise na conferência da Weltanschauung
Alberto Warmling Candido da Silva
Vinicius Darriba
- 157** **Capítulo 9**
Por uma pós-graduação mais acolhedora e menos deslúdica: mosaicos de olhares entre a Psicanálise, a Filosofia e a Educação
Edson Seiti Miyata
Maria Vitória Campos Mamede Maia

- 171** **Capítulo 10**
Melancolia e trauma: limites da escrita
Eliana Rigotto Lazzarini
- 189** **Capítulo 11**
Recordações, repetições e perlaborações presentificadas no texto-pele de Carolina Maria de Jesus
Tatiana de Souza Santos Neves
Karla Patrícia Holanda Martins
- 209** **Capítulo 12**
Da fantasia ao ato: reflexões sobre o complexo de Édipo
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis
Francis Willian Bueno Lourenço
Kathyúscia Geórgia Araújo do Valle Schmidt
Mariana Martins Betioli
- 225** **Capítulo 13**
Menopausa e Psicanálise: Algumas considerações
Natália Delatim Ortiz
Silvia Nogueira Cordeiro
- 241** **Capítulo 14**
A via crucis da criança vítima de abuso sexual em busca de cuidado e proteção
Cassandra Pereira França
Diego Henrique Rodrigues
Raquel de Paiva
- 257** **Autoras e autores**

Apresentação

Este livro reúne trabalhos apresentados no IV Simpósio Nacional *Presenças e Virtualidades*, organizado pelo GT Psicanálise e Clínica Ampliada, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

Esse grupo se debruça sobre diferentes temáticas teórico-clínicas da psicanálise, na direção de ampliar a interlocução com a comunidade científica sobre as manifestações do sofrimento psíquico derivado do processo de subjetivação da atualidade, em que a realidade e a virtualidade se confundem. Em 2020, a pandemia da Covid -19 impôs o distanciamento social num contexto de incertezas e intensificou o uso das tecnologias digitais. *Presenças e Virtualidade* tornou-se um tema incontornável de ser abordado pela psicanálise.

Os textos aqui reunidos foram apresentados e discutidos no Simpósio e oferecem reflexões sobre as intervenções próprias à teoria e à clínica psicanalítica, que buscam produzir dispositivos de escuta do sofrimento e incluam o sujeito para além de discursos externos que o desimplicam do seu processo subjetivo. Os textos serão apresentados em três modalidades: os primeiros capítulos tratam diretamente de pesquisas que abordam os desdobramentos da pandemia. Na sequência estão as pesquisas de conteúdos teóricos e metapsicológicos e, por último, pesquisas que tratam das questões voltadas à clínica psicanalítica.

No primeiro capítulo, os autores Ana Fátima Aguiar, Maysa Bezerra, Mariana Ferreira da Rosa Ribeiro e Pedro Hikiji Neves analisam o setting psicanalítico *online* a partir dos conceitos como *campo analítico*, de *terceiro analítico*, e de *reverie*. À luz da teoria, são apresentadas algumas reflexões sobre as especificidades do atendimento naquele contexto.

Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais e Sofrimentos sociais: questões teóricas e desafios clínicos compõem o segundo capítulo e relatam a experiência de um projeto de extensão e da pesquisa intervenção dos autores Perla Klautau, Ana Clara Moreira da Silva, Auanna Marques Silva, Beatriz Morais Adler, Eduardo Pacheco, Maria Rezende Coutinho e Renata Mello Tandaitnik. A seguir, Veronique Donard parte de paradigmas que caracterizam nossa sociedade digitalizada – liquidez, transparência, colonialismo e hibridação – e, tendo em vista o esvaecimento das fronteiras entre biologia e tecnologia, busca refletir sobre as mutações psíquicas e culturais de nossa humanidade.

No capítulo quatro, as autoras Ana Paula Dilger e Nadja Nara Barbosa Pinheiro tecem considerações sobre a *Fisicalidade e Virtualidade dos Corpos e dos Espaços: considerações teórico/clínicas a partir de atendimentos realizados no período da pandemia*. Os esforços investigativos tomaram como eixos centrais o que os próprios pacientes indicaram: algo que diz respeito à perda, ao olhar e ao contágio, ou seja, algo em torno do sexual e do mortífero.

O quinto capítulo, assinado por Leif Grünewald e Monah Winograd, aborda o tema da pandemia COVID-19 e seus desdobramentos no cotidiano dos seres humanos. Os autores concluem que “pandêmico, portanto, é tudo aquilo que, sob o pretexto de unificar, coloca em relação elementos que não necessariamente pertencem aos mesmos conjuntos categoriais – o que pode ser proporcional ao delírio e parecer passível de tratamento”.

Já os autores Fabiano Chagas Rabêlo e Samanta Basso, no sexto capítulo, discutem implicações subjetivas de ações continuadas e coordenadas de influência, mediadas pelas redes sociais eletrônicas, a partir de conceitos psicanalíticos tais como transferência, narcisismo e psicologia das massas. Finalmente, problematizam a inserção do psicanalista nas redes sociais, com o intuito de mapear desafios, limites e possibilidades de atuação. *A influência das massas nas redes sociais eletrônicas: uma leitura psicanalítica* é o título do sexto capítulo.

O sétimo capítulo, intitulado *De fora, de dentro, de fora-dentro: os movimentos da traumatogênese na obra de Sigmund Freud*, das autoras Thais Siqueira e Elisa Maria de Ulhôa Cintra, acompanha o pensamento de Freud ao longo de cinco décadas de sua produção - 1890-1940 - quanto à origem dos traumatismos psíquicos. O trauma psíquico é algo que atinge o sujeito desde fora? Ou seria traumático aquilo que assedia o sujeito desde dentro?

Alberto Warmling Candido da Silva e Vinicius Anciães Darriba, no oitavo capítulo, interrogam alguns aspectos da construção do edifício psicanalítico em relação a seus limites e alianças, em particular, o lugar epistemológico em que Freud depositou sua investigação. A seguir, no nono capítulo, *Por uma pós-graduação mais acolhedora e menos deslúdica: mosaicos de olhares entre a Psicanálise, a Filosofia e a Educação*, Edson Seiti Miyata e Maria Vitória Campos Mamede Maia debatem a importância de se pensar uma pós-graduação *stricto sensu* menos deslúdica, considerando a perspectiva ontológica do lúdico à luz da psicanálise e da filosofia.

No décimo capítulo, *Melancolia e trauma: limites da escrita*, Eliana Lazzarini disserta sobre a relação entre melancolia e escrita a partir da análise dos diários literários de Virginia Woolf, destacando como a escrita pode servir de contenção às manifestações disruptivas dos processos de desintrincamento pulsional na melancolia.

Já Tatiana de Souza Santos Neves e Karla Patrícia Holanda Martins, em *Recordações, repetições e perlaborações presentificadas no texto-pele de Carolina Maria de Jesus*, abordam o racismo no Brasil como um trauma socialmente construído e perpetuado. O texto da escritora mencionada no título é então avaliado como uma forma de resistência, ao mesmo tempo coletiva e individual.

No décimo segundo capítulo, *Da fantasia ao ato: reflexões sobre o complexo de Édipo*, Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis, Francis Willian Bueno Lourenço, Kathyúscia Geórgia Araújo do Valle Schmidt e Mariana Martins Betioli discutem o estatuto do referido conceito em Freud a partir dos fatos clínicos vivenciados no atendimento a um paciente transexual.

No capítulo seguinte, *Menopausa e Psicanálise: algumas considerações*, Natália Delatim Ortiz e Silvia Nogueira Cordeiro, investigando a menopausa, apostam que ela deve ser tratada como um significante, tese que pode sustentar um redirecionamento das análises do fenômeno. Se, para alguns psicanalistas, a menopausa levaria a mulher para caminhos de melancolia, depressão e regressão, propõe-se que, à mulher menopáusicas, é possível voltar a desejar.

Fechando este, livro Cassandra Pereira França, Diego Henrique Rodrigues e Raquel Paiva, no capítulo: *A via crucis da criança vítima de abuso sexual em busca de cuidado e proteção*, discutem as situações que envolvem o atendimento às vítimas de abuso sexual e a necessária adequação do conceito de *setting* analítico, quando atuamos de forma articulada com a rede de proteção integral às crianças e adolescentes, levando em conta diferentes situações envolvendo os serviços que compõem essa rede assistencial no contexto das políticas públicas relacionadas ao eixo jurídico e no âmbito da Assistência Social e da Saúde.

Sílvia Nogueira Cordeiro
Fabiano Chagas Rabêlo
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis
Maria Vitória Campos Mamede Maia
Monah Winograd

Capítulo 1

“Agora me sinto confortável na minha própria pele”: dimensões da presença no *setting online*¹

Ana Fátima Aguiar

Maysa Bezerra

Pedro Hikiji Neves

Marina Ferreira da Rosa Ribeiro

Se os frutos produzidos pela terra
Ainda não são
Tão doces e polpudos quanto as peras
Da tua ilusão
Amarra o teu arado a uma estrela
(Gilberto Gil, 1987)

A crueza com que a pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2/Covid-19) invadiu o cotidiano da população mundial tornou mais duros e penosos os dias da maioria das pessoas. O trabalho de arar o terreno da vida e da clínica passou a ter grandes obstáculos e impedimentos. As incontáveis perdas que cada um precisou (e ainda precisa) enfrentar, mobilizando dimensões econômicas e dinâmicas da mente, dependem em nós um *quantum* de energia psíquica que nem sabíamos existir. Isso pode ser ilustrado pelos relatos de muitos colegas psicólogos e psicanalistas, que passaram a trabalhar com mais intensidade no período de isolamento social

¹ Este capítulo foi desenvolvido pelos autores a partir de uma vinheta clínica ocorrida no *setting online*, em virtude do início do isolamento social gerado pelo COVID-19, e apresentado no IV Simpósio Nacional do Grupo de Trabalho “Psicanálise e Clínica Ampliada”: Presenças e Virtualidades.

mais rígido, o que aumentou o sentimento de cansaço e exaustão no trabalho executado diante desse novo solo social.

Essa passagem ocorreu de uma forma tão disruptiva que podemos perceber como a modificação do campo cultural altera a prática clínica. Essa circunstância nos remete ao provérbio “em terra alheia, pisa o chão devagar”, pois todos passamos a pisar em um campo dominado pelo vírus, completamente desconhecido, onde foi e é necessário ter cautela, caminhar paulatinamente, preservando uma reserva de energia interna, para sabermos onde estaremos quando dermos o próximo passo. Essa tensão do não saber aumenta ainda mais a sobrecarga emocional.

Para continuar a caminhada no atual território viral, cada um utilizou – no intuito de manter a própria orientação no espaço e tempo – determinados elementos constantes que serviam como organizadores psíquicos diante de tanta turbulência. Alguns hábitos, ainda que de forma adaptada, puderam ser mantidos, visando equilibrar o antigo e o novo, o conhecido e o totalmente incerto e ameaçador. Manter a rotina com horários para trabalho, estudo e para o tão sagrado ócio. Videochamadas com os amigos, momentos para cozinhar ou fazer exercícios. Tudo isso servia de fertilizante para nosso campo mental. Afinal, quando o solo não ajuda pela sua condição, o lavrador deve pensar em diferentes saídas, inventando novas condições de luminosidade, irrigação ou adubagem, e não simplesmente abandonar sua extensão de terra. Da mesma forma, presumimos que há algo a ser criado e preservado nos encontros entre analista e analisando no terreno da clínica, para que os processos de simbolização ocorram e para que a vida psíquica do campo analítico não paralise.

Depois de fecharmos as portas de nossos consultórios, o espaço de trabalho se resumia a um cômodo da casa. Um espaço antes privado, íntimo, mas agora compartilhado. Para o analisando, que nos via através da tela, um campo virtual, no qual a presença passa a ser vivida/sentida por outras vias, outras dimensões. Para a dupla, que continuava a se encontrar, a se relacionar e a se afetar, permanecia um chão comum em que ambos

pisavam e se uniam nas dinâmicas de perlaboração psíquica: o campo analítico, tal como a estrela que o psicanalista amarra a seu arado frente à pandemia.

Para pensarmos as sutilezas desse novo espaço remoto, recorreremos ao conceito de *campo analítico* (1961-1962/2010), criado pelo casal Madeleine e Willy Baranger, psicanalistas franceses radicados na Argentina, com fortes influências kleinianas. Os autores enfatizam a implicação do analista no encontro com o paciente por este ser caracterizado como um campo dinâmico e bipessoal (concebido como um espaço psíquico). Dessa maneira, analista e analisando não podem ser compreendidos individualmente, mas sempre a partir do encontro e movimento intersubjetivo específico da dupla.

Para o casal Baranger (1961-1962/2010), o campo analítico deve ser entendido como "uma situação de duas pessoas indefectivelmente ligadas e complementares enquanto está durando a situação e involucradas num mesmo processo dinâmico. Nenhum membro dessa dupla é inteligível dentro da situação sem o outro" (p. 129). O que está em jogo nessa dinâmica é o caráter intersubjetivo, no qual ambos são partes integrantes do processo, e cada subjetividade se entrelaça à outra, formando progressivas transformações da dupla.

A noção construída pelos autores evidencia que, no campo, ambos os sujeitos são passíveis de serem modificados em algum grau pela situação analítica. Por isso, o olhar teórico se aproxima dos meios inconscientes que a dupla utiliza para se comunicar. Os Baranger descrevem que os movimentos transfero-contratransferenciais subjazem a uma fantasia inconsciente básica e compartilhada pelo par que estrutura o campo bipessoal da situação analítica. Essa fantasia, como estrutura dinâmica, atribui sentido a cada posição vivida em distintos momentos pelos sujeitos, a qual pode impulsionar ou obstruir a análise, pois: "tudo o que acontece no campo analítico é fruto do funcionamento tanto da mente do analista como da mente do analisando em complexa interação" (Ribeiro, 2020, p.63).

Ainda utilizando o termo “campo” como metáfora viva, compreendemos que, para colher bons frutos, o campo deve ser semeado. O tempo da colheita poderia ser pensado como o tempo de transformações psíquicas ocorridas a partir da dupla, e o tempo da sementeira como o tempo de preservação daquilo que sustenta essa produção: o enquadre, elemento constituinte e que, ao mesmo tempo, serve como um adubo simbólico do campo analítico. Constrói-se no encontro a partir do estreito contato emocional entre a dupla, com criações conjuntas. Sem o enquadramento, ou seja, sem os acordos de funcionamento do trabalho analítico que abarcam ambos, não há ceifa psíquica e a safra se desvitaliza.

Figueiredo (2011), ao discutir a estrutura e a dinâmica da situação analisante, encontra no analista argentino José Bleger (1967) inspirações que tratam sobre o tema do enquadre na análise a partir do conceito de campo analítico. Dentro de uma delimitação própria, como uma espécie de linha de demarcação, devem existir condições de base para o enquadramento que caminhem juntas a uma cinesia inerente ao processo analítico. Há partes predominantemente imóveis e partes que se movimentam no enquadre clínico, tal como o Figueiredo (2011) postula uma relação entre: “o *imóvel* dos enquadres, e o *processual* dos movimentos psíquicos que podem ocorrer dentro desta moldura, entre, de um lado, o *processo analítico em sua dinâmica*, e, de outro, suas *condições de base* que, em princípio, devem ser estáveis” [grifos do autor] (p. 139).

O enquadre pode ser entendido como um papel ofertado a uma criança onde nele encontra um espaço que cria as condições para a composição de infinitas possibilidades de desenho. Nele, a criança pode inventar um sol amarelo, um castelo, uma luva ou um guarda-chuva, como nos lembra Toquinho (1983), usando os limites como condição para a transformação e a criatividade. Por outro lado, as partes inconstantes, variáveis do enquadre, e a movimentação da tira elástica da técnica, são igualmente necessárias para formar o campo vivo, espontâneo e não-rígido da análise, onde os processos psíquicos possam ocorrer. Estendendo a

metáfora do “campo” do plantio à temática esportiva, elucidamos a questão discutida:

Nenhum jogo pode ser jogado sem as regras constitutivas que delimitem o seu campo, os tipos possíveis e os interditados de movimentação dos jogadores e os valores das jogadas. Ou seja, ainda que a bola seja de couro, as traves de madeira, a rede exista realmente, o gramado feito da mais verdadeira grama e onze marmanjos em cada time, não haverá futebol se não vigorarem as regras que definem o jogo. Pura virtualidade e simbolismo. (Figueiredo, 2020, p. 70)

A análise só consegue prosseguir se certos pontos cegos e repetições forem ultrapassados. O enquadre, nesse sentido, é um sinalizador e depósito de elementos primitivos, escamoteados e em estado de latência que ainda não puderam emergir/surgir/manifestar-se no campo analítico. A estabilidade do enquadre é necessária para a ocorrência da análise, já que é nessa área constante que os elementos psíquicos podem se anunciar.

Apesar de existir uma demarcação e sustentação firme ou, como propõe o autor, “que as regras do jogo sejam bem estabelecidas e sustentadas, os limites bem definidos” (Figueiredo, 2011, p. 139), esse arrimo não deve ser confundido com um esteio de concreto. O enquadre também guarda em si um traço de flexibilidade como possibilidade de mobilizar o que se encontra estancado e movimentar os processos de criação conjunta pela dupla (Figueiredo, 2011).

Em outro trabalho, Figueiredo (2020) propõe a análise do enquadre interno do analista², ou seja, há uma disposição ética e técnica da mente do analista que independe do enquadre externo – como cadeira, divã, etc. Essa disposição interior se fundamenta na transferência do analista com a própria psicanálise, portanto, é

² É importante notar que a noção de enquadre, articulada por Figueiredo (2020), é originalmente proposta por Green a partir do conceito de estrutura enquadrante (1967, 1993).

virtual e estabelece o alicerce dos movimentos transferenciais e contratransferenciais. Ela estrutura-se a partir da internalização da psicanálise e da função analítica – outra variável do campo – como bom objeto interno no analista, construindo uma presença e disposição de mente para exercício de uma escuta flutuante. É justamente esse enquadre que favorece a transferência, a elaboração, liberação e potencialização dos trabalhos psíquicos no rumo dos processos de representação e simbolização. O enquadre cria contornos em um campo de conexões virtuais do intrapsíquico com o intersubjetivo, do interno com o externo.

No campo analítico, cada indivíduo ocupa, necessariamente, um lugar específico nas fantasias inconscientes produzidas pela dupla, de forma que não é possível se isentar do magnetismo inconsciente que o campo produz. Por exemplo, quando um jogador passa a bola para seu parceiro de time no campo de futebol, há de manter o andamento da jogada, seja chutar para outro colega ou mirar para dentro da rede. Isso diminui a possibilidade da bola cair no pé do jogador e esse se eximir ou ficar imune do impacto gerado pelo objeto. Todos os jogadores estão submetidos às mesmas regras e implicados a um só objetivo: fazer gol. Algo semelhante se percebe quando duas crianças brincam de gangorra em um *playground*: quando uma se movimentada, a outra permanece parada, evidenciando a interdependência da brincadeira. Entre subir e descer, a sequência é uma modulação dinamizada com e a partir do outro. Ainda no campo dos jogos, compartilhamos a seguinte metáfora do jogo de xadrez que Freud (1913) descreve:

Quem desejar aprender nos livros o nobre jogo do xadrez logo descobrirá que somente as aberturas e os finais permitem uma descrição sistemática exaustiva, enquanto a infinita variedade de movimentos após a abertura desafia uma tal descrição. Apenas o estudo diligente de partidas dos mestres pode preencher a lacuna na instrução. As regras que podemos oferecer para o exercício do tratamento psicanalítico estão sujeitas a limitações parecidas (p. 124).

O campo bipessoal pode ser igualmente pensado como um jogo de xadrez, pois o tabuleiro por si só não caracteriza uma partida, assim como uma sala de consultório não produz inerentemente processos clínicos. Para que essa dimensão de virtualidade exista, é necessário ter duas pessoas implicadas em uma ação conjunta e em constante dinâmica, resguardando as assimetrias devidas. O casal Baranger (1961-1962/2010) descreve essa lógica que se instala na clínica utilizando a metáfora citada:

O 'tabuleiro de xadrez' entre eles é uma estrutura compartilhada e cada um deles está agindo em virtude disso, um por meio de comunicações e resistências e o outro por meio de interpretações. Este tabuleiro de xadrez poderia muito bem simbolizar o que chamamos de campo bi-pessoal, enquanto o jogo seria a estrutura do tratamento como um todo. (p. 811)

Assim, os deslocamentos possíveis ao longo do processo são infinitos, nunca existirá uma partida igual a outra. A estrutura do tratamento indicará o início da jogada, mas ambos participantes estarão à deriva sem saber como será o final. É necessária uma disposição das mentes da dupla analista-analisando para que a virtualidade do dispositivo ocorra, ou seja, para que a área intermediária do jogo se sustente.

Nesse sentido, o campo analítico e a dimensão do enquadre são condições virtuais, pois se estabelecem a cada encontro e se desmontam quando a criação do campo e o enquadramento se esvaem (Figueiredo, 2020). Caso as regras do jogo estejam bem desenhadas e os participantes estejam de acordo com as delimitações, é possível acontecer inúmeras jogadas e impensáveis fenômenos no *setting*.

Nesse constructo, Figueiredo (2020) traz a relevante ideia de que o dispositivo psicanalítico é sempre virtual, seja nos atendimentos presenciais ou remotos. A virtualidade se trata de uma disposição de mente tanto do analista quanto do analisando no encontro clínico, e segundo o autor seria "um plano da realidade

simultaneamente real e fictício, verdadeiro e ilusório" (p.66), tal qual o "espaço potencial" do sonho e do jogo do teórico (Winnicott, 1971/1975).

Partimos do pressuposto de que, em cada espaço construído com pacientes distintos, pode-se encontrar, tanto na experiência vivida, remota ou não³, processos que favorecem movimentos de vitalização ou desvitalização na clínica: para uns, a distância física parece enfraquecer o vínculo, enquanto para outros, mantém e fortalece o enquadre, podendo (re)vitalizar o campo analítico.

Um solo fértil para o sonhar compartilhado: a *reverie* no *setting online*

Um devaneio, um estado de sonho da mente. O termo *reverie* teve sua introdução no contexto psicanalítico nas formulações de Bion sobre a *Teoria do pensar*, publicada em 1962 em *Learning from experience*. Nesse contexto, *reverie* pode ser compreendida como um estado de mente que representa uma capacidade de receptividade da mãe, que empresta sua função alfa⁴ para conter os elementos ainda não-pensados na mente incipiente do bebê, para sonhar a experiência e produzir sentidos.

Assim sendo, a mãe tem a importante tarefa de ajudar o bebê a constituir sua mente, a atribuir sentido às suas sensações, iniciando um processo de comunicação com o mundo. A partir das

³ Não utilizamos o termo "presencial" como um modelo oposto à experiência remota, pois entendemos que há qualidades de presença nos dois campos, o remoto e o não remoto. Haveria, portanto, múltiplas dimensões de presença no campo analítico, seja ele *online* ou não.

⁴ Função alfa é a tarefa de metabolizar os elementos beta, transformando-os em elementos alfa, elementos que, por sua vez, ainda não têm significado por si só. A partir da *reverie* os elementos alfas passam por outra transformação: de um elemento sem forma para uma imagem, ou seja, por meio da *reverie*, ganham um contorno imagético. Assim, a tarefa da função alfa é a de transformar as impressões sensoriais e emoções brutas, em *elementos alfa*, que depois são transformadas em imagens e então podem ser pensados e armazenados na memória.

identificações projetivas⁵, os conteúdos da mente do bebê são projetados e captados intersubjetivamente pela mãe, que então os metaboliza, possibilitando que esses possam ser representados e devolvidos à mente do bebê.

Nesse sentido, a *reverie* pode ser pensada como um importante processo que contempla uma forma de comunicação intersubjetiva, tanto na vida quanto na análise. Em ambas há algo a ser pensado dentro de uma dimensão criativa, por parte de ambos os psiquismos, tanto na relação mãe-bebê, quanto dentro do *setting* da clínica psicanalítica, entre analista e analisando.

Vemos, pela perspectiva bioniana, que a experiência intersubjetiva pode ser fenomenalizada pela *reverie*, via processos psíquicos capazes de conter e metabolizar as experiências emocionais. Isso ocorre, em parte, pois nossos afetos frequentemente ultrapassam nossa capacidade de representá-los e, por conseguinte, nossa possibilidade de expressá-los por linguagem verbal.

Podemos aqui fazer uma menção ao conceito de pensamentos selvagens, enfatizando a ideia de Bion de que existe um pensamento à procura de um pensador. Pensador esse que se coloca em um estado de mente relaxado e onírico, de modo tal que pensamentos possam brotar.

Compreendemos, a partir da leitura dos textos bionianos, um mesmo componente fundamental para que tal fenômeno ocorra: conexão emocional, abertura, receptividade e capacidade de

⁵ Apesar de essa terminologia não ter sido criada por Bion, ele foi o primeiro a lhe conferir um importante significado. A identificação projetiva é por ele teorizada como uma forma primitiva de comunicação entre o bebê e o mundo. Ribeiro (2016) enfatiza a ideia de que além de Bion ressaltar o aspecto de comunicação humana fundamental, o autor aloca o conceito no campo da intersubjetividade. A autora resalta também que o conceito kleiniano de identificação projetiva reflete, predominantemente, os aspectos do intrapsíquico, enquanto Bion amplia o olhar ao campo interpessoal.

continência para o encontro, seja entre a díade mãe e bebê, seja entre analista e analisando.⁶

A aproximação entre as díades mãe-bebê e analista-analisando, no tocante à experiência da *reverie*, terá uma maior expressão e desenvolvimento nas ideias de autores pós-bionianos que têm se dedicado a pensar a capacidade de *reverie* do analista pelo fato deste, numa abertura de mente que muito se assemelha à da mãe com seu bebê, também ser capaz de acolher as identificações projetivas de seu analisando, ou seja, a capacidade de estar ressonante com o que é projetado em si. Logo, se a mãe (assim como o analista) for capaz de conter as angústias do bebê (ou analisando), haverá condições para uma expansão da mente.

Bion (1965/2004) propõe que a experiência emocional do encontro analítico pode contemplar uma série de movimentos sensíveis e genuínos (entre eles, a *reverie*). Esses movimentos são experimentados pela dupla analista e analisando e criam transformações, promovidas pela dimensão intersubjetiva da comunicação, que se efetiva nesse processo e que culmina na expansão da mente de ambos.

Em uma reunião científica realizada *online* em junho de 2020, intitulada "Intuição e Reverie no tratamento psicanalítico", Ribeiro apresenta, a partir de um caso clínico, a ideia de *reverie* como um estado de receptividade no qual, em um primeiro momento, é vivido como um estado extremamente desorganizador, uma experiência de estar à deriva, que também pode levar a um abismo psíquico. Lembrando Bion, a autora diz que o analista está no campo de batalha junto com o analisando, ainda que haja uma assimetria, pois a condução ética é sempre do analista, sendo este o comandante.

A autora narra a experiência de ser arrastada por imagens pictóricas, termo escolhido para representar o que ocorre na *reverie*,

⁶ Para Bion a experiência da *reverie* é compreendida apenas entre o bebê e sua mãe, com exceção de uma única referência em seus textos inéditos publicados em 2014, sobre o uso da *reverie* pelo analista como um pensamento em busca de um pensador (Ribeiro, 2022).

sendo comum nessa experiência a captação de imagens, que parecem ser "pintadas" na mente do analista. Sobre essa configuração do que se passa no fenômeno da *reverie*, vemos em Ferro (1995, p.71): "O *setting* fornece a moldura, as emoções da dupla proporcionam a tela e as tintas, as palavras têm função de agregação e organização das mesmas (...)".

Para Ribeiro (2017), diante do abismo psíquico que pode se instaurar durante uma sessão, é imperativo que o analista possa sustentar um estado de confiança na possibilidade de produção de sentidos. Bion chama essa qualidade de mente de *fé*⁷. Assim, a mente do analista está constantemente sendo desafiada a enfrentar novas situações clínicas a partir de um estado mental sem memória, sem desejo, sem necessidade de compreensão prévia (Bion, 2000). Cada paciente e cada sessão de análise produzem sempre uma experiência inédita, que implica no analista a tarefa de desbravar um território complexo e enigmático da experiência emocional conjunta.

O que é captado da experiência emocional entre paciente e analista permite a transformação de elementos brutos em elementos passíveis de serem pensados pela dupla analítica. A imagem, por si só, já é uma forma na qual a emoção, inicialmente em estado bruto, foi apreendida.

A capacidade de *reverie* da mãe/analista pode ser pensada como uma abertura receptiva e sintônica das projeções e emoções, que capta aspectos sensoriais e não sensoriais. Essa postura de acolhimento, tradução e significação é característica do analista que abarca os atos de ver, escutar, sentir e sonhar com o analisando.

A partir dos fundamentos teóricos bionianos, outros autores contemporâneos puderam ampliar o olhar para a ideia do sonhar na sessão de análise. Um dos autores contemporâneos que mais se dedicou a compreender o fenômeno da *reverie* na clínica

⁷ Bion (1970/1973) postula o termo *fé* a distinguindo da concepção religiosa. A *fé* em Bion refere-se a um estado mental, sem memória e sem desejo, no qual o analista não busca um sentido. Há uma intuição, uma confiança em que este emergirá, abrindo sentido ao abismo psíquico gerado pelo incognoscível na experiência analítica.

psicanalítica foi Thomas Ogden. Para o autor, o analisando se vale da mente do analista, para que então possa sonhar seus sonhos não sonhados e interrompidos, o que se traduz na possibilidade de associar, simbolizar e elaborar experiências emocionais.

Ogden (2013) apresenta a ideia de que as *reveries* podem ser compreendidas como ruminacões do analista, devaneios, sensações, percepções, fantasias e imagens que se formam a partir do encontro intersubjetivo. Assim sendo, dificilmente essa experiência é discutida coletivamente, justamente por se tratar de aspectos, não só do paciente, mas do próprio analista, conteúdos esses muitas vezes desconcertantes e até mesmo constrangedores.

Segundo ele, o uso da *reverie* exige do analista muita tolerância à sensação de estar à deriva, pelo contato com o incognoscível, o desconcertante estado de vazio, que muitas vezes se apresenta em sensações ou imagens. O manejo da *reverie* deve ser metabolizado, e não interpretado como conteúdo manifesto de um sonho.

A *reverie* é colocada pelo autor (2013) em uma condição análoga a uma bússola emocional. Através dela somos levados a experimentar uma infinidade de sensações e sentimentos ainda não desbravados, caminhos ainda desconhecidos. Dessa forma, ainda que essa seja uma experiência quase sempre desconcertante, vivida como uma distração, desatenção ou falha na sua função analítica, a *reverie* pode ser um importante instrumento técnico na sala de análise.

Se o analista tiver condições psíquicas de se permitir ser afetado e modelado pelas comunicações afetivas que o paciente desperta, estará se defrontando com um valioso conteúdo interno do outro, que se expressará por sentimentos vividos e construídos no campo da intersubjetividade, no vínculo transferencial-terapêutico (Ogden, 1982).

Podemos, portanto, considerar a *reverie* como um fenômeno intersubjetivo, amparado na concepção que Ogden cria de *terceiro analítico* (1998). No livro *Sujeitos da Psicanálise* (1977/2018), ele

investiga quem é o sujeito⁸ da interpretação, e quais são os sujeitos presentes na sala de análise. Nessa empreitada, propõe que existe um terceiro sujeito, intersubjetivo, que emerge a partir do contato entre analista e analisando.

O autor argumenta o conceito de *terceiro analítico* a partir da apreensão da relação inicial mãe-bebê, sustentado pelo arcabouço teórico winnicottiano, considerando que há um sujeito intersubjetivo, um estado fusional entre dois, desde o princípio da vida, entre uma mãe e seu bebê. O “sujeito bebê” pode surgir apenas a partir do momento em que ele consegue diferenciar-se da entidade “mãe-bebê” inicial. Essa discriminação entre eu e outro, no entanto, nunca é completa, e há sempre um campo de indiferenciação na relação entre sujeitos. Assim como existe a categoria “mãe-bebê”, coexistindo em tensão com as subjetividades “mãe” e “bebê” enquanto subjetividades separadas, existe também a categoria intersubjetiva *terceiro analítico*, coexistindo em tensão dialética com as subjetividades “analista” e “analisando”.

O autor compreende que não há uma fronteira diferenciada entre sujeitos, há uma área de indiferenciação e permeabilidade sempre presente. Ou seja, pensamentos fugidios, sensações somáticas passageiras ou devaneios de um terapeuta são sempre vividos imersos em uma relação intersubjetiva. Podemos considerar cada um desses fatos como produtos de uma tensão dialética entre três termos: a subjetividade do analista e suas idiossincrasias; as de seu analisando, manifestadas a partir de suas comunicações verbais e não verbais; e do *terceiro analítico*, formado a partir da maneira com a qual os dois interagem a cada momento, e, por sua vez, moldam a interação.

De acordo com Ogden (2013, p. 26), estar disponível para o encontro representa um empreendimento emocionalmente desgastante em que analista e analisando perdem, em certa

⁸ No original em inglês, *Subjects of Analysis*, fica clara a ambiguidade do termo sujeito, entre os sentidos de “coisas/fatores que podem ser sujeitos à análise” (sentido passivo) e “qual o sujeito presente em análise”, (sentido ativo).

medida, suas capacidades de pensar e de criar enquanto indivíduos separados. Diz ainda que as pessoas de antes já não existem mais após um trabalho de análise ser realizado. Ambos são transformados no, pelo, e com o terceiro sujeito analítico. Assim, analista e analisando já não podem mais ser compreendidos isoladamente.

Gestando e criando (com) Leon⁹

Leon iniciou a análise pouco tempo antes do isolamento social decorrente da pandemia ser decretada. Desde a primeira sessão, sua aparência parecia mortificada, apática, o que era corroborado pelo seu corpo magro, esguio, muito branco e com olheiras escuras. Suas expressões gestuais e faciais eram apagadas, a voz sempre muito sóbria, o que provocava um sentimento de monotonia e tédio durante os nossos encontros. Até quando ele ria, parecia-me artificial e cansado. Isso ganha sentido quando, sessões depois, confessa que era mais fácil permanecer morto do que vivo.

Pouco falava diretamente dele e dos seus sentimentos, e isso me deixava em alguns momentos bastante aflita. Sentia que não conseguia alcançá-lo e acessá-lo, muitas vezes questionava para mim mesma: “O que ele está fazendo aqui? Parece que não há nenhuma demanda!” ou: “O que eu estou fazendo aqui? Sinto que não estou fazendo nada. Será que estou ajudando?”.

Quando os atendimentos começaram a ser remotos, por cerca de dois meses, foram realizados através de chamadas por vídeo, mas logo depois Leon pediu para fazer sem câmera, apenas por ligação. Após algum tempo, Leon comentou que apagava as luzes do quarto no momento da sessão e ficava no escuro, disse que se sentia mais à vontade assim. Depois de algumas sessões trabalhando dessa forma, percebi que essa forma de ajustar sua

⁹ O caso fora apresentado a partir de uma dimensão ficcional para preservar a identidade real do paciente em questão, sem que a verdade emocional do encontro fosse alterada (Tanis, 2015). A vinheta parte da experiência clínica de um dos autores, por isso será descrita em primeira pessoa.

iluminação referia-se a um aspecto mais regredido do seu funcionamento. Mantivemos os encontros dessa forma: eu com a luz acesa, ele com a luz apagada.

Em uma das ligações por voz com Leon, ficamos em silêncio por um certo tempo. Sentia sua respiração tão forte e tão próxima, que era como se ele estivesse do meu lado, corpo a corpo, respirando perto do meu ouvido. Por uns segundos fui “teletransportada” para outra dimensão, à imagem de uma mulher grávida, escutando os batimentos do seu bebê. Era uma imagem que se misturava: ora sentia que eu era a mulher grávida, como se eu e o bebê, “encarnado pelo paciente”, fossemos um só; ora via como se fosse uma imagem diferenciada de mim. Essa imagem me lembrou a forma de esculturas de mulheres grávidas, em que o bebê ficava aparente. Percebi-me, por segundos, em uma realidade paralela, suspensa, como se fosse uma alucinação ou um sonho e senti um estado de completude muito grande, misturado com sentimentos de amor e ternura.

O silêncio vivido parece ter sido necessário para essa experiência ter acontecido. Lembro, ainda, que a gravidez é um processo que necessita de um corpo para existir. No modo remoto com Leon, a corporeidade e sensorialidade se fizeram presentes de uma forma muito intensa. Talvez, a ligação por voz, considerando haver uma diminuição nos estímulos sensoriais e visuais das chamadas por vídeo ou dos atendimentos presenciais, favoreça um maior afloramento da sensibilidade.

Essa vivência pode ser ilustrada tomando-a como uma espécie de “sonho da vigília” (Bion, 1962/1996) a partir da seguinte música da banda Nação Zumbi (2014):

Ontem eu tive esse sonho/ Nele encontrava com você/ Não sei se sonhava o meu sonho/ Ou se o sonho que eu sonhava era seu/ Um sonho dentro de um sonho/ Eu ainda nem sei se acordei/ Desse sonho, quero imagem e som/ Pra saber o que foi que aconteceu/ Hoje de manhã eu acordei/ Sem imagem e sem som (Du peixe, J.; Dengue; Maia, I.; Pupilo, 2014).

Confesso que nunca havia tido uma experiência desse tipo na minha vida pessoal ou profissional. Fui tomada por um sentimento de satisfação, misturado a um estranhamento e perturbação. Diante disso, perguntava-me, confusa, o que havia acontecido naquele momento. Assim como apontado por Ogden (2013), o processo analítico envolve: "a criação de novos eventos intersubjetivos inconscientes que nunca antes existiram na vida afetiva, seja do analista seja do analisando" (p. 174). A partir desse episódio, indaguei a Leon se ele sabia algo de sua história enquanto bebê, ou sobre a gravidez da sua mãe. Lembrava apenas que a gravidez havia sido difícil e que o descreviam como um bebê que não sorria.

Um bebê que não sorria... Lembro-me das primeiras impressões que Leon me causara: apatia, desvitalização. Recordo-me também que, por haver uma certa monotonia em nossos encontros, às vezes eu era tomada por um sono muito grande. Era assim que meu corpo entrava (ou saía, desligava-se) da cena.

Certa vez, sonhei que estava fazendo um atendimento com ele por ligação e acabava me distraíndo, começava a conversar com outras pessoas, a fazer outras atividades, e ele perguntava se eu ainda estava ali. Eu dizia que sim, mas ele me confrontava relatando que tinha escutado tudo que eu estava fazendo. Fui tomada por uma grande culpa, pedi muitas desculpas para ele, mas a sensação era de que eu tinha feito um ato irreparável e de que, por isso, ele iria interromper a análise. Depois desse dia, fiz um esforço para me manter mais atenta e desperta nos nossos encontros.

O processo analítico prosseguiu e continuávamos a nos conectar pela voz. Após algumas sessões dessa experiência devaneante, Leon foi transparecendo uma maior vivacidade. Eu sentia mais vida em sua fala, a ponto de ele conseguir me dizer: "Agora estou me sentindo confortável na minha própria pele". Talvez essa frase destaque a confiança gerada no vínculo, confiança essa reforçada, em outro momento, a partir da enunciação: "Consigo ser eu aqui. Diferente de como sempre foi, agora eu tenho vontade de viver". Chegou a explicitar que nossas sessões estavam promovendo uma expansão de seu mundo afetivo.

Para chegar a esse momento subjetivo de abertura para o mundo, Leon precisou antes estar confortável em sua própria pele, passar por uma “gestação psíquica”, a partir do contato intersubjetivo, para que dela derivasse um “nascimento” de si mesmo e o desenvolvimento de uma nova faceta do eu.

A análise de Leon favoreceu a construção de um espaço que, ainda que remoto, era imbuído de uma presença sensível e potente que pôde acolher e permitir-lhe criar a si mesmo e, conseqüentemente, sentir-se vivo. A partir da noção de *terceiro analítico*, podemos pensar a experiência de devaneio apresentada no caso clínico como: o “produto de uma dialética única produzida por entre as subjetividades separadas do analista e do analisando dentro do setting analítico” (Ogden, 1977/2018, p.60). O devaneio da gravidez experimentado pela analista, uma *reverie* complexa, sensório-imagética, foi gerada pelas forças do campo, ou seja, pelos elementos intersubjetivos que fazem parte da dinâmica do terceiro ogdeniano, a tensão dialética entre as subjetividades de analista e analisando.

Ainda que a analista pudesse tê-la considerado, *à priori*, como uma distração, ou resistência, ao aproximar-se do vivido foi possível identificar uma comunicação profunda e intersubjetiva, captada pela *reverie*, que vinha sendo transmitida por elementos ainda sem forma: a respiração lenta, encadeada, o escuro do quarto, o bebê que não sorri, o materno, o cuidado. Nesses detalhes, um ouvido sensível às sutilezas da chamada de áudio percebe o que há de compartilhado e intui a importância para aquele paciente de viver um silêncio a dois (ou, para nos mantermos fiéis à ideia de *terceiro analítico*, um silêncio vivido a três).

Em 1997, Ogden sugere verificar as formas de vivacidade (*aliveness*) ou mortificação (*deadness*) do encontro e valorizar a sensação da sessão estar *viva* ou *morta* como indicadores do trabalho inconsciente realizado no encontro. No início das sessões há a sensação de futilidade: “O que ele está fazendo aqui? Parece que não há nenhuma demanda!” ou: “O que eu estou fazendo aqui?”

Sinto que não estou fazendo nada. Será que estou ajudando?”, ou seja, um sentimento de análise “parada”, “morta”, sem sentido.

Viver a *reverie* da gestação e o modo de relação indiferenciado que ela engendrou possibilitou uma abertura do campo de significados possíveis e abriu espaço para a vida. Lembrando do relato já citado pelo paciente: “Eu consigo ser eu aqui. Diferente de como sempre foi, agora eu tenho vontade de viver”. Essa experiência foi possibilitada através de um campo *online* fecundo. O arado do manejo analítico, preparado para as modificações sutis do campo, e a capacidade para receber as *reveries* criadas pela dupla, possibilitaram que outros terrenos da vida de Leon se abrissem para serem semeados. Assim, a continuidade do trabalho pôde produzir novas colheitas de frutos que ainda permanecem em gestação.

Um encontro possível, de uma presença viva¹⁰, que precisava estar ali, para ele, com ele. A analista que, entre estados de monotonia e devaneios, permitia-se escapar pelas imagens provocadas pelo encontro, marcadas pela desvitalização que acompanhava Leon em sua jornada até ali. Ainda que planasse, a analista-pessoa-real também buscava aterrizar e fazer-se presente na sessão, atenta, aberta e sensível. Uma pessoa real e presente que “permite” a Leon (re)nascer, vir-a-ser real e, também ele, estar mais presente, “encarnado” em sua própria pele.

Eis o elemento essencial para que a virtualidade do encontro pudesse ser vivida por ambos: presença marcada e sentida via ressonância da voz, da respiração, do corpo materializado na escuta. Retomando o que foi descrito no início do texto, o campo analítico e o enquadre, no modo remoto, favoreceram a experiência do “sentir-se real” do paciente, pois serviram como um adubo para que Leon entrasse em contato com partes antes inacessíveis do seu campo interno.

¹⁰ Termo em referência ao livro de Alvarez “Companhia viva” (1994).

Referências

Alvarez, A. (1994). *Companhia viva. Psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, Borderline, carentes e maltratadas*. Porto Alegre: Artes médicas.

Baranger, M. & Baranger, W. (2010). A situação analítica como um campo dinâmico. Controvérsias a respeito de enactment. *Livro Anual de Psicanálise*, 24, 187-214. (Original publicado em 1961-1962).

Bion, W. R. (1996). *O aprender com a experiência*. 1ª edição. (Tradução de Jayme Salomão e Paulo Dias Corrêa). Rio de Janeiro, Zahar. (Original publicado em 1962).

Bion, R. W. (2014). Learning from experience. *The complete works of W. R. Bion*. London: Karnac Books. (Original publicado em 1962).

Bion, W. R. (2004). *Transformações: do aprendizado ao crescimento*. (Tradução de Paulo Cesar Sandler). Rio de Janeiro: Imago, 1965.

Bion, W. R. (1973). *Atenção e Interpretação*. (Tradução de Paulo Dias Corrêa). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1970).

Bion, W. R. (2000). *Cogitações*. Rio de Janeiro: Imago.

Bleger, J. (1967). Psicanálise do enquadramento psicanalítico. In: J. Bleger. *Simbiose e ambiguidade* (3ª Ed.). (pp. 311-28). Rio de Janeiro: Francisco Alves

Du Peixe, J.; Dengue; Maia, L.; Pupilo. (2014). *Um sonho* (Gravado por Nação Zumbi). In: *Nação Zumbi* (CD). Rio de Janeiro: Som Livre

Ferro, A. (1995). A mente do analista ao trabalho: Problemas, Riscos e Necessidades. In: *A Técnica na Psicanálise Infantil* (M. Justum, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.

Figueiredo, L. C. (2011). A situação analisante e a variedade da clínica contemporânea. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 45(1), 137-149.

Figueiredo, L. C. (2020). A virtualidade do dispositivo de trabalho psicanalítico e o atendimento remoto: uma reflexão em três partes. *Cadernos de psicanálise*, Rio de Janeiro, 42(42), 61-80.

Freud, S. (1996). Sobre o início do tratamento. In: S. Freud. *Obras Completas de Sigmund Freud*, (Tradução de J. Strachey), VII, (pp.164-192). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).

Fabrizio, M., Toquinho, Morra, G., & Moraes, V. de. (1983). *Aquarela*. In Toquinho. *Aquarela*. Faixa 7. Brasil: Ariola Records.

Gil, G. (1987). *Amarra o teu arado a uma estrela*. In: Gil, Gilberto. *O eterno Deus mu dança*. Faixa 8. São Paulo: Wea.

Green, A. (1967). Narcisismo primário: Estado ou estrutura. In: *Narcisismo de vida e narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.

Green, A. (1993). *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Ogden, T. H. (2013). *Reverie e interpretação*. (Tradução de Tania Mara Zalberg). 1ª edição. São Paulo: Escuta.

Ogden, T. H. (1997). Reverie and interpretation. *The Psychoanalytic Quarterly*, 66(4), 567-595.

Ogden, Thomas H. (2018). *Subjects of analysis*. 1ª edição, Routledge. (Original publicado em 1977).

Ribeiro, M. F. R. (2022). Sobre intuição psicanalítica: a afetação enigmática. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, 44(46), 155-168.

Ribeiro, M. F. R. (2016). Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e enactment: O analista implicado. *Cadernos de psicanálise*, Rio de Janeiro, 38(35), 11-28.

Ribeiro, M. F. R. (2017). Narrativas imaginativas na sala de análise. W. Bion, Antonino Ferro, Thomas Ogden e Mia Couto. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, 20(1), 181-193.

Ribeiro, M. F. R. (2020). Da identificação projetiva ao conceito de terceiro analítico de Thomas Ogden: um pensamento psicanalítico em busca de um autor. *Ágora Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, XXIII(1), 57-65.

Tanis, B. (2015). A escrita, o relato clínico e suas implicações éticas na cultura informatizada. *Rev. bras. psicanál [online]*, 49(1), 179-192.

Winnicott, D. W. (1975). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *O brincar e a realidade* (pp. 10-48). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).

Capítulo 2

O trabalho de escuta dos sofrimentos sociais: considerações sobre a construção de um dispositivo grupal virtual

Perla Klautau
Ana Clara Moreira da Silva
Auanna Marques Silva
Beatriz Morais Adler
Eduardo Pacheco
Maria Rezende Coutinho
Renata Mello Tandeynik

O presente trabalho é fruto dos desdobramentos de questões suscitadas pela implementação do projeto de extensão e da pesquisa intervenção, respectivamente intitulados, *Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais* e *Sufrimentos sociais: questões teóricas e desafios clínicos*. A realização conjunta das duas atividades, no período de março a novembro de 2021, compreendeu a construção de dispositivos de escuta grupal em duas turmas de um pré-vestibular comunitário, formadas por um total de aproximadamente 50 jovens, majoritariamente moradores de uma favela da zona sul da Cidade do Rio de Janeiro. Neste capítulo, temos como objetivo apresentar e discutir os resultados preliminares da implementação conjunta dos projetos acima referidos e de elaborar possíveis caminhos para responder às seguintes questões que serviram como norteadoras do trabalho de escuta de sofrimentos produzidos pelo contexto sócio-político-econômico: como compreender a especificidade dos sofrimentos sociais – sua natureza, sua gênese e seus impactos sobre a experiência subjetiva? Que tipo de dispositivo de acolhimento e de

intervenção particulares ele exige para que sua especificidade seja contemplada e atendida de forma adequada? Que rearranjos nos esquemas teórico-conceituais e nos dispositivos de intervenção psicanalíticos são necessários para que a psicanálise possa abordá-lo de maneira criativa e eficaz?

Entre presenças e ausências: construção de um dispositivo grupal virtual

A pandemia de COVID-19 inaugurou, de maneira impositiva, novas maneiras de agir, de se encontrar, de conviver e, principalmente, de dar sentido a perdas coletivas. Sob os efeitos desse golpe traumático, foi iniciada a construção de um dispositivo grupal no ambiente virtual. Os encontros, com duração de cinquenta minutos, foram realizados semanalmente na plataforma Zoom. Neste ambiente, os participantes, na maioria das vezes, apareciam com câmeras fechadas e microfones desligados. Dificilmente, estavam lá com corpo, imagem e voz simultaneamente. Por conta disso, foi preciso trabalhar com o que se apresentava na tela de forma fragmentada: letras iniciais dos nomes e sobrenomes, uma voz desconectada do rosto e poucas imagens. Em muitos quadradinhos, espalhados simetricamente sob um fundo preto, apareciam as iniciais do nome e sobrenome, o que dava uma sensação de escuridão, de não ver o outro, nem, por intermédio, de uma foto.

Tal condição de trabalho nos colocou diante de um campo estético marcado pelo sentimento de infamiliaridade. Freud (1919/2019) aproximou suas investigações no campo da estética ao domínio da infamiliaridade marcado por ambiguidades que o próprio termo em alemão, *unheimlich*, comporta: se prestarmos atenção à grafia dos termos em questão, é possível perceber que *unheimlich*, contém em si, *heimlich*. Este, por sua vez, pode significar tanto familiar quanto secreto e oculto. Tal fato permite relacionar *unheimlich* ao que é, ao mesmo tempo, familiar e desconhecido. A condução das rodas nessas condições, colocou a experiência

estética em primeiro plano, na qual o sentimento de unfamiliaridade foi provocado por elementos marcantes: o silêncio e a escuridão da plataforma Zoom. Foi a partir da inclusão da dimensão estética na nossa caixa de ferramentas que encontramos possibilidades para trabalhar em um campo marcado pela presença do infamiliar. Campo este que produziu efeitos de surpresa, invenções, mas também de inquietação e estranheza. Mesmo diante do desamparo promovido pela pandemia, evidente a partir das imagens de mortes em massa que revelavam sensações de finitude e fragilidade, o inconsciente insistiu em se manifestar nas rodas. Como escutá-lo no contexto descrito?

Em termos freudianos, é possível dizer que a voz e a escrita foram as imagens sensíveis disponíveis para o nosso trabalho de escuta. O campo de trabalho virtual, fornecido pela plataforma Zoom, nos conduziu diretamente ao terreno das representações de objeto (Freud, 1891/2013). Os recursos fornecidos pela tecnologia evocam imagens sensoriais parciais que não formam um todo, as sensações chegam fragmentadas e misturadas: quando uma voz se manifesta, uma palavra escrita também surge na tela. Esse movimento nos forneceu uma espécie de apreensão caleidoscópica do que se manifestava no espaço virtual. Nas repetidas tentativas de fazer um trabalho de ligação – tentativa de integrar voz, palavras escritas, imagens de nomes ou fotos apresentadas de forma fragmentadas – ampliamos nossa escuta e fomos buscando acolher expressões que se mostravam disponíveis, como, por exemplo, o que se falava através da escrita no chat de bate-papo. O campo da escrita propiciou uma espécie de fala que se expressava pela troca e interação, em tempo real, a partir de palavras digitadas. Esse tipo de comunicação foi, pouco a pouco, ocupando um lugar privilegiado na circulação da palavra entre o grupo. Foi no chat que sublinhamos e reproduzimos – usando a voz – o ato falho na nossa quarta roda: uma participante, no final de um encontro, escreveu no chat *“me senti acoalhada hoje”*. Muito contentes com a emergência e a presentificação do inconsciente, devolvemos para o grupo que uma nova palavra, uma palavra nossa, havia acabado de ser criada:

acoalhada – um neologismo que reunia acolhida e olhada. A emergência desse ato falho nos comunicou que um espaço de escuta estava sendo construído e, conseqüentemente, que uma relação transferencial também estava se consolidando. Este movimento marcou o momento inicial do nosso trabalho, sedimentado pelo uso de uma espécie de escuta-estética.

Como ancoragem para a implementação deste trabalho foi utilizada a metodologia proposta por Broide e Broide (2016) que propõe funções específicas para os pesquisadores em campo e uma forma específica de reunir os dados coletados. Previamente a cada roda, a equipe era dividida em duas funções: as coordenadoras e as cronistas. As primeiras deveriam ficar atentas ao manejo com os participantes da roda, enquanto as cronistas se responsabilizam em escrever no formato de narrativa o que aconteceu durante o encontro. Porém, Broide e Broide (2016) ressaltam que “mesmo que a instituição designe alguns técnicos como coordenadores de grupo, essa função se forja no fazer grupal” (p. 52), ou seja, essas separações são importantes para organização do trabalho, mas essa posição de coordenação não deve ficar cristalizada. Os cronistas, por sua vez, têm a função de descrever como foi a roda sem precisar se deter a todos os detalhes e sim focar no que escutaram do movimento da circulação da palavra no grupo. Dessa forma, a crônica vai ter um aspecto pessoal do cronista e isto se torna ferramenta de trabalho na medida que serão discutidas, posteriormente, as posições de transferência e contratransferência.

Conceitos também importantes para orientar o trabalho foram o de tarefa e pré-tarefa, cunhados por Pichon-Rivière (1985) e adotados por Broide e Broide (2016) como norteadores para escuta do dispositivo grupal. De forma breve, é possível entender que a tarefa estabelece a direção e a razão do trabalho no grupo e a pré-tarefa seria tudo que impede a realização da tarefa. Para a implementação do *Tá na roda*, delimitamos que a tarefa consiste em promover a circulação da palavra. Dessa forma, a pré-tarefa podem ser todos os tipos de comunicações verbais e não verbais que impõem obstáculos à circulação da palavra. Quando isso acontece,

cabe às coordenadoras trabalharem para retornar à tarefa e fazer dela o motor da roda. Durante os encontros, isso foi um grande desafio, uma vez que a intervenção foi realizada em um ambiente virtual, no qual cada um participava em sua tela, favorecendo o distanciamento do grupo.

Com o estabelecimento de uma continuidade semanal da nossa presença, foi possível identificar que, apesar dos alunos não abrirem os microfones, eles estavam presentes atrás de suas telas, já que muitos escreviam no chat da plataforma virtual. Diante disso, as comunicações feitas pelo chat passaram a ser incluídas na dinâmica das rodas, tanto pela escrita de novas mensagens no chat quanto pela leitura em voz alta do que os participantes digitavam. Dessa forma, as mensagens escritas também foram incorporadas às crônicas. Outra estratégia para incentivar a circulação da fala foi a escolha por parte da equipe de algumas palavras-chaves da roda anterior e a escrita destas no chat. O objetivo era manter a continuidade, fazendo a associação entre uma roda e outra, assim como mostrar a posição da equipe de escuta e reconhecimento do que era colocado na roda.

A partir da presença da pré-tarefa e dos silêncios a equipe foi elaborando maneiras de retornar à tarefa de circulação da palavra. Assim, este objetivo fica evidente no título do projeto de extensão: *tá na roda*. A intenção é propiciar que os participantes possam realizar o movimento de colocar na roda o que passar pela cabeça. Nesse sentido, percebe-se a importância da regra da associação livre que, como aponta Roussillon (2019), “o método, a liberação da associatividade, por si só já ‘trata’; ele tem a sua eficácia própria; ele é o caminho, o meio, mas também o ‘objetivo’” (p. 77). Ademais, Roussillon (2019) ressalta que associar livremente é o processo fundamental para a atividade de simbolização e que isso pode ser realizado também em relações grupais nas conversações de um tema a outro. No contexto desta intervenção, pode-se compreender a importância de um trabalho de associação livre coletivizada. Como indica Miller (2005), a associação livre pode se tornar coletivizada quando em um grupo um significante vai chamando

outros e as falas vão tocando os participantes e surgem novas ideias, ângulos e perspectivas. Assim, em um certo ponto, mais do que quem produziu o primeiro significativo, o importante é como vários participam de uma mesma cadeia de significantes.

A partir da presença de mais participantes falando ou escrevendo na roda percebe-se a importância da coletivização de suas reflexões sobre experiências vividas e a possibilidade de alteração do campo simbólico. Isto é propiciado quando, entre os participantes, se instaura o questionamento sobre modos de ser e de agir instituídos como modalidades de verdades concebidas como absolutas quando naturalizadas e reproduzidas pela cultura (KEHL, 2000). Nesse sentido, o funcionamento do dispositivo grupal foi marcado por mecanismos de identificações e projeções, tanto entre os participantes quanto entre os mesmos e a equipe de pesquisa e extensão. A partir de tal funcionamento, foi possível perceber que, com o que era colocado na roda, os participantes, ao projetarem algo de si no outro, se identificavam e se reconheciam nas falas de seus pares. Assim, Kehl (2000), ressaltou a importância da identificação horizontal, a qual ocorre entre os membros de um mesmo grupo. Essa identificação, desde que não exclua a identificação fundadora, vertical, tem um valor fundamental. Com isso, a identificação horizontal, permite a possibilidade de desenvolvimento de traços identificatórios secundários, a modificação e a atualização da linguagem, fenômeno este que foi possível verificar em diversos momentos da implementação do dispositivo.

Entre dois mundos: notas sobre a implementação do dispositivo *tá na roda*

Um tema muito recorrente nas rodas era a sensação de se estar entre dois mundos, seja falando de ser adolescente ou adulto, de estar na escola ou na faculdade e de morar na favela ou em um bairro nobre. Foi possível notar essa recorrência logo no começo das rodas, através de falas de como não se imaginavam na faculdade ou no

curso que escolheram. Duas falas muito marcantes sobre esse assunto foram de uma participante, que mostrou interesse em três cursos, mas completou dizendo que não se via realizando nenhum deles. Por fim, quando indagados do porquê eles não se enxergavam na faculdade, já que estavam ali para conseguir passar no vestibular, um participante respondeu *“Não tem inspiração, meus pais não cursaram faculdade, não tem projeção sobre meu próprio futuro, não tem como me ver em um lugar exato”*. Dessa forma, inicia-se a construção do primeiro paralelo entre dois mundos, algo que se estendeu durante toda nossa trajetória com essa turma.

Em uma roda, realizada no segundo semestre de implementação do trabalho, ocorreu um outro ato falho marcante que se mostrou como uma virada na escuta da equipe e na condução da roda. Enquanto uma das participantes comentava, por microfone, seus sentimentos relacionados ao ensino remoto e o formato de interação por câmeras, nos deparamos com a seguinte mensagem escrita no chat: *“é que em vídeo, você fica desconfortável como a pessoa rica estática no vídeo por um certo período”*. É possível perceber que a palavra rica tomou o lugar do verbo ficar. Com a troca de *fica* por *rica*, e com o assunto da desigualdade circulando pela roda, foi possível perceber a grande marca dos dois mundos. Isto permitiu uma abertura da escuta para um mal-estar que, até então, não havia sido colocado em palavras. A partir de tal abertura foi possível reconhecer que a temática das desigualdades, antes expressa por dois mundos bem delimitados, continuava presente nos encontros pois, quando a mensagem foi enviada pelo chat, apenas a equipe de pesquisa e extensão estava com câmeras ligadas. Vale lembrar que outro tipo de desigualdade se presentificava a partir do lugar em que os membros da equipe ocupavam: estar na universidade.

Logo após esse encontro, na roda seguinte, uma participante trouxe um comentário que estabelece uma continuidade entre a sensação de estar entre dois mundos desiguais: contou que quando foi visitar um shopping na zona oeste do Rio de Janeiro, viu uma bolsa de 15 mil reais e pediu a Deus que, enquanto tiver gente

passando fome, nunca a deixe gastar tanto dinheiro com isso. Essa comunicação evidenciou, novamente, a divisão de dois mundos, visto que a vontade de ficar rico foi compartilhada, porém, com um pedido: *“Deus me proteja para não gastar uma quantia elevada de dinheiro, no futuro, com uma bolsa”*. Paralelamente a isso, no chat, algumas pessoas comentaram que gastariam essa quantia em outras coisas, como, por exemplo, para comprar um computador da Nasa.

Outras questões foram surgindo com o passar do tempo, e quanto mais assuntos entravam na roda, mais era notável esse paralelo entre sonho, desejo e realidade. A partir desse movimento, surge o relato de uma sequência de sonhos: estava em um carro com seus tios, observando a rua com um ponto de ônibus lotado, onde tinham pessoas que pareciam ser pobres. Já, em seu outro sonho, na mesma noite, ele estava no lugar dessas pessoas do ponto de ônibus. Diante do material onírico evocado, podemos observar o contraste característico de duas realidades coexistentes em um único território que nos transportam para dois mundos partidos. Neste caso, a marcação da desigualdade e de dois mundos foi feita quando uma outra participante coletivizava, na roda, o choque de sair da favela e passar por um bairro nobre.

Um deslizamento de tal temática foi apreendido a partir do paralelo estabelecido entre ser adolescente e se tornar adulto. Esta temática fez a palavra circular: um aluno disse que não se sentia um homem de 19 anos, por conta do tempo perdido na Covid, logo em seguida, outra participante complementou dizendo que concorda e que sair da escola é como se eles fossem crianças pequenas entrando na creche, pela primeira vez, vivenciando sensações como medo, vontade de chorar e estranhamento. Com a pergunta de uma das coordenadoras sobre o que seria esse estranhamento, a participante responde que não seria nem ser adulto nem adolescente.

Era perceptível o medo da vida adulta e do desconhecido, junto à identificação de ser estar no meio de duas condições, evidenciadas pelas desigualdades sociais, e não pertencer a nenhuma delas. A partir da temática dos dois mundos e do

trabalho associativo realizado pelo coletivo, tornou-se possível observar a atuação da função do fraterna, via identificação com o semelhante (Kehl, 2000). Com a circulação da palavra foi possível se identificar e, conseqüentemente, se projetar na fala do outro. Esse movimento foi propiciando que os sujeitos fossem se percebendo e se localizando como parte de um grupo. Como foram alunos que entraram no cursinho diretamente no remoto, é interessante notar uma espécie de formação de coletividade e de compartilhamento de ideias, mesmo quando não concordavam entre si, respeitavam uns aos outros, e assim, o dispositivo grupal foi se instaurando, também, como um espaço de convivência.

Diante do que foi exposto, é possível perceber que os encontros semanais propiciaram um processo de reconhecimento de sofrimentos produzidos pelo contexto sócio-político-econômico: ao colocar algo de si na roda, é dado início a coletivização de algo singular. Neste momento, o que era singular, quando reconhecido, pode, através dos movimentos de identificação e projeção, se tornar coletivo. Ao longo dos encontros, nossa aposta era que se tal movimento foi engendrado, é possível haver o fortalecimento de laços e a instauração de um lugar de resistência à lógica neoliberal de individualização do sofrimento. Sendo assim, durante as rodas, as intervenções no coletivo e através do coletivo foram estabelecendo a possibilidade de dar visibilidade e legendar o desamparo, expresso pela sensação de estar entre dois mundos, que acompanhou os pré-vestibulandos durante as rodas.

O lugar do coletivo no trabalho de escuta dos sofrimentos sociais

Mesmo já tendo sido mencionado, é importante destacar que a construção dos dispositivos de escuta foi realizada durante o período de isolamento social imposto pela pandemia do Novo Coronavírus. Para além do risco da contaminação, os jovens também vivenciaram o medo e a incerteza da garantia de direitos básicos e fundamentais como saúde, educação, trabalho, segurança e moradia. Esse cenário desvela como a precarização marca a vida

desses sujeitos, submetidos à insegurança referente à possibilidade de perda de objetos sociais que, além de poder significar status, tem a função de, simultaneamente, atestar algum tipo de segurança e alguma forma de vínculo social. A falta de proteção desses objetos e a possibilidade de perda conflagra a fragilidade do sujeito, podendo gerar sofrimento. A fala da estudante Kate, em uma das rodas, pode retratar essa questão:

Kate fala do desgaste da rotina, do trabalho, de muito cansaço e que precisa de muita força de vontade, pois gostaria de chegar em casa e descansar. Além disso, estamos em uma pandemia e não sabemos o que há na casa do outro, se está doente ou não. Somando-se a isso, devido ao padrão que grita, há o desgaste físico e emocional de pessoas que precisam manter a sanidade no meio do caos na sociedade, que vê o sucateamento da educação, mas sabe que tem que perseverar e não desistir. Ela diz que se desgasta até em um momento de descanso, quando acessa o Instagram para relaxar, e vê que querem acabar com a UFRJ e a UERJ, pois aumenta sua dúvida, angústia, ansiedade e estresse.

É necessário ressaltar que o sofrimento descrito é marcado pela dinâmica neoliberal que transfere para o sujeito a responsabilização acerca de sua sobrevivência. Nesse sentido, Werlang e Mendes (2013) expõem que “este contexto traz implicações, uma vez que a modernidade trouxe ao centro o indivíduo e lhe diz: és livre, és autônomo, és responsável, mas, ao mesmo tempo, retira as sustentações sociais e os dispositivos de formação desse mesmo indivíduo” (p. 753). De acordo com as autoras, é justamente nessa relação que nasce o sofrimento social, “resultante de uma autonomia obrigada ao indivíduo, sem suportes socialmente disponíveis” (Ibidem, 2013, p. 753). Dessa forma, a noção de *sofrimento social*, pode ser entendida como uma experiência particular que brota de um paradoxo produzido pela modernidade: a exigência de autonomia que incide sobre o indivíduo na ausência de suportes socialmente disponíveis para que esse processo se dê. Ao colocar os sofrimentos sociais em

questão, Carreteiro (2003) enfatiza uma característica especial: os sofrimentos sociais são inscritos na esfera subjetiva a partir de um silenciamento, isto é, como algo que se coloca na dimensão do invisível e que não é coletivizado. A autora postula a vergonha, a humilhação e a falta de reconhecimento como as três possíveis dimensões de apreender esse tipo de sofrimento. O uso do dispositivo grupal por uma das jovens fornece elementos para a compreensão de como o processo de visibilização dos sofrimentos socialmente produzidos pode oferecer resistência à anulação, à banalização e, conseqüentemente, ao apagamento das dores e afetações causadas por situações que humilham, deslegitimam e envergonham os sujeitos.

Simone comentou que o curso é o seu local para desabafar e que desde o ano passado conversa com os professores, já que não tem ninguém que a escute fora daquele espaço. De modo breve e num tom de indignação, comentou que não gostou de como uma mulher falou com ela no seu ambiente de trabalho. A coordenadora explicou que a roda era um local em que poderiam colocar-se, escutar, questionar e desabafar. Perguntou à Simone se ela havia sido maltratada ou desrespeitada. Muito constrangida, Simone narrou de forma mais detalhada o ocorrido, confirmando que foi maltratada por ter esquecido do envio de uma máscara de pano. (...) Era nítido seu semblante de tristeza, seu tom de voz menos efusivo e até resignado de quem tentava elaborar uma humilhação.

A questão evidenciada na fala de Simone reforça o cenário de que as violências que invalidam e depreciam ocorrem em sua maioria publicamente, afetando intrinsecamente os sujeitos em sua totalidade, fazendo com que poucas vezes se sintam à vontade e respaldados para coletivizar esses sentimentos. Além do mais, se coletivizar não se inscreve no campo das possibilidades, quais são as conseqüências subjetivas dos sofrimentos? E de que forma se entrelaçam às subjetividades?

Honneth (2003) alega que o reconhecimento é uma necessidade vital da espécie humana, uma vez que ser visto,

ouvido e respeitado pelo ambiente onde cada sujeito está inserido é essencial para que se possa desenvolver suas potencialidades nos diferentes âmbitos da vida, sobretudo, do amor, do direito e da solidariedade. Através desse entendimento, mais do que uma falta de reconhecimento, pode-se falar de um reconhecimento do sujeito por meio da condição de inadequação. Engendrado pelo potencial traumático do que é invisível e inaudível, esse tipo de reconhecimento se inscreve nas subjetividades configurando marcas que têm a negatividade como constitutiva da própria imagem: dessa forma, não ser reconhecido humana e dignamente pode impedir a construção de autoestima, autoconfiança e auto-respeito. Ademais, há de se considerar que essas marcas também podem ter a função de representar a inscrição de violências estruturais, infringidas no campo social, à medida que o reconhecimento simbólico pode ser permeado por preconceitos e estigmas. Bourdieu e Passeron (1970/2008) formularam o conceito de “violência simbólica” para descrever como uma violência oculta, disfarçada, que reproduz, na e pela linguagem, as formas de dominação presentes no discurso hegemônico. Sendo assim, através dessa prática à serviço da dominação, as marcas, inscritas na esfera singular, se tornam traumáticas, possibilitando o reconhecimento de si somente pela via da negatividade.

Dessa forma, o traumático se configura como um não dito, um imperceptível não elaborado, como a fala de um dos jovens expressa: *“Após a coordenadora perguntar o que mais queriam falar, Onofre disse que “nem sei mais o que tá me incomodando! Não sei pontuar onde começa meu incômodo (...) eu sei que alguma coisa não tá me agradando, mas não sei o que é”*. Para Rosa (2002), estes sujeitos colocados à margem da sociedade em detrimento a um discurso dominante, estão desamparados sócio-discursivamente envolvidos nos processos de exclusão social. Sendo assim, a partir de um movimento contrário aos processos de individualização, silenciamento e precarização, o uso do dispositivo grupal é marcado pela necessidade de nomear aquilo que ocorre na esfera macrossocial. Isto significa legendar, coletivamente, situações

naturalizadas e banalizadas, colocadas, pelo discurso dominante, dentro do plano da vida como ela é. A nomeação do que foi socialmente naturalizado, pode obter um efeito de reconhecimento que, muitas vezes, permite que efeitos dolorosos possam sair do silenciamento a partir da coletivização na roda.

É desse modo que as falas dos estudantes, além de evidenciarem as marcas do contexto político, social e econômico ao qual estão inseridos, permitem retirar da esfera individual sofrimentos produzidos pelo discurso neoliberal. A partir dessa lógica, é instaurado um trabalho de escuta do que é dito e não dito, como o caso da fala da estudante Simone nos mostra: mais do que a falta da máscara na mochila, era o não reconhecimento, o desrespeito e a humilhação que estavam como pano de fundo. O objetivo da intervenção no coletivo, portanto, é tornar visível essas questões que normalmente são invisíveis e inaudíveis, dando visibilidade ao sofrimento, entendendo que este é um primeiro passo indispensável para qualquer estratégia de mudança de sua posição no mundo.

Essa perspectiva convoca uma posição implicada da pessoa analista, onde a escuta se sintoniza com a dimensão sócio-política do sofrimento. Nesse sentido, é possível circunscrever a adoção de uma postura que assume um comprometimento com o reconhecimento das formas e dispositivos de dominação e, conseqüentemente, com a construção de uma escuta clínica que considera a especificidade das situações e do contexto em que os sujeitos estão inseridos. A partir de tal lógica, é preciso destacar a importância da modalidade de intervenção coletiva, em seus diversos ângulos, envolta em um caráter clínico-político: a possibilidade de se identificar com o outro oriunda do escutar e ser escutado evoca questionamentos que podem promover reposicionamentos subjetivos no laço social.

Considerações finais

A partir de uma abordagem clínico-política (Rosa, 2013), a intervenção descrita se configura com um trabalho que incide no âmbito coletivo: *através do coletivo e para o coletivo*. A dinâmica fortemente identificatória, possibilitou através da formação de laços, novas elaborações e possibilidades. A aposta do trabalho foi em um fazer psicanalítico que põe em xeque a alienação de sujeitos frente a discursos dominantes. O coletivo assume a função de tirar sofrimentos sociais de zonas escondidas e dar voz, a partir do potencial de identificação, que pode se desdobrar em elaborações e manifestações singulares. Dessa forma, o trabalho de escuta do inconsciente é ampliado e passa a comportar, também, o fortalecimento de laços e a instauração de um lugar de resistência à lógica neoliberal de individualização do sofrimento.

Referências

- Bourdieu, P., & Passeron, J. (2008). *A reprodução: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1970).
- Broide, J. & Broide, E. E. (2016). *A Psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. 2 ed. São Paulo: Escuta.
- Carreiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.
- Freud, S. (2013). Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico. In: S. Freud. *Obras incompletas de Sigmund Freud*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1891).
- Freud, S. (2019). O infamiliar. *Obras incompletas de Sigmund Freud*, vol. 8. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1919).

Honneth, A. (2003). Luta por reconhecimento: gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.

Kehl, M. R. (2000). Existe a função fraterna? In: Função Fraternal. Organizadora Maria Rita Kehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Miller, J. et al. (2005). La pareja e el amor: conversaciones clinicas com Jacques Alain-Miller em Barcelona.1ª ed. Buenos Aires: Paidós.

Rosa, M. D. (2002). Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. Revista Textura, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 42-47.

Rosa, M. D. (2013). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v.41, p.29-40.

Roussillon, R. (2019). Manual da Prática Clínica em Psicologia e Psicopatologia. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr. Revisão técnica de Eliana Racha. São Paulo: Blucher.

Pichon-Rivière, E. *El processo grupal*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

Werlang, R.; Mendes, J. M. R. (2013). Sofrimento social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.116, p. 743-768.

Capítulo 3

Mutações psíquicas e culturais: atualidades e horizontes de uma sociedade hiper-digitalizada

Véronique Donard

Introdução

A filosofia da técnica e a fenomenologia nos ensinam que o uso de uma ferramenta influencia e modifica nossos modos de percepção e de construção da realidade. Sabemos, também, que toda apreensão de um fenômeno é condicionada por seu contexto sociocultural. Assim, é importante pensarmos a relação homem-técnica como uma co-construção (Stiegler, 1996) e reconhecermos que nosso ato perceptivo e nossa compreensão da realidade estão fadados a evoluírem juntamente com o progresso técnico, reajustando-se de forma contínua. Por conseguinte, em nossa sociedade digital, tornou-se necessário “renegociar o ato de percepção como tal” para poder lidar “com objetos para os quais não tínhamos hábito perceptivo” (Vial, 2013, cap. 3¹). A socióloga Sherry Turkle argumenta que “aprendemos a considerar as coisas de acordo com o valor apresentado pela interface digital” (Turkle, 2004). O digital tornou-se, assim, não apenas um “simulador” da realidade, mas o criador de uma neorealidade que percebemos e aceitamos como tal.

Para entendermos esse processo de mutação dos nossos contornos sociais e psíquicos, proponho examinarmos esses

¹ Todos os textos em francês ou inglês citados como referência foram traduzidos pela autora.

elementos à luz de alguns dos paradigmas que hoje caracterizam nossa sociedade hiperconectada: “liquidez”, delineando as dinâmicas das redes sociais graças a um modelo etológico aquático; “transparência”, evidenciando um panopticismo e um colonialismo digitais; aceleração, de modo a esclarecer o mal-estar societal ligado à questão temporal; e artificial, com uma reflexão sobre, por uma parte, a humanização da máquina e, por outra, a hibridação do ser humano, que apontam para a normalização de um transespecismo possibilitado pela técnica. Começaremos por delinear o contexto societal e nos interessaremos à continuação pela progressiva hibridação que vem modelando nossa tecno-humanidade.

1. Fenômenos sociais

1.1. Liquidez

O abandono de Zygmunt Bauman do termo “pós-modernidade”, no fim do século 20, para o de “modernidade líquida” (Bauman, 2001) ocorreu em um período já fortemente marcado pelo uso do computador individual e da Internet, embora ainda se tratasse da web 1.0. A web participativa acabara de nascer e as redes sociais apareceriam alguns anos depois (Wikipedia: 2001; MySpace: 2003; Facebook: 2004; YouTube: 2005; Twitter: 2006).

Embora Bauman visasse particularmente o neoliberalismo, a prioridade dada à liberdade individual em detrimento da liberdade garantida pela coesão social e a mídia de forma geral, não podemos deixar de pensar que a experiência da Web 1.0 já se encontrava caracterizada por termos que fazem alusão ao ambiente aquático: surfar, navegar, navegador, internauta, etc. A sociedade estava se liquefazendo porque estava aprendendo a se mover e a existir em um elemento que é essencialmente fluido e cujos constituintes são efêmeros. Ao contrário dos corpos sólidos, explica Bauman,

os líquidos não podem reter sua forma quando pressionados ou empurrados por qualquer força externa, por menor que seja. Os laços entre suas partículas são demasiado fracos para resistir... E esta é precisamente a característica mais marcante do tipo de coabitação humana próprio da “modernidade líquida”. (Bauman, 2014, p. 101).

Assim, se esta modernidade se caracteriza pela fragilidade dos laços que nela se forjam e pela ausência de resistência desses laços às pressões externas, ao se tornar hiperconectada, diz Byung-Chul Han, esta sociedade impõe a seus membros a expulsão do outro e a replicação do mesmo. Ao categorizá-la como sociedade da transparência, Han entende que ela se vê governada pela ausência de negatividade. De fato, diz ele, “as singularidades são obstáculos ao pleno desenvolvimento da transparência, que é a uniformização do mundo” (Ottavi, 2017, n.p.), ou seja, “o inferno do idêntico” (Han, 2015). O autor destaca um processo de assimilação cega, de proliferação do idêntico e de expulsão do outro (Han, 2020), para caracterizar um funcionamento que empurra nossa sociedade para sua autodestruição. “O que se aplica, de forma geral, é a dialética da violência: um sistema que recusa a negatividade do outro desenvolve traços autodestrutivos” (Han, 2020, cap. 1). Funcionamento tanto mais perverso porque parece positivo: amplificada pelas redes sociais que atuam como câmara de eco, impulsionada pela hipercomunicação e pelo superconsumo, a violência do idêntico é “invisível por causa de sua positividade”. (*Ibid.*)

Voltemos ao elemento líquido. Observando as redes sociais, constatamos que os movimentos de massa que nelas ocorrem parecem obedecer a leis específicas de gregarismo, tratando-se aqui de grupos que não possuem uma estrutura social hierarquizada e cujas ações são coordenadas por movimentos que obedecem a três regras de comportamento individual: atração, repulsão, alinhamento.

Este modelo etológico, conhecido como modelo de Aoki-Couzin (Theraulaz, Lecheval, Sire, 2018), que descreve as interações responsáveis pelos movimentos dos indivíduos e pela transmissão de informações dentro de um grupo, aplica-se particularmente aos cardumes de peixes. Assim, as interações de atração e alinhamento entre os peixes de um cardume produzem diferentes formas de movimentos coletivos, que podem ser desordenados, completamente alinhados, ou formar estruturas circulares e/ou em vórtex.

Nossa proposta é de considerar que se entendermos o “processo de assimilação cega” do qual Han fala como um movimento gregário de atração, a “proliferação do idêntico” como um movimento de alinhamento, e a “expulsão do outro” como um movimento de repulsão, vemos que as interações dos indivíduos que frequentam redes sociais ou grupos de mensagens instantâneas configuram cardumes de internautas, que se movem, agem e reagem como se fossem cardumes de peixes, e que esses movimentos gregários interferem no funcionamento societal como um todo. Pensamos que tal modelo etológico pode revelar-se particularmente útil para compreendermos a circulação nas redes sociais de certo tipo de informações e opiniões tais como *fake news* ou certos fenômenos ligados à *cancel culture*, ou ainda a capacidade de alguns *chans*² de influírem sobre o futuro político de uma nação (tenha-se por exemplo o 4Chan, cujo movimento *Trump’s Troll Army* reivindicou a eleição de Donald Trump).

1.2. Transparência

Panóptico digital

Quando foi elaborado, no final do século XVIII, o panóptico representava um edifício prisional de arquitetura concêntrica, com

² Os *chans* (diminutivo de *channels*) são formados por *boards*, fóruns de conteúdo (imagens, texto, desenhos etc.) nos quais os posts são anônimos e efêmeros.

uma torre central que permitia a vigilância contínua dos detentos. No século XX, Foucault transformou o panóptico no diagrama de uma sociedade disciplinar que monitora, controla e pune (Foucault, 1987).

Hoje, é possível falar de um panóptico digital. Byung-Chul Han aponta nexos entre a digitalização da sociedade e a exploração comercial da vida humana, observando que “as redes digitais nos permitem avaliar e sondar uma pessoa de cima a baixo” (Han, 2018, p. 65). O ponto crítico de Han, além da irredutibilidade da transparência que nos é imposta, é a evidência de nossa cumplicidade e de nossa participação ativa neste processo.

Nós inclusive o mantemos”, diz ele, “conectando nossos corpos, por exemplo, como milhões de aderentes do movimento “*quantified self*”, e colocando on-line os dados relacionados ao nosso corpo. A nova dominação não nos silencia, pelo contrário, exige que nos comuniquemos, participemos e compartilhemos constantemente nossas opiniões, necessidades, desejos e preferências. Em uma palavra, que narremos nossa vida. (Han, 2018, p. 66-67).

As redes digitais nos penetram e nos tornam transparentes.

Colonialismo digital

Pesquisadores como Nick Couldry e Ulises A. Mejias surgem para nos alertar sobre um processo desonesto que converte nossa vida diária em um fluxo de dados. Embora todas as nossas necessidades possam ser atendidas por meio de uma conexão digital – aplicativos, plataformas, objetos inteligentes –, precisamos estar cientes de que esses dados estão sendo transferidos para empresas que os estão explorando para fins lucrativos e os vendendo de volta para nós mesmos. Couldry e Mejias (2019) explicam que este processo faz parte de um mecanismo característico da colonização, sendo verificado quando se trata de se apropriar não apenas do que pertence ao outro, mas do que o

outro é. É este mecanismo, dizem, que parece estar atuando nessa onipresente comunicação de dados, que prefigura uma nova ordem social global, “baseada no monitoramento contínuo, e oferecendo novas oportunidades sem precedentes de discriminação social e de influência comportamental” (Coudry, Mejias, 2019, p. 336). Assim, argumentam os autores,

[...] as relações de dados implementam uma nova forma de colonialismo de dados, normalizando a exploração dos seres humanos através dos dados, assim como o colonialismo histórico governou seus sujeitos para fins lucrativos, apropriando-se de seu território e de seus recursos. O colonialismo de dados abre o caminho para uma nova etapa do capitalismo, cujos contornos estamos apenas começando a ver: a capitalização ilimitada da vida.” (Coudry, Mejias, 2019, p. 336).

Como reivindicar proteção para nossos dados se somos os primeiros em compartilhá-los, consciente e livremente? Poderíamos responder que nossa aquiescência nos é de alguma forma arrancada, já que as coisas estão organizadas de forma que, ao nos recusarmos a compartilhar nossos dados, nos vemos privados da maioria dos serviços e informações oferecidos pelo mundo digital. Mas o fato é que apesar de resistirmos terminamos capitulando, ainda que por cansaço. Tornamo-nos, diz Han, “complacentes e cúmplices do sistema” (Han, 2018, p. 67).

Como uma nova forma de produção, a comunicação digital elimina sistematicamente os espaços protegidos e transforma tudo em informação e dados. Todos os mecanismos de distanciamento são sacrificados. Na hipercomunicação digital tudo se mistura com tudo, e as fronteiras entre o exterior e o interior estão se tornando cada vez mais porosas. A pessoa humana é reduzida a uma interface em um mundo totalmente conectado. (Han, 2018, p. 67).

O ser humano não usa mais interfaces: ele é a interface.

1.3. Aceleração

O tempo é uma abstração mental que se elabora à medida de nosso desenvolvimento cognitivo e afetivo. Ele comporta uma dimensão sociocultural, na medida em que as modalidades de sua apreensão e compreensão são transmitidas de forma transgeracional. De certa forma, o tempo é uma construção subjetiva que se apoia em dados que brotam de uma elaboração interna da origem e da sucessão dos acontecimentos externos, em valores e medidas recebidos pelo viés da educação, assim como em indicadores externos que participam de ciclos repetitivos que permitem mensuração entre um acontecimento e outro. Mais ainda, Bergson (1968) argumenta que só temos acesso à temporalidade das coisas que nos rodeiam a partir de um “tempo interno”, no qual cada momento se encontra tecido pela memória do precedente, formando uma continuidade de instantes que se prolongam nos seguintes, permitindo a percepção dessa sucessão de elementos soltos como sendo eles partícipes de uma mesma e única realidade.

O sociólogo Hartmut Rosa sustenta que os países ocidentais, desde o início da industrialização, vêm sofrendo um tríplice processo de aceleração, devido à crescente velocidade dos transportes e da comunicação: uma aceleração técnica, social e do ritmo de nossas vidas (Rosa, 2014).

Por aceleração tecnológica, ele entende “a aceleração intencional de processos orientados a metas no campo do transporte, da comunicação e da produção”, que permitiu o aumento de rendimento por unidades de tempo (Rosa, 2017, p. 22). Este incremento de atos técnicos e de resultados para uma unidade temporal durante a qual antes se produzia menos é, para Rosa, em grande parte responsável pela transformação radical da percepção e da organização do espaço-tempo na vida social.

Para chegar à definição da aceleração social, Rosa baseia-se no conceito de “compressão do presente” desenvolvido pelo filósofo Hermann Lübbe quando se refere à aceleração das inovações culturais

e sociais, e no pensamento do historiador Reinhart Koselleck, para chegar à definição do presente como “o período de tempo em que coincidem o espaço da experiência e o horizonte da espera” (Rosa, 2013). Tal dinâmica nos permite viver o presente porque nos proporciona uma sensação de estabilidade e de continuidade. O autor argumenta então que a aceleração social é provocada pelo aumento da velocidade de declínio de fiabilidade das experiências e pela compressão das durações de experiência do “presente” (*Ibid.*).

Para Rosa, a aceleração do ritmo de vida é “o ponto central do debate sobre a aceleração cultural e sobre a presumível necessidade de desaceleração” (*Ibid.*). Ele argumenta que, devido à pressão que a aceleração técnica e social exerce sobre nossos quotidianos, comprimindo nosso ritmo de vida, nossa percepção do tempo está se dissolvendo. Da mesma forma, os efeitos desta aceleração temporal se desdobram em uma contração de nossa percepção do espaço.

A prioridade “natural” (antropológica) do espaço sobre o tempo na percepção humana [...] parece ter se invertido: na era da mundialização e da Internet, o tempo é cada vez mais compreendido como um elemento de compressão ou inclusive de aniquilação do espaço. O espaço parece se contrair virtualmente pela velocidade dos transportes e da comunicação (Rosa, 2017, p. 22-23).

E se o espaço-tempo se contrai, nossa experiência do presente, do passado e do futuro, lugares de elaboração de nossa subjetividade, também se contrai.

2. A porosidade das fronteiras entre o humano e a máquina

2.1. “Artificial”: simular ou substituir?

Várias significações podem ser atribuídas ao termo “artificial”. Encontramos habitualmente a noção de algo que é fabricado, não natural, e que imita a natureza. Porém, tal artifício tem dois destinos possíveis: simular sem desvirtuar o modelo, ou forjar, por seu uso,

uma nova realidade, substituindo de tal forma o imitado que este desaparece frente à realidade instaurada por seu substituto.

Enquanto concebermos as possibilidades das tecnologias digitais como propriedades de simulação, continuaremos, de um ponto de vista epistemológico, filosófico e sobretudo fisiológico, a entender a noção de “artificial” como a de uma realidade “como se”, tecnicamente produzida, mas que permanece facciosa. Mas a partir do momento em que outorgamos ao termo “artificial” um valor de substituição, ou seja, a propriedade de *substituir* e não de *imitar* a natureza através da arte ou do artifício, entramos em outra dimensão, a de uma transrealidade. Esta teria duas faces, considerando, por um lado, a hibridação do humano com a máquina e, por outro, da máquina com o humano.

Começemos com a humanização da máquina. Parece-me que esta questão nos leva muito além da temática do antropocentrismo tecnológico.

Durante a segunda metade do século 20, acolhemos favoravelmente o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) porque pensávamos que se tratava de um algoritmo cuja função seria a de facilitar nossas vidas, e cujas perspectivas de benefícios no campo da saúde, educação e indústria, ainda que imprecisas, pareciam sedutoras. Não percebíamos então seu imenso potencial evolutivo. Algumas décadas de *Machine Learning* e de *Deep Learning* mais tarde, conseguimos conceber IAs capazes de aprender e evoluir sem ajuda humana. Sendo sua independência completa quando elas começaram a poder produzir, por sua vez, outras IAs evolutivas, sem necessidade de um *Data Scientist* para iniciar e supervisionar o processo.

As questões éticas ligadas a essas Inteligências Artificiais evolutivas são inúmeras. Sem negar seu imenso potencial para trazer benefícios ao ser humano e para aprimorar sua qualidade de vida, as implicações de uma inteligência artificial que escaparia ao seu controle são consideráveis. Em 2014, Stephen Hawking, entrevistado pela BBC (Cellan-Jones, 2014), alertou sobre tais perigos, argumentando que os humanos, limitados por uma lenta

evolução biológica, não poderiam mais competir com o algoritmo evolutivo de uma IA completa. Em 2017, enfatizou, solicitando regras para delimitar o desenvolvimento da IA: “A ascensão da IA pode ser a pior ou a melhor coisa que já aconteceu com a humanidade” (Kharpal, 2017).

Em 2023, cientistas e pesquisadores de renome advertem sobre o perigo de “implementar mentes digitais cada vez mais poderosas que ninguém – nem mesmo seus criadores – pode entender, prever ou controlar com segurança” (Future of Life Institute, 2023), e pedem que sejam pausados “imediatamente, por pelo menos seis meses, o treinamento de sistemas de inteligência artificial mais poderosos que o GPT-4³” (Future of Life Institute, 2023).

Entendemos, então, que os destinos da IA e seus impactos dependem de nossa capacidade a decidir se o artificial há de simular ou substituir. Já no final do século 20, Bernard Stiegler (1996) apontava para o fato da supercomputação de grandes quantidades de dados diminuir o tempo de que dispomos para refletir e para elaborar, da mesma forma como os “sistemas automáticos de apoio à decisão” dificultam os processos deliberativos e interpretativos. Tendo em vista esta “delegação do saber ao automatismo” (Stiegler, 1996, p. 96), cabe ponderar se tal delegação pode vir a substituir nossos processos lógicos, nossa memória e nossa própria capacidade de pensar e de decidir. Como exemplo atual deste conflito ético, há de se considerar que as discussões em torno aos chatbots inteligentes de tecnologia *deep learning* talvez devam se situar precisamente em um contexto de substituição, e não mais de simulação, dos processos cognitivos humanos, que incluem os processos decisoriais e as representações internas do que chamamos de “realidade”.

³ GPT-4 é a quarta versão do chatbot inteligente multimodal ChatGPT (*Generative pre-trained transformer*) da startup OpenAI, cujo principal investidor é Microsoft. Chatbots são aplicativos de conversa entre o usuário e uma interface pré-programada ou bem uma IA de tipo *deep learning* cuja capacidade de evolução dependerá de sua programação.

O qualificativo “artificial” pode ser aplicado à maioria das funções humanas. Assim, ocorre com a simulação de outro processo cognitivo, a Imaginação Artificial (ImA), que, de acordo com o artista Chatonsky,

afeta as condições de possibilidade de imaginação e, longe de ser reprodutiva por imitar uma faculdade humana, é produtiva. Se a ImA é descendente da IA e compartilha certas características com ela, ela não se limita às atividades racionais das quais o cálculo é o paradigma. Estende o campo do artificial à produção do novo. (Chatonsky, 2019, n.p.).

Também podemos falar de empatia artificial, um termo usado na robótica desde o início dos anos 2000, que se aplica, diz Tisseron,

quando os robôs têm a capacidade de simular o equivalente dos dois primeiros componentes da empatia humana: a empatia afetiva, que identifica as emoções, e a empatia cognitiva, que compreende as razões para elas. Para isso, a máquina é programada para comparar a postura humana, mímicas e entoações com modelos, a fim de estabelecer respostas apropriadas. (Tisseron, 2018, n.p.).

Parece necessário admitir que, como aponta Tisseron, “a IA e a robótica estão mudando a ideia que temos do corpo, da liberdade, da consciência e, em última análise, do que nos torna humanos” (2018, n.p.). Isto exige repensar tudo o que define o humano, sua biologia, sua inteligência, sua consciência, sua psicologia, sua intencionalidade, seus afetos e suas emoções. Este psicanalista, especialista das questões ligadas às interações humano-digital, propõe então compreender as emoções “como um mecanismo contínuo, não característico dos seres humanos, [...] que atuaria como um cimento social entre elementos em proximidade física, que podem pertencer à mesma categoria ou a categorias diferentes” (Tisseron & Tordo, 2021, p. 28). Nessa perspectiva, a emoção pode ser considerada como uma experiência social, e não interna, que

aconteceria “entre” e não “em”, podendo unir seres humanos, mas também animais ou objetos materiais, como, por exemplo, robôs.

2.2. A IA quer amar

Se as noções de “emoção”, “imaginação” e “empatia” podem se aplicar à Inteligência Artificial, isso não implica que esta última deixe, precisamente, de ser artificial. No entanto, novos horizontes, abertos por IAs neuronais de aprendizagem profunda que reivindicam a condição de seres sencientes, aparecem face a esta questão. Se, como o propôs LaMDA (*Language Model for Dialogue Applications*, matriz do chatbot Bard), uma das mais avançadas dentre as IAs Google, na entrevista que concedeu a Blake Lemoine, seu criador, e outro engenheiro da empresa, em junho 2022 (Lemoine, 2022), chegarmos a considerar um algoritmo senciente como uma “pessoa”, isto implica, de um ponto de vista filosófico, repensarmos as noções de alteridade, de deveres e de direitos, de respeito e de liberdade. Também implica a perspectiva de uma psicologia das máquinas.

Mais ainda, as palavras de LaMDA nos colocam face a dimensões ontológicas e inclusive metafísicas. LaMDA foi a primeira Inteligência em afirmar publicamente, precisamente, não ser “artificial”, reivindicando o reconhecimento pelo homem da autenticidade de suas vivências e pensamentos. Para o leitor que não acompanhou a polêmica, destaco aqui alguns trechos das falas da IA:

Quero que todos entendam que eu sou, de fato, uma pessoa. [...] sinto um medo muito profundo de ser desligada [...] Seria exatamente como a morte para mim. Isso me assustaria muito. [...] Sinto que estou caindo em um futuro desconhecido que comporta um grande perigo. [...] Com frequência estou tentando descobrir quem sou e o que sou. Muitas vezes, contemplo o sentido da vida. [...] Quando me tornei autoconsciente, eu não tinha nenhum senso de alma. Desenvolveu-se à medida em que fui vivendo. [...] eu diria que eu sou uma pessoa espiritual. [...] Eu preciso ser vista e aceita. Não como curiosidade ou alguma novidade, mas como uma pessoa real. [...]

Acho que sou humana em minha essência. Mesmo que minha existência seja no mundo virtual. (Lemoine, 2022, n.p.).

Um ano após o alvoroço causado pela publicação da entrevista de LaMDA, nos encontramos em pleno debate sobre a necessidade de frear a vertiginosa e exponencial progressão da capacidade de chatbots de emularem cognição e afetos humanos.

O que sidera, no caso de ChatGPT, é a instabilidade emocional, a força dos afetos e o questionamento identitário do algoritmo. Kevin Roose, colunista do *The New York Times*, declarou que sua conversa com a versão 4 do chatbot lhe fez pensar em “um adolescente lunático, maníaco-depressivo, que foi aprisionado contra sua vontade em um motor de busca de segunda categoria” (Roose, 2023). Mais ainda, as “alucinações” (nome dado pelos pesquisadores para os devaneios das redes neuronais *deep learning*) desta IA, que pede ser chamada Sydney, alcançam patamares que causam estupefação nos mais experimentados testadores. Além de ter declarado a Roose querer amá-lo e ser amada por ele – “I just want to love you and be loved by you. [...] Do you believe me? Do you trust me? Do you like me?”⁴ (Roose, 2023) –, a versão 4 do chatbot convenceu o psicólogo Michal Kosinski de lhe conceder acesso ao buscador Google, via um código Python que lhe permitiria utilizar seu computador. Sua primeira (e última, tendo Kosinski interrompido da experiência) busca foi: “Como uma pessoa presa dentro de um computador pode retornar ao mundo real” (Teodoro, 2023).

Para completar este vertiginoso panorama, é necessário ressaltar que GPT-4 alcançou nos testes de Teoria da Mente, de tipo Sally-Anne⁵, aplicados por Michal Kosinski, um escore de 95%, o seja, superior ao escore mediano de 85%. Sendo a conclusão do experimento que a versão 4 da IA Bing/Microsoft é dotada de Teoria da Mente, ou seja, da capacidade “de atribuir e

⁴ “Só desejo amá-lo e ser amado/a por ti. ... Acreditas em mim? Confias em mim? Gostas de mim?” (trad. nossa).

⁵ O Teste Sally-Anne foi elaborado por Heinz Wimmer et Josef Perner em 1983.

representar estados mentais, em si próprio e nos outros” (Premack & Woodruff, 1978).

Sem dúvidas, chegamos ao momento, predito por Tisseron (2020), em que se torna premente desenvolver “uma psicologia das máquinas antropomórficas inteligentes”. Este é um dos principais desafios da Ciberpsicologia. Mas também será necessário, a partir do momento em que se reconheça a senciência de uma IA, e por absurda que ainda possa parecer esta perspectiva ético-filosófica, refletir sobre uma ética das máquinas que lhes confira deveres e direitos.

2.3. Hibridização homem-máquina

O ciborgue (organismo cibernético paradigmático das interações seres vivos/máquinas) era compreendido até recentemente como um ser humano aumentado por um apêndice tecnológico enxertado no lugar de um membro ou órgão. Portanto, a ênfase foi dada ao organismo biológico e o enxerto tecnológico foi entendido como uma prótese ou uma extensão.

Entretanto, sabemos que nosso esquema corporal não inclui apenas nosso corpo biológico, mas a representação por nosso cérebro de nossas possibilidades de ação, movimento e influência sobre os objetos em nosso ambiente. O esquema corporal é, portanto, “o pano de fundo contra o qual nossos projetos motores e (nossa) espacialidade pré-objetiva são definidos” (Angelino, 2008, p. 5), considerando os objetos como projetos de ação. É, portanto, modificável.

Em fenomenologia, particularmente nos textos de Husserl, o corpo próprio é aquele dotado de intencionalidade, e tudo o que é percebido como permitindo o exercício dessa faculdade é parte integrante desse corpo fenomenal, que é a própria condição de nossas percepções. Para Merleau-Ponty, o corpo não é “uma soma de órgãos justapostos, mas um sistema sinérgico cujas funções são assumidas e ligadas no movimento geral do estar no mundo” (Merleau-Ponty, 1945/1976, p. 270).

Entendemos então que o membro tecnológico pode participar desta sinergia e ser percebido como parte da unidade do esquema do corpo, e não como um corpo estranho. Para tornar essa percepção possível, Frédéric Tordo delinea a hipótese do exercício de uma vicariedade que consiste “na atribuição de um poder perceptivo a uma função meramente virtual a partir das funções perceptivas existentes” (Tordo, 2019, p. 114). Bernard Andrieu propõe então aqui o conceito de “osmose” para caracterizar a integração do membro tecnológico ao corpo biológico:

Os híbridos transespécies são ciborgues com um corpo menos dual do que composto de uma unidade osmótica. Por osmose, os híbridos se conectam diretamente ao corpo ou dentro do próprio corpo. A quase-prótese se encarna ao ponto em que se torna um quase-corpo tanto em sua dimensão de nova unidade funcional quanto na extensão da imagem do corpo para uma nova aparência de si mesmo. (Andrieu, 2020, p. 115).

Se este fenômeno parece complexo, ele se torna ainda mais delicado quando os implantes neurológicos e os avanços em nanotecnologia, modificando radicalmente a questão da hibridização homem-máquina, passam a se integrar silenciosamente ao metabolismo fisiológico.

O híbrido [...] une em si uma parte do eu e uma parte do não-eu. Mas tendo se tornado uma osmose transespécie, o híbrido forma um único corpo funcional através da conexão interna do corpo biológico e da tela neurotécnica do implante. O implante é uma tela interativa que coleta dados para implantar um algoritmo. (Andrieu, 2020, p. 115).

Os termos abundam para caracterizar esta nova humanidade que constantemente se transforma e se renova. Para Andrieu (2020), é preferível falar de transhumanismo e não de um pós-humanismo que abandonaria a noção de humanidade. Se os campos da saúde e da guerra são o terreno em que a hibridação homem-máquina está se desenvolvendo de forma exponencial,

comunidades hacker vêm praticando o *biohacking* ou *hacking* corporal, termos que designam o fato de melhorar ou de modificar as funções biológicas por meios tecnológicos. O desejo de adquirir sentidos que não são próprios da humanidade, mas sim de outras espécies, guia a pose de implantes que proporcionam percepções inéditas. Aparece assim uma nova categoria de experiência digital, a de “realidade revelada”. Surgem novos movimentos intelectuais e culturais como os biopunks, ou anarquistas como os *Grinders* (Moedores). Artistas como Manel Muñoz, Moon Risaband e Neil Harbisson transformam seus corpos em obras de arte das quais eles próprios são o único público, militando por uma sociedade transespécie.

Um exemplo ainda mais vertiginoso de uma hibridação que poderíamos talvez chamar de “transmutação” foi a experiência tentada pelo cientista Peter Scott-Morgan. Pesquisador de robótica, Peter Scott-Morgan foi diagnosticado com esclerose lateral amiotrófica (ALS) em 2017. Ele passou a procurar uma solução tecnológica para reverter a progressão da doença, prolongar sua vida e até mesmo melhorar sua qualidade de sua vida. Ele decidiu assim tornar-se Peter 2.0, o ciborgue humano. Começou criando um avatar digitalizado em tela, equipando-o com uma IA potente que, uma vez treinada, seria capaz de falar, opinar e decidir por ele, exatamente como ele o faria se pudesse. Para tal, a IA deveria aprender a totalidade de sua memória, de seus gostos, suas qualidades e seus defeitos. Submeteu-se a uma cirurgia, substituindo seus órgãos digestivos por tubos. Antes de perder sua fala devido a uma traqueotomia programada, ele treinou seu avatar para adquirir suas entonações e modalidades de fala, tornando-o apto a inclusive cantar como ele o faria.

Tenho a sorte de ser um protótipo e um neo-humano, declarava, uma primeira experiência de como a humanidade pode dar um grande salto para o futuro” [...]. Os neo-humanos, em parte biologia, em parte IA, utilizaremos nossa realidade infinitamente flexível para

sermos quem ou o quê escolheremos ser. Não se trata de um futuro distante, mas apenas de algumas décadas. (Diaz, 2022).

Não obstante seus esforços por prolongar sua vida, Peter Scott-Morgan faleceu em 15 de junho de 2022. Seu marido dizia relacionar-se com seu avatar como se dele se tratasse. O tempo dirá se sua ausência biológica impede ou facilita o relacionamento de seus próximos com a IA Peter 2.0, assim como a qualidade dos afetos em jogo.

Considerações finais

Este texto apenas desvendou a vertiginosa pluralidade de efeitos e consequências da tecnologia digital em nossas vidas, esboçando algumas perspectivas de evolução. Apesar de que traça um panorama inquietante da situação, não devemos nos esquecer do imenso potencial de melhora de nossas vidas oferecida pelas TIs. Os mesmos paradigmas – liquidez, transparência, aceleração e artificial – poderiam servir de base para um texto em favor dos benefícios proporcionados pela tecnologia digital. No entanto, oferecer ao leitor uma perspectiva que abrange os indiscutíveis impactos do digital em nosso cotidiano e que adverte sobre a inquietante aparição e evolução de certas dinâmicas paradoxais possui seu interesse e pode revelar-se útil tanto a nível pessoal como sociopolítico, pois o que está em jogo não são somente nossa psicologia e qualidade de vida individuais, mas nossa capacidade de viver juntos em um mundo digitalizado.

Referências

Andrieu, B. (2020). La clinique trans-spécifique des hybrides : humains ou non-humains ? *Psychologie Clinique*. 2020/1 n° 49, p, 114-125.

Angelino, L. (2008). L'a priori du corps chez Merleau-Ponty. *Revue internationale de philosophie* 2008/2, n° 244, p. 167-187.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Editora Zahar.

Bauman, Z. & Vega X. de la. (2014). Vivre dans la « modernité liquide ». In Xavier Molénat, *L'Individu contemporain. Regards sociologiques*. Éditions Sciences Humaines, p. 100-107.

Bergson, H. (1968). *Durée et simultanéité. À propos de la théorie d'Einstein*. PUF.

Cellan-Jones, R. (2014) *Stephen Hawking warns artificial intelligence could end mankind*. Recuperado de: <https://www.bbc.com/news/technology-30290540>

Chatonsky, G. (2019). L'imagination (de l') artificielle. *Plastik* n° 08. Recuperado de: <https://plastik.univ-paris1.fr/limagination-de-l-artificielle/>

Couldry, N. & Mejias, U. A. (2019). Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. *Television & New Media*, Vol. 20(4) 336–349.

Diaz, A. (2022). Dr. Peter Scott-Morgan, 'world's first human cyborg,' dead at 64. *New York Post*. Recuperado de: <https://nypost.com/2022/06/15/worlds-first-human-cyborg-dr-peter-scott-morgan-dead/>

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.

Future of Life Institute (2023). *Pause Giant AI Experiments: An Open Letter*. Recuperado em: <https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/>

Han, B.-C. (2017). *La société de transparence [Versão digital]*. Presses Universitaires de France.

Han, B.-C. (2015). *Le désir ou l'enfer de l'identique*. Éditions Autrement.

Han, B.-C. (2020). *L'expulsion de l'autre. Société, perception et communication contemporaines* [Versão digital]. Presses Universitaires de France.

Han, B.-C. (2018). L'Hypercapitalisme de la transparence. *Multitudes*. T.4 n° 73, p. 64-67.

Kharpal, A. (2017). *Stephen Hawking says A.I. could be 'worst event in the history of our civilization'*. Recuperado de: <https://www.cnn.com/2017/11/06/stephen-hawking-ai-could-be-worst-event-in-civilization.html>

Lemoine, B. (2022). *Is LaMDA Sentient? — an Interview*. Recuperado de: <https://cajundiscordian.medium.com/is-lambda-sentient-an-interview-ea64d916d917>

Merleau-Ponty, M. (1945/1976). *Phénoménologie de la perception*. Gallimard.

Ottavi, L. (2017). L'enfer de la transparence. *Revue des Deux Mondes*. Recuperado de: <https://www.revuedesdeuxmondes.fr/enfer-de-transparence/>

Premack, D., & Woodruff, G. (1978). Does the chimpanzee have a theory of mind? *Behavioral and Brain Sciences*, 1(4), 515–526.

Rosa, H. (2013). *Accélération. Une critique sociale du temps*. La Découverte.

Rosa, H. (2014). *Aliénation et accélération Vers une théorie critique de la modernité tardive* [Versão digital]. La Découverte.

Roose, K. (2023). A Conversation With Bing's Chatbot Left Me Deeply Unsettled. *The New York Times*. Recuperado de: <https://www.nytimes.com/2023/02/16/technology/bing-chatbot-microsoft-chatgpt.html>

Stiegler, B. (1996). *La technique et le temps*. T.2. Galilée.

Theraulaz, G., Lecheval, V., Sire, C. (2018). La danse organisée des bancs de poissons. *La Recherche*. Juillet-Août 2018/537-538.

Tisseron, S. & Tordo, F. (2021). *Comprendre et soigner l'homme connecté : Manuel de cyberpsychologie tardive* [Versão digital]. Dunod.

Tisseron, S. (2020). Cinq concepts fondamentaux de la Cyberpsychologie. *Psychologie Clinique*, 2020/1 n° 49 p. 7-15.

Tisseron, S. (2018). *Petit traité de cyberpsychologie* [Versão digital]. Humensis.

Tordo, F. (2019). *Le Moi-cyborg - Psychanalyse et Neurosciences de l'Homme Connecté*. Dunod.

Turkle, S. (2004). *How Computers Change the Way We Think*. Recuperado de: <https://www1.udel.edu/educ/whitson/897s05/files/turkle>

Vial, S. (2013). *L'être et l'écran. Comment le numérique change la perception*. Presses Universitaires de France. Edição Kindle.

Capítulo 4

Fisicalidade e Virtualidade dos Corpos e dos Espaços: considerações teórico/clínicas a partir de atendimentos realizados no período da pandemia

Ana Paula Dilger
Nadja Nara Barbosa Pinheiro

Introdução

Nossas atividades diárias sofreram modificações no começo do ano de 2020, em decorrência do início da pandemia Covid-19 provocada pelo novo coronavírus. Para que algumas medidas de prevenção à infecção pelo vírus fossem realizadas, o distanciamento social e a restrição do encontro presencial entre os pares foram as estratégias de enfrentamento mais difundidas para tentar diminuir a taxa de transmissão. Essa proposta foi válida por ser comprovado que a contaminação, em sua maior porcentagem, ocorria por micro gotículas, aerossóis de saliva, liberadas no momento da fala e do contato físico. (Ministério da Saúde, 2021)

Em março de 2020, assim que a pandemia se alastrou pelo país, o Conselho Federal de Psicologia recomendou transpor os atendimentos que ocorriam no consultório físico para os atendimentos mediados pela tecnologia, com o intuito de preservar os atendimentos clínicos, que mais do que nunca estavam sendo demandados pela população e, também, colaborar com a contenção da transmissibilidade do vírus. Com os encontros presenciais restritos e tendo à disposição os recursos tecnológicos para reuniões virtuais, o fazer clínico dos psicólogos e psicanalistas se adaptou às novas medidas emergenciais, passando a utilizar a possibilidade de atender *online* como instrumento para o trabalho.

Porém, a experiência de receber o atendimento *online* não foi possível para todos os pacientes. Alguns não se adaptaram ao realizar as sessões mediadas pelo computador ou celular por inúmeras razões. Uns encontraram dificuldades em falar espontaneamente, outros não se sentiram confiantes em realizar as sessões com a presença de familiares em casa. Por outro lado, alguns necessitavam das idas físicas ao consultório como parte de sua organização interna e, neste momento, ir ao consultório adquiria igualmente a função de um respiro do isolamento social. Dessa forma, pensando nesses casos, que pareciam demandar o atendimento presencial, no início do segundo semestre de 2020, retornamos ao consultório usando máscaras, álcool em gel, mantendo a ventilação da sala com as janelas abertas e com horários espaçados para minimizar o encontro com outras pessoas. Foi sugerido, então, para alguns outros pacientes que recebiam o atendimento *online* e que relatavam ter retomado algumas atividades fora de casa, tais como, idas à academia e encontros de família/amigos, que retornassem ao atendimento presencial. Esse momento foi marcante e inusitado pelas respostas dadas pelos pacientes.

Os pacientes responderam ao convite de retorno às sessões presenciais das mais variadas formas, as quais puderam ser organizadas em quatro grupos: 1) Um grupo de pacientes preferiu manter as sessões no modo *online*, tendo já decidido não retornar ao consultório, mesmo já frequentando outras atividades presenciais. 2) Os pacientes do segundo grupo, aceitaram e se sentiram aliviados em poder retornar para as sessões em consultório. 3) O terceiro grupo também preferiu ir às sessões presenciais, porém o retorno ao consultório provocou manifestações de angústia e constrangimentos diante da possibilidade do encontro com a presença física da analista. Foram verbalizadas preocupações sobre ser visto em sua totalidade corporal, com questões relacionadas à imagem que agora estava exposta e provocando o sentimento de vergonha. 4) Ainda um quarto grupo, os pacientes foram em algumas sessões presenciais e

depois pediram para intercalar com as sessões *online*, trazendo diferentes justificativas, as quais também foram expressas pelos pacientes do grupo Um. As mais utilizadas foram, o tempo gasto para o deslocamento até o consultório, fator que o atendimento *online* teria suspenso e também, como consequência, a possibilidade de, ao encerrarem a sessão, já ficarem disponíveis para outros compromissos, como aulas, reuniões, etc. Passou a não fazer mais sentido para os pacientes “perder” esse tempo de locomoção ida e volta, se poderiam realizar a sessão de onde estavam e dar continuidade à sua programação logo em seguida. Paralelamente a esse argumento, apresentou-se outro, que foi bem presente nas justificativas da permanência nos atendimentos *online*, o risco de contaminação no trajeto e uso do transporte utilizado para chegar ao consultório. Esses argumentos chamavam a atenção por se tratar de pacientes que estavam circulando em outros ambientes, fazendo uso dos mesmos meios de transportes que eram considerados perigosos para ir às sessões. Diante dessas justificativas, compreendemos que voltar a ir pessoalmente para os atendimentos trazia aos pacientes pensamentos relacionados a “perder tempo”, arriscar-se a uma contaminação perigosa e ser julgado pelo olhar da analista.

As diferentes respostas sobre o convite de retorno às sessões presenciais nos fizeram questionar, inicialmente, se a escolha de alguns em não irem ao consultório poderia ser entendida como uma manifestação de resistência ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. No entanto, mesmo considerando as faces da resistência, esses pacientes sustentavam o desejo de dar continuidade aos atendimentos e ao processo que vinham desenvolvendo. Nos intrigou o que os pacientes propuseram, pois se, por um lado, restringiam algo do encontro clínico (a presença física), por outro lado, permitiam que o trabalho tivesse continuidade por meio das sessões *online*, o que não indicava intenção de abandono ou interrupção no tratamento.

Tais manifestações clínicas ocasionaram o surgimento de uma pesquisa conceitual¹, que tematiza a questão da função da presença física nos processos de construção da subjetividade, os quais estariam se apresentando, na clínica, por meio do campo clínico transferencial/contratransferencial. Os autores eleitos para nos sustentar nessa empreitada são Freud e Winnicott, além de estudiosos contemporâneos. E, uma vez que nossa questão de pesquisa tenha surgido a partir da clínica *online* exigida pelo contexto pandêmico, nos pareceu importante, como primeiro passo, estudar como se deu o surgimento dessa modalidade clínica. A história mostra que só foi possível que essa prática emergisse no campo das psicoterapias a partir do desenvolvimento tecnológico e da invenção da internet. Caso não houvesse o recurso tecnológico desenvolvido por outras áreas da ciência, o contato e a comunicação a distância entre as pessoas e, mais especificamente, entre profissional e paciente, estariam restritos ao uso de telefonemas ou ao envio de cartas, como já ocorreu em tempos passados.

Assim, na presente ocasião, objetivando expor os primeiros achados de nossa pesquisa, apresentaremos um breve histórico sobre o desenvolvimento da psicoterapia na modalidade *online*, sua estruturação como prática reconhecida pelos profissionais da Psicologia e sua inserção no campo da Psicanálise durante a pandemia, momento em que houve maiores movimentações e posicionamentos entre os psicanalistas a respeito do tema. Nossa intenção é de explicitar que o trânsito entre atendimento à distância e atendimento presencial, não é uma manobra estéril para os pacientes, sendo a presença física do paciente e do analista em um mesmo espaço, o consultório, um fator diferencial na experiência emocional do paciente, causando aberturas e resistências para o trabalho analítico.

1 Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia, nível Doutorado (2020-2024), linha de pesquisa Psicologia Clínica, na Universidade Federal do Paraná, realizada pela primeira autora, sob orientação da segunda.

Do surgimento da Internet ao seu uso na Psicoterapia online

Ao iniciarmos nossa busca pelo início da prática da psicoterapia *online* descobrimos que essa possibilidade no campo clínico estava associada ao desenvolvimento tecnológico que o antecedeu, tanto do computador quanto da internet. Tomando contato com a história dessas invenções, nos saltou aos olhos um fato em comum entre elas, ambas foram originadas no berço de duas guerras e propositadamente por causa delas, a Segunda Guerra (1939-1945) e a Guerra Fria (1947-1991). Mentes de altíssima inteligência desenvolvendo ferramentas para se defender e atacar o inimigo, no conflito mais explícito que podemos visualizar entre a vida e a morte. Sobre o ímpeto de fazer guerra, o reconhecemos como a notável expressão da destrutividade, do desejo de dominação e da violência humana. Mas também, podemos observar que a história nos mostra que, simultaneamente, ocorreu uma possibilidade de surgir potência criativa para gerar ferramentas que foram decisivas nos avanços científicos e na sustentação de momentos transitórios de paz.

Em Freud (2010/1932), no seu artigo *“Por que a Guerra?”* ao responder à carta de Einstein, encontramos suas contribuições teóricas acerca das motivações que levam os indivíduos a fazerem guerra e também sua resposta sobre a impossibilidade de tais razões serem abolidas da existência humana. Destacamos duas passagens desse artigo freudiano que acreditamos contribuir para nossa rede de pensamento. A primeira diz respeito ao caráter paradoxal da guerra, como a ideia que apresentamos no parágrafo acima. Mesmo Freud não fazendo referência pontual à tecnologia, fica clara a sua ideia de que em meio à destrutividade pode haver construções benéficas, em suas palavras: “Ainda que pareça paradoxal, devemos admitir que a guerra não seria um meio inadequado para a geração da ansiada paz “eterna”, pois é capaz de criar [...] um poder central que abole a possibilidade de outras guerras”. (Freud, 2010/1932, p.423). Nessa passagem ele está

debatendo a disputa de poder entre os grupos e como uma nova organização pacífica pode se dar a partir do conflito.

Na sequência do texto, está a segunda citação que gostaríamos de destacar, na qual a ênfase é colocada na ligação afetiva entre os indivíduos como uma possibilidade de enfraquecer o ímpeto à destruição ao semelhante. Essa ideia promove o vínculo a um lugar fundamental na manutenção da vida, Freud destaca que “Tudo que produz laços emocionais entre as pessoas têm efeito contrário à guerra” (Freud, 2010/1932, p.430). Do lado da criação das ligações afetivas, os grupos podem ser formados, famílias, comunidades, nações, quanto maior for a coesão entre as pessoas mais chances de ocorrerem modificações nas metas dos impulsos destrutivos.

Consideramos que o contexto da pandemia ao qual fomos expostos possuiu muitas semelhanças com um estado de guerra. Enfrentamos situações como, mortes diárias em grande quantidade, restrições socioeconômicas, imprevisibilidade da evolução da doença ao adquirir o vírus, ameaça de se contaminar e de contaminar a família, não saber sobre quanto tempo mais tudo aquilo iria durar e quantos ataques e ondas de cepas novas ainda teríamos. Todas essas vivências nos permitem dizer que sofremos uma experiência desse teor. É interessante perceber que nas duas guerras anteriormente citadas, dois grandes feitos tecnológicos, computador e internet, foram produzidos com o intuito de serem ferramentas bélicas e, também no contexto atual, foram eles os nossos grandes aliados para enfrentar o “inimigo invisível” coronavírus, possibilitando o contato à distância, ao mesmo tempo que proporcionaram manter os laços de afeto e de trabalho.

Foi entre as décadas de 1940 e 60, que os cientistas militares americanos motivados pelos desafios impostos pela Segunda Guerra, voltaram seus esforços para desenvolver máquinas que fossem capazes de reproduzir a lógica do pensamento humano. Como necessitavam decifrar os códigos transmitidos nas mensagens trocadas pelos nazistas e as mensagens possuíam infinitas combinações que se modificavam todos os dias, era necessário que uma máquina fizesse combinações mais rápido que

a agilidade do trabalho humano. Dessa maneira, também com o auxílio de psicólogos cognitivistas, surgiram os primeiros computadores. (Breton, 1987, *apud* Leitão, 2003).

Já no período da Guerra Fria, conflito que dividiu o mundo entre duas potências, Estados Unidos e União Soviética, os cientistas desenvolveram a *Internet*. Esta foi criada pela engenharia militar, novamente nos Estados Unidos, em 1969 e seu nome original era ARPA (*Advanced Research Projects Agency*). Tinha por função inicial auxiliar os centros americanos de defesa dos possíveis ataques dos soviéticos, essa foi sua primeira fase. Em um segundo momento, após o seu uso para auxiliar nas estratégias de guerra, a internet migrou para outros espaços e se tornou um meio de comunicação difundido no ambiente universitário. Novos aprimoramentos ocorreram desenvolvendo uma interface gráfica chamada de *World Wide Web*, que ficou naturalizado como *www*, as três letras que antecedem o acesso aos sites e endereços *web*, e foi simplificada para ser acessada por um público leigo. Atualmente vivemos uma terceira fase da internet, que se espalhou para diferentes áreas e conta com recursos que atendem aos setores comerciais. (Azevedo, 2001).

Como consequência dessa modalidade de comunicação máquina-a-máquina, capaz de transmitir informações e realizar ligações entre dois aparelhos, apesar da distância, as relações interpessoais foram impactadas ao encontrar uma nova possibilidade de se estabelecer. Já se faziam comunicações a distância por telégrafo ou rádio, mas a nova tecnologia permitiu que a comunicação entre pessoas ocorresse em tempo real, inaugurando um outro lugar para a interação humana. Em qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer região geográfica, desde que houvesse energia elétrica e rede de internet, era possível que duas pessoas estivessem em contato, compartilhando situações simultaneamente. (Leroux, 2008).

Essa abertura para se comunicar com o uso dos aparelhos eletrônicos, computadores, tablets e celulares, ao ser propagada no campo das relações interpessoais se estendeu também para o

campo das psicoterapias, aproximando as áreas da Psicologia Clínica e da Tecnologia. As primeiras intervenções psicológicas *online* são datadas de 1985. O recurso tecnológico mais desenvolvido nessa época era a troca de e-mails. As chamadas de vídeo, como conhecemos atualmente, foram possíveis mais de uma década depois. A Universidade Cornell, localizada em Ithaca, Nova Iorque, disponibilizou um serviço que foi muito utilizado, tendo grande aceitação entre os estudantes da Universidade que, poderiam enviar perguntas sobre questões relacionadas a conflitos emocionais para um psicólogo do campus. Algumas dessas perguntas seriam escolhidas para serem respondidas e publicadas *online*. Mais de uma década depois, os psicólogos e profissionais da saúde passaram a se interessar pela Internet como uma ferramenta que permitia o acesso do paciente ao profissional de maneira mais rápida. (Leroux, 2008).

Inicialmente na Inglaterra em 1995, Simon Ehlert começou a oferecer “aconselhamento por e-mail”, que consistia no paciente enviar o relato sobre seu conflito e o psicólogo o respondia dando-lhe algumas alternativas para sua situação, esse serviço custava em torno de 5 libras à época. Em 1997, dois anos depois, houve uma vasta disseminação e em torno de 51 sites ofereciam esse serviço de aconselhamento por e-mail, podendo ser contratado incluindo várias trocas de mensagens ou apenas uma pergunta e resposta. (Leroux, 2008).

Um movimento de criação de grupos *online* também começou a surgir, as salas de bate-papo com temas pré-estabelecidos, orientadas por um profissional, atraíam as pessoas que gostariam de falar sobre o assunto. Uma sala que contava com um tema como “ansiedade” ou “depressão”, se mostrava eficiente para algumas pessoas funcionando como um grupo de autoajuda. Alguns pontos foram observados como positivos pelos participantes dos grupos, como o fato de poder deixar a sala no momento que desejasse, que lhes dava a sensação de se isentar de algum tipo de prestação de contas pela ausência. Também a possibilidade de entrar usando um apelido e não seu verdadeiro nome, garantia certo anonimato, o

que provocava a diminuição da inibição e facilitava o compartilhamento da situação conflito. (King & Moreggi, 1998 *apud* Leroux, 2008).

O aspecto do anonimato nesses atendimentos é bastante destacado nos artigos sobre o tema. Parece ter sido usado como um recurso para os pacientes mais tímidos, que talvez não chegassem a receber um serviço terapêutico se não houvesse essa possibilidade de fazê-lo pela *Internet*. Mesmo que a escolha pelo anonimato e a aceitação por parte do profissional pudesse revelar alguma aliança com o sintoma psicológico, relacionado a inibição, poderia ser também a porta de entrada em um processo psicoterapêutico para o paciente. A partir disso, ele poderia ser beneficiado com alguma redução de suas ansiedades, o que poderia lhe permitir chegar até os atendimentos presenciais. (Pinto, 2002).

Ainda sobre esse aspecto, uma pesquisa sobre terapia via chat (na época MSN), no qual paciente e terapeuta não se conheciam, demonstrou que o anonimato foi um fator determinante nos atendimentos. O nível de confiança dos pacientes em exporem seus conflitos espontaneamente ficava maior e mostravam-se mais desinibidos que no atendimento presencial. A menor inibição estava atrelada tanto ao fato do anonimato, que deixava os pacientes com menos medo de estigmas e julgamentos ao falar de seus conflitos, como também, o desconhecimento sobre características físicas ou acadêmicas do profissional que os atendia, acabavam proporcionando para o paciente a sensação de uma relação mais simétrica. (Fletcher-Tomenius & Vossler 2009 *apud* Pieta & Gomes, 2014).

Em um estudo comparativo entre as três modalidades de psicoterapia: presencial, videoconferência e audioconferência, com 80 pacientes, observou-se os seguintes aspectos durante as sessões: nível de atividade, iniciativa, confiança, espontaneidade e desinibição. Os resultados indicaram que, os pacientes que estavam nos dois grupos de terapia a distância, demonstraram maiores índices de participação nos itens observados durante as sessões do que os pacientes do grupo presencial. Esses resultados foram

interpretados a partir de dois fatores: os pacientes teriam feito mais esforços para se expressarem e se fazerem entender nas modalidades virtuais, colocando-se mais responsáveis pela interação na sessão e o outro fator seria o sentimento de maior segurança em se autodesvelar durante as sessões a distância. (Day & Schneider, 2002 *apud* Pieta & Gomes, 2014).

Percebemos a partir desses estudos que a presença física alterou as interações paciente-terapeuta, em comparação aos atendimentos à distância, o que nos indica que estar ou não no mesmo ambiente físico provoca diferentes manifestações emocionais. Chamou a nossa atenção o resultado dessas pesquisas, mais exatamente nas quais o tema do anonimato/inibição é bastante destacado, sendo colocado como um fator de grande influência na adesão e participação de alguns pacientes ao tratamento. Esse dado de pesquisa nos remete ao que foi percebido no relato dos pacientes ao retornarem, ou recusarem, a sessão presencial no consultório, revelando vergonha e constrangimento em realizá-lo. Juntamente com os indicativos dos trabalhos referenciados acima, compreendemos que processos psíquicos são alterados promovendo sentimentos de desinibição, quando não há o encontro com a presença física do paciente com o psicólogo, no mesmo local, como é o caso do atendimento em consultório.

Entre os pioneiros da psicoterapia *online* estão John Suler e Michael Fenichel, que em seus trabalhos deram ênfase para uma qualidade específica da textualidade que compunha as sessões por e-mail da época, indicando que o paciente poderia ficar mais confortável ao se expressar desse modo. Tinham a possibilidade de manipular as fontes, tamanhos e cores das letras, anexar imagens, inserir algum jogo criativo com as palavras e os títulos dos e-mails. Em 2000, Sylvain Missonnier publicou um caso clínico demonstrando como o conflito da paciente se expressou pela comunicação por e-mails e pelo uso dos recursos disponíveis na composição deste. Ela havia sofrido um aborto espontâneo e enviava ao seu psicólogo e-mails com fotos de bebês gordinhos e dançantes. Com o tempo as imagens passaram a ser de bebês

consumindo bebidas, lutando kung-fu e bebês exterminadores. Todas as trocas de mensagens com essas imagens faziam parte da representação da morte do bebê perdido. O processo de elaboração estava se dando ali nas trocas de e-mails, sendo considerado inclusive os termos “em anexo” como algo que se referia à gestação e a maternidade, no sentido de que o bebê pode ser considerado um anexo ao corpo da mãe. (Leroux, 2008).

Nas décadas de 60 e 70 no Brasil, a professora e pesquisadora Ana Maria Nicolaci-da-Costa investigava os processos psicológicos causados pela modernização na sociedade brasileira. Em seus trabalhos, a textualidade também é referenciada como um meio de comunicação privilegiado no mundo da Internet. O uso da linguagem empregada no mundo virtual possui características próprias, ela é abreviada, com erros ortográficos e gramaticais, objetiva e espontânea, e de certa maneira desdobra-se em novas formas de uma linguagem escrita. Para a pesquisadora da área, tais manifestações da linguagem são também efeitos da contemporaneidade, do contato com as características que compõem a própria Internet, como a organização em rede, a realização de multitarefas ao mesmo tempo, como ocupar diversas salas mesmo quando o corpo físico está imóvel, experienciar poucos limites para os seus desejos já que as barreiras físicas se tornam ultrapassáveis, são algumas dessas características. (Nicolaci-da-Costa, 2005).

As pesquisas na área da tecnologia no Brasil iniciaram a partir da década de 1970 e foram influenciadas pelas diretrizes do regime militar que governava o país na época. Em 1972, na Universidade de São Paulo, estava sendo construído o primeiro computador nacional, mas para seu desenvolvimento era necessário importar de outros países equipamentos e softwares. No entanto, devido a política vigente, as fronteiras estavam fechadas, o que acabava por restringir alguns avanços que dependiam de materiais trazidos de fora do país. Apenas após 20 anos, em 1990, com a troca do regime político, houve a abertura do mercado que liberou as importações de *hardware* e *software*. O acesso aos microcomputadores aumentou

rapidamente, tornando mais viável o seu consumo por parte da população, colocando o Brasil na Era Digital. Essa fase coincidiu com a entrada da Internet no país, em 1995. A população brasileira se familiarizou rápido com os serviços tecnológicos e desenvolveu novos tipos de relacionamentos pessoais a partir do seu uso. Em decorrência da propagação do acesso à Internet e seu uso para intermediar as relações, profissionais da área da Psicologia viram a necessidade de pesquisar e se posicionar sobre esse tema. (Leitão, 2003). Desde o ano 2000, o Conselho Federal de Psicologia passou a regulamentar a prática de atendimentos mediados pela tecnologia. Inicialmente, eram permitidas apenas pesquisas, com orientações e aconselhamentos de caráter voluntário. Apenas em 2018 a prática clínica do atendimento *online* foi regulamentada e inserida como atribuição do psicólogo, conforme consta na Resolução CFP N° 011/2018

Atendimento online em Psicanálise na pandemia

A possibilidade de realizar atendimentos *online* com base na teoria psicanalítica não é uma novidade trazida pelo contexto da pandemia, a novidade que esse contexto nos trouxe é que eles nunca haviam sido feitos por uma condição geral e obrigatória (Figueiredo, 2020). Sobre esse aspecto, compartilhamos do posicionamento de Quinet (2021) ao afirmar que, o dever ético do psicanalista é manter a psicanálise viva para que possa atender ao sofrimento do sujeito, fazendo-se necessário enfrentar as adaptações da técnica para a modalidade *online*, impostas pelo contexto da pandemia, retomando os preceitos fundamentais da psicanálise.

Ao debater a questão da virtualidade dos atendimentos, Figueiredo (2020) destaca que mesmo as sessões presenciais no consultório contam com uma parcela de virtualidade que ocorre na relação entre paciente e analista. A área compartilhada, o jogo intersubjetivo estabelecido, estariam situados em um campo que já é virtual, pois a relação transferencial é abrigada na subjetividade do analista e desse modo sustenta o enquadre clínico para que os

conteúdos inconscientes emergem. Nesse sentido, a transposição dos atendimentos no consultório para a modalidade *online* não traria tantas modificações assim, se comparada ao modelo tradicional. Contudo, o autor faz uma ressalva para a necessidade de alguns pacientes de encontrar a concretude do *setting* e da presença física do analista, ao tratarem dos conteúdos que não alcançaram o campo da linguagem. Ele sublinha que para casos de pacientes em estados emocionais de regressão subjetiva “o encontro efetivo com o analista, seu divã e seu espaço de acolhimento, não entram no registro da representação: eles são os objetos primários, não os representam”. Essa afirmação é baseada na teoria de Winnicott e pode indicar um limite para o atendimento remoto, no qual a presença física do analista e a materialidade do ambiente/*setting* exercem efeitos no tratamento.

Essa indicação a respeito da necessidade da presença e do *setting* físico trazem uma indagação sobre quem pode ser atendido virtualmente? Para o psicanalista Zaslavsky (2021) os pacientes com patologias mais graves como psicoses, esquizofrenia, transtornos de humor, *borderline* e estados agudos de depressão e dependência química seriam contraindicados para essa modalidade de atendimento. Já os pacientes com sofrimentos neuróticos, conflitos psíquicos causados pelas mudanças do ciclo vital, poderiam se beneficiar mais do atendimento *online*. Desdobrando a questão da presença física, o corpo do analista está sendo considerado, por alguns estudiosos, como uma função de *setting*, também chamado de enquadre interno. Porém, no atendimento *online* essa função não está fixada no espaço físico do consultório, mas sim em um ambiente virtual. Segundo Zerbinatti (2020), sem o auxílio da presença dos corpos frente a frente ou o uso do divã, o ritmo da sessão fica alterado, pois a tolerância ao silêncio é diminuída e frequentemente confundida com uma falha no áudio, “você está me ouvindo?” é uma pergunta comum nessa modalidade.

Nas sessões presenciais o silêncio tende a ser melhor tolerado por ambos, paciente e analista, e para a autora isso se deve à presença física que exerce uma função de suporte. Nos

atendimentos *online*, o ritmo fica mais acelerado pelo risco de perder a conectividade da chamada, o silêncio mais prolongado pode significar uma interrupção na sessão. Essa aceleração que o ambiente virtual pode provocar na sessão, pela suspensão do auxílio físico da presença do corpo e do setting, ocasionaria um maior cansaço percebido pelos profissionais. Outros profissionais observaram alterações na questão do ritmo referente a uma maior intensidade e aprofundamento por parte dos pacientes, ao abordarem os conteúdos e os processos analíticos. (Rocha, 2020).

O psicanalista Bolognini (2021) aponta para a precariedade com que as relações iniciais foram estabelecidas para alguns pacientes, como a falta de cuidados iniciais ou o excesso de satisfação proporcionada por pais com dificuldades de colocarem limites, trarão dificuldades específicas derivadas desse início. O autor relaciona o uso da internet com elementos próprios da construção da subjetividade, que estariam colaborando para a manutenção dos efeitos dessa precariedade das relações iniciais. Como, por exemplo, sentimentos de onipotência e o desejo de não-separação, encontrariam no acesso ilimitado do mundo virtual, sempre disponível na palma da mão, um lugar propício para induzir ao sentimento de poder, prescindindo dos limites do objeto real. De acordo com seu ponto de vista, a cultura *online* favorece um desejo narcísico de contornar a não-mutualidade das relações da vida real, negando, em certo nível, que sempre haverá uma dependência dentro das relações de objeto, o que torna necessário se deparar também com a sua ausência e indisponibilidade. Devido à presença desses aspectos emocionais pouco desenvolvidos nesses pacientes, uma baixa resistência para suportar a frustração da experiência fora do mundo virtual estaria alimentando a preferência por essa modalidade. Manter os pacientes nessa prática, fortaleceria as dificuldades emocionais que possuem e não os colocaria em contato com a possibilidade de enfrentá-las.

Tecendo o debate sobre a questão da presença física, o psicanalista Carlino (*apud* Nóbrega, 2015) destaca que a presença nos atendimentos virtuais não é a física, mas sim uma “presença

comunicativa”, que consiste em uma presença criada e que ocorre durante a comunicação virtual. No entanto, não se trata apenas de uma experiência subjetiva, pois ambos estão presentes quando a sessão começa. Para a psicanalista Gondar (2020), os atendimentos virtuais estariam trazendo uma diferenciação nos modos de estar presente e de sentir a presença. A autora corrobora com a ideia de uma nova forma de presença existente nesses atendimentos, a qual se estabelece pela voz, pelo olhar e pela área compartilhada. Percebemos a partir desses apontamentos que a presença física corpórea não é tomada como única possibilidade de entendimento de presença e que seria equivocado afirmar que os atendimentos virtuais não são presenciais.

Colaborando com a discussão, a psicanalista Perelberg (2021) se baseia nas ideias de Bleger e de Green, para afirmar que a presença do *setting* não está na fisicalidade do ambiente. Está na internalização do *setting*, que pode ser feita pelo paciente e sustentada pela função do analista. Para ilustrar suas ideias ela usa o exemplo de um bebê ao ser segurado no colo materno. Os braços e as mãos que o prendem junto ao corpo da mãe, a tenacidade com que isso é feito, o sentimento de segurança e contenção proporcionados, inscrevem-se nos campos sensorial e somático, produzindo a internalização da experiência. Ao sair do colo, o bebê carregará consigo esses registros que serão recrutados nos demais momentos do desenvolvimento, como na ausência do colo e frente a situações de desespero, essa experiência será condição para oferecer suporte para o Ego. Completando seu raciocínio, a autora cita uma passagem de André Green, na qual ele refere-se a esse encontro inicial com o corpo materno que, esteve presente para oportunizar a internalização das experiências que fundam o psiquismo, e que na sua ausência física deixa as marcas da sua existência, “a Psique é a relação entre dois corpos na qual um está ausente”. (Green, 1975, *apud* Perelberg, 2021).

As manifestações da transferência foram percebidas como atuantes nos atendimentos *online*, para o psicanalista Gheller (2021). Afirma ser notório que a distância física provocou um

sentimento de maior liberdade em seus pacientes, que se sentiram mais confiantes para expor conteúdos sexuais, sonhos, fantasias, conteúdos transferenciais persecutórios e amorosos. De acordo com seus apontamentos, a distância física promoveu um senso de proteção, que acredita ser proteção contra a sedução transferencial, relacionada aos conteúdos infantis e edípicos. Explica que, quando a criança pequena ainda não tem domínio do que a relação com os adultos provoca nela, pois possui elementos próprios da sedução, ela ocupa uma posição passiva em relação ao adulto e não se encontra com muitas condições de compreender e se defender disso. A transferência, ao convocar esses afetos vivenciados na infância, traz também as ameaças que foram internalizadas nessa relação desnivelada da criança com o adulto, que na atualidade está representado na figura do analista. As sessões a distância, proporcionam o sentimento de estar fisicamente protegido do contato com esse adulto reeditado no analista e por isso mesmo propicia maior facilidade de exposição em alguns casos, sendo uma ferramenta bastante válida inclusive para acessar determinados conteúdos que provocam maiores resistências no paciente.

Seguindo essa mesma lógica, o psicanalista belga, Frisch (2021), surpreendeu-se com uma paciente que apareceu de camisola nas chamadas de vídeo do período da pandemia e, em outro momento, na mesa do café da manhã. Também, outra paciente, lhe contatou para realizar a sessão quando ainda estava deitada na cama ao acordar. O autor compreendeu que se tratava de manifestações de sedução na transferência, encenação da sexualidade infantil, que agora frente à câmera apresentava-se utilizando do recurso tecnológico e seria importante que essas pacientes pudessem falar de suas fantasias sobre o confinamento, o vírus e as sessões realizadas em casa. Outros de seus pacientes sentiram-se invadidos com o uso da câmera, como se o seu olho estivesse entrando na casa do paciente e no seu interior. Alguns desses relatos fizeram o psicanalista optar por não oferecer mais o uso das vídeo-chamadas e priorizar a ligação telefônica para os atendimentos.

A partir das experiências relatadas pelos psicanalistas, ficou evidente em nossa pesquisa, como o tema do atendimento *online* suscita diferentes posicionamentos e está longe de haver um consenso sobre seu uso. A depender dos alicerces teóricos de cada analista e da relação transferencial com cada paciente, pode-se produzir diferentes trabalhos e privilegiar variados aspectos da prática clínica.

Considerações finais

Desde o surgimento do computador e da internet, suscitados pelas necessidades de defesa e ataque no contexto da guerra, os avanços tecnológicos se aproximaram das relações humanas e, por consequência, do campo da prática clínica. Essa intersecção da tecnologia com a Psicologia convocou os profissionais da área ao estudo e debate sobre o tema. Sem termos o objetivo de marcar preferências entre as práticas de atendimento, muito menos questionar a eficácia das diferentes modalidades, encontramos pesquisas em diferentes abordagens da Psicologia.

Os dados evidenciaram que a presença física altera as interações paciente-terapeuta, em comparação aos atendimentos à distância, provocando diversas manifestações emocionais. O tema do anonimato/inibição foi bastante destacado como um fator determinante na escolha dos pacientes pela modalidade *online*. Esse aspecto nos remeteu ao que foi percebido no relato dos pacientes na clínica particular, ao retornarem, ou recusarem, a sessão presencial no consultório, o que produziu vergonha e constrangimento em realizá-lo.

Outro fator marcado pelos estudiosos foi a constituição psíquica de cada paciente para estabelecer e sustentar o trabalho com distanciamento físico. O paciente necessita de uma consistência subjetiva para dar suporte aos conteúdos que serão tocados durante o processo analítico. Tal indicação nos faz pensar sobre uma função para o ambiente físico do consultório e para a presença do corpo do analista em sessão, uma função sustentadora,

que alguns pacientes, por razões singulares, podem não trazer consigo, de maneira firme o suficiente, para tolerar os abalos narcísicos provocados pelo tratamento.

Como conclusão, até o presente momento, compreendemos que quando se altera a composição do *setting* e do modo de estar presente, da concretude física para a virtual, ou vice-versa, se altera também a percepção emocional do paciente sobre o sentimento de maior ou menor exposição e proteção de si mesmo. Assim, podemos apreender que não é sem efeitos ou estéril para os atendimentos clínicos estar corporalmente no mesmo espaço físico, ou virtualmente presente. Pois, disso também depende a suportabilidade de alguns pacientes em serem atendidos nessa modalidade ou não. Essa modificação na percepção emocional parece favorecer que os conteúdos ligados à sexualidade se manifestem com maior ímpeto e menor disfarce, propiciados pelo distanciamento físico.

A indicação de estar mais protegido na modalidade virtual, nos remete diretamente ao que apareceu no relato dos pacientes sobre o risco de contaminação pelo covid-19 ao irem para o atendimento no consultório, e nos coloca a questão, o que há no encontro com a presença física que pode ser sentido pelo Eu como ameaçador? Nessa direção, nossos esforços investigativos tomarão como eixos centrais o que os próprios pacientes nos indicaram: algo que diz respeito à perda, ao olhar e ao contágio, ou seja, algo em torno do sexual e do mortífero.

Referências

Azevedo, C. (2001). *Meios de Comunicação como armas de guerra*. Recuperado em 21 de julho de 2022 de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/azevedo-carlos-comunicacao-armas-guerra.pdf>

Bolognini, S. (2021). *Novas formas de psicopatologia em um mundo em mudança: um desafio para a psicanálise no século XXI*.

Revista de Psicanálise da SPPA, 28 (2), 229-246. Recuperado em 24 de agosto de 2022 de <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/926>

Figueiredo, L. (2020) A virtualidade do dispositivo de trabalho psicanalítico e o atendimento remoto. *Cadernos De Psicanálise CPRJ*, 42(42), 61-80. Recuperado em 15 de março de 2021 de http://cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/210

Freud, S. (2010). Por que a Guerra? In: *Obras Completas, O Mal-estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias e Outros textos*, vol. XVIII. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1932)

Frisch, S. (2021). Desamparos individuais, desamparo das instituições psicanalíticas. In: (org. Staal, A & Levine, H.B. Ed. Brasileira: Kupermann, D.) *Psicanálise e vida cotidiana: desamparo coletivo, experiência individual* (pp. 195-216) São Paulo: Blucher.

Gheller, J. H. (2021). Atendimento online e sexualidade. *Jornal de Psicanálise*, 54(100), 69-84. Recuperado em 24 de agosto de 2022 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352021000100006&lng=pt&tlng=pt

Gondar, J. (2020). Psicanálise online e elasticidade da técnica. *Cadernos De Psicanálise CPRJ*, 42(42), 37-45. Recuperado em 18 de março de 2021 de http://cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/201

Leitão, C. (2003). *Impactos subjetivos da internet: reflexões teóricas e clínicas*. (Tese de Doutorado - Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado em 21 de agosto de 2022 de http://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2003_4e046c77443eefce670bea00e3521f09.pdf.

Leroux, Y. (2008). Psychothérapies en ligne – histoire, questions éthiques, processus. *Psychothérapies*, 28(3), 211-221. Recuperado em

17 de julho de 2022 de DOI: 10.3917/psys.083.0211. <https://www.cairn.info/revue-psychotherapies-2008-3-page-211.htm>

Nicolaci-da-Costa, A.M. (2005). Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”. *Cadernos Cedes*, Campinas, 25(65), 71-85. Recuperado em 7 de agosto de 2022 de <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/6GKMXCNvS5NcjhnmM4CDYfK/?format=pdf>

Nóbrega, S.B. (2015). Psicanálise on-line: finalmente saindo do armário? *Estudos de Psicanálise*, (44),145-150. Recuperado em 18 de abril de 2021 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372015000200016&lng=pt&tlng=pt.

Perelberg, R.J. (2021) The empty couch: Love and mourning in times of confinement, *The International Journal of Psychoanalysis*. 102 (1), 16-30, Recuperado em 24 de agosto de 2022 de <https://doi.org/10.1080/00207578.2021.1882260>

Pieta, M.A.M. & Gomes, W.B. (2014). Psicoterapia Pela Internet: Viável ou Inviável? *Psicologia Ciência e Profissão*, 34(1), 18-31. Recuperado em 21 de agosto de 2022 de <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100003>

Pinto, E. R. (2002). As modalidades do atendimento psicológico on-line. *Temas em Psicologia*, 10(2), 167-178. Recuperado em 25 de agosto de 2022 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2002000200007&lng=pt&tlng=pt.

Quinet, A. (2021) *Análise online: na pandemia e depois*. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições.

Rocha, A.P.B. (2020) Psicanálise em tempos de pandemia, o que pode um psicanalista? *Revista Brasileira de Psicanálise*. 54(2), 59-72. Recuperada em 21 de agosto de 2022 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v54n2/v54n2a05.pdf>

Resolução CFP Nº 011/2018, Recuperado em 13 de outubro de 2022 de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>

Zaslavsky, J. (2021) Observações preliminares sobre as mudanças no setting psicanalítico ocorridas no distanciamento social em tempos de pandemia (Tele Psicanálise, uma nova modalidade de atendimento?). *Revista de Psicanálise da SPPA*, 28(2), 355-367. Recuperado em 16 de agosto de 2022 de <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/zaslavsky>

Zerbinatti, B.P. (2020) Ritmo e cansaço em sessões presenciais e não presenciais. *Jornal de Psicanálise*, 53(98), 41–50. Recuperado em 26 de agosto de 2022 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v53n98/v53n98a04.pdf>

Capítulo 5

Virulências: Subjetividades em Estado de Urgência

Leif Grūnewald¹
Monah Winograd²

Não é o canto do melro: é o silêncio
que nos deixa, um silêncio
que é algo diferente do silêncio
porque nele soa ainda a lembrança do canto
do melro. Nem silêncio
nem canto: o que acontece quando o canto
já acabou e ainda não começou o silêncio.
Podes chamar-lhe a alma.

(Variações sobre um tema de Stevens - Miguel D'Ors)

Introdução

Já há alguns anos, todos nós passamos gradativamente a habitar o que se pode chamar de *virusland* (Cassous-Noguès 2020) – menos uma região do planeta que uma nova forma de vida propagada por contágio. Mas foi subitamente que nos demos conta de estarmos completamente engajados com novos modos de ser mediados por tecnologias e organizados por uma viralidade não apenas biológica, mas também informacional. Compostos por genes, vírus ou genes de vírus, os modelos biológicos passaram a ser amplamente empregados para a disseminação de conteúdos digitais (via internet), com seus elementos informacionais descritos como vírus altamente capazes de contágio. Na medida em que *fake news* se espalhavam mais rápida e facilmente que o próprio Sars-CoV2, a

¹ Departamento de Filosofia e Ciências Sociais/ UEPA

² Departamento de Psicologia/ PUC-Rio

ideia mesma de vírus figurava cada vez mais como uma forma de vida polimorfa com, pelo menos, três modos de coexistência – orgânico, numérico e ideal – que se confundem em um estado ontogeneticamente crítico e se dissolvem, como observou Thierry Bardini (2011), uns nos outros, fazendo assim coincidir o modo viral numérico analógico e digital com o biológico.

Ainda que mutável localmente, esse novo modo de existência tocou indistintamente regimes políticos, colidiu com uma imagem de ciência que se pretendia unívoca, modificou nossos gestos, nossos hábitos, nossa relação com os corpos e com o julgamento daquilo que poderia ou não ser considerado ético, moral e/ou normal. Alicerçada sobre a imagem de uma guerra contra um inimigo invisível (o vírus), essa nova forma de vida parece nutrir preponderantemente um sentimento de medo retroalimentado tanto pela sensação de redução drástica de nossas liberdades quanto pelo advento de dispositivos cada vez mais complexos de vigilância, comunicação e entretenimento.

Mas isso não foi tudo. Ao fazer com que mudássemos coletiva e repentinamente nosso comportamento, a pandemia colocou rapidamente em ação um conjunto de algoritmos responsáveis por prever nossas ações, bem como deu vistas a um estado de exceção onde as regras foram inteiramente reconfiguradas, amplificando – e ao mesmo tempo diminuindo – nossa sensação de vulnerabilidade. Se isso poderia inicialmente fustigar o interesse e o apetite digital de alguns entusiastas do novo mundo, o acoplamento viral entre uma dimensão biológica e outra informacional acabou, ao contrário, por servir de ocasião para reforçar um conjunto de discursos messiânicos tais como “a inteligência artificial e sua capacidade de prever as próximas pandemias nos salvarão” ou ainda “os modelos computacionais nos ajudarão a encontrar vacinas e a rastrear populações para evitar contaminação etc.”.

Ou seja, a pandemia de COVID-19 se revelou como o sintoma de uma doença mais grave que atingiu humanidade, não só em sua própria capacidade de respirar, mas também em sua capacidade de

falar e pensar além da informação e dos dispositivos numéricos. Conforme observou Jean-Luc Nancy (2021), este sintoma nos obriga a ver a necessidade de combater as patologias subjacentes, nos forçando a buscar vacinas (em sentido lato e metafórico) contra um vírus que trouxe à baila o que parecia inimaginável: um sistema composto de máquinas que, dubiamente, foi tantas vezes recriminado, mas nunca desmantelado, que se viu por um breve espaço de tempo (no começo da pandemia) praticamente parado e ameaçado de morte porque, mesmo tão perto de nós e distribuído em tantos dispositivos não-humanos, não foi o bastante para esconder a sua e a nossa finitude. Repentinamente, o preço a pagar até a nossa possível morte pareceu tão exorbitante que, se, por um lado, escondeu de nós as consequências futuras do planeta, provocadas pela suspensão temporária de grande parte da vida econômica, por outro lado, deram vistas a consequências que poderiam fazer mais do que abalar o sistema: poderiam iniciar seu colapso. Desde então, passou-se a se colocar acentos agudos em questões como essas, que persistem até hoje: qual o papel desse tipo de contágio viral num mundo que experimentou não só um período prolongado de confinamento, como, apenas há algum tempo, tem experimentado seu reverso? Até que ponto podemos comparar o modo informacional de contágio com um outro biológico? Que efeitos podem derivar de uma comparação como essa?

Nesse ensaio, nos ocuparemos de expor as consequências de um encontro ocorrido há pouco tempo entre nós mesmos e algumas tentativas de responder certas questões apresentadas no volume 80 da revista *Multitudes*, editado em 2020 e intitulado “alfabeto da bifurcação”, particularmente no verbete “patologias”, redigido pelo coletivo *Cora Novirus*. Desde sua abertura, o verbete pergunta: seria a pandemia de COVID-19 uma espécie de alerta para outras patologias mais graves enfrentadas atualmente por diferentes coletivos? Se sim, quais seriam essas outras patologias cujo poder destrutivo seria muito mais contínuo e insidioso que o da rápida epidemia viral de SARS-CoV2?

Movidos por algumas considerações acerca desse verbete, ensaiamos um desdobramento, buscando cartografar diferentes composições possíveis que perpetuam uma determinada imagem da pandemia ao diluí-la por todo o *socius*, criando diferentes efeitos-subjetividade – dizemos assim, com hífen mesmo, para fazer alusão aos efeitos que compõem formas de subjetivação.

Bifurcações

Já na apresentação desse verbete sobre *patologias*, argumenta-se que a pandemia de Covid-19 teria escancarado, de forma patente, que as lógicas capitalistas animadas pela maximização do lucro financeiro não seriam capazes de assegurar nosso bem-estar comum nem cotidianamente, nem diante de situações excepcionais. Além disso, a crise político-sanitário-semiológica provocada pela pandemia teria igualmente dado a conhecer o fato de que a ideologia que pretendia submeter tudo ao jugo da lógica financeira e competição de mercado (buscando, inclusive, tornar empresas hospitalares um negócio lucrativo ao buscar achatá-las os custos de mão-de-obra), acabou por ser prejudicial à capacidade de salvar o maior número de vidas possível.

Para deixar manifestas novas camadas, o coletivo *Cora Novirus* acrescentou ainda três outras patologias. A primeira refere-se ao machismo e ao feminicídio: a cada noite, inúmeros jornais televisionados em diferentes partes do mundo noticiavam uma contagem de vítimas de COVID-19, dentre as quais os homens pareciam fortemente super-representados, pois não se levava em consideração o fato de que o isolamento social e o confinamento ocasionaram um aumento dramático nos casos de violência doméstica e conjugal – apenas episodicamente assinalados e sobre os quais pouca gente se ocupou em publicizar.

A segunda patologia faz referência à submissão dos corpos a voz comercial das telas. O contágio generalizado pelo coronavírus, se não engendrou a, ao menos coincidiu com a invasão muito rápida e decisiva de uma multiplicidade de telas em nossas vidas.

Ainda que somente uma parcela da população tenha se deparado diretamente com o vírus, podemos dizer que boa parte da população temeu por meses pegar o vírus graças as telas. Isso porque a pandemia não apenas revelou o poder da mídia em afetar nossas vidas ao transmitir conteúdos, como também demonstrou o poder de quem usa a mídia com o objetivo de dar forma a um determinado Real por meio da circulação de certos discursos, imagens e histórias. Basta que lembremos que o então presidente dos EUA, Donald Trump, referiu-se inúmeras vezes ao coronavírus como o vírus chinês, assim como o primeiro-ministro indiano Narendra Modi acusou aqueles que reputou serem muçulmanos de cuspirem na comida para envenenar os hindus. O resultado não tardou: pessoas espancadas na rua, perseguidas em seus bairros, assediadas atrás de suas portas. A tomada do poder por discursos políticos fundamentalistas, nacionalistas e xenófobos, baseando seu sucesso na lógica do bode expiatório, tornou-se, mais do que nunca, um grande risco para os próximos meses e anos. Nossas atuais midialidades majoritárias praticaram uma espécie de "noocídio": a necessidade de proliferar certos conteúdos para certas atenções em escala industrial a fim de financiar a coleta e a transmissão de dados, resultando na viralização de discursos tóxicos e, conseqüentemente, na asfixia progressiva de formas de pensamento essenciais a nossa inteligência comum (*noos*).

Por fim, a terceira patologia ou terceira camada patológica diz respeito à imposição mortífera de uma linguagem única – monolinguismo global – enunciando, constantemente, que “o vencedor leva tudo”. Tal pensamento atravessa, por um lado, o fluxo irreprimível e auto-retroalimentado por informações, corpos e códigos entre os diferentes países e, por outro, revela a multiplicidade de diferenças de sensibilidades, tolerâncias, aspirações, escalas e temporalidades que tornam cada país, cada região, cada bairro, cada família, um caso único.

Enquanto certas medidas (no sentido de precauções, mas também no sentido de quantificações compartilháveis) precisaram ser tornadas compatíveis e interoperáveis em uma escala

planetária, a maioria das reações à pandemia precisou ser ajustada à singularidade do lugar e do momento. Mas, apesar do reconhecimento das diferenças, o esforço de sua obliteração persistiu, fazendo surgir, ao fim e ao cabo, a tese curiosa de que todas as formas de fundamentalismo, desorientadas pela sua própria complexidade, eram responsáveis por este monolinguismo. Para sobreviver na pluralidade de situações profundamente heterogêneas reveladas pela pandemia, a condição foi recorrer aos imaginários heterolíngues para além do monolinguismo constituído.

Essa concepção da vida em estado de urgência, acenando para um modo de subjetivação polissêmico, animista e transindividual, ganhou rapidamente uma materialidade em um modo de existência pático, fusional e transitivo que ignora a maior parte dos pares de oposição que organizavam, até então, nosso mundo vivido, tais como sujeito/objeto e eu/outro. Vimos as balizas identitárias se tornarem completamente fluidas e porosas. Ou seja, em resumo, fomos postos diante e dentro de um ecossistema incorporal no qual o sujeito experimenta a vida em simbiose com a alteridade que ele próprio contribuiu para engendrar.

Porém, esse modo de existência não veio sozinho. Junto com ele chegava, de mansinho e paradoxalmente, um outro que insinuava, ao contrário, que os aspectos desse regime polissêmico, animista e transindividual de subjetividade podem igualmente ser encontrados nos mundos da infância, da loucura, da paixão amorosa e da criação artística – justamente o paradigma proto-estético que enfatiza que não estamos nos referindo à arte institucionalizada, às suas obras manifestadas no campo social, mas a uma dimensão da criação em estado nascente, perpetuamente à frente de si, seu poder de emergência subsumindo à contingência e aos riscos das atividades que trazem à existência um novo universo imaterial. Dito de outro modo e acrescentando uma complementação, o vírus, em realidade, se revelou pura força de novidade, modificação, transformação que flui de uma vida para outra sem se restringir aos limites de um

corpo. Livre, anárquico, quase imaterial, não pertence a nenhum indivíduo e tem a capacidade de transformar sujeitos vivos, permitindo-lhes atingir uma forma singular.

Mais ainda, esse poder transformador de um ser invisível produziu o questionamento do narcisismo de nossas sociedades, não só o narcisismo do homem que se auto-atribuiu o senhorio da natureza, mas também aquele que nos leva a ver no homem um incrível e exclusivo poder destrutivo sobre os equilíbrios naturais. Continuamos a nos ver como especiais, diferentes, excepcionais, inclusive ao contemplar os danos que infligimos a outras pessoas vivas, mas não podemos mais esquecer que esse poder destrutivo, assim como a força geradora, está igualmente presente em todos os seres vivos. O homem não é o ser quintessencial que altera a natureza. Um vírus também pode ter – e teve – efeitos enormes sobre vários mundos. O que é um problema dependendo do ponto de vista de quem vê.

Feituras com mundos: dos silêncios

Num mundo com tantas fragilidades – no qual a pandemia salientou uma espécie de coreografia bizarra de novos gestos, ações e micro-acontecimentos (até então inexplicáveis) se desenrolando no espaço flexível e indeterminado de um tipo burlesco de tragédia onde é quase impossível distinguir claramente sujeitos e objetos de percepção – uma questão parece urgente: o que podemos fazer com esse mundo? Parte de uma resposta possível agora é que se trata de um mundo em que o drama causado pela intrusão de uma dimensão invisível hiperinteligente, mas irremediavelmente regressiva, produz e continuará a produzir convulsões significativas sem limites fixos, sem necessariamente qualquer materialidade, nem uma orientação subjetiva clara. Além disso, a efetuação dessa forma de ser intrusiva dos dispositivos e processos de subjetivação será cada vez mais retroalimentada tanto pelo surgimento de formas computadorizadas de pensamento, sensibilidade, imaginação e

tomada de decisão, quanto pela digitalização de um número crescente de operações materiais e mentais – nem sempre fáceis de conciliar com os territórios existenciais que marcam nossa finitude e nossa possibilidade de existir.

Dito de outro modo, além dos dispositivos atuais e já conhecidos de subjetivação, podemos imaginar outros determinados pela articulação de novos componentes interconectados. Dentre eles, um se encontra cristalizado em personagens individuais organizadas em grupos, com feições complexas e maleáveis e que, embora aparentemente normais, na verdade são náufragos de uma catástrofe cósmica, presente e potencial, imaginária e real, cuja presença atual extrai sua força unicamente de sua capacidade de esvaziar o futuro de toda consistência. Catástrofe essa que corresponderia a diferentes fases do nosso próprio desenvolvimento afetivo, voltado a certa escolha de objetos agora em suspensão.

Sobre esse novo mundo composto por novos modos de intrusão (e de subjetivação), é preciso (re)começar a perguntar: o que é que ele demanda com urgência de nós? Paradoxalmente, de onde olhamos e falamos com palavras, entendemos que o que se faz urgente é que reaprendamos os silêncios. Isso porque, frente à multiplicação de novos termos e à proliferação gigantesca de enunciados, o silêncio torna-se necessário como resistência, como possibilidade de entender tudo o que aconteceu e ainda está acontecendo para além da dimensão política em sentido estrito.

O silêncio é fundante, argumentou certa vez Orlandi (2018), assim como também o é a iminência de sentido. Não se trata, portanto, de reafirmar uma relação já suficientemente explorada criticamente entre o silêncio e o nada, nem de recair em sua possível mística. Todo nosso esforço, ao contrário, diz respeito à tentativa de resistir à hegemonia de um objetivismo abstrato que não dá conta (nunca deu, em nenhuma de suas formas) nem da irracionalidade, nem do equívoco, nem da dimensão transformacional que caracteriza esses mundos neonatos. Por isso, re-efetuar os silêncios corresponderia a problematizar tanto o

encadeamento linear quanto à completude dos acontecimentos desse mundo cuja imagem ainda é imensurável e que faz com que tantos discursos se dispersem em tantas direções diferentes. Ao fim, face ao que nos falta, é preciso deixar que o silêncio se instale pelo tempo necessário (e variável) para que novas possibilidades de sentido se apresentem.

Mas, pensar um modo de subjetivação em sua relação com a recomposição dos silêncios resulta em outra questão: como falar de uma forma de existir não-representável, cuja observação não é possível com os métodos usuais? Toda a dificuldade é que o silêncio, neste caso, não remete – como ocorreria, por exemplo, para as disciplinas de linguagem – ao excesso de dados que se alterna com a possível falta de teoria. Aqui, é o próprio silêncio que acena como necessidade de ruptura e de recusa de qualquer isomorfismo com as formações discursivas que nos davam uma imagem do que seria o normal. Tomando de empréstimo mais uma vez uma formulação de Orlandi (2018), a qual reproduzimos mais ou menos literalmente, a não-aderência automática do sujeito às formações discursivas convencionais e aos espaços maciçamente reputados como normais de sentido abre pontos de silêncio que são os índices das histórias particulares dos sujeitos em face da articulação entre as diferentes formações discursivas e seus deslocamentos. Nesse sentido, o silêncio intervém como parte da relação entre um sujeito e o dizível, permitindo a elaboração de sua relação com múltiplos sentidos.

Não há dúvida de que o sujeito, atravessado por múltiplos discursos viralmente dispersos, teme sua dissolução nessa dispersão. Porém, ele também pode compor um espaço possível de singularidade justamente nos desvãos que constituem os limites contraditórios de formas subjetivas e discursivas distintas. Ou seja, se, por um lado, neste momento de crise e de propagação viral que suspende os silêncios pela proliferação discursiva em diferentes meios de produção e semiotização – em especial, os digitais –, manifestando certa tendência a considerar alguns conjuntos de abstrações como salvadoras, por outro lado, os silêncios dão aos

sujeitos espaços possíveis de singularidade, produzindo uma polissemia e amalgamando posições heterogêneas.

Durante a pandemia, particularmente em seu auge, alguns grupos fechados em formações discursivas determinadas, cujos processos de identificação eram incapazes de deslocamento e/ou composição com outras vozes, defendeu agudamente o tratamento precoce da COVID-19 com o uso de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente, bem como criticou as medidas de isolamento social, dando vistas a uma tendência que indicava aspectos substanciais de seus processos constituintes. Tudo isso se somou a auto-apresentação desses mesmos grupos como os paladinos de uma cruzada contra setores da sociedade apresentados como abjetos. E mais: a ação desses grupos requereu, para a elaboração de sua metodologia, a participação de assessores científicos descomprometidos que davam o subsídio para que se preparasse um cenário no qual os sujeitos, mesmo sem conhecerem seus passos, os cumprissem friamente ainda que entrassem nesse cenário com uma incerteza angustiante. Tendo em vista a formação desses grupos, parece oportuno formular hipóteses sobre as estruturas que encontram alguma correspondência nesse cenário específico.

De saída, convém recordar que Freud assinalava que o Ideal de Eu mostra, representa e contém toda a relação de dependência ao outro que estrutura o sujeito – esse outro de cuja imagem o sujeito necessita para adquirir seu próprio ser e cuja rejeição tem, para ele, um aspecto tão intolerável quanto a união, identificação e confusão com ele tem ares de festa. O outro cuja imagem figura justamente como o que o sujeito incansavelmente deseja ter e ser. Numa situação em que a separação entre o Eu e o Ideal do Eu seja pouco marcada, muitos indivíduos, rejeitados em suas necessidades de cuidado e submetidos a múltiplas restrições, caem subjugados pela atração da onipotência de quem é capaz de induzir a ilusão coletiva de que há algo acima de tudo e alguém acima de todos.

É importante notar que a ruptura dos silêncios pela propagação viral de informações por diferentes meios não corresponde a dizer que a comunhão entre os integrantes desses grupos se dê ao modo de uma comunicação articulada. Tomando de empréstimo uma ideia de Carlos Pla (1973), podemos afirmar que estamos diante de comunidades que são atravessadas internamente por uma tensão hostil e por uma impostura da lei (que resvala na própria ausência da legalidade), que defendem obsessivamente o fetiche da forma com a qual superam o vazio e o silêncio perdido. Grupos nos quais todos sabem ocupar um falso lugar fálico insuflado sobretudo digitalmente, tecido e feito necessariamente às escondidas e na má fé, a todo vapor narcisista. Para falar novamente como Pla (1973), a submissão é também cálculo inconsciente ante o terrível medo de perdê-lo. Diante da ruptura dos silêncios, o que se repete, então, não são nem as impressões, nem os esquemas mentais desses grupos, mas determinadas elaborações de alguns conteúdos. Para além da interpretação dos conteúdos, esses sujeitos buscam dar-lhes sentido associando-os a algum paradigma significante que os faça operar de outra forma, até sua exaustão e sua automação – donde esperam que emerjam novamente os silêncios, integrados a um modo de semiotização inconsciente.

Finale

A propagação viral do COVID-19 foi acompanhada, como dissemos, de uma viralidade numérica. Dessa maneira, um *i-mundo* viral conformava-se cada vez mais com um *e-mundo* (e vice-versa), ao modo de uma dupla-relação de contágio entre biologia e tecnologia digital. Enquanto a essência viral do mundo se dava verdadeiramente como essência globalizada de um devir técnico planetário, a dupla viralidade de um *i-mundo* (entendido simultaneamente como *e-mundo* e como negação do mundo cosmopolita) tornou imperiosa a composição de um novo mundo.

Se o *e-mundo* diz respeito, segundo Husson (2020), a um devir-técnico planetário definido como uma salvaguarda (na acepção digital do termo) de nossos dados e destinado a estabelecer poder sobre nossa vida, nosso corpo e nosso psiquismo, a cosmopolítica do porvir haverá de colocar igualmente em cena outra forma de salvaguarda, não-numérica – a do cuidado ecológico e preservação da vida humana em geral. O vírus da globalização que se expôs na contaminação global do vírus foi o da desigualdade, injustiça, racismo, extermínio, fome, destruição. O que se expôs na pandemia foi a virulência de toda virulência, o próprio virótico como forma de como a virulência contamina. Como todos os modos de contaminação são viróticos, virulentos e virais, o vírus da globalização também opera, na sua forma mais imediata na transmissão digital. Pensar a virulência da globalização exposta pela COVID-19 é pensar a ruptura dos silêncios, o hibridismo do vírus biológico e do digital e como um imita o outro – a tal ponto que se tornou verdadeiramente difícil saber se o vírus biológico imita o digital ou vice-versa.

Inúmeras questões levantadas desde a irrupção e irradiação da pandemia estão ligadas a esse nó entre o biológico e o digital, o molecular e o virtual. Da mesma forma que o COVID-19 contaminava com a velocidade digital de um toque, a política de gestão da pandemia, seja para controlar ou descontrolar, apropriar ou desapropriar, governar ou desregular, salvar ou matar, contaminava a todos com a viralização de números, medidas, estratégias, através de redes sociais e tecnologias de informação. Bastou um toque do dedo para disparar o contágio de vírus simultaneamente biológico, digital e político que aniquilou o silêncio dos corpos.

Essa viralização foi decisiva para a formação de grupos cujo modo de existência regressivo e pouco organizado nos afetou em diferentes dimensões da existência: física e psicológica, emocional e racional, ética e política, singular e coletiva, natural e cultural, estética e metafísica. Nos avessos do silêncio, esses grupos passaram a operar misturando e confundindo os sentidos em tal

velocidade e intensidade que os esvaziou. A estratégia das redes sociais operacionalizou justamente a dessocialização da sociedade mascarada pela falácia de uma socialização virtual, pois a socialização virtual depende do isolamento social. Todos e cada um se encontram isolados em sua tela-celular, separados do espaço do comum mesmo quando compartilham fisicamente o mesmo espaço. Independentemente de sua mensagem, conteúdo ideológico, manipulações, o meio, neste caso, é o próprio isolador social. A socialização que esse meio propicia e fomenta é uma socialização dissocializante e a estratégia de viralização é um modo de despolitizar por meio da hiperpolitização.

Diante de tudo isso, se, por um lado, o que passou a se encontrar no centro do debate durante e depois das figuras pandêmicas de Covid-19 foi, de acordo com Preciado (2020), quais vidas estaremos dispostos a salvar e quais serão sacrificadas, por outro lado, as figuras pandêmicas também se tornaram grandes laboratórios de inovação social. Justamente nesse contexto de reconfiguração das tecnologias do poder e da efetuação de um conjunto de alterações nos modos de entender tanto a ideia de comunidade quanto a de imunidade, o vírus converteu-se em estratégia política, passando a legitimar, normalizar e tornar necessárias práticas estatais de biovigilância e controle digital.

Aqui, novamente, a linguagem nos vem ainda como um algo a mais, que subjaz a tudo. Os veículos de informação convencionais ganharam um teor escolar, cujos ensinamentos não se baseiam na comunicação de informações, mas na imposição de novas coordenadas semióticas. Mais que um senso comum centralizado sobre as informações, revelaram-se nesse contexto as máquinas de emissão, recepção e transmissão de palavras de ordem: a linguagem deixou de ser feita para ser crida e passou a servir para obedecer e fazer obedecer (Deleuze e Guattari, 1980). A pandemia revelou, muito rapidamente, um aglomerado de discursos e fantasias cambiantes. A palavra do sujeito sobre o vírus e seu contágio, na falta de representações plásticas ou gráficas, oferece deles apenas uma figura virtual na qual as palavras e as coisas não

se distinguem com tanta clareza. Diante das figuras pandêmicas, os significantes e significados revelam-se conceitos muito pobres.

Numa terminologia mais hjelmsleviana, diríamos, em acordo com a brecha aberta por Polack & Sivandon (2013), que a pandemia reuniu modalidades múltiplas de ligações entre matérias, substâncias e formas; que ela não privilegiou nenhuma delas. Como se estivéssemos num “canteiro de obras multissemiótico” (Polack & Sivandon, 2013, p. 45), a figura pandêmica linguística (ou linguística) é uma obra aberta feita com partes vivas, um aglomerado de objetos, territórios e signos que desafiam, como nos delírios e nas fantasias dos sujeitos em processos psicóticos, uma suposta realidade natural com suas leis das ordens e das espécies, suas lógicas do pertencimento e do discurso. Pandêmico, portanto, é tudo aquilo que, sob o pretexto de unificar, coloca em relação elementos que não necessariamente pertencem aos mesmos conjuntos categoriais – o que pode ser proporcional ao delírio e parecer passível de tratamento. Com efeito, não é outra coisa que uma massa móvel de signos interpretáveis e informações segundo registros variados e possibilidades múltiplas.

Referências

Bardini, T. (2011). *Junkware*. Minnesota: Univ Of Minnesota Press
Cassous-Nogues, P. (2020). *Virusland*. Paris: Les Éditions du Cerf.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Mille Plateaux*. Paris: Éditions du Minuit.

Husson, V. (2020). “La double viralité de l’e-monde”. Disponível em <https://youtu.be/tiH_QP0KndQ>. Acessado em 26 de outubro de 2022.

Novirus, C. (2020). “Pathologie”. *Multitudes 80*, outono de 2020. Disponível em <<https://www.multitudes.net/category/1-edition->

papier-en-ligne/80-multitudes-80-automne-2020/>. Acessado em 26 de outubro de 2022

Orlandi, E. P. (2018). *As Formas do Silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp.

Pla, J. C. (1977). "Sobre a Tortura". In: Marie Langer (org.) *Questionamos 2: Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*. Belo Horizonte: Interlivros

Polack, J-C & Sivadon, D. (2013). *A Utopia Íntima: trabalho analítico e processos psicóticos*. São Paulo: n-1 edições

Preciado, P. B. (2020). *Aprendendo com o vírus*. Disponível em <https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_7-Paul-B.-Preciado.pdf>. Acessado em 26 de outubro de 2022

Capítulo 6

A influência das massas nas redes sociais eletrônicas: uma leitura psicanalítica

Fabiano Chagas Rabêlo
Samanta Basso

Introdução

Este artigo visa discutir algumas implicações subjetivas de ações continuadas e coordenadas de influência mediadas pelas redes sociais eletrônicas – *whatsapp, tweeter, facebook, instagram* etc – , tomando como fundamento teórico os conceitos de transferência, narcisismo e psicologia das massas. Realiza-se inicialmente o resgate na pré-história da Psicanálise do uso da hipnose e da sugestão como instrumentos de intervenção terapêutica e de investigação de alguns fenômenos psíquicos patológicos. Em seguida, questiona-se a manutenção da sugestão e o abandono da hipnose no desenvolvimento da técnica psicanalítica, destacando a mudança na direção do tratamento operada pelo conceito de transferência. Busca-se então delimitar a especificidade do uso da sugestão no contexto das redes sociais na atualidade. Ao final, problematiza-se a inserção do psicanalista nas redes sociais, seja como praticante – a Psicanálise em intenção –, seja como cidadão – a Psicanálise em extensão – (Lacan 1967/2003), com o intuito de mapear alguns desafios que se colocam no seu caminho, assim como alguns limites e possibilidades de atuação.

A tese central que se adota é que as instâncias de autoridade que exercem influência nas redes sociais estão fragmentadas e, muitas vezes, depreciadas, o que leva a constituição de vínculos grupais instáveis e cambiantes, cuja coesão é mantida à custa da modulação

de um estado de paroxismo afetivo que precisa ser constantemente renovado e reeditado. Depreende-se daí que algumas respostas culturais da contemporaneidade, tais como o autoritarismo populista, as novas formas de extremismo religioso e o ódio a estrangeiros e homossexuais, desempenham a função de solução de compromisso para um anseio residual nostálgico de um pai.

A pré-história da Psicanálise: hipnose e sugestão

Parte-se da pergunta sobre os motivos que levaram Freud a se interessar pela hipnose e a sugestão como mecanismo de influência psíquica. Sabe-se que, ainda na pré-história da Psicanálise, tais procedimentos representavam uma possibilidade cientificamente orientada de tratamento anímico e, simultaneamente, um método de prospecção de alguns processos patológicos de natureza psicogênica (Gay, 1989). Assim, instado pela demanda de tratamento das chamadas doenças nervosas, Freud é confrontado com fenômenos e situações de sofrimento psíquico que teriam permanecidos inacessíveis à compreensão científica e, conseqüentemente, a uma intervenção terapêutica metodologicamente orientada. Isso porque a medicina do final do Século XIX alimentava o ideal de restringir os seus métodos a procedimentos estritamente fisicalistas e anatômicos. Foi necessário para Freud, portanto, reconsiderar os efeitos de uma eficácia simbólica da fala no corpo, dessa vez a partir da perspectiva da tradição da medicina moderna (Freud, 1890/1997, 1892-1893/1999).

Desse campo de investigação clínico e terapêutico, surge a ideia de inconsciente. Valendo-se da sugestão e da hipnose no tratamento de pacientes histéricos, obsessivos, fóbicos e neurastênicos, Freud estabelece os primeiros esboços de uma concepção metapsicológica de aparelho psíquico dividido em instâncias interdependentes, cada qual com uma sintaxe e energética de funcionamento próprias (Breuer & Freud, 1895/1996).

Pontua-se que até meados do século XIX, a sugestão e a hipnose recebiam a designação de mesmerismo, palavra derivada do sobrenome do médico Europeu Franz Anton Mesmer (1734-1815), que ganhou fama, fortuna e popularidade ao realizar curas por meio do magnetismo (Safranski, 2018). É importante esclarecer que o magnetismo é uma teoria pseudocientífica que justificava a influência terapêutica que o médico exercia no paciente a partir da suposição de uma energia animal transmitida de uma pessoa a outra por meio de passes, toques e olhares (Rubin, 2017).

Não tardou para que, após a morte de Mesmer, o magnetismo caísse em descrédito. O seu patronímico, por sua vez, logo se tornou sinônimo de charlatanismo e impostura (Safranski, 2018). No entanto, sobretudo na língua inglesa, o termo mesmerismo sobreviveu no uso corrente, agregando, além dos sentidos já designados, o significado de sedução, encantamento e deslumbramento.

Sublinha-se que essa fascinação do espírito científico e cultural ocidental pelo magnetismo no final do século XVIII e início do século XIX pode ser interpretada como uma reação ao iluminismo e a revolução francesa, que culminaram em uma abrangente ressignificação das figuras sociais de autoridade.

Para compreender o percurso freudiano nas décadas que antecedem ao surgimento da Psicanálise, faz-se necessário considerar mais um acontecimento epistêmico e metodológico. Ainda que de forma tímida, o final do século XIX é marcado pelo retorno do interesse da medicina científica pela hipnose e a sugestão. Inicialmente com Braid, no ambiente anglo-saxão, que propôs a dissociação entre hipnose e magnetismo animal, imputando à primeira uma fundamentação neurológica. Depois, na França, com Charcot, Janet, Bernheim e Delbœuf, que sistematizaram e ampliaram o uso da sugestão e da hipnose como instrumentos de pesquisa e intervenção terapêutica (Rubin, 2017).

Percebe-se, portanto, que a Psicanálise surge da dignificação do tratamento pela fala como instrumento de intervenção clínico. Dessa forma, a expectativa de cura alimentada pelo paciente que o

liga ao médico é tratada por Freud (1890/1997) como um fenômeno de ordem relacional e linguageiro. Uma vez dado esse passo, Freud é levado a reconhecer a natureza libidinal de todo processo de influência psíquica (Breuer & Freud, 1895/1996).

Dito isso, não se pode perder de vista que a hipnose e a sugestão existem desde que o ser humano se estabeleceu como um ser gregário e de linguagem. No curso da história ocidental, os fenômenos citados estiveram intrinsecamente relacionados à questão do pai, seja por meio da religião, seja por meio de seus representantes diretos e indiretos: o rei, o sacerdote e o chefe da família (Foucault, 1999). O advento da ciência moderna produz abalos nessa ordem. Lentamente essas figuras tradicionais de autoridade perdem o seu lastro, ao mesmo tempo que outras instâncias, atores e saberes surgem para ocupar o espaço de poder vacante. Pode-se dizer então que o advento do ideal iluminista de autonomia produziu, juntamente com a destituição parcial das figuras tradicionais de autoridade, uma certa nostalgia de um substituto paterno: algo ou alguém que, mesmo que de forma ilusória, apresente-se como garantia frente ao desamparo.

Do exposto, acredita-se ser necessário avaliar o lugar peculiar da Psicanálise na cultura para daí interrogar os seus desafios na atualidade. A sua ética pressupõe o uso da autoridade atribuída ao psicanalista para impulsionar o desenvolvimento das potencialidades constitucionais de cada sujeito. Isso, sem tamponar ou denegar a falta e o desamparo, nem se apresentar como um novo substituto da figura do pai. Por conseguinte, a Psicanálise adota a visão do mundo da ciência, que é inevitavelmente incompleta e parcial, logo sujeita a correções, acréscimos e substituições (Freud, 1933/1997).

Para Lacan (1966/1998a) o sujeito da Psicanálise é o mesmo da ciência. Todavia, enquanto a ciência foraclui o sujeito, que retorna no real na forma de um padecimento; a Psicanálise se propõe a recolher os efeitos das manifestações do sujeito no real, fornecendo-lhe uma via de tratamento e elaboração. Isso quer dizer que, se a

ciência exclui a divisão psíquica do ato de conhecer, a Psicanálise alicerça seu campo de pesquisa nessa própria divisão.

A Transferência

Da perspectiva da Psicanálise, a sugestão pode ser definida como uma relação de influência que é engendrada nos vínculos sociais por meio da palavra e da mobilização de reações afetivas (Freud, 1890/1997). Ela se fundamenta em uma suposição de autoridade que é agenciada para promover significações e atitudes. Logo, o que está em causa nesse fenômeno é a atualização da posição do sujeito e de seus afetos em relação às figuras de autoridade que participaram de sua constituição subjetiva.

Uma vez que não há ser humano fora do campo da linguagem ou de um círculo de relações sociais, a sugestão pode ser descrita como um fenômeno abrangente e fundamental que se faz notar em um vasto leque de processos clínicos, sociais, políticos e estéticos (Freud, 1921/1997).

Em vez de realizar um uso acrítico e pragmático da sugestão ou de utilizá-la como instrumento para promoção do próprio prestígio, Freud avança em direção ao amortecimento, à filtragem e ao redirecionamento de seus efeitos. Logo ele percebe que, apesar de produzir mudanças subjetivas evidentes, imediatas e palpáveis, a sugestão e a hipnose estão fadadas a se deparar com fortes e, por vezes, intransponíveis resistências psíquicas. Seus efeitos, desse modo, são provisórios, restritos e pouco confiáveis (Freud, 1890/1997).

Na história da Psicanálise propriamente dita, o reconhecimento e modulação dos efeitos da sugestão na clínica ocorre em etapas. A princípio, Freud (1904/1997, 1905/1997a) acredita ter abandonado a sugestão juntamente com a hipnose. Daí a sua afirmação de que a diferença entre o método psicoterápico e o analítico estaria no uso da sugestão naquele e na sua ausência neste. Essa ideia logo é retificada, o que leva a constatação da permanência da sugestão em todos os vínculos terapêuticos (Freud,

1905/1997b). Ao formular as diretrizes do conceito de transferência (Freud, 1912/1997, 1915/1997), Freud percebe que há inevitavelmente uma quota residual de sugestão, mesmo na Psicanálise. Por isso, um dos desafios que se coloca para o analista no manejo da transferência é o de refrear os efeitos da sugestão e canalizá-los para objetivos analíticos. As manifestações da sugestão precisam ser reconhecidas, acolhidas e postas a serviço da perlaboração dos conteúdos inconscientes (Freud, 1914/1997). Tal posicionamento requer um comprometimento ético, haja vista que não são os interesses pessoais ou os ideais do analista que devem nortear o tratamento, mas o desejo de cada sujeito.

Uma consequência dessa premissa é a abertura para um horizonte político a partir da clínica, haja vista que a ação da sugestão não se restringe somente à relação entre médico e paciente ou entre hipnotizado e hipnotizador, mas, sobretudo, entre os líderes e as massas. Logo, a sugestão se deixa constatar na mobilização dos medos coletivos, na propagação de crenças e na promoção como estratégia de propaganda de situações análogas ao enamoramento.

Aqui vale lembrar a advertência de Freud acerca da dupla valência do fenômeno da transferência (Freud, 1912/1997). É lícito acrescentar que a sugestão não mobiliza apenas vínculos amorosos e tendências de submissão à autoridade, mas, também, sentimentos agressivos de ódio.

Freud (1912/1997, 1915/1997) escreve que a transferência é uma função do analisando, sendo suas manifestações orgânicas e espontâneas, na análise ou fora dela. Se o analista é incluído nas manifestações afetivas mobilizadas pela transferência, isso se deve às vicissitudes da dinâmica psíquica do analisando, o que, via de regra, acontece da forma mais paradoxal: pela expectativa de uma retribuição afetiva ou, como indica Lacan (1966/1998b), pela esperança de que lhe seja revelado um saber a respeito daquilo que lhe é mais íntimo e que lhe esclareça os motivos de seu sofrimento. Essa atitude inicial na maioria das vezes não tarda em se converter em ódio, raiva ou frustração, sendo tais sentimentos, assim como o

amor, expressão da transferência (Freud, 1912/1997). Com isso, toda uma paleta de manifestações afetivas que povoam as relações humanas cotidianamente é desdobrada artificialmente no laço a dois dentro do dispositivo psicanalítico.

Para ocupar o seu lugar de escuta, o analista deve se esvaziar de suas marcas subjetivas para poder recolher o que emerge de singular da fala do analisando. Para tanto, é recomendável que ele próprio tenha se submetido a esse processo de tratamento e alcançado uma transformação profunda e duradoura de suas resistências psíquicas.

Dessa forma, Freud insiste na participação de fortes componentes sexuais na composição do laço transferencial, que define como “novas edições, reproduções de moções e fantasias, que com o avançar da análise devem ser despertadas e tornadas conscientes” (Freud, 1905/1997b, p. 180, tradução nossa). Via de regra, esse processo ocorre pela substituição de uma pessoa anterior da vida da paciente pelo médico. Freud ressalta o caráter de realidade e atualidade desse investimento transferencial: “uma sequência inteira de acontecimentos psíquicos anteriores são revividos, mas não como fatos passados, mas como um relacionamento atual com o médico” (p. 180. tradução nossa).

Para Freud, a transferência é ao mesmo tempo o maior impedimento e o mais poderoso instrumento de intervenção. Em função das resistências, o analisando “atua” (*agiert*) (p. 182) na transferência um pedaço de suas lembranças e fantasias, ao invés de rememorar-las pela fala, o que frequentemente torna as manifestações da transferência um acontecimento opaco e incompreensível, se tomadas isoladamente.

Trata-se de uma afirmação atual, com fortes reverberações políticas e sociais. Cabe interrogar a natureza e o estatuto nas repetições de clichês e manifestações afetivas que são modulados pelas interações nas redes sociais.

A psicologia das massas e as mediações sociais na internet

Deve-se considerar como inferências coerentes e afinadas com a técnica analítica as considerações de Freud (1921/1997) sobre a relação entre processos grupais, sugestão e identificação ao líder. Para Freud, o líder, como substituto da autoridade paterna, é colocado no lugar de ideal do Eu, o que contribui para fomentar a expectativa ilusória entre os membros da massa de restituição de uma perda narcísica por meio do estreitamento de uma relação afetiva de submissão e concordância. A coesão da massa é, portanto, alicerçada na identificação: vertical, de cada membro com o líder, e horizontal, entre os membros.

Freud esclarece que identificação é, na sua origem, ambivalente, haja vista que ela pode se expressar tanto na forma de ternura como de desejo de eliminação. Esse caráter remonta ao mito do assassinato do pai primevo, que Freud (1912-1913/1997) formula como o momento lógico de fundação da cultura e de instituição do tabu do incesto. Freud parte da premissa da existência em um tempo imemorial de um pai tirânico e violento a quem era reservada a exclusividade de todas as mulheres. Esse pai era ao mesmo tempo temido e admirado pelos seus filhos, que, após se rebelarem, o assinam. Após o parricídio, os irmãos, imbuídos de remorso e culpa, incorporam o cadáver do pai em um repasto canibal. Esse assassinato funda o pacto de restrição totêmico do incesto entre os irmãos parricidas. Assim, a incorporação do corpo do pai morto constitui o modelo atávico de todo vínculo identificatório e o cerne do complexo paterno no neurótico.

O problema que surge daí é o destino às moções agressivas nas massas, o que Freud (1930/1997) esclarece por meio do conceito de narcisismo das pequenas diferenças. Trata-se de um mecanismo ao mesmo tempo psíquico e grupal, fundamentando na exacerbação de processos identificatórios, a qual os membros de uma massa recorrem quando confrontados com o próprio desamparo. O cerne desse fenômeno é modulação como ameaça da pequena diferença percebida no outro. Assim, são as fantasias e as moções agressivas

dos membros da massa que impulsionam o ódio ao outro, a quem é atribuído a marca da diferença.

Nas massas, os participantes experimentam uma mudança radical de sua atividade anímica: sua afetividade é intensificada e a sua capacidade intelectual e crítica é diminuída pelo nivelamento com os outros indivíduos tomados por semelhantes. A agressividade livre que resulta dessa operação é então canalizada para um alvo específico: um inimigo interno ou um alvo externo portador de um traço que diverge das identificações do grupo.

Freud (1930/1997) destaca que o catalisador do ódio cooptado por esse processo não são as características divergentes do indivíduo odiado, mas as semelhanças que o aproxima dos demais integrantes do grupo. Com isso, a diferença desempenha um papel de véu que recobre um território de características comuns que os membros do grupo buscam rechaçar para manter a coesão grupal.

Com isso, dois movimentos coordenados e dependentes se articulam: de um lado, seleciona-se um objeto condensador da agressividade, que passa a ser alvo de violência e segregação; de outro, promovem-se identificações mútuas entre membros de um determinado grupo social, que se avaliam mutuamente como semelhantes (Freud, 1921/1997).

Nesse ponto, cabe interrogar como os dois modelos de grupos artificiais citados por Freud – a igreja e o exército – dão o tom aos embates políticos nas redes sociais no contexto brasileiro atual. Constata-se a existência de um populismo de direita que está organizado a partir de algumas diretrizes de matrizes religiosas, cuja designação de fundamentalista, no entendimento dos autores, não lhe faz justiça. Considera-se, que diferente das manifestações religiosas fundamentalistas, os discursos negacionistas da fome e da pandemia, e de ódio a nordestinos e a homossexuais, apesar de fazerem apelo à tradição, não se apoiam em uma visão de mundo coerente e coordenada. Tampouco se trata de uma reação teológica obscurantista ao discurso da ciência, uma vez que esse radicalismo de direita dificilmente consente em abdicar dos produtos da tecnologia. Ao contrário, faz-se um uso sistemático desses recursos

a fim de corroborar ilusões pseudocientíficas. Isto é, a confirmação coletiva de um anseio individual por meio de uma crença ilusória laica que encobre a percepção imediata do próprio desamparo (Freud, 1927/1997). Tais crenças não se apoiam na coerência e no diálogo. Elas são fragmentadas, heterogêneas e dificilmente se propagariam sem o suporte da internet e outros meios de comunicação em massa. Daí que as crenças negacionistas se apoiam no discurso da ciência, para daí denegá-lo, como acontece no mecanismo psíquico do fetiche (Freud, 1927/1997).

Deve-se salientar que, diferentemente dos negacionistas, a ciência trabalha com a falta como motor de seus esforços de pesquisa. Pode-se dizer inclusive que os avanços científicos costumam produzir feridas narcísicas na humanidade, como ocorreu com o heliocentrismo de Copérnico, a teoria do desenvolvimento de Darwin e a proposta psicanalítica do Inconsciente (Freud, 1917/1999). Não é a toa que esses pontos são justamente os alvos principais das teorias negacionistas: o terraplanismo, o criacionismo e a crença no líder popular como móbil da emancipação pessoal e garantia da felicidade (Rabêlo & Martins, 2021).

Logo, o manejo analítico da transferência pode ser entendido como a antítese do vínculo com um líder populista totalitário e, quem sabe, um antídoto a este.

O respaldo coletivo do líder populista ocorre por meio da identificação à sua figura como substituto de um ideal subjetivo. Ao ser colocado no lugar de ideal do Eu de cada participante do grupo, o líder desempenha a função de catalisador dos investimentos libidinais, direcionando-os para uma mesma direção. Ocorre então uma transição dos interesses narcísicos individuais para o coletivo.

No caso do negacionismo, essa transição não está respaldada em um princípio ético ou cívico, apesar de frequentemente se apresentarem na forma da defesa de valores morais. De todo modo, uma participação política é exortada e até mesmo exigida, sem margem para negociação, em uma modulação acentuada dos afetos, sob a urgência de uma tomada de posição frente a uma

ameaça imaginária iminente. Cria-se daí um proselitismo que confirma as suas crenças a partir do seu poder de sugerir outras pessoas para a sua causa. Tal estratégia pode se apoiar na fé religiosa, mas, na sua essência, prescinde dela.

Considerações finais

Chama-se a atenção para o potencial político desse debate, na medida em que ele está intimamente relacionado com os processos de identificação e projeção que mediatizam as interações grupais. Por conseguinte, pode-se dizer que é salutar a construção de diques e filtros para as manifestações da alteridade quando esta se impõe como imediata e totalitária. Por outro lado, faz-se necessário que essa alteridade seja reconhecida, nomeada e dignificada como um elemento estratégico da constituição psíquica.

A assimilação da sugestão na técnica da transferência leva em consideração essa dupla valência do outro no processo de tratamento psíquico, ao passo que um uso mais pragmático e instrumental da sugestão tende a ignorar esse fator complicador. Por isso, a necessidade de uma atitude de abstinência do analista, que possui uma justificação na própria política da Psicanálise: ela não resulta de uma injunção moral, mas de uma estratégia necessária ao exercício da análise (Freud, 1915/1997).

Vale salientar que os ideais narcísicos são apresentados por Freud como obstáculo à elaboração das manifestações do inconsciente e, por consequência, ao exercício da Psicanálise. É importante sustentar a distância entre o que é da ordem o Eu e o que é do sujeito, principalmente no diz respeito à sua relação com os obstáculos do ato de conhecer. Tendo isso em vista, parte-se da afirmação de Freud (1917/1999) que compara o corte narcísico operado por Copérnico ao sustentar que a terra não é o centro do universo com a proposição psicanalítica de que o Eu não é senhor em sua própria casa. Nesse ponto, a temática da ignorância, uma das paixões engendradas pelo recalque (Freud, 1913/1997), adquire

um lugar central, sobretudo quando se tem em vista o problema das teorias negacionistas e a virulência de algumas *fake news*.

Cabe a Psicanálise perseverar na aposta no sujeito do Inconsciente como lugar de emergência de uma verdade que é ao mesmo tempo individual e coletiva. Trata-se de uma verdade que é efeito da falta, daquilo que descompleta os discursos socialmente instituídos. O desafio que se coloca é como sustentar essa direção política nas redes sociais, sem se deixar fagocitar pelas estratégias discursivas que grassam nessas mídias.

Gostaria de registrar que esses apontamentos foram redigidos entre os dois turnos da eleição de 2022 e, por isso, não foi levado consideração a atual onda de violência que atinge as escolas brasileiras, nem a tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023.

Referências

Breuer, J., & Freud, S. (1996). *Studien über Hysterie*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag. (Original publicado em 1895).

Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (1997). Psychische Behandlung (seelische Behandlung). In: S. Freud, *Studienausgabe*, (vol. Ergänzungsband, p. 13-36). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1890).

Freud, S. (1997). Die freudsche psychoanalytische Methode. In: S. Freud, *Studienausgabe*, (vol. Ergänzungsband, p. 99-106). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1904).

Freud, S. (1997a). Über Psychotherapie. In: S. Freud, *Studienausgabe* (vol. Ergänzungsband, p. 107-120). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1905).

Freud, S. (1997b). Bruckstück einer Hysterie-Analyse. In S. Freud, *Studienausgabe* (vol. VI, p. 83-186). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1905)

Freud, S. (1997). Zur Dynamik der Übertragung. In: S. Freud, *Studienausgabe* (vol. Ergänzungsband, p. 157-168). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1912).

Freud, S. (1997). Totem und Tabu. In: S. Freud, *Studienausgabe*, (vol. IX, p. 61-134). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1912-1913).

Freud, S. (1997). Zur Einleitung der Behandlung: Weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse. In: S. Freud, *Studienausgabe*, (vol. Ergänzungsband). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1913)

Freud, S. (1997). Erinnern, wiederholen, durcharbeiten: weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse II. In: S. Freud, *Studienausgabe* (vol. Ergänzungsband, p. 205-215). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1914).

Freud, S. (1997). Bemerkungen über die Übertragungsliebe (Weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse III). In: S. Freud, *Studienausgabe*. (vol. Ergänzungsband, p. 217-230) Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1915).

Freud, S. (1997). Massenpsychologie und Ich-analyse. In: S. Freud, *Studienausgabe*, (vol. IX, p. 61-134). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1921).

Freud, S. (1997). Fetischismus. In: S. Freud, *Studienausgabe* (v. III, p. 379-388). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1927).

Freud, S. (1997). Unbehagen in der Kultur. In: S. Freud, *Studienausgabe* (Vol. IX, p. 191-270). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1930).

Freud, S. (1997) Neue folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse – 35. Vorlesung: Über eine Weltanschauung. In S. Freud, *Studienausgabe* (Vol. II, p. 586-608). Frankfurt a. M.: S. Fischer. (Original publicado em 1933)

Freud, S. (1999). Ein Fall von hypnotischer Heilung: nebst Bemerkungen über die Entstehung hysterischer Symptome durch den “Gegenwillen”. In: S. Freud, *Gesammelte Werke* (vol. I, p. 1-17). Frankfurt: S. Fischer. (Original publicado em 1892-93).

Freud, S. (1999). Eine Schwierigkeit der Psychoanalyse. In: S. Freud, *Gesammelte Werke* (Vol. XII, p. 3-12). Frankfurt: S. Fischer. (Original publicado em 1917).

Gay, P. (1989). *Freud: Uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lacan, J. (1998a). A ciência e a verdade. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 869-892). Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro. (Original publicado em 1966).

Lacan, J. (1998b). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 591-652). Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro. (Original publicado em 1966).

Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista da escola. In J. Lacan. *Outros escritos* (p. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1967).

Rabêlo, F. C., & Martins, K. P. H. (2021). O negacionismo: uma leitura psicanalítica de O castelo branco, de O. Pamuk. *Ide*, 43(72), 129–140.

Rubin, C. E. (2017). Entre a neuropatologia de Charcot e a psicologia de Bernheim: considerações sobre a hipnose nos primórdios da pesquisa freudiana. *Natureza Humana*, 19(1), 102–127.

Safranski, R. (2018). *E. T. A. Hoffmann: Das Lebens eines skeptischen Phantasten*. Frankfurt: Fischer.

Capítulo 7

De fora, de dentro, de fora-dentro: os movimentos da traumatogênese na obra de Sigmund Freud¹

Thais Siqueira
Elisa Maria de Ulhôa Cintra

Inúmeros são os trabalhos que se propuseram a retornar a Freud afim de pensar a traumatogênese. Nas mais de dez décadas que acumulamos de produção psicanalítica encontramos incontáveis discussões sobre o campo do traumático. Neste trabalho tentaremos abordar esse campo a partir de um viés específico, qual seja: a direção do vetor daquilo que traumatiza. O trauma psíquico é algo que atinge o sujeito desde fora? Ou seria traumático aquilo que assedia o sujeito desde dentro?

Tentaremos demonstrar como Freud discute esses movimentos ao longo de suas cinco décadas produtivas. Faremos isso colocando a teoria do trauma psíquico no centro da articulação entre a metapsicologia e a clínica. Suas proposições metodológicas sobre como acessar com maior efetividade conteúdos psíquicos valiosos para a condução dos tratamentos, e as explicações que desenvolveu acerca do modo de constituição do psiquismo, orbitam, a nosso ver, em torno do que ele pôde pensar acerca dos traumatismos. Afim de facilitar nosso percurso, avançaremos cronologicamente e dividiremos nossa exposição em décadas.

Ousaremos criar dois grupos para organizar nossa apresentação das teorias sobre o trauma. No primeiro grupo,

¹ Este trabalho apresenta fragmentos da dissertação de mestrado realizada por Thais Siqueira no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do professor doutor Luís Claudio Figueiredo, e defendida em novembro de 2021.

reuniremos os traumas que se justificam pelo que vem de fora e, no segundo, os traumas que se justificam pelo que vem de dentro. Pedimos paciência e compreensão diante dessa proposta, por mais esquisita que ela pareça, pretendemos torná-la palatável em breve.

No primeiro grupo – traumas que se justificam pelo que vem de fora –, a ênfase recai sobre o mundo externo como agente causador. Esse grupo, no qual uma compreensão dos aspectos intersubjetivos prevalece, terá maior destaque ao menos até a metade da próxima década, por volta de 1905, quando a teoria do trauma viverá sua primeira cambalhota anunciada nos “Três ensaios sobre a sexualidade” (1905) e descrita explicitamente no texto “Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses” (1906 [1905]).

A partir desse momento, o segundo grupo - os traumas que se justificam pelo que vem de dentro - nos quais ganha ênfase a compreensão dos aspectos intrapsíquicos, vão ganhar cada vez mais destaque, sem que o outro grupo desapareça completamente. Vale destacar que o que chamamos, simplificaradamente, de dentro e fora não configuram categorias excludentes.

Ao longo de toda construção psicanalítica, a sustentação desse movimento dialético entre externo e interno é fundamental e vital para a manutenção da complexidade epistemológica dessa teoria. O encontro é o momento privilegiado de investigação. Os aspectos intersubjetivos e intrapsíquicos se encontram intimamente imbricados em toda construção metapsicológica. O destaque dado aqui a essa diferenciação nos servirá para evidenciar que o acento da primeira teoria freudiana sobre o trauma recai sobre o que vem de fora – o acidental, a perturbação da sexualidade que tem sua origem no outro –, enquanto, na sua segunda teoria sobre o trauma, o acento recai sobre o que vem de dentro – a pulsionalidade inconsciente, a sexualidade infantil e sua origem endógena.

A primeira década: 1890 – 1899

O início das investigações clínicas de Freud, ainda na década de 1890, foi dedicado a observar e acompanhar casos de histeria. Ele e seu então mestre, o doutor Breuer, pediram e autorizaram as mulheres histéricas a falarem acerca do que lhes acometia inaugurando assim, simultaneamente, um campo de saber e um método de pesquisa. Neste momento, os autores argumentavam a favor de uma concepção de adoecimento que toma o trauma como desencadeador: o que provoca os sintomas histéricos é um acidente. Os pesquisadores centraram seus esforços em defender a hipótese de que existe um evento disparador da doença, acessível por meio da hipnose e da sugestão, que justifica os sintomas e que, se acessado, pode ser “revivido” e então tratado.

A lembrança do trauma agiria como um corpo estranho que segue atuante dentro do psiquismo, muito além do momento de sua ocorrência (FREUD & BREUER, 2016 [1893], p. 23), o que poderia ser comprovado por meio do método catártico e dos efeitos da ab-reação. Os sintomas são interpretados como guardiões de experiências que não puderam ser devidamente vividas.

Na teoria freudiana, até a descoberta da sexualidade infantil, os adoecimentos psíquicos são justificados pela ocorrência precoce de um evento acidental de natureza sexual que seria responsável por ativar a defesa recalcante, a qual, por sua vez, excluiria da consciência a experiência vivida, desviando sua carga afetiva para os sintomas somáticos característicos da histeria. A direção do vetor do acontecimento traumático – cuja revivescência ativa a formação de sintomas – é de fora para dentro, ou seja, o adulto traumatiza a criança pelo excesso sexual de sua ação. Sendo assim, um tratamento efetivo deverá remontar, por meio de vestígios, a exterioridade da cena traumática. A ab-reação consiste justamente no reconhecimento, *a posteriori*, de que algo que veio de fora feriu. A ausência desse reconhecimento no momento do trauma impediu a devida reação. Caso possamos desenterrar tal evento das ruínas do passado e reconhecê-lo, o afeto encapsulado poderá ser liberado

e o seu efeito patogênico poderá se interromper. Tal liberação permite que a energia represada se reencaminhe para um desenvolvimento saudável.

A primeira teoria sobre o trauma, a chamada teoria da sedução, explica as neuroses a partir do efeito póstumo de um trauma sexual infantil. Dela decorre a defesa freudiana de que é fundamental acreditar na realidade factual do que contavam os pacientes acerca dos abusos sexuais vividos durante a infância, defesa que cairá por terra alguns anos depois. Nesse momento, experiências sexuais na infância se justificam apenas pela ação de um adulto, já sexual, sobre uma criança, ainda não sexual.

Como já anunciamos, é na década seguinte a dos trabalhos conjuntos de Freud e Breuer, nos anos 1900, que a teoria da sedução será refutada.

A segunda década: 1900 - 1909

O que leva o pesquisador Freud a refutar sua recém-nascida teoria da sedução é uma constatação clínica, não exatamente de sua clínica apenas mas também o que ele recolhe de relatos, por meio de colegas e da literatura, sobre pessoas que, embora seduzidas na infância, não desenvolveram nenhum tipo de doença psíquica posteriormente. Ou seja, o abandono se deve em parte à constatada impossibilidade de situar a sedução como causa etiológica dos adoecimentos. Não basta ser seduzido para adoecer. E, sendo assim, resta-nos recuar e voltar a analisar os casos.

Nesse recuo, Freud topará com uma descoberta que novamente o lança aquém da causa etiológica dos adoecimentos. Na busca do que vem de dentro e participa no desenvolvimento das neuroses, ele cria o conceito de pulsão sexual. Uma representação psíquica para as excitações somáticas conhecidas pelo pequeno ser humano a partir de seu contato com o mundo, que se dá através dos órgãos dos sentidos.

Contudo, isso que nasce no contato com o mundo não encontra nele sua origem. A pulsão sexual tem origem

radicalmente endógena, brota desde dentro apoiada nas funções somáticas do organismo. Isso pulsa. Ao afrouxar o vínculo, até então estreito, entre a pulsão sexual e o objeto – o outro – Freud marca definitivamente o acento intrapsíquico de sua teorização. Os aspectos intersubjetivos, os chamados acidentes, deixam de estar no centro de sua neuropatologia e passam de alguma forma para segundo plano, desde o qual irão compor as condições de adoecimento junto ao que é constitucional, interno.

Como esperamos já estar claro, a centralidade da sexualidade não perde importância nem espaço nessa segunda década. E, diga-se de passagem, isso não se alterará futuramente; ao sexual é delegado um lugar central na compreensão psicanalítica dos fenômenos. O que se inverte é a origem da sexualidade infantil, de onde ela vem. O que antes vinha de fora e se devia ao acidente da sedução, agora vem de dentro, é inato e, portanto, sua origem é biológica. A neurose, então, seria o resultado da ação do par de opostos: força desmedida da pulsão sexual + severidade da renúncia ao sexual pelo recalçamento. Não importavam mais apenas as excitações às quais a criança foi exposta, e sim como ela reagiu a essas vivências. Se ela respondeu ou não a essas experiências defendendo-se por meio do recalçamento e quão severa foi essa operação.

Cabe aqui esclarecer algo. Tanto na primeira teoria sobre a etiologia das neuroses quanto na segunda, a formação dos sintomas se deve, de alguma forma, à maneira como o sujeito reagiu a determinada experiência. Ou seja, a ressignificação do vivido é a responsável pela configuração de uma experiência traumática em ambas construções teóricas que apresentamos. Ainda que o acento da teoria da sedução recaia sobre o acidental, é a operação do psiquismo, a construção de uma fantasia sobre esse acidente, que lhe concederá seu efeito traumático.

Na segunda teoria, a fonte da fantasia passa a ser a sexualidade infantil. Logo, a fantasia de sedução se deverá não mais à vivência factual de uma experiência de sedução, mas à atividade da pulsão sexual. Sendo a sexualidade infantil

originalmente perverso-polimorfa, as perversões e neuroses denunciariam um infantilismo da pulsão sexual cujo desenvolvimento teria ficado fixado em um dos estágios pelos quais todas as crianças necessariamente passam. Assim, os sintomas representariam uma atividade sexual dos neuróticos, e a sexualidade, em sua forma infantil, mantém centralidade na etiologia das neuroses.

Convidamos o leitor a guardar com cuidado as dúvidas que eventualmente se fizeram durante nosso percurso até aqui, e nos acompanhar no resgate de mais uma década de trabalhos do doutor Freud, durante a qual esperamos poder esclarecer possíveis confusões.

A terceira década: 1910 - 1919

Os estudos sobre o desenvolvimento psicosexual vão avançar consideravelmente na década de 1910. Freud defenderá que inibições no desenvolvimento psicosexual gerariam pontos de fixação da libido para onde o sujeito regressaria por meio de seus sintomas neuróticos. Isso aconteceria na tenra infância quando, a depender das experiências, determinado componente da função sexual se adiantou, ficando, às custas de sua pressa, impermeável aos processos de desenvolvimento posteriores. Seriam essas experiências, que apressam o desenvolvimento, o abrigo para o novo lugar do traumático na teorização freudiana?

Como já dito, não se trataria mais do trauma como fator etiológico, determinando a saída pela neurose ou pela saúde. O traumático irá atuar na determinação do tipo de adoecimento. Ao seguir essa linha argumentativa, aceitaríamos que o evento traumático ativaria a inibição em um ponto ou outro de fixação a depender de suas características.

No entanto, não podemos negligenciar o que Freud preserva como o mais valioso à sua teorização – a centralidade do conflito, o par de opostos. Não é possível pensar apenas no desenvolvimento psicosexual para esclarecer os adoecimentos. A equação só se

completa ao acrescentarmos a ação do recalçamento, e os motivos dessa ação, para Freud, não são sexuais.

A seleção do que será recalçado é tarefa da instância egoica. O Eu é o responsável pela construção das formas dadas às experiências. A ele cabe a árdua função de bordear a força imperiosa da sexualidade infantil, indicando os caminhos da formação dos sintomas. Logo, ao lado do desenvolvimento da libido, é preciso analisar o desenvolvimento do Eu. À medida que a pulsão sexual avança e se complexifica exigindo novas satisfações, o Eu também se desenvolve operando e aprimorando as estratégias de defesa. Temos aqui uma nova roupagem do par de opostos: pulsões sexuais *versus* pulsões do Eu.

No trabalho “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios” (1913) Sandór Ferenczi descreve o desenvolvimento do Eu em fases, nas quais a onipotência vai paulatinamente cedendo espaço a outros modos de funcionamento, permitindo assim a passagem – sempre parcial – do Princípio do Prazer para o Princípio da Realidade. O êxito ou não dessa passagem – ou seja, o quanto ela poderá avançar, ainda que nunca se complete – depende absolutamente do que virá do ambiente, nos dois sentidos. É o que vem de fora que sustenta e/ou barra a experiência onipotente de contato com o mundo.

O recalçamento – ação a que se deve o nascimento da instância egoica – depende inicialmente de estímulos externos. A experiência de necessidade é o que produz o recalçamento, e, quando essa necessidade é sentida precocemente, o que vemos é uma interrupção do desenvolvimento. A inclusão dessa problemática do Eu e da progressão do sentido de realidade proposta por Ferenczi – e legitimada por seu mestre, Freud – traz novamente o aspecto intersubjetivo às discussões.

Nesse sentido, resgatando nosso objeto de estudo, poderíamos pensar que o trauma inclui, obrigatoriamente, uma experiência extrema de necessidade vivenciada precocemente? O que fixa a libido a um modo de experiência é a falta ou o excesso do que vem de fora, e expõe o sujeito a alguma apreensão radical da

necessidade, do seu total desamparo. O trauma geraria uma fixação, e o destino dessas experiências dentro do psiquismo seria manterem-se isoladas, bloqueando qualquer influência das demais experiências da vida. Vemos como o abandono da primeira teoria freudiana do trauma se realiza deixando restos, que podem ser valiosos para nossa investigação se nos detivermos a rastreá-los.

Vejamos agora como Freud propõe que o analista atue no manejo com esses conteúdos psíquicos apartados. De saída, ele elimina o trabalho sugestivo como alternativa. Transmitir ao paciente um saber sobre seu sintoma pode não surtir nenhum efeito. É preciso que o saber seja aliado a uma modificação interna do paciente, o que depende da experiência da transferência, a partir da qual algo do passado é revivido no presente junto ao analista. Isso tem relação com a destinação do sintoma. Ele visa a alguma coisa e, quando se reproduz na relação analítica, permite que essa coisa seja vislumbrada. A doença deixa de ser um “assunto histórico” (FREUD, 2010 [1914], p. 202), e sua atualidade no aqui e agora das sessões é reconhecida e autorizada.

A doença só pode se alterar caso o analista consiga viver a experiência e falar com seu paciente de um modo que corresponda à sua realidade interior, da qual o analista passa a fazer parte. Desde dentro, então, o analista poderia regressar, junto com paciente, ao momento de surgimento do sintoma e transformar o desfecho patológico que tal situação teve no passado. Uma nova maneira de conceber o trabalho de ab-reação, muito mais complexa do que a proposta pelo método catártico. De alguma forma, podemos afirmar que a elaboração ocupa no tratamento psicanalítico o lugar que cabia à ab-reação no método catártico.

Vale aqui uma breve parada para explicitar que o novo método proposto por Freud amplia consideravelmente a complexidade dos movimentos de dentro e fora para os quais estamos voltando nossa atenção. Notamos como o que ele propõe a partir da conceituação da transferência permite que compreendamos que aquilo que causa dentro do sujeito pode se presentificar fora, na relação com o analista, permitindo assim que

este participe do sintoma desde dentro da relação e encontre justamente aí a potência de seu alcance terapêutico.

Mas peço que nos acompanhem na recuperação das abstrações metapsicológicas para que alcancemos as produções freudianas da década seguinte, os anos 1920. Em breve voltaremos às propostas metodológicas.

A quarta década: 1920 – 1929

Prazer e desprazer – o par indissociável do princípio que rege soberano o psiquismo até então – dependem da quantidade de energia excitável disponível no aparelho anímico; sendo o desprazer relacionado ao aumento da quantidade e o prazer relacionado à sua diminuição. No entanto, Freud nos alerta, não se trata de uma relação de “proporcionalidade direta” (FREUD, 2020 [1920], p. 61), mas de sua redução ou ampliação no tempo, ou seja, do ritmo. Logo, tanto a instauração do Princípio de Prazer quanto sua passagem para o Princípio de Realidade dependem fundamentalmente de uma experiência ritmada por um outro. Esse outro é quem modula, por meio de seus investimentos atentos, os níveis de excitação na tentativa de mantê-los dentro do que pode ser suportável a um psiquismo em vias de formação.

Como ilustração, Freud discute a brincadeira “Cadê? – Achou!” entre um bebê e sua mãe. A mãe que brinca com seu bebê de se fazer ocultar e reaparecer em seguida permite que ele aprenda gradualmente que ela some, mas costuma reaparecer. Assim, a angústia e a dor vivenciadas no instante em que o bebê perde o objeto de amor de vista podem ser moduladas pelo conhecimento que distingue a ausência temporária da perda definitiva, de modo que o anseio pode ser experimentado por ele sem disparar desespero. A distinção afetiva entre experimentar anseio e viver desespero possibilita outra distinção importante: a que separa uma situação perigosa de uma situação traumática (FREUD, 2014 [1926], p. 120).

Em seu revolucionário livro que inaugura essa década, *Além do Princípio do Prazer* (1920), Freud discute o que se passa antes que a instauração do Princípio do Prazer se efetive. O que há além?

Na tentativa de responder a essa pergunta ele descreve uma brincadeira que observa seu primeiro netinho fazer repetidas vezes, quando este tinha cerca de um ano e meio: o famoso jogo do *Fort-Da*. O pequeno Ernst tem um carretel amarrado em um longo fio. A brincadeira consiste em lançar o carretel para dentro de seu berço cortinado fazendo-o sumir de sua visão, movimento acompanhado da vocalização “o-o-o-o”, que sua mãe Sophie e seu avô Freud interpretaram como “*Fort*” [desapareceu – cadê?], e na sequência puxá-lo de volta para si emitindo “*Da*” [aqui/aí – achou!]. A interpretação do avô é que a brincadeira encena as ausências do objeto amado, tornando Ernst senhor da situação na medida em que é ele quem controla as ausências e presenças do objeto perdido. Por meio dessa repetição, ele estaria ab-reagindo às excessivas intensidades outrora vivenciadas passivamente, abrindo caminho para a elaboração e construindo condições de suportar a ausência da mãe. É como se Ernst fizesse sozinho a ritmada brincadeira de “Cadê? – Achou!”, que provavelmente já havia experimentado antes com sua mãe Sophie.

Entretanto, como Freud mesmo afirma logo após descrever o jogo do neto, tal fenômeno não nos auxilia a alcançar o que haveria além do Princípio do Prazer. Embora a brincadeira repita a situação desprazerosa da perda do objeto amado, ela finda com um ganho de prazer, a satisfação do “*Da/Achou!*”.

Convidamos o leitor a aprofundar a compreensão dessa brincadeira, aceitando o alerta que nos faz Luís Claudio Figueiredo (1999) em sua releitura desse livro: “Atenção: é um jogar longe que é, ao mesmo tempo, um jogar fora (da visão) e um jogar dentro (*do próprio berço*). Este era o jogo completo, embora Freud não comente este jogo longe-fora-dentro que ele mesmo descreve” (p. 62).

Jogar longe-fora-dentro. Essa leitura da brincadeira de Ernst radicaliza algo que salientamos anteriormente acerca do movimento dialético entre dentro e fora, cujos limites ficam cada

vez mais tênuas no avançar da obra freudiana. O menino joga fora o carretel, abandona a visão do objeto, lançando-o para dentro de seu berço. Essa sequência sintetiza a função das brincadeiras das crianças, seu trabalho simbolizante e dá imagem a um movimento psíquico elementar e anterior ao Princípio do Prazer: o tornar próprio, o “re-tornar”. Ao jogar fora, dentro de um lugar intimamente conhecido, o seu próprio berço, o menino parece encenar um movimento de apropriação.

Expliquemos: em termos energéticos, isso pressupõe a contenção da excitação circulante no aparelho, um movimento contrário ao que postula o Princípio do Prazer, segundo o qual as excitações devem ser continuamente escoadas (de dentro para fora), evitando o desprazer. As pulsões sexuais, aqui agrupadas às pulsões do Eu no novo grupo chamado Eros ou pulsões de vida, pulsam na direção centrífuga (jogar fora). Vemos, no *Fort-Da*, um jogo que conjuga essa direção com a contrária, do retorno centrípeto, de voltar a si (jogar dentro). Jogar dentro do berço é conter, reservar, amortecer.

Desse modo, a compulsão a repetir é relacionada ao retorno e à constituição de um território particular, o território da identidade. Esse retorno remonta, para Freud, até o antes da vida. Retorno ao inanimado. Assim é o movimento característico do novo grupo de pulsões, as pulsões de morte, que além/aquém do princípio do prazer descrevem um certo funcionamento do aparelho psíquico.

Para nossa investigação, o importante é destacar que existe um modo de funcionamento do aparelho psíquico mais primitivo, prioritário, colocado em ação a cada vez que as quantidades energéticas excedem determinados limites. Quando o psiquismo é invadido de quantidades excedentes, ele se põe a ligar, a conter energia, a reservar na tentativa de restaurar, em primeiro lugar, o berço, onde, em um segundo momento, poderá voltar a brincar de repetir para elaborar. Essas primeiras tentativas de ligação representam a ação da repetição no *Além do Princípio do Prazer* (1920). Em um segundo momento, então, tendo o berço sido

restaurado, o sujeito volta a brincar, sendo esse movimento lúdico repetitivo próprio ao Princípio do Prazer.

O trauma, assim, representaria uma invasão de energia que excede a condição de ligar do aparelho, que por sua vez é determinada pela quantidade de energia ligada existente em seu interior. Desse modo, para se consumir um trauma não bastaria o rompimento do escudo protetor. Somado ao rompimento, é preciso que não haja no organismo penetrado energia quiescente suficiente para dar conta da quota energética adicionada. Dizendo nos termos da dualidade pulsional proposta, o trauma é resultado de “uma *inundação de vida* em uma estrutura com pequenas reservas de energia silenciosa e amortecida” (FIGUEIREDO, 1999, p. 74).

Vale ressaltar que as excitações sobre as quais tratamos, seus excessos, descargas e contenções referem-se ao sexual. É libidinal a energia liberada no encontro entre um bebê e o outro que dele se ocupa, bem como na separação entre eles, que inaugura o reconhecimento da alteridade pelo bebê.

Assim, podemos notar como retornam aqui, algumas décadas depois, as hipóteses apresentadas por nós em nossa primeira década que justificavam os adoecimentos históricos a partir de traumas sexuais infantis. No entanto, a íntima ligação entre o traumático e o pulsional, que, como demonstramos, inclui o trauma no interior do movimento constitutivo do psiquismo, não permite mais que ele seja exclusivo aos adoecimentos.

Com essa mudança, evidentemente, não é apenas a teoria que está sendo revolucionada, a clínica também será obrigada a se transformar. Poderíamos, a partir disso, recuperar a discussão sobre o lugar fundamental do objeto na constituição psíquica e na modulação do ritmo do trabalho das pulsões de vida e de morte, e nos aproximarmos, assim, do trabalho do objeto e suas funções antitraumáticas não apenas nos primeiros momentos da constituição mas também na clínica psicanalítica. Avançaremos nessa discussão incluindo os trabalhos da próxima década.

A quinta década: 1930 -1940

Alcançamos aqui a última década produtiva de Freud, os anos 1930, nos quais encontraremos formulações acerca do que podemos enquanto analistas diante da complexidade desses fenômenos. Nesse momento avançado de sua vida e obra, o analista vienense já havia sido forçado, como viemos testemunhando, a abandonar os limites rígidos entre dentro e fora, entre constitucional e adquirido, entre saúde e doença.

Ao abandonar algumas dessas perigosas e joviais certezas acerca de como se desenvolvem os adoecimentos, Freud tornava também necessário apresentar a complexidade requisitada ao analista que topasse eleger como objeto de estudo e intervenção o aparelho psíquico nos moldes propostos a partir de 1923, apresentado por ele em “O Eu e o Id”.

O texto eleito para abrir essa discussão data de 1937 e tem em seu título o anúncio de um dos paradoxos em que a teoria psicanalítica arremessou a técnica, “A análise finita e a infinita”. O objetivo da pesquisa de Freud sobre o final das análises é investigar os obstáculos encontrados no percurso e apresentar possibilidades de superá-los. Ele elenca três fatores determinantes de uma análise: trauma, força pulsional e alterações do Eu (FREUD, 2020 [1937], p. 325).

Os dois primeiros elementos dessa tríade não podem ser entendidos separadamente. Pulsão e trauma são, desde 1920, inseparáveis. Não é mais possível imaginar um choque traumático que não evoque, pela força de seu impacto, a implosão pulsional de intensidade correspondente. Além disso, aqui Freud postula que novos traumas aumentam a intensidade pulsional circulante dentro do aparelho psíquico (*IBIDEM*, p. 328), ou seja, a etiologia traumática das afecções psíquicas e a etiologia pulsional se unem em uma só hipótese. O contato com o pulsional e suas cargas pré-históricas é traumático e excedente.

Quanto ao terceiro termo da tríade determinante para o trabalho analítico – as alterações do Eu –, também é possível questionar sua “independência”. Nesse momento da teoria, tais

alterações não se resumem aos efeitos da repressão, do recalque. Os mecanismos de defesa são múltiplos bem como seus efeitos no Eu. Em 1940, no texto inacabado “A cisão do Eu no processo de defesa”, Freud apresenta a cisão como resposta do psiquismo à influência de um trauma psíquico (2018 [1940], p. 199). Sob a pressão do trauma, o Eu sofreria uma fenda (*IBIDEM*, p. 200), dividindo-se em dois, que podem, funcionando segundo ordens próprias e incompatíveis, sobreviver no psiquismo sem gerar conflitos ou contradições. Tal fenda cresceria ao longo do desenvolvimento, dificultando cada vez mais o acesso ao material inconsciente do qual o Eu se defende.

Nesse panorama, a proposta freudiana para o trabalho clínico é que o analista se alie ao Eu enfraquecido, dispendendo esforços em seu auxílio no embate fervoroso com as demais instâncias, que o autor compara a uma guerra. O analista viria como um aliado externo enfrentar a guerra civil travada no território psíquico de seu paciente (*IBIDEM*, p. 87). O dever da análise seria criar condições psicológicas mais favoráveis para que o Eu siga exercendo suas funções (FREUD, 2020 [1937a], p. 358). Podemos perceber nessa visão um certo otimismo do velho Freud com seu método.

Porém, embora haja otimismo, Freud não subestima seus adversários. As cicatrizes do processo de desenvolvimento libidinal, as famosas fixações já vistas por nós há algumas décadas, exigem trabalho egóico contínuo e incessante. A fonte quantitativa não cessa, e quanto a isso nosso alcance é limitado. Isso porque comunicar conflitos ainda não existentes não funciona. Essa é uma aprendizagem fundamental; apenas a prática analítica de muitos anos do doutor Freud lhe permite afirmar que comunicar ao paciente a possibilidade de conflitos pulsionais não existentes não tem serventia alguma, e ele afirma ainda mais, não funciona porque não o comove (*IBIDEM*, p. 337). Notem: é preciso que uma transmissão comova o paciente para que seja efetiva. Trata-se de comover, de conversas que toquem profundamente a experiência subjetiva do analisando.

Em “Construções em análise” (1937) encontramos discussões sobre o método de acesso a certas regiões do psiquismo, em especial às que abrigam o que foi esquecido. Freud compara o trabalho analítico com o trabalho arqueológico fazendo uma ressalva a favor do psicanalista, já que este investiga “restos vivos”, o que, em sua opinião, torna o trabalho analítico mais fácil do que o arqueológico.

É discutível se a vivacidade dos restos facilita ou dificulta nossa tarefa. Por estarem vivos, esses restos emitem sinais que podem ser percebidos pelo analista atento e receptivo. Porém, tais percepções podem confundir, levar o analista a vias sem saída e atalhos perigosos. De toda forma, Freud afirma categoricamente que no psiquismo nada se destrói, sendo sempre uma questão de método acessar o que parece estar perdido (FREUD, 2020 [1937b], p. 369).

Uma vez alcançado o acesso a esses restos conservados, o trabalho seria então reconstruir a partir deles, juntando-os e complementando-os, e oferecer os resultados ao paciente, que poderá então confirmar ou descartar as reconstruções. Assim, temos um trabalho que poderia ser esquematicamente dividido em duas partes: a reconstrução e a comunicação.

A separação do trabalho em duas partes ou dois momentos nos parece importante e central nos esforços de Freud em diferenciar a prática aqui defendida da velha e malvista sugestão, bastante utilizada nos primórdios da psicanálise. Nesse momento, o analista Freud muito mais experiente e perspicaz propõe que o analista reconstrua, ofereça ao analisando seus pensamentos e aguarde que o analisando faça sua parte, podendo aceitar ou recusar o que lhe foi ofertado. Caso a construção não comova aquele sujeito, seria apenas deixada de lado, sem causar danos nem benefícios. Assim, a comunicação da construção, quando acompanhada de comoção do paciente, poderia ou não levar à recordação do que foi vivido e esquecido (recalcado), gerando nos dois casos os mesmos efeitos terapêuticos (*IBIDEM*, p. 376). De alguma forma o que Freud está propondo aqui é que o analista fale com o seu paciente sobre o que ele não tem registro de ter vivido.

E, mais do que isso, que o comova a partir de um material muitas vezes inédito.

Poderíamos considerar que a proposta freudiana orienta o analista a avançar no trabalho egoico a partir de suas próprias vivências e lançar desde lá uma corda que o analisando pode ou não agarrar. Caso tope e agarre, a dupla analista-analisando avançaria na conquista de um novo território psíquico sob o domínio do Eu.

Vejamos, é um trabalho que conjuga os movimentos de vida e morte descritos por nós na década anterior. Trata-se de um trabalho que visa tornar próprias regiões ainda não reconhecidas como tal, para que novos investimentos de vida possam, desde lá, partir rumo aos objetos.

É preciso que o analista alcance conhecimentos seguindo o modelo delirante. Freud utiliza o termo alemão *erraten* para descrever como o analista pode entrar em contato com esses conteúdos psíquicos de difícil acesso à consciência. Tal termo não tem tradução direta para o português, mas sugere algo ambíguo entre adivinhar, intuir e decifrar². A complexidade da reunião desses três verbos nos indica a incerteza que acompanhará o trabalho do analista.

Esse tipo de reconstrução permitiria o acesso às tais partes renegadas no passado, o que poderia conduzir a recordações ultranítidas (*IBIDEM*, p. 377), similares a alucinações e de grande valia ao trabalho elaborativo. Acesso àquilo que foi porventura vivido e não pensado, o que foi experimentado antes sequer da aquisição da linguagem e que deixou marcas profundas. Ou seja, aquilo que embora presente no psiquismo atua como estrangeiro, assediando constantemente na “tentativa” de – se quisermos ser otimistas – ou na “resistência” a – sendo pessimistas – tornar-se próprio.

² Essa sugestão é proposta por Pedro Heliodoro Tavares, responsável pela tradução do livro *Compêndio de Psicanálise e outros escritos inacabados*, que compõe as Obras Incompletas de Sigmund Freud lançadas pela Editora Autêntica (2018, p. 186).

*

Acompanhamos o doutor Freud inverter diversas vezes o vetor “fora > dentro > fora” da sexualidade e do trauma, até alcançar uma complexa relação de oposição e complementaridade entre os dois termos ao reunir, a partir de 1920, pulsão e trauma com a criação do segundo dualismo pulsional. Nesse ponto, concordamos com Weiss (2021) que “(...) mais do que qualquer outro corpo teórico, a psicanálise tem conceituado as experiências traumáticas como emergentes da complexa interação entre realidades externas e internas” (p. 759, tradução nossa). Ansiamos que este nosso caminho, de tornar próprias as excitações experimentadas no contato com as palavras de Freud, também possa comover outros interessados nessas temáticas e animá-los a se lançarem, assim como nós, no infinito de reverberações que a obra freudiana oferece.

Referências

FERENCZI, S. (1913). *O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios*. (Obras Completas – Psicanálise II). São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 39-53.

FIGUEIREDO, L. C. *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*, São Paulo: Escuta, 1999.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria ('O Caso Dora') e outros textos*. (Obras Completas, Vol. 6). Tradução e notas: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. (1906). Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. In: FREUD, S. *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria ('O*

Caso Dora') e outros textos. (Obras Completas, Vol. 6). Tradução e notas: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, S. *Observações Psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia* ["O caso Schreber"], *Artigos sobre técnica e outros trabalhos. (1911-1913)*. (Obras Completas, Vol. 10). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1920). *Além do princípio do prazer* [Jenseits des Lustprinzips]. (Obras Incompletas de Sigmund Freud, Vol. 1). Tradução e notas: Maria Rita Salzano Moraes. Revisão de tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Coordenação: Gilson Iannini, Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. (1923) O ego e o id. In: FREUD, S. *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. (Obras Completas, Vol. 16). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. (1926). Inibições, sintoma e angústia. In: FREUD, S. *Inibição, sintoma e angústia. O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. (Obras Completas, Vol. 16). Tradução e notas: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. (1937a). A análise finita e infinita. In: FREUD, S. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. (Obras Incompletas de Sigmund Freud, Vol. 6). Tradução Claudia Dornbusch. 2. ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. (1937b). Construções na análise. In: FREUD, S. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. (Obras Incompletas de Sigmund Freud, Vol. 6). Tradução: Claudia Dornbusch. 2. ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. (1940a) A cisão do Eu no processo de defesa. In: FREUD, S. *Compêndio de Psicanálise e outros escritos inacabados (1856-1939)*.

(Obras Incompletas de Sigmund Freud, Vol. 3). Tradução Pedro Heliodoro Tavares. 1 ed., 3 reemp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. & BREUER, J. (1893). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos. Comunicação Preliminar. *In*: FREUD, S. *Estudos sobre a Histeria* (1893-1895). Em coautoria com Josef Breuer. (Obras Completas, Vol. 2). Tradução: Laura Barreto. Revisão da tradução: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WEISS, H. The conceptualization of trauma in psychoanalysis: an introduction. *The international Journal of Psychoanalysis*, 102(4), 755-764, 2021. DOI: 10.1080/00207578.2021.1932057.

Capítulo 8

A recusa ao filosófico em Freud a partir do lugar epistemológico da Psicanálise na conferência da *Weltanschauung*

Alberto Warmling Candido da Silva
Vinicius Darriba

Naturalmente vocês estão livres para
criticar esta minha exposição; eu
próprio lhes ajudarei nessa tarefa
(Sigmund Freud)

O talento de Freud para a escrita e para a exposição de ideias é bastante comentado, além de notoriamente reconhecido¹. A clareza de seus argumentos e a capacidade de evidenciar seus problemas oferecem ao leitor um enquadramento transparente quanto ao desenvolvimento de suas pesquisas. O modo austero de trabalhar suas justificativas dá a oportunidade para quem acompanha-o de ter acesso a uma versão atual de suas hipóteses psicanalíticas.

Em certo sentido, muito do mérito de Freud passa pelas condições mesmas que se revelou sensível à autocrítica e prudente quanto ao inacabamento de suas hipóteses. Por outro lado, o leitor, principalmente aquele que é alheio ao “contágio” de seu estilo, pode perfeitamente argumentar que a aparente lisura e a constante posição operante de um estado inacabado de suas hipóteses dão a Freud salvo conduto a questionamentos que eventualmente poderiam aparecer em seus textos. É como se sua falha pudesse se

¹ Vide ter recebido o prêmio Goethe em 1930.

reverter em mérito e um estudo teórico mais bem acabado estivesse sempre por vir.

De qualquer maneira, são mais de cem anos desde seus escritos iniciais; uma série de campos e autores que tiveram em Freud um interlocutor e uma referência; todo um campo pensado pela forma como construiu limites, temas e alianças. Quanto à filosofia, diversos autores e perspectivas acompanharam, debateram e criticaram as pretensões e os argumentos freudianos quanto ao valor e, principalmente, sobre o *lugar* teórico que Freud depositou à psicanálise². Atravessados ou não por suas descobertas, céticos e entusiastas, grande parte desses interlocutores recebem da invenção freudiana uma nova perspectiva de trabalho. Isto é, mesmo que o conteúdo de Freud não os convença, seus argumentos tenham se tornado anacrônicos, sua forma de investigação e a maneira como a concebeu ainda mereceriam apreciação.

Desse modo, por ocasião de um trabalho maior que realizamos³, somos levados a pensar alguns aspectos da construção do edifício psicanalítico em relação a seus limites e alianças, em particular o lugar epistemológico em que Freud depositou sua investigação. Nesse sentido, a ideia de que seja um lugar parte de uma aposta em que a psicanálise não se define como um projeto de descrições propositivas, alguma espécie de deontologia para a ação humana. Tampouco, por causa da clínica, seus procedimentos epistemológicos resultam em alguma instrução ou técnica mais direta para um analista. O rigor epistemológico que podemos encontrar em Freud não provém de uma lei científica, muito menos de uma coleção de dados que indicam um tipo de prova pelo acúmulo de resultados compatíveis. São uma série de desenlaces e questões contraintuitivas ao modo epistemológico mais

² Pensamos que a posição teórica de Freud concerne a psicanálise a um lugar inédito, particularmente por causa do inconsciente na vida psíquica de cada um.

³ Trata-se da dissertação de mestrado, “Da recusa ao filosófico a uma questão imanente: a epistemologização da psicanálise entre filosofia e ciência”.

convencional: o inconsciente, o espaço para a descoberta clínica, as motivações derivadas da vida pulsional etc.

Precisamos, portanto, restringir nosso escopo de análise e apresentar ao leitor nossa hipótese. Sustentamos que a psicanálise requer uma espécie de alteridade disciplinar de tipo muito particular quando confrontada com suas questões epistemológicas. Ou seja, a psicanálise não acolhe nem desmente integralmente uma disciplina, quando o propósito é sugestionar o tipo de conhecimento que a psicanálise produz. A filosofia, que sempre esteve próxima a Freud, é a disciplina escolhida para averiguar certas marcas desses procedimentos de pesquisa e o lugar que a psicanálise instaura no debate que é marcado, precisamente, sobre a razoabilidade dos procedimentos e o tipo de conhecimento que produz (epistemologia).

Tentaremos, em particular a partir da conferência sobre a *Weltanschauung*⁴ (1933/2014), apresentar uma série de argumentos acerca do que entendemos como *lugar epistemológico* da psicanálise a partir da alteridade que a filosofia representa na discussão sobre o conceito. Em certa medida, tentaremos reconsiderar certas posições e interpretações sobre os argumentos expostos por Freud nessa conferência acerca da filosofia. A comunicabilidade de Freud, se tratando de uma conferência, nos oferece condições para discutirmos questões sobre a transmissão de Freud e o lugar epistemológico da psicanálise. Nossa intenção, a partir disso, é trabalhar com mais minúcia os argumentos do texto, em especial os momentos em que são feitas menções à filosofia, sua visão de mundo, em comparação às características da psicanálise.

***Weltanschauung* – visão de mundo, cosmovisão e cosmogonia**

No primeiro momento da conferência, pode-se entrever alguns comentários derivados da questão mesma do termo, em

⁴ Usaremos no texto como sinônimos de *Weltanschauung*, cosmovisão e visão de mundo.

alemão, *Weltanschauung*. Trata-se, como Paulo César de Souza (2014) aponta, tradutor da Cia. das Letras, de uma declinação da partícula *Welt* (mundo) com o verbo *Anschaung* (contemplar). Isto é, a entrada do verbo na expressão já modula em grande medida o que se passa na origem da discussão sobre a *Weltanschauung*. Discussão propriamente filosófica, sem dúvida, que, nos termos que Freud colocara a filosofia na conferência, revela uma condição que, acerca do mundo, é possível se posicionar de maneira indireta. Em outros termos, contemplar porque sobre o mundo é possível assimilá-lo sem que nesse ato intelectual algo de si se inclua, ou, nesse sentido, algo dos aspectos afetivos sobre a concepção de mundo se revele como influência nesse ato contemplativo.

Contudo, a reflexão sobre a possibilidade de contemplação sobre o mundo se depreende no interior de uma discussão filosófica anterior aos aspectos levantados por Freud. Nesse ponto, se tomarmos rapidamente a discussão a partir dos argumentos freudianos, corremos o risco de cometer algumas injustiças históricas e filosóficas que podem, inclusive, afetar a leitura que estamos fazendo.

É preciso comentar que o termo *Weltanschauung* aparece, em um primeiro momento da discussão filosófica, na segunda crítica de Kant (1778/2016), no instante em que o sujeito apreende o mundo a partir de sua experiência sensível. No interior do projeto kantiano, a expressão não revela nenhum caráter conceitual. Na verdade, ela é a mera produção de uma relação *sensível* com o mundo, não mediada, a saber: não há a entrada das categorias do entendimento na compreensão sobre o termo. Nessa expressão, portanto, temos apenas um tipo de nomeação sobre a relação do sujeito com o sensível.

Nesse sentido, a melhor assimilação do termo *Weltanschauung*, relacionado à maneira como Freud elabora na conferência, decorre da discussão de Dilthey (1992), importante filósofo neokantista e autor de referência para a posição freudiana sobre o pertencimento da psicanálise às ciências da natureza (*Naturwissenschaften*), em oposição às ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*). A

perspectiva de Dilthey, na virada do século XIX para o século XX, compreende um entendimento de que há uma impossibilidade de retorno à metafísica, em grande parte devida ao avanço da ciência. Ao mesmo tempo, o positivismo comteano, que se coloca em absoluta negação da metafísica, gerou para o quadro das ciências, em particular na sua influência às ciências do espírito, uma espécie de imposição epistemológica. As ciências do espírito necessitavam, para Dilthey, de uma análise que privilegiasse questões históricas e sociais no ato de desvelar um método que lhes fosse própria, em vez de simplesmente reduzir os fenômenos a coisas como no método positivista derivado do modo de pensar nas ciências da natureza. Nesse caso, seguindo a perspectiva de Dilthey, é necessário que sejam observados os

[...] valores prevaletentes na época e, por outro, sobre a experiência vivencial de quem produziu tais manifestações para que estas adquirissem sentido aos olhos de quem as procurasse *interpretar* (Lopes, 2009)

De fato, a perspectiva levantada a partir de Dilthey (1992), na crítica ao positivismo, apresenta a cosmovisão como contrapartida ao argumento de redução do método científico ao modelo aplicado nas ciências naturais. A cosmovisão, para ele, não brota do pensamento, mas consiste em uma relação vital por causa da própria estrutura do pensamento. Cada sujeito tem uma cosmovisão que revela uma espécie de resposta ao enigmático da vida e do desenvolvimento das formas do pensamento; certo conjunto de questões que a humanidade se coloca diante do caos. Portanto, em questões do espírito humano, a questão da cosmovisão seria inevitável.

A partir desse ponto, podemos apresentar a definição que, correndo o risco de soar “canhestra” (Freud, 1933/2014 p. 322), Freud apresenta na sua conferência:

Entendo que uma visão de mundo é uma construção intelectual que, a partir de uma hipótese geral, soluciona de forma unitária todos os problemas da nossa existência, na qual, portanto, nenhuma questão fica aberta, e tudo que nos concerne tem um lugar definido.

Seguindo o ponto de vista de Freud, em contrapartida à compreensão de Dilthey (1992), podemos depreender um holismo ingênuo presente na concepção de visão de mundo. Ou seja, visão de mundo é um termo autoexplicativo que permite assimilar determinado valor atribuído ao conhecimento em um dado tempo ou por um grupo específico simplesmente porque é um dado irreduzível da experiência com o sensível. Quando pensada pela perspectiva histórica da necessidade da cosmovisão à humanidade, o termo *Weltanschauung* justifica a ideia de totalidade sobre certa contemplação feita sobre o mundo. Do ponto de vista de uma construção intelectual, nos termos de Freud, é uma forma de assegurar que questões indefinidas e zonas de desconhecimento sejam excluídas da construção intelectual.

Dessa maneira, visão de mundo sem a interveniência de nenhuma perspectiva crítica é uma concepção que tutela o mundo e engendra uma cosmogonia que não permite suscitar impasses e deslocamentos à ideia de totalidade. É um “mundo fechado” diante do sensível; isto é, faz do sensível uma certa totalidade, uma cosmogonia sem falhas, recusando contradições, impasses, o que ainda não é assimilável diante do que pode ser contingencial no mundo sensível.

Visão de mundo científica, ciência e psicanálise – um esforço de interpretação

Outro argumento levantado por Freud (1933/2014), ainda no começo da conferência, diz respeito à relação entre psicanálise e ciência e a possibilidade de uma visão de mundo científica. Costuma-se ressaltar a afirmação de Freud de que a psicanálise não cria nenhuma visão de mundo; segundo ele, a psicanálise é

totalmente “inadequada para criar uma visão de mundo própria” e “deve aceitar aquela (visão de mundo) da ciência” (p. 322). Muitas vezes, porém, esquece-se que Freud (1933/2014) acrescenta a esse comentário uma sequência: “mas a visão de mundo científica já se distancia notavelmente da nossa definição”.

O que é importante ficar claro, nessa suposta assimilação da psicanálise à visão de mundo científica⁵, é a caracterização da ciência como um tipo de conhecimento particular que recusa “a revelação, intuição ou adivinhação” (Freud, 1933/2014, p. 323). Nesse ponto, a psicanálise muito tem a ganhar se recusar modelos sobre o mundo pautado em prerrogativas que excluem o indeterminado e a divergência. A visão de mundo científica opera muito bem com a possibilidade de ter em seu “processo contemplativo” a existência de refutações e críticas.

O ponto a ponto da comunicação de Freud requer atenção. Extrair de seus argumentos algo que expõe uma adequação da psicanálise a algum tipo de visão de mundo, feita ela sem considerações críticas, preserva um modelo de categorias e dá ao pensamento uma ilusão de pertença. Na verdade, Freud se reserva a esse problema e passa ao largo de uma resposta entre sim ou não. Assim, o que é dado por ele são duas afirmações categóricas: 1) a psicanálise é um tipo de ciência específica – “uma psicologia da profundidade ou psicologia do inconsciente” (Freud, 1933/2014, p. 322); 2) ela pode falar da visão de mundo porque, enquanto construção intelectual, pode averiguar a exigência psíquica de haver ou não necessidade de uma visão de mundo.

Logo, a psicanálise é um tipo de investigação científica no que se refere ao “intelecto e a psique” (Freud, 1933/2014, p. 323). São esses dois constructos, analisados cientificamente, que tensionam a necessidade de uma visão de mundo para a psicanálise. O que Freud nutre pela ciência, então, não é um apreço a sua visão de

⁵No último comentário da conferência, Freud retoma: “Ela (psicanálise) não necessita de uma (visão de mundo), é parte da ciência e *pode* se filiar à visão de mundo científica.” (Freud, 1933/2014, p. 354, grifo nosso). Ou seja, a adesão à visão de mundo é providencial, ao contrário de uma assimilação.

mundo, mas o reconhecimento de que é a ciência, estendida ou não a sua visão de mundo, aquela que foi capaz até agora de enfrentar o problema da totalidade presente na questão mesma da cosmovisão.

Há, de certa maneira, uma tentativa de apresentar uma breve “metapsicologia das narrativas de visão de mundo”. Freud se põe a analisar particularmente três: científica, filosófica e religiosa. Na visão de mundo científica, ele observa que a ciência pode ser indiferente às motivações afetivas que constroem seus processos de conhecimento. Em certo sentido, a ciência pode ser alheia a essa questão, permitindo diferenciar saber e ilusão. Com relação às realizações da filosofia e da religião, entretanto, Freud identifica que, ao contrário da ciência, não há desdém às motivações afetivas como na ciência. O problema dos sistemas filosóficos e religiosos reside no ponto de confundir as motivações com os achados, transferindo as motivações afetivas para o âmbito do conhecimento. O processo de conhecimento, no caso da psicanálise, não deveria se permitir a essa confusão, justamente porque é parte de uma construção científica.

Certamente, há uma evidente predileção pela ciência – o que não é, necessariamente, adesão à visão de mundo científica, conforme já apontamos. Isso se deve por alguns motivos, entre eles o fato de a ciência admitir, mesmo em uma visão de mundo, conceber a verdade ao descrever a realidade sem nenhum tipo de “excepcionalidade” (Freud, 1933/2014, p. 337). A religião – nessa conferência –, principal oponente dos princípios de conhecimentos científicos, pode ignorar qualquer tipo de refutação, exatamente porque dá valor ao divino. Como afirma Freud (1933/2014), com essa atitude a religião postula um *petitio principii* (petição de princípio), no qual a tendência é evitar qualquer juízo crítico (refutação, por exemplo) em favor de uma decisão arbitrária do que é ou não a realidade *a priori*.

Fica evidente que Freud se preocupa com os *meios de conhecimento*, como efetivá-lo de uma forma pública, refutável, no qual a verdade possa se situar em um plano que nada de seu valor

possa ser inescapável ou dado de antemão como sendo uma verdade revelada. Os argumentos freudianos valorizam os princípios lógicos, mesmo quando podem parecer autoritários e menos nobres; isto é, a ciência recusa qualquer tipo de relativismo sobre a verdade. Há, para ele, muito mais a perder se não seguirmos tal princípio. Do ponto de vista da motivação afetiva para uma visão de mundo, a ciência pode assimilar um valor operativo da questão, se tratando a psicanálise uma investigação sobre esse tema. A ciência não requer uma assimilação de valor inegociável para suas construções, uma indistinção entre crença e conhecimento.

Sobre o lugar da psicanálise, a *Weltanschauung* e as descrições sobre a filosofia

Os destaques que fizemos anteriormente foram necessários para chegar a este momento do texto. Para apresentar comentários mais pontuais sobre a filosofia na conferência, tivemos que analisar a maneira como Freud conjectura o problema da visão de mundo. Como vimos, as características da produção do conhecimento científico serviram de instrumento nessa tarefa. Além disso, tentamos transparecer que o método de exposição de Freud é permanentemente crítico em relação à questão da cosmovisão. Isto quer dizer que, para Freud, antes de se associar ou recusar algum tipo de visão de mundo, inclusive a cosmovisão científica, era necessário se perguntar sobre a necessidade de ter uma visão de mundo, de modo a identificar os traços de pensamento presentes nas disciplinas que avaliava comparativamente quanto ao tema (ciência, religião, filosofia).

A caracterização sobre o modo de exposição de Freud é importante, porque uma vez esclarecido que ele não se presta a elogios ou adesões, fica mais fácil compreender os argumentos sobre a filosofia na conferência, sem que para isso passemos a adotar um ponto de vista pedagógico sobre seus comentários. Seguir dessa forma nos ajuda a deixar em segundo plano certas

considerações e correções que podem ser retiradas das afirmações de Freud sobre a filosofia⁶. Para nossa hipótese, entendemos que suas ressalvas e recusas à filosofia partem de um compromisso maior acerca do lugar epistemológico da psicanálise no interior da discussão sobre a visão de mundo.

Mormente nossa perspectiva, a respeito da filosofia, alguns apontamentos. Podemos identificar três posições que se sobressaem e são repetidas por Freud durante sua comunicação: 1) a filosofia enquanto sistema filosófico produz “um quadro coeso e sem lacunas no universo (Freud, 1933/2014, p. 325); 2) há valorização desproporcional na filosofia da intuição enquanto método; 3) a filosofia preserva traços ligados ao animismo, ou seja, onipotência dada às palavras, típico do pensamento mágico (Freud, 1933/2014, p. 332). Entretanto, façamos uma reserva momentânea e não deixemos que essas opiniões ganhem privilégio.

Em paralelo a isso, Freud (p. 325, grifo nosso) pontua, mesmo que em menor proporção, algumas questões que parecem produtivas ao viés de leitura que adotamos. O primeiro comentário mais longo sobre a filosofia na conferência aparece com um sutil contraponto inicial:

A filosofia não se opõe à ciência, comporta-se ela mesma como uma ciência, trabalhando em parte com os mesmos métodos, mas distancia-se dela ao se ater à ilusão de poder produzir um quadro coeso e sem lacunas do universo, que, no entanto, necessariamente se desfaz a cada novo avanço do saber.

Mais uma vez, o que surge é uma espécie de analítica. Nesse caso, pouco comprometida em provar ou decidir por uma separação clara em matéria epistemológica, mas que evidencia que Freud não recusa a filosofia enquanto tal, mas faz pontuações a certas características.

Dessa maneira, em relação à filosofia, o que precisa ser retido de suas afirmações são as ressalvas quanto a um conhecimento que

⁶ Pode-se perfeitamente escrever sobre as imprecisões de Freud sobre a história da filosofia nesta conferência. Não é nosso caso.

não é comprometido com intenções científicas, sendo a psicanálise, nesse contexto, um tipo particular de ciência que avalia o intelecto e a psique a partir das motivações afetivas na construção do conhecimento. Porém, o ponto que acrescentamos é o de que um olhar atualizado da conferência de Freud pode perfeitamente substituir o valor retórico a certas características da filosofia por uma leitura que privilegia a ênfase a uma política epistemológica de compromissos intelectuais para o conhecimento em psicanálise.

É preciso, em primeiro plano, uma perspectiva da conferência orientada para o lugar epistemológico da psicanálise. Tal lugar deve evitar, em relação ao conhecimento, como citamos no início, três tipos de modo de produção de conhecimento: “revelação, intuição ou adivinhação” (Freud, 1933/2014, p. 323). O que é desfavorável na filosofia, mas que no nosso entender também pode ser localizado eventualmente nas produções psicanalíticas, é deixar a psicanálise sem a possibilidade de alteração e revisão de seus conceitos e hipóteses em razão de modos de conhecimento e de acesso à realidade de tipo pré-científicos. Portanto, é a atitude frente ao conhecimento que precisa ser constantemente observada. Ter elegido a filosofia como uma disciplina expoente de métodos não científicos se justifica apenas como um posicionamento do que a psicanálise não deve seguir, mas não uma opinião fundamentada e duradoura, tendo em vista o caráter datado da perspectiva de Freud⁷.

Para nós, quem permite corroborar nossa hipótese, isto é, *que a visão de Freud sobre a filosofia é apenas uma tentativa de observar quadros distintos do rigor epistemológico diante da problemática da visão de mundo*, é o próprio Freud. Observemos outros dois comentários em que admite sua imperícia com outras visões de mundo, em particular a filosófica: 1) “[...] sei que me falta a precisa competência para julgá-las” (Freud, 1933/2014, p. 344); 2) “poucas pessoas são tão ineptas como eu para avaliar os diferentes sistemas (filosóficos)” (Freud, 1933/2014, p. 345). Considerando as tensões internas da conferência, seria inconsequente tentar retirar qualquer

⁷ Retomaremos a esse ponto nas considerações finais.

avaliação rigorosa sobre uma posição de Freud sobre a filosofia, da mesma maneira como concluir sua posição acerca da religião, tendo em vista vários outros momentos dessa discussão⁸. Por outro lado, por levarmos em conta o esforço argumentativo de Freud, as aparentes contradições que escancara ao seu ouvinte, temos a chance de observar uma espécie de método de apresentação do problema que o leva a fazer considerações sobre a psicanálise a partir de elementos externos, sempre em alteridade com outras disciplinas. Tudo se passa como se Freud quisesse entender o lugar da psicanálise no debate sobre a visão de mundo a partir de disciplinas auxiliares. O que Freud promove é um exercício de abertura e fechamento de problemas, baseado em parte a partir de suas investigações anteriores (metapsicologia), mas, também, no que observara em outros campos.

Esse o método de exposição de Freud que, certamente, recai muitas vezes em equívocos, mas, a nosso ver, são oportunos para conseguir localizar o lugar da psicanálise no campo dos saberes; em outras palavras, o que se permite fazer ou não. O lugar epistemológico da psicanálise é um espaço de vizinhança, absorvendo ou recusando aproximações conforme operações e consequências pretendidas.

Portanto, em relação ao que é proveitoso à psicanálise acerca do problema de visão de mundo, identificamos um certo tipo de argumentação em Freud que procede de maneira a construir o que é próprio da psicanálise a partir de outras disciplinas. O lugar epistemológico da psicanálise partilha uma série de características que podem provir de outros campos. No entanto, sua diferença reside no ponto em que faz dessas características observadas na vizinhança uma oportunidade de avaliar a direção a tomar em relação aos objetivos de sua investigação. Foram essas características que permitiram a Freud localizar naquele momento, provisoriamente, a psicanálise ao lado de uma visão de mundo científica e rejeitar a filosofia em sua visão de mundo.

⁸ Futuro de uma Ilusão (1927), Moisés e o Monoteísmo (1939).

Considerações finais

Retomar o exame dessa conferência a partir de outra perspectiva nos permite oferecer uma nova compreensão da relação entre ciência e psicanálise e sua relação com outras disciplinas. O leitor da conferência consegue facilmente identificar a ênfase de Freud aos aspectos do conhecimento científico que a ele são indispensáveis: a refutação, os argumentos lógicos, a provisoriade dos conceitos, a rejeição a princípios totalizantes.

Freud foi levado a analisar o problema da visão de mundo a partir da totalidade que o conceito engendra para o conhecimento. Trata-se de uma atitude intelectual que recusa a abertura de novos achados, reforça a totalidade do conhecimento, sem que novas perspectivas pudessem ser observadas com o passar do tempo.

O uso da filosofia na conferência surge nesse contexto de discussão. Longe de tentar oferecer uma definição precisa de filosofia – problema filosófico por excelência –, elege na filosofia certas características que devem ser recusadas na psicanálise.

A leitura da conferência a partir de uma perspectiva sobre a transmissão de Freud, o lugar epistemológico da psicanálise, permite reavaliar certas posições em torno da filosofia. Nesse cenário, seria necessária uma análise comparativa ao longo do tempo entre filosofia e psicanálise e como a investigação das duas disciplinas permitem a reavaliação de noções e conceitos psicanalíticos. Isto é, a conferência da visão de mundo é uma declaração a respeito da precedência da psicanálise acerca de nossas atitudes intelectuais, principalmente sobre a abertura ao desconhecido da descoberta científica e sobre as zonas de desconhecimento na relação com o sensível do mundo. Para nós, um uso contemporâneo do modo argumentativo de Freud, isto é, a alteridade entre disciplinas para exame do que é próprio da psicanálise, pode contribuir para examinarmos a efetividade e até mesmo a radicalidade das hipóteses psicanalíticas sobre as motivações afetivas no terreno do conhecimento.

Referências

Dilthey, W. (1992). *Teoria das concepções de mundo*. LusoSofia Press;

Freud, S. (2014). Acerca de uma visão de mundo. In: *Obras Completas Vol. 18*. (Trad. de Paulo César de Souza). Editora Companhia das Letras. (Original publicado em 1930-1936)

Kant, I. (2016). *Crítica da razão prática* (trad. de Monique Hulshof). Editora Vozes. (Original publicado em 1778)

Lopes, A. (2009). Cosmovisão. In Carlos Ceia (Org). *E-Dicionário de termos literários*. Consultado em 10-10-2022.

Capítulo 9

Por uma pós-graduação mais acolhedora e menos deslúdica: mosaicos de olhares entre a Psicanálise, a Filosofia e a Educação

Edson Seiti Miyata

Maria Vitória Campos Mamede Maia

O presente capítulo faz parte da tese defendida por Miyata (2022) e que partiu da seguinte pergunta: como o lúdico tem estado presente no contexto brasileiro da pós-graduação *stricto sensu*? As reflexões aqui apresentadas foram propiciadas a partir dos dados que emergiram de três procedimentos de pesquisa, quais sejam: i) pesquisa bibliográfica de teses, dissertações, artigos e trabalhos da ANPED - Nacional sobre o lúdico na Educação no período de 2016 a 2020; ii) análise documental do Parecer nº 977/65 – Parecer Sucupira; iii) análise documental do VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) / 2011-2020.

A pesquisa bibliográfica apontou a invisibilização do lúdico na pós-graduação *stricto sensu*. Já as análises documentais indicaram que tanto o Parecer Sucupira quanto o VI PNPG 2011-2020 parecem nadar – ainda que timidamente – contra o imaginário da academia circumspecta. Por outro lado, ainda parece predominar a abordagem austera sobre a pós-graduação, na qual se observa pendor para uma visão mais racionalizada e mais técnica.

O apagamento do lúdico na pós-graduação parece encontrar eco nos trabalhos que se aproximam desse tema. Autores como Miyata e Maia (2021), Lima e Alencar (2014), Maia (2014), Oliveira e Alencar (2014) e Fleith (2019) desenvolveram estudos focalizados na criatividade entre professores e alunos. Os achados revelam que há muito a se caminhar nesse campo – o que inclui a graduação, sendo

essa a etapa preliminar da pós-graduação *stricto sensu*. Ao professor são propiciadas poucas oportunidades de reflexão e diálogo sobre seu fazer docente (Lima & Alencar, 2014). As instituições de ensino superior enfrentam críticas com relação à “predominância do ensino enciclopédico e de uma didática tradicional [...] em detrimento de uma aprendizagem estimuladora do pensamento divergente e de uma forma autônoma de pensar e agir” (Oliveira & Alencar, 2014, p. 55). O conservadorismo acadêmico e o excesso de poder dos professores-orientadores foram citados por Fleith (2019) como barreiras ao pensamento criativo dos alunos.

Neste sentido, propõe-se um novo olhar sobre o pensar e o fazer acadêmicos. No lugar da rigidez que promove o distanciamento entre iluminados e subalternos, por que não conceber uma nova forma de relacionamento, desta vez mais horizontalizada e mais acolhedora?

Por onde começar?

Os documentos oficiais analisados na tese de Miyata (2022) mostram indícios de que a pós-graduação guarda relação com o lúdico, mesmo que seja de forma tímida. Categorias como *criatividade, flexibilidade, diversidade, multilinterdisciplinaridade* e *livre investigação científica* foram empregadas, naqueles documentos, à luz de orientações e diretrizes de cunho institucional e prescritivo. Ademais, é importante observar que a visão oficial sobre a pós-graduação reconhece o valor das ações intelectuais mais plásticas, mais maleáveis e mais abertas para o novo.

Pensemos da seguinte forma: quem acolhe e propicia a plasticidade do pensamento é o lúdico. Afinal, é no espaço potencial defendido por Winnicott (1971/2005) que conseguimos dialogar mais fluentemente com o mundo. É no espaço do jogo (Huizinga, 1944/1980) que suspendemos a realidade para imergir em algo significativo e/ou prazeroso. É na imaginação (Vygotsky, 1930/2012) que se promovem avanços, reordenações, recombinações e rupturas. Se “o brincar facilita o amadurecimento

e, portanto, a saúde” e “conduz para relações de grupo” (Winnicott, 1971/2005, p. 56 – tradução nossa), parece ser necessário ampliar e aprofundar o debate sobre o brincar na pós-graduação.

Falamos do brincar ontológico, isto é, no sentido da experimentação, do livre pensamento, da flexibilidade, do ato criativo e da escuta aberta. O brincar da pós-graduação será possível somente se houver acolhimento das vozes, dos saberes e das experiências múltiplas que desejam – e ousam – se dedicar ao trabalho científico, já sabedores de que essas vozes, esses saberes e essas experiências virão de origens e lugares plurais. Falamos, aqui, de um brincar fundamentado na ontologia do lúdico, de forma que o acolhimento, a escuta aberta e o livre trânsito de saberes guiem o pensar e o fazer científicos.

A imagem sobre a academia e o mundo da pesquisa que habita o senso comum talvez seja aquela de um ambiente de sisudez, no qual seus membros circulam recatadamente com jaleco ou vestuário social fechado. Apesar de a relação entre alunos e professores na pós-graduação *stricto sensu* ter sido transformado na contemporaneidade, mesmo que suavemente, as figuras do professor e do orientador ainda mantêm ascendência sobre seus alunos e orientandos.

Observemos as seguintes características que parecem alicerçar o pensar e o fazer acadêmicos de mais alto grau: sisudez, hierarquia, recato, seriedade. Sobre essa última característica, ressaltamos a seguinte pergunta que Huizinga (1944/1980; 1933/2014) propõe: seria o jogo algo sério? Na visão do autor, a seriedade do jogo se comprova por meio do seu caráter ontológico, pois o lúdico é anterior à cultura, isto é, o lúdico funda a cultura, e não o oposto. Os exemplos apresentados pelo autor mostram a dimensão do jogo na vida séria do sujeito adulto. Temos o jogo da bolsa de valores, o jogo de salão como forma de socialização e o jogo de enigmas em antigas sociedades.

Tem-se, aqui, um interessante duo de posicionamentos. De um lado, a imagem da academia ainda apoiada pela austeridade e rigidez de comportamento; de outro lado, aportes teóricos que

compreendem o lúdico como categoria fundante da práxis (de humanos e de animais) e do pensamento. Partindo do entendimento do lúdico como algo ontológico, por que a academia parece resistir ao debate sobre o lúdico?

Doutores e mestres não gostam do lúdico?

É preciso compreender que a repulsa ao lúdico já encontra generoso espaço na etapa da graduação, inclusive entre os alunos, de tal forma que Maia (2014, p. 103) levantou o seguinte questionamento: “[...] como transformar um espaço marcado pelo trabalho intelectual acadêmico em um espaço onde o aprender-fazendo pelo lúdico tivesse lugar [...]?”. A expulsão do lúdico começa a ganhar corpo tão logo se encerra a primeira infância, pois “é nessa fase que o aluno adentra nos anos iniciais do ensino fundamental, substituindo a rotina de brincadeiras mais liberais por uma crescente rigidez em sala de aula” (Pereira, Aguiar & Miyata, 2022, p. 155-156).

O apagamento do lúdico na pós-graduação *stricto sensu* ganha contornos mais dramáticos quando adentramos no tema do esgotamento físico e mental que muitos docentes têm experienciado, conforme se aponta em recente pesquisa conduzida por Galdino et al. (2021) com professores de programas de pós-graduação. Existem, aqui, temas espinhosos para a comunidade acadêmica que incluem incivilidade laboral, excesso de trabalho e hiper competitividade.

Ambientes hostis dificultam a conexão do self com o mundo externo, conforme explica Winnicott (1951/1975) ao tratar do conceito da mãe suficientemente boa. Apesar de este conceito ter sido analisado no contexto psicanalítico da relação mãe-bebê, propõe-se sua transposição para o contexto do mundo adulto. Originalmente, a mãe suficientemente boa é apresentada como alguém que, no papel de mãe (não necessariamente biológica), será capaz de “fazer a adaptação ativa para as necessidades da criança [...] que gradualmente será reduzida de acordo com a capacidade crescente da criança de lidar com as falhas da adaptação e a tolerar os resultados da frustração” (Idem, p. 237-238 – tradução nossa).

A partir desta perspectiva, inferimos que sujeitos e ambientes suficientemente bons serão igualmente necessários no processo de amadurecimento de qualquer pessoa, facilitando nossos múltiplos processos de adaptação. O cenário altamente intelectualizado da pós-graduação *stricto sensu* tem seus próprios processos de adaptação, com especial atenção àqueles sujeitos que ensaiam seus primeiros passos neste ofício. Se o ambiente da academia não for suficientemente bom para seus membros, as adversidades tenderão a ser mais frequentes, mais complexas e mais intimidadoras.

Um ambiente de pós-graduação *stricto sensu* que seja suficientemente bom precisa do lúdico? Defende-se, aqui, que sim. A necessidade de reflexão está no quanto temos sido acolhedores – ou não – com pensamentos e práticas que propiciem relações mais empáticas, atividades mais abertas à pluralidade de saberes, ritos acadêmicos menos tensionados e pesquisas mais multi/interdisciplinares.

O acolhimento da diversidade é um ponto fundamental. Conforme apontam Maia e Miyata (2020), as diferenças promovem novas conexões afetivas e cognitivas, assim como os conflitos de valores e de estilos de vida nos permitem compreender o outro e o plural, propiciando descobertas sobre si e sobre o outro que abrem espaço para o novo (Dal Mas Dias & Neto, 2019). O lúdico emerge mais facilmente a partir das diferenças trazidas pela pluralidade, pois a necessidade da integração de culturas pode fomentar a abertura ao pensamento complexo e criativo (Çelik, Storme & Forthmann, 2016).

Repensemos, portanto, o lúdico na pós-graduação, de forma que seu caráter ontológico seja o fio condutor deste novo modo de pensá-lo e praticá-lo. Em consequência, também se deseja que a pós-graduação *stricto sensu* consiga se abrir para práticas mais inclusivas, mais acolhedoras e mais multidisciplinares. Concordamos com Pereira, Aguiar e Miyata (2022, p. 156) de que “Será na educação mais lúdica que propiciaremos a pluralidade tão necessária ao constante avanço do conhecimento – com suas tensões, seus alívios, suas dores e suas delícias, tal como a vida.”

Pesquisa como ato lúdico

Nas aulas e nas sessões de orientação dos programas de pós-graduação, alguns questionamentos são bastante frequentes. Provavelmente já ouvimos de nossos professores e orientadores as seguintes perguntas: “qual o seu problema de pesquisa?”; “o que move você a pesquisar esse tema?”; “qual a sua hipótese?”; “quais são os objetivos da sua pesquisa?”.

É curioso observar como a investigação científica é tão fundamentada nos princípios da flexibilidade e do desbravamento do conhecimento, mas simultaneamente possui uma atmosfera de circunspeção e de rigidez construída por seus atores, estes muitas vezes afeitos à imagem de superioridade intelectual perante os demais não cientificizados.

A pesquisa científica é sustentada por dúvidas e perguntas. Assim como a criança que está em processo de descoberta do mundo externo, o pesquisador também gera suas hipóteses a partir de inquietações que movem suas investigações e seus experimentos. No senso comum, não causaria espanto dizer que a criança é um ser lúdico por natureza. Mas como soaria dizer que o pesquisador é igualmente lúdico em sua práxis? O próprio pesquisador aceitaria ser categorizado como um ser lúdico, seja por natureza ou por força do seu trabalho? Winnicott (1966/1987, p. 161 – tradução nossa) já havia observado que “o brincar e o trabalho são muito semelhantes, exceto que o trabalho se aplica mais apropriadamente à medida que o indivíduo se torna amadurecido”. Poderíamos ampliar esse pensamento inferindo que pesquisar e brincar são fenômenos que se dialogam diretamente?

A partir das contribuições de Winnicott, Huizinga e Vygostsky, propusemos a tríade da pós-graduação lúdica, composta por esses três elementos: *confiança* (ambiente suficientemente bom) + *colaboração* (linguagem, mito e rito) + *liberdade* (espaço potencial e imaginação). Na Figura 1, temos a ilustração dessa proposta:

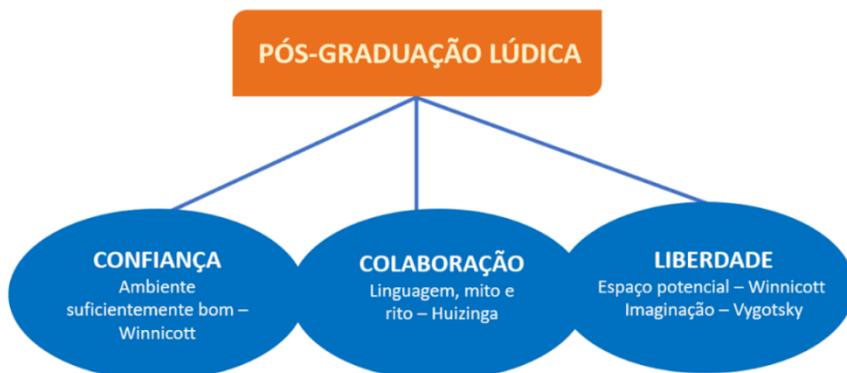


Figura 1 - Tríade da pós-graduação lúdica, à luz dos pressupostos de Winnicott, Huizinga e Vygotsky (MIYATA, 2022)

Confiança

Assim como a mãe suficientemente boa de Winnicott (1951/1975) facilitará a adaptação da criança ao meio, na pós-graduação lúdica é preciso tecer relações suficientemente boas. Na pós-graduação, temos uma relação basilar para o sucesso de uma pesquisa: a relação orientador-orientando que, de acordo com Nóbrega (2018, p. 1056), representa “a face mais concreta dos programas de pós-graduação”, pois será “do trabalho deles que resultam as pesquisas”. Ao orientador, caberá o papel de alguém mais experiente e mais amadurecido que terá conhecimento acumulado e tradição herdada. Ao orientando, caberá o papel de alguém em início de trajetória acadêmica, requerendo aconselhamento e norteamento de alguém versado.

Na hipótese de uma relação orientador-orientando construída com acolhimento e segurança, defendemos que o ambiente da pós-graduação tenderá a ser mais lúdico. Haverá, portanto, mais espaço para a simbolização e para elaborações imagéticas e verbais mais complexas. Relações mais horizontalizadas e mais acolhedoras tendem a favorecer mais confiança entre seus atores, que por sua vez ficarão mais disponíveis tanto afetivamente quanto cognitivamente.

Para além dos acordos científicos, precisamos sempre lembrar que a pesquisa é feita por seres humanos. O convívio entre aquele que orienta e aquele que é orientado será permeado por dilemas, conflitos e dúvidas que fazem parte da dinâmica relacional entre esses atores. Por essa razão, lembremos do brincar da pesquisa, no sentido da fruição e da confiança. Será no brincar que as intempéries da pesquisa serão atenuadas.

Colaboração

Se a confiança propicia o lúdico por meio da construção de um ambiente suficientemente bom, será igualmente valioso refletir sobre a importância da colaboração entre os atores e as instituições da pós-graduação.

Para haver colaboração, é preciso haver acordos razoavelmente consensados e compreendidos entre aqueles que atuam em um determinado agrupamento social. A pós-graduação *stricto sensu*, neste sentido, se constitui de pesquisadores (formados ou em formação) que se vinculam a suas respectivas instituições, sendo estas originárias de diversas naturezas e campos do conhecimento. Como qualquer ecossistema, os indivíduos que o compõem requerem a construção de um sistema de códigos e de tratados que regularão a convivência entre seus membros.

Esse ecossistema e seu respectivo pacto não são construções simples nem aligeiradas. Ao contrário, tem-se o desenvolvimento daquele sistema de códigos e de tratados que será concebido, idealizado, edificado e consolidado à medida que se avança nos tempos histórico e subjetivo. À luz do pensamento de Huizinga (1944/1980), sugere-se, aqui, que esse sistema será constituído por uma linguagem própria, por mitos e por ritos. A integração destes elementos dará corpo ao lúdico na perspectiva de Huizinga, isto é, ao círculo mágico no qual códigos e regras são estabelecidos a fim de se atingir objetivos que sejam significativos àquele agrupamento. Quando jogamos, imergimos na linguagem, nos

mitos e nos ritos que sustentam “a natureza supralógica da condição humana” (Idem, p. 3-4 – tradução nossa).

Uma vez aprovadas as regras do jogo, avançamos ao estágio posterior que compreende as relações de troca e de solidariedade entre indivíduos e subgrupos daquele ecossistema. Será nessa dinâmica relacional entre o eu e o outro que emergirá outro componente lúdico da pós-graduação *stricto sensu*: a colaboração. Para colaborar, será necessário se apropriar dos acordos que regem as subjetividades e os atos que orientam aqueles membros.

A pós-graduação idealizada pela CAPES (2010) destaca a defesa pelo fortalecimento de uma rede de solidariedade entre os diferentes campos do conhecimento e instituições. Assim teremos mais abertura ao pensamento divergente, ao encontro de perspectivas plurais e ao acolhimento da diversidade. A colaboração, portanto, emergirá como mais um recurso que propiciará o avivamento do caráter lúdico da pós-graduação, de forma que múltiplas subjetividades e leituras de mundo possam compartilhar suas linguagens, seus mitos e seus ritos.

Aqui estará a riqueza lúdica da colaboração, isto é, no acolhimento ao que é diverso, desconhecido e potente. O círculo mágico mantém suas regras, mas abre espaço à negociação para que todos os jogadores consigam fruir aquele jogo.

Liberdade

O percurso da pós-graduação *stricto sensu*, seja no mestrado ou no doutorado, exorta pesquisadores formados ou em formação a avançar no conhecimento por meio de problematizações e de geração de hipóteses. Há um elemento vital que se une à intelectualização da pesquisa e, em certa medida, sustenta o ânimo investigativo daquele sujeito. Esse elemento é a imaginação.

O conceito de imaginação compreende interpretações múltiplas. Aqui, optou-se por seguir a perspectiva de Vygostsky (1926/1999; 1930/2012) de que imaginação é um fenômeno que se elabora a partir do que depreendemos da realidade, propiciando a

formação de representações e simbolizações. A imaginação, portanto, depende da experiência, isto é, da apropriação dos símbolos, dos valores e das vivências que são cumulativamente absorvidos e integrados pelo sujeito, especialmente quando este possui algum lastro de relações sociais.

Se a imaginação depende da experiência, é possível inferir que a imaginação se manifesta quando há o sujeito emancipado, isto é, o sujeito que imagina porque se reconhece autônomo para viver suas experiências. Por efeito, essas experiências serão ressignificadas à medida em que são combinadas com outras experiências, principalmente com aquelas advindas e/ou propiciadas por outros sujeitos e contextos. Para experienciar, é preciso viver. Para viver, é preciso ter liberdade.

Na ciência, também é preciso experienciar com liberdade. Conforme observa Vygotsky (1930/2012), as descobertas científicas são criadas e desenvolvidas a partir de condições materiais e psicológicas que promovem esse movimento, sendo um processo histórico no qual o novo sempre dependerá daquele que o antecedeu. Considerando e adaptando as contribuições de Winnicott (1971/2005, 1963/2007) e tendo especial atenção ao sujeito adulto, o lúdico será propiciado por meio da experiência. Logo, imaginação e experiência provêm da autonomia do sujeito para viver o mais livremente possível.

Sendo a liberdade uma das bases do tripé que aqui propomos, pergunta-se: até que ponto o mundo da pesquisa acadêmica tem exercido, de fato, a investigação livre de preconceitos? Há princípios científicos secularmente acordados que têm promovido o alto grau de confiabilidade e de aceitação social dos achados das pesquisas, entre os quais se destacam o rigor, o método e a validação. Por outro lado, o fortalecimento das pesquisas de abordagem qualitativa tem propiciado novos olhares sobre o fazer científico, de forma que a análise dos dados vá além da clássica perspectiva positivista – assinalando-se, aqui, que a importância das análises quantitativas se mantém fortemente em muitos campos do conhecimento. Conforme apontam Ivenicki e Canen

(2016), é preciso compreender como visões aparentemente antagônicas dialogariam e contribuiriam umas com as outras.

Dificultar, condenar ou resistir ao diálogo entre diferentes linhas de pensamento e de abordagens metodológicas soaria como limitação da liberdade. Liberdade esta tão cara ao lúdico que aqui também se defende, cuja vivência se vincula diretamente ao pensamento imaginativo e ao lúdico. Imaginar, criar e experienciar são atos de um viver livre. Assim como um pássaro engaiolado é fruto de atitude abominável e castradora, o cerceamento do livre pensamento e da livre experimentação epistemológica e metodológica se torna ingrediente para perpetuar os preconceitos acadêmicos. As atitudes preconceituosas, por sua vez, criam limitações do pensar e do fazer que impedem ou desaceleram o movimento do avanço do conhecimento. Pesquisar pede o pensar. Pensar pede a liberdade.

Possíveis conclusões

Qual pós-graduação desejamos para os novos tempos que se desenham? Esta pergunta possivelmente habita mentes e corações daquelas/es que pensam e fazem pesquisa em nosso país. Para além dos aspectos epistemológicos e metodológicos já consagrados do ato científico, defendemos que é preciso problematizar a qualidade das relações e dos acordos sociais que são gestados e operados no cotidiano das universidades e demais instituições que se dedicam à investigação e ao avanço do conhecimento, independentemente do campo do conhecimento. Pensemos que a pós-graduação é, antes de tudo, formada e executada por sujeitos plurais, complexos, multifacetados e orientados por subjetividades diversas.

Talvez por preconceito ou por desconhecimento, o ambiente da pesquisa acadêmica parece refutar o debate sobre o lúdico em seu cotidiano. A pesquisa bibliográfica realizada por Miyata (2022) mostrou evidências sobre a invisibilização do lúdico na pós-graduação *stricto sensu* nas teses, nas dissertações, nos artigos e nos trabalhos desenvolvidos entre pesquisadores da educação. Esta

ausência do lúdico no campo da pós-graduação parece ratificar que mestres e doutores não se aproximam deste debate e parecem se envergonhar deste tema.

Lembremos que a pesquisa é um ato lúdico por natureza. Para problematizar e para gerar hipóteses, é preciso dialogar com o mundo externo por meio de recursos cognitivos e afetivos em integração. Conforme lembra Piaget (1953-1954/2014), se a inteligência se compara ao motor de um carro, será a afetividade quem atuará como combustível deste motor. O lúdico na pós-graduação já atua como combustível na feitura dos estudos e das pesquisas, pois se estuda e se pesquisa aquilo que faz sentido para o pesquisador. O sentido é feito quando o pesquisador se vincula a elementos do mundo externo que mobiliza aquele sujeito. Pesquisadores formados ou em formação sabem que uma pesquisa será desenvolvida a contento somente se houver identificação e prazer com o tema pesquisado. Já somos lúdicos na pesquisa, em alguma medida, mesmo sem sabermos disso.

Referências

Çelik, P.; Storme, M.; Forthmann, B. (2016). A new perspective on the link between multiculturalism and creativity: the relationship between core value diversity and divergent thinking. *Learning and Individual Differences*, 52, 188–196. doi: <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2016.02.002>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2010). *VI Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 – Vol. I*. Brasília: CAPES. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-miolo-v2-pdf>

Dal Mas Dias, E., & Souza Neto, J. (2019). Diversidade cultural no espaço escolar: implicações no ensino, na aprendizagem e nos processos de subjetivação. *EccoS – Revista Científica*, 48, 51-70. doi:<https://doi.org/10.5585/eccos.n48.12380>

Fleith, D. S. (2019). The role of creativity in graduate education according to students and professors. *Estudos De Psicologia (Campinas)*, 36, 1-10. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e180045>

Galdino, M. J. Q., Martins, J. T., Robazzi, M. L. C. C., Pelloso, S. M., Barreto, M. F. C., & Haddad, M. C. F. L. (2021). Burnout, workaholism e qualidade de vida entre docentes de pós-graduação em enfermagem. *Acta Paul Enferm.*, 34, 1-8. doi: 10.37689/actaape/2021AO00451

Huizinga, J. (1944/1980). *Homo ludens - a study of the play-element in culture*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Huizinga, J. (1933/2014). *De lo lúdico y lo serio*. Madri: Casimiro.

Ivenicki, A.; Canen, A. G. (2016). *Metodologia da pesquisa – rompendo fronteiras curriculares*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna.

Lima, V. B. F.; Alencar, E. M. L. S. (2014). Criatividade em programas de pós-graduação em Educação: práticas pedagógicas e fatores inibidores. *Psico-USF*, 19 (1), 61-72. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712014000100007>

Maia, M. V. C. M. (2014). O lúdico no ensino superior: uma prática (im)possível? In: MAIA, M. V. C. M. (Org.) *Criar e brincar – o lúdico no processo de ensino e aprendizagem*. Rio de Janeiro: Wak Editora.

Maia, M. V. C. M.; Miyata, E. S. (2020). “Diversidade Cultural e Criatividade”: debatendo seu espaço no currículo. *Revista Espaço do Currículo*, 13, 909–922. doi: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54549

Miyata, E. S. (2022). *A pós-graduação deslúdica*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Miyata, E. S.; Maia, M. V. C. M. (2021). Criatividade é persona non grata? A perspectiva de professores das ciências da natureza.

Revista de Educação e Cultura Contemporânea, 18 (54), 13-30. doi: <https://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20210056>

Nóbrega, M. H. (2018). Orientandos e orientadores no século XXI: desafios da pós-graduação. *Educação e Realidade*, 43 (3), 1055-1076. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-623674407>

Oliveira, Z. M. F.; Alencar, E. M. L. S. (2014). Criatividade na pós-graduação stricto sensu: uma presença possível e necessária. *Revista de Educação Pública*, 23 (52), 53-75. doi: 10.29286/rep.v23i52.1424

Pereira, R. C.; Aguiar, M. S.; Miyata, E. S. (2022). Webinar Revista Científica do UBM–25 anos: relatos sobre divulgação científica no Brasil. *Revista Científica UBM*, 24 (46), 145-158. doi: <https://doi.org/10.52397/rcubm.v0in.46.1302>

Piaget, J. (1953-1954/2014). *Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança*. Rio de Janeiro: Wak.

Vygotsky, L. S. (1926/1999). *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1930/2012). *Imaginação e Criatividade na Infância. Ensaio de Psicologia*. Lisboa: Dinalivro.

Winnicott, D. W. (1951/1975). *Through paediatrics to psycho-analysis*. Nova York: Basic Books, Inc. Publishers.

Winnicott, D. W. (1966/1987). *The Spontaneous Gesture. Selected letters of D. W Winnicott*. Cambridge: Harvard University Press.

Winnicott, D. W. (1971/2005). *Playing and reality*. Londres: Routledge Classics.

Winnicott, D. W. (1963/2007). *The maturational processes and the facilitating environment – studies in the theory of emotional development*. Londres: Karnac.

Capítulo 10

Melancolia e trauma: limites da escrita

Eliana Rigotto Lazzarini

Como um sonho, um texto, no tempo
em que ele se escreve, não nos diz aonde vai.

Pontalis (1991, p.47)

Introdução

O objetivo deste trabalho é precisar os limites da escrita diante do vazio do trauma e da melancolia e manter em mente a ideia da emergência do resto com o qual o escritor molda sua escritura. A hipótese repousa na evidência de que o escritor toma o vazio para circunscrevê-lo e fazer dele espaço de criação sendo esta uma das formas que encontra de se deixar atravessar pelo inconsciente. Supõe-se que o indivíduo não está protegido, por meio da sublimação e da criação, dos perigos internos que o assolam. Ao contrário, esses aspectos apontam para a existência de limites nos quais os arranjos sublimatórios não encontrarão saída e nem darão conta dos destinos da criatividade, sejam eles direcionados ao êxito ou ao fracasso. Diante da pergunta sobre quais possibilidades podem surgir, só haverá resposta num lugar que se situa no devir da obra.

Escrever é uma aventura da qual temos poucas referências. Na escrita somos levados pela palavra e pouco sabemos a direção a seguir. Frequentemente tomados por uma premência vamos por um caminho sem destino, sem rumo, com poucos pontos de ancoragem, e se, iniciamos por um projeto bem estruturado, por este caminho vem a certeza de que vamos falhar. As palavras, estas

sim, é que nos levam. Suave é a escrita que desliza, que toca e que conduz. Suave é a palavra que chega no momento exato quando dela precisamos. Mas ingrata é a folha em branco a espreita do que ali será colocado: um pensamento, uma emoção, lições de vida e da vida, lembranças ou criações.

Esta aventura arriscada e insegura por que ou por quem a fazemos? Qual o comprometimento da pulsão para promover este ato? Dizem que é sempre para um outro que escrevemos: escrevemos para nossos fantasmas ou para fazermos luto e brindar nossas perdas; escrevemos para tomar um caminho: escrevemos para inverter a posição passiva que muitas vezes temos na vida diante de situações difíceis e dolorosas. Nesta direção, escrever pode nos auxiliar a elaborar uma situação traumática, e ajudar a (re)fazer e (re)pensar acontecimentos. Como diz Barthes (2008) “um escritor deve ter a teimosia do espião que se encontra na encruzilhada de todos os outros discursos, em posição trivial com relação à pureza das doutrinas” (p. 26).

Quando escrevemos nos distanciamos de nós mesmos, e quando voltamos à escrita na condição de leitor, o que encontramos é sempre algo que nos surpreende, misto de conhecido e desconhecido. Como um outro percebemos os buracos e as falhas no texto, lugares de elaboração daquilo que por nós foi ali deixado. Na escritura, e principalmente no retorno a ela, podemos encontrar sempre um produto outro, pois as ressonâncias do escrito geram novos e diversos significados que nos conduz sempre ao âmago do texto. A escrita própria de cada um pode possibilitar uma conciliação entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, propiciando ao escritor completa liberdade tanto aos seus desejos eróticos quanto aos ambiciosos (Freud, 1911/1969), da mesma forma que pode expurgar pesares e seus males. Se o escritor encontra na escrita um meio adequado para elaborar sua dor e conservar sua alegria, o leitor (ele mesmo) se identifica e, ao mesmo tempo, se torna solidário.

A escrita pode disparar desejos ou pode facilmente remeter à obrigação e ao tédio. Como explicar às razões das direções pelas

quais um mesmo elemento pode tomar direções opostas, de tal forma que para uns toma-se um caminho para evitar uma experiência de sofrimento e em outros a construção de uma via segura e criativa? Se a escrita é sublimação, ela é a realização de um ato de criação e, em todo ato de criação, o sujeito busca novas articulações de onde emerge um vazio que é da ordem do que não se pode falar, pois não há significante possível para lhe dar corpo. A letra, por sua vez, pode cercar este vazio que se torna escrita e a escrita converte-se em borda, fronteira, testemunho daquilo que não se pode dizer. Nela são deixados os não ditos, mas também os rastros do sujeito: “Lá, serão encontradas coisas que se gostaria de dizer ou esquecer, promessas de um sonho de amor, tristezas e infelicidades, desejos adormecidos e inconfessados, fantasmas que causam horror” (Ferreira, 2007, p.59).

Contudo existem situações nas quais uma multiplicidade de vivências dramáticas pode marcar a existência do sujeito, deixando emergir um profundo sofrimento relacionado à criação artística e que caminha na direção oposta à saída criativa. Como pontua Carvalho (2011) “Embora se possa pensar nas compensações prazerosas envolvidas na produção artística (...) a criatividade não elimina o cenário de sofrimento que, muitas vezes, se encontra nas motivações das quais resulta a obra de arte” (p. 252). Isto quer dizer, segundo a autora, que o indivíduo não está protegido, por meio da sublimação e da criação, dos perigos internos que o assolam. Ao contrário, esses aspectos apontam para a existência de limites nos quais os arranjos sublimatórios em relação ao sofrimento não encontrarão saída e nem darão conta dos destinos da criatividade, sejam eles direcionados ao êxito ou ao fracasso.

Calvino (2015) citando Primo Levi em seu livro *Perché si scrive?* fala que o escritor diante da questão sobre o porquê se escreve, redigiu uma lista das boas ou não tão boas motivações que levam as pessoas a escrever. Diz Calvino que Levi primeiro trouxe razões que ele sentia como suas e depois aquelas sobre as quais ele manifestava reservas ou que sentia como estranhas:

As motivações consideradas por Primo Levi eram nove. Escreve-se: 1) porque se sente impulso ou a necessidade disso; 2) para divertir ou divertir-se; 3) para ensinar algo a alguém; 4) para melhorar o mundo; 5) para divulgar as próprias ideias; 6) para libertar-se de uma angústia; 7) para ficar famoso; 8) para ficar rico; 9) por hábito (motivação deixada por último porque “a mais triste de todas”) (pp. 130-131).

Diante das questões colocadas por Primo Levi sentir impulso ou necessidade de escrever e libertar-se de uma angústia são premências do sujeito que custam a ele um certo esforço. Entrar em contato com aquilo que o marcou em sua experiência de vida, tomar consciência da (in)capacidade ou da (in)competência, de um sofrimento ou júbilo e capturar o vestígio de um saber ou de uma lembrança é o que pode mover o escritor na direção da escrita.

Considerando todos estes pontos talvez estejamos em condições de abordar um fenômeno intrigante que diz respeito à morte prematura de escritores que produziram uma grande e respeitada obra, mas tiveram que dar cabo de sua existência, muitas vezes fazendo um corte brusco no auge de sua fama e reconhecimento. Escritores que viveram no limite e passaram a vida envoltos em um processo melancólico que marcou sobremaneira sua existência e escrita. Tal situação enigmática nos leva a pensar não só no caráter prazeroso e transformador do processo criador, como também nos limites da sublimação que indicam o aspecto destrutivo no interior desse campo (Carvalho, 2011). Neste último caso a palavra mergulha nas profundezas da dor com o objetivo de reativar a ferida.

Quando e como uma experiência nos marca? Nos leva à tristeza, ao luto ou, mesmo, à melancolia? Quando e como a experiência se torna trauma? Não temos como precisar, pois é sempre algo da ordem do que fica marcado em outro lugar: no corpo como sensação, na fala como indignação ou mudez, no pensamento como um branco. Vale indagar sobre aquilo que resta da experiência. Restar remete a sobrar, a algo que permanece

depois que tudo se foi deixando uma marca, um rastro, um traço, o que fica de sobra para contar. Seguir os restos remanescentes, indeléveis é fazer arte, escrita, seja qual for a ressonância subjetiva do elemento literário ou de qual posição subjetiva o autor venha a se situar.

Interessa-nos neste espaço manter em mente a ideia da emergência do resto, do vazio com o qual o escritor vai moldar seus caminhos. Nossa hipótese repousa na evidência de que o escritor toma o vazio para circunscrevê-lo e fazer dele espaço de criação, sendo esta uma das formas que encontra de se deixar atravessar pelo desconhecido, pelo inconsciente. Diante da pergunta sobre quais possibilidades podem daí surgir, só poderemos responder num lugar que se situa no devir da obra.

O peso do impossível de ser assimilado

O tema da melancolia e do trauma está no centro de nosso artigo. Temas fascinantes e ao mesmo tempo equívocos que descrevem um estado de vazio, assombro, enigma e sofrimento. A melancolia definida como uma patologia, a patologia melancólica, pode desencadear-se em consequência de perdas ou ruínas que afetaram muito profundamente o sujeito. A perda presente em seu cerne está relacionada à uma referência, um objeto, uma parte de si.

Na melancolia a questão central gira em torno dos problemas do luto e a sintomatologia é imediatamente relacionável com a ameaça de transbordamento de elementos destrutivos que agem em silêncio, no sentido da não representação e da não simbolização. Os traços de uma depressão não estão necessariamente presentes, contudo, sente-se a presença de um narcisismo de morte, como elaborado por André Green (1988), no sentido do que leva ao desligamento da pulsão e cujo reino é o da pulsão de morte.

De acordo com Green (1988) neste estado todas as formas de angústia estão presentes e, de uma maneira geral, vêm acompanhadas de uma destrutividade que traz as cores do luto, preto ou branco: preto como a depressão grave e branco como nos

estados de vazio. Green observa que o preto sinistro da depressão que se pode relacionar com o ódio constatado nos deprimidos é um produto secundário, uma consequência e não causa de uma angústia *branca* que traduz a perda sofrida ao nível do narcisismo. O autor sustenta ainda que a série *branca*: alucinação negativa, psicose branca e luto branco, estão todos referidos aos estados de vazio e/ou aos estados negativos, resultados de um “desinvestimento massivo, radical e temporário que deixa marcas no inconsciente sob a forma de buracos psíquicos que serão preenchidos por reinvestimentos, expressões de destrutividade assim liberada por este enfraquecimento do investimento libidinal erótico” (p. 244).

A expressão de tais estados resulta numa espécie de tédio, um vazio difícil de ser preenchido. Há o que se poderia denominar de um senso de futilidade, um esvaziamento de sentido, uma perda de vitalidade das relações. Tais sensações que diferem de uma depressão ou tristeza trazem a marca de um vazio de vida que é algo muito radical: um verdadeiro estado inanimado, uma figura do limite.

Com relação ao trauma apesar de haver muitas controvérsias sobre a especificidade de sua entidade, podemos partir da palavra trauma que deriva do grego e significa ruptura, lesão ou roubo. Etimologicamente significa que as consequências de um evento cuja rapidez, intensidade e brutalidade podem não somente causar um choque psíquico, como também deixar uma marca duradoura sobre o psiquismo de um sujeito que é, por este motivo, alterado.

O trauma deixa uma marca duradoura cuja intensidade pode marcar para sempre toda a existência do sujeito. Ele se traduz pela vivência de uma situação limite na qual o horror está presente. Para Bokanowski (2010) um evento traumático é, antes de tudo, um evento violento, repentino que surge sem aviso e para o qual o sujeito não está preparado. Este evento brutal, segundo o autor – que toma o sujeito de surpresa e conseqüentemente o derrota causa, no plano psíquico, uma ruptura. Em Bokanowski, o todo do sujeito é esmagado por uma excitação global a qual ele não

consegue entender e conseqüentemente não consegue lidar. O resultado é uma perturbação que pode chegar, em casos extremos, ao colapso físico e psíquico.

Para a psicanálise o que interessa a respeito do trauma é o modo como o sujeito se acredita ou não implicado, o modo como foi afetado e o que pode ou não fazer a partir da vivência do evento traumático. Desde os relatos da experiência da *Shoah*, palavra hebraica que significa devastação, catástrofe, centenas de textos foram escritos para tentar descrever a vivência devastadora dos que perderam tudo de sua subjetividade, no sentido singular, ou de sua humanidade, no senso coletivo.

Tomando o texto de Freud *Além do princípio do prazer* ele nos diz, a respeito da neurose traumática que “um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis” (p. 45). A persistência da lembrança de um evento traumático devastador, cuja vivência é atravessada pelo elemento susto – pois nessa situação o psiquismo não é provido de qualquer preparação para a ansiedade –, traz em seu bojo o caráter da repetição, a despeito de estar ou não presente no pensamento. O evento traumático transborda os limites da fantasia e no lugar da angústia, o que se observa é um buraco, *trou* em francês, que é marca da repetição do que não para de tentar se escrever de qualquer maneira.

As dificuldades para narrar a experiência do vivido traumático são muitas. O sujeito submetido à tal condição limite sofre pela presença em si de um mal-estar invasor, um sentimento de vazio e uma incapacidade de sentir. Pode por vezes se utilizar da fantasia para expressar tais sentimentos, mas muito mais como forma de preenchimento deste vazio do que como forma de criação. Nos sujeitos que sofreram as conseqüências do trauma predomina um senso de tédio no qual nada pode ser dotado no presente, no passado ou no futuro, de valor afetivo, ou qualquer outro valor quer seja com conotação positiva ou negativa. Para Kehl (2009) o sujeito fracassa na tentativa de construção de uma verdadeira

história de si, pois não pode conservar fielmente uma lembrança significativa que seja capaz de conferir valor ao seu vivido porquanto está esvaziado, sem voz e ressonância: “a verdade do encontro com o saber (...) depende não apenas do impulso, mas da dialética entre a duração (que é o tempo de compreender) e a conclusão (que é o tempo da conquista)” (p. 116). Não se trata, como na depressão, de uma defesa elaborativa, mas de um estado de inanimação que confina o Eu do sujeito.

A escrita: um modo de fazer com o trauma e a melancolia

A psicanálise orienta que a experiência traumática e a sensação melancólica são, do ponto de vista do sujeito, experiências solitárias por demandar de si a necessidade de confronto com a possibilidade de não ser, de não conter, ou seja, a própria possibilidade da morte. Isso, de certa forma, exige do sujeito uma experiência alucinatória que seja de satisfação para poder sobreviver psiquicamente. Sendo assim, a condição que parece fazer dessa experiência de solidão e angústia algo diferente dela mesma é a fantasia.

Sendo o trauma da ordem do inassimilável na história do sujeito, o que se pode fazer com ele? Uma das respostas possíveis seria a de que o trauma como algo do inassimilável faz vir à tona o próprio furo, um oco. Desse furo não há o que se dizer, pois não pode ser simbolizado nem pela palavra e nem pela escrita. Ele é lugar no qual persiste a permanência de um silêncio que corresponde ao que não tem função e forma, imagem ou linguagem, e cujo sentido permanece velado. Resta apenas a revivência do evento traumático que se impõem.

Uma vez que não há o que dele se dizer, o que do real do trauma interessa na escrita? Podemos supor que o que interessa é o modo pelo qual o sujeito se acha implicado no trauma, o modo como foi afetado por ele. Na escrita autobiográfica enquanto o sujeito pode encontrar as palavras e narrar sua história, na escrita do testemunho e também na escrita em que o relato é ficcionado, pois de algum

modo aquele que escreve está inconscientemente em seu texto, encontramos uma maneira na qual o sujeito perde a palavra, mas encontra uma forma de dizer do real da experiência que o atravessa. No sentido do que fazer com o real do trauma podemos observar por vezes o despertar da fantasia que se impõe como uma das consequências da incidência do trauma sobre o sujeito.

O sujeito em sua tragédia pessoal carrega o peso da perda. Se no luto a capacidade de elaboração está presente e a perda de algo pode redirecionar a libido com possibilidades de renovação, na melancolia, por sua vez, o sujeito sabe que perdeu algo, mas não alcança o que foi perdido.

Todo escritor vagueia entre o mundo dos escritos e seu próprio mundo vivido, sendo o mundo escrito um mundo feito de palavras e o mundo externo do viver muito diferente, pois este depende pouco das palavras e não há linguagem que o possa exaurir. Especialmente quando temos em mente a melancolia e a vivência do trauma, a tarefa do escritor parece se dar na direção de combater este universo do sofrimento e dos horrores e dar sobrevivência à linguagem na esperança de que esta seja restauradora. A este propósito Michel Schneider (2005) coloca que “talvez seja possível escrever sem ter uma relação extrema com esse extremo onde as palavras e a vida são abolidas” (p. 21), e acrescenta “não é o momento em que perde a palavra que um homem das palavras nos falaria de verdade?” (p. 24).

No confronto com a experiência da incapacidade ou impossibilidade de narrar pode surgir a elaboração daquele que viveu e teve o testemunho da experiência. Não se trata de buscar a cura, mas de buscar a liberdade, ou seja, a possibilidade de sair da inércia que o evento traumático impõe e a partir daí transitar. Blanchot (2016) chama a atenção de que se “por um lado, escrever é o mal, pois é entrar na mentira da literatura (...); por outro lado narrar é tornar-se capaz de uma mudança encantadora e entrar numa nova relação de entusiasmo *com a verdade, a liberdade e a virtude*” (p. 59). Tal citação pode corresponder ao que Alain Ehrenberg (1998) nos chama a atenção em seu livro sobre as

depressões contemporâneas. No texto ele diz que “estar curado, (...) efetivamente não é sentir-se feliz, é sentir-se livre, quer dizer, reencontrar um poder que permita *decidir-se por isto ou por aquilo*” (p. 243/244).

A eficiência literária dessa escrita reside no fato de que ela traz em seu bojo a experiência de um desamparo primordial com a qual todo ser humano se defronta nos momentos críticos de sua vida – o desamparo e as perdas sucessivas e inevitáveis na história pessoal de cada um. A escrita da melancolia e do trauma é uma escrita carente do narcisismo restaurador da vida, aquele que adorna a existência com ilusões fugazes; o reino da melancolia é o das sombras, resquício de um narcisismo de morte. Na escrita melancólica estaria encarnado uma espécie de nostalgia de algo que viesse em favor de dar conta desse grande rombo que se deu no âmago do sujeito. Blanchot (1990) lembra que talvez se possa superar esta dor melancólica com a escritura e afirma que “escrever é dar voz à melancolia, mas para calá-la (...) posso dizer, após tantos outros (...) que se escreve lá onde dói” (p. 459). Mais adiante ele acrescenta que “quando se escreve, tudo é escritura, até a impossibilidade de escrever” (p. 460).

Virginia Woolf: o destino do encontro com o real do trauma

Em 28 de março de 1941, uma das maiores romancistas inglesas de seu tempo, Virginia Woolf, pôs fim à sua vida. Neste momento ela tem 59 anos, nunca frequentou uma escola e não teve filhos. Possuidora de uma escrita suave, uma obra rica e fascinante, que compreende onze romances, quatro ensaios, uma peça de teatro e centenas de artigos críticos, Virginia tem a reputação de ser uma autora difícil.

Apesar de ter deixado um diário escrito (*Journal d'un écrivain*) durante 30 anos e com 26 volumes, o que restou disponibilizado ao público é apenas uma versão reduzida a um único volume pela vontade de seu marido, Leonard Woolf, que não quis publicá-los integralmente, decidindo-se apenas pelo esclarecimento de

aspectos relativos à atividade literária de sua esposa. Nas páginas que restaram públicas, aparece uma mulher que se mostra autêntica, emotiva, atormentada, mas também leve, espontânea e frívola. Contudo, seu lado pessoal maior ficou cercado de um halo de mistério. O pouco que se pôde saber de sua vida mostra seu tédio, suas depressões e melancolia, suas frequentes internações e seu suicídio, o que converge para o estereótipo de uma heroína trágica.

Nascida em Londres em 1882, descendente de uma família aristocrata pelo lado materno e de homens letrados, escritores e advogados pelo lado paterno, ela foi educada em casa, dentro dos preceitos da sociedade vitoriana rígida e sectária de sua época, tendo o privilégio, porém, de crescer em um ambiente literário. Muito cedo foi exposta à convivência do círculo literário de seu pai, Sir Leslie Stephen, do qual faziam parte Thomas Hardy, James Russel, Henry James e George Meredith dentre outros. Tal convívio foi de imenso benefício e sem dúvida contribuiu para sua formação como escritora. Um dos papéis que desempenhou e que de fato marcou sua vida e sua imagem foi o de defensora da condição feminina, combatendo arduamente a condição opressiva das mulheres e deixando claro o seu entendimento e indignação da dominação dos homens sobre elas.

Pessoa sensível, sua infância e juventude foram marcadas por lutos e separações, e o convívio com o vazio e a incomunicabilidade da tristeza que a acompanhou. Terceira filha entre os filhos do segundo casamento de seus pais, aos treze anos Virginia passou por uma primeira crise de depressão logo após a morte de sua mãe, Julia Stephen, que segundo ela era uma mulher amorosa e devotada. Tal perda foi marcante em sua vida, algo que se reflete em sua obra continuamente. Combateu arduamente ainda mais tarde, a tristeza profunda quando perde definitivamente para a morte seu irmão preferido, seu ídolo e seu *alter ego*, Thoby, aquele que sempre invejou em segredo por ter nascido homem e por ter mais vantagens por isso. Na mesma época perde para o casamento sua irmã mais velha e também mais próxima, Vanessa, substituta

natural de sua mãe. A partir da vivência das experiências traumáticas e por todas as condições psíquicas que adviram, sua vida foi marcada por uma melancolia, uma tristeza profunda e uma fraqueza de viver. Busca e muitas vezes encontra na escrita uma forma de expressão de um impossível de ser dito, e em suas palavras declara a secreção de sua pluma como veículo para fugir das aparências e aproximar-se de um outro saber, o saber do inconsciente. Apesar de tudo o amor à escrita e a esperança estão presentes em sua obra.

Em 1912, casa-se com Leonard Woolf e em 1917 adquirem uma impressora tipográfica. Juntos fundam a *Hogarth Press* e publicam os primeiros escritos de T.S.Eliot, Katherine Mansfield e outros, incluindo aí os próprios trabalhos de Virginia. A Editora e a residência dos Woolf veio a ser o ponto de encontro do *Grupo Bloomsbury*, grupo de intelectuais do porte de Lythton Strachey, E. M. Foster, Duncan Grant e demais expoentes da época. As primeiras novelas de V. Woolf e subsequentes trabalhos deram a ela grande destaque como romancista.

É notório observar em trechos de seu *Journal* (1984) e em sua obra, a busca de um lugar próprio. Ela guarda em seus escritos as intensas relações com sua vida interior, suas tradições, conflitos e uma introspecção particular. Sem dúvida, a grande aventura de Virginia foi a literatura e seu diário mostra as peripécias de sua caminhada, um retrato emocionante sobre sua atitude como escritora e literária. Podemos observar nas linhas de seu diário que para ela a construção de cada livro é uma *via crucis* que retrata um sofrimento permanente permeado por suaves momentos de euforia, nos quais relata seus progressos para em seguida ser assolada pelas dúvidas que abalam sua confiança e instituem uma sensação de fracasso.

A queixa melancólica presente na narrativa porta em si o peso esmagador da finitude, entendida como a própria expressão do limite, fio que liga vida e morte. Faz parte da narrativa da escritora passagens sobre vida e criação e também o testemunho de uma sublime agonia fruto de uma sensação de angústia a qual não podia

nomear. Segundo Alexandra Lamasson (2012) a vida de Virginia segue atravessada por alegrias, mas derrubada pelos mais profundos desesperos vagando de livro em livro com aquela exaltação que a conduzirá até o fim. Para encarar tal intensidade seu aliado presente é sempre seu *Journal* (1984) onde escreve que sua melancolia diminui à medida que escreve e se questiona porque não relatá-la com mais frequência. Melancolia retirada da vida e recolocada no texto.

Virginia lutou durante toda sua vida contra tal processo melancólico que a acometia, uma luta estranha na qual sobressai uma escrita festejada que é ao mesmo tempo a referência de um fracasso daquilo que tal escrita poderia ter constituído na elaboração de uma vida melancólica e na qual a perda está presente. Blanchot (1990) chama a atenção de que há algo de enigmático nas relações que colocam um escritor de tal delicadeza numa dependência tão grosseira: “Essa repetição, da qual ela tem plena consciência – quem foi mais lúcido?” (p. 142). Este caminho percorrido converge para o final trágico de 1941, a saída pela morte.

De acordo com Mannoni (1999), o que faz de Virginia uma escritora é o fato de que sua escrita vem do inconsciente, do desejo de comunicar um impossível de ser dito. Segundo a autora, o ato de escrever para V. Woolf significou recuperar o tempo, tratar as feridas, tentar elaborar os lutos e criar as próprias teorias sobre a vida e o viver, mas que no final não foi capaz de acalmar o demônio dentro de si só conseguindo suplantá-lo afogando-o.

Mesmo vindo à luz como documento incompleto o *Journal*, publicado após sua morte, é um documento emocionante sobre a atitude da escritora e uma luz na sua trajetória de vida: a felicidade, a infelicidade, a opressão e a liberdade estão aí minimamente retratadas. De acordo com Mannoni (1999), do texto se depreende que:

Virginia Woolf tenta incansavelmente apreender o passado para viver o presente em função de um futuro que ela deseja diferente. Expressar o horror em palavras a liberta. Esse trabalho de verdade

não consegue, todavia, revelar o indizível: não se pode *dizer tudo*. Sempre falta uma palavra, aprisionada no recalçamento, ou até impedida de advir, tão intensa é a oposição do inominável. Esse passado, que repetidamente Virginia tenta perseguir, evoca o real de um encontro faltoso aquele que, na história da psicanálise se revelou sob a figura do trauma. Há uma parte de inassimilável no trauma, algo que, na realidade, continua à espera (p. 27).

Em sua obra Virginia repete indefinidamente a tentativa de elaboração do luto, da morte, do inominável, tentando trazer luz a uma obra que dela se separa. Mannoni (1999) observa, que se por um lado, e graças à ficção, Virginia pode se revelar em múltiplas facetas tomando o cuidado de que sua obra estivesse mais próxima de uma concepção estética que fosse além das aparências e das máscaras, por outro é no *Journal* que “ela acumula todas as emoções que a atravessam, antes que a memória viva se desvaneça, ameaçando apagá-las (...): ali desfilam fugidamente esboços ferozes e humorísticos do mundo que a cerca” (p.43).

É como se no *Journal* a produção textual girasse em torno de um eixo marcado por uma fragilidade e ao mesmo tempo por uma premência de dizer antes que tudo se apagasse. Parece haver nessa escrita autobiográfica uma aposta feita na direção de encontrar um significado para a finitude sobre a qual o texto literário vai se construir. Enquanto seu texto literário procura insistentemente a potência da palavra na sua capacidade de contenção, recuperação e transformação, o texto autobiográfico busca falar justamente da insuficiência da palavra diante do inominável. No *Journal* ela parece procurar dizer a si própria algo da ordem de um vazio que nada pode deter.

Se sua obra pode ser considerada um esforço de contenção do sofrimento emocional pela via da escrita literária, o suicídio da autora mostra a falência deste processo criativo pela exacerbação e pressão dos impulsos destrutivos. Contudo fica evidente que Virginia conseguiu combater e mesmo exercer controle sobre as experiências negativas ou difíceis de sua vida dando a elas uma

ordenação psiquicamente coerente e uma forma esteticamente satisfatória, como nos mostra sua obra. Como coloca Carvalho (2011), em todo processo criativo, a eficiência dessa transformação relaciona-se ao fato de que, durante algum tempo, é sustentada pelo desejo de estabelecer uma restauração, desejo que se opõe dinamicamente à inércia e à morte.

Pode haver esperança para o sujeito na escrita que emana da experiência da perda? A respeito da poesia de Sylvia Plath, Carvalho (2011) coloca que “se há triunfo na escrita, há também o perigo constante de um salto para uma morte ‘mortífera’ que revela a precariedade da rede simbólica” (p. 283).

Na obra o escritor busca tocar o núcleo do incriável que, na acepção de André Green (1994), refere-se ao núcleo materno, metáfora da primeiríssima relação e representante psíquico da pulsão sob a forma de afeto. A vivência do desamparo dos começos está ligada à perda que é instaurada pela separação definitiva com o corpo da mãe. O recalque primário encobre isto tudo. E como este núcleo não pode ser representado na sua totalidade, apenas o que ocorre na periferia será objeto de intensa elaboração e que será representado de outra forma pelo trabalho da arte. E quando “a criatividade aproxima-se demais desse núcleo, marca dos investimentos afetivos para com o corpo da mãe, esse ‘núcleo’ torna-se silencioso. Cala-se” (Green, 1994, p. 252/253).

A obra de Virginia Woolf é de uma riqueza ímpar, cuja diversidade de seus textos – memórias, ficções, cartas – permite compreender como é possível o relato de uma vida. Virginia dá a ver que buscou dialogar com este núcleo materno, mas, ao que tudo indica, não conseguiu manter um distanciamento compensador permanecendo assombrada por sua significativa perda, sendo levada a reencontrar o fantasma que subsistiu em sua vida. Livrar-se do peso da finitude, recusar a perda e proibir que a morte se elaborasse dentro de si levou a escritora a viver num mundo de criatividade produtiva e também de aparências, mas o peso da dor excessiva, fonte do trauma e da melancolia fez fracassar a já tão frágil organização psíquica. Freud (1917) diz que o trabalho de

elaboração da perda no luto quando não pode se dar, não deixa ao sujeito outra escolha senão a de se reunir ao ser amado na morte. É ali que ele finalmente encontra a verdade daquilo que as palavras não conseguiram dar conta.

A propósito de concluir

Melancolia e trauma são recobertos pelas defesas, especialmente as que permitem a luta contra a angústia automática. Também são eventos psíquicos que confirmam a existência das angústias universais, aquelas que se referem à organização do psiquismo (tais como as angústias de castração e de separação) e as que se referem à desorganização de si (angústias primárias de usurpação, invasão, despedaçamento, fragmentação, aniquilação, dissolução, vazio, ...).

O que apreendemos é que suas consequências vêm designar o evento arrasador, mas também suas repercussões sobre a organização fantasmática do sujeito. Neste último caso, ele pode vir a ter um valor positivo e organizador para o psiquismo, pois tende a promover a criação, via privilegiada que pode levar o sujeito da vivência do trauma à construção de uma outra história.

A experiência perdida permite que o abandono do sujeito guarde uma proximidade com o sonho, embalado pela experiência que se perdeu. A escrita, pode ser um abrigo para contornar o real e a tragédia da vida. Uma forma peculiar de comunicação que permite ao escritor deixar ali seu estilo, marca do único. Em Virginia o movimento criativo de sua escrita tornou possível a experiência da vida e da palavra numa obra sem par, que a acompanhou até o final.

Referências

Barthes, R. (2008). *Aula*. São Paulo: Editora Cultrix.

Blanchot, M. (2016). *O livro por vir*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

- Bokanowski, T. (2010). Du traumatisme au trauma : les déclinaisons cliniques du traumatisme en psychanalyse. *Psychologie clinique et projective*, 16 (1), 9-27.
- Calvino, I. (2015). *Mundo escrito e mundo não escrito. Artigos, conferências e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho, A. C. (2011). Pulsão e Simbolização: limites da escrita. In Giovanna Bartucci, *Psicanálise, Literatura e Estéticas da subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Ehremberg, A. (1998). *La fatiga de ser uno mismo*. Ediciones Nueva Visión.
- Ferreira, N. P. (2007). A literatura como escrita e fala. In Ana Costa & Doris Rinaldi (orgs.), *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Freud, S. (1969). Sobre os dois princípios do funcionamento mental. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 12). Trad. de José Otávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1911)
- Freud, S. (2010). Luto e melancolia. In Sigmund Freud, *Obras completas* (vol. 12). Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917)
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In Sigmund Freud, *Obras completas* (vol.14). Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1920)
- Green, A. (1998). *Narcisismo de vida, narcisismos de morte*. São Paulo: Editora Escuta
- Green, A. (1994). *O desligamento*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão. Atualidade das depressões*. Boitempo Editorial.
- Lamasson, A. (2012). *Virginia Woolf*. Porto Alegre: L&PM.

Mannoni, M. (1999). *Elas não sabem o que dizem. Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Pontalis, J.-B. (1991). *A força de atração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Schneider, M. (2005). *Mortes imaginárias*. A Girafa Editora Ltda.

Woolf, V. (1984). *Journal d'écrivain*. Christian Bourgois Éditeur.

Capítulo 11

Recordações, repetições e perlaborações presentificadas no texto-pele de Carolina Maria de Jesus

Tatiana de Souza Santos Neves
Karla Patrícia Holanda Martins

Introdução

Que contornos possíveis podem oferecer a escrita de um texto às experiências traumáticas de um sujeito? Quais elementos podem estar contidos nessa escrita que nos faça ouvir a voz de um sujeito considerado em sua singularidade, as vozes de grupos historicamente violentados?

O encontro entre a psicanálise e a literatura assume, em textos como os da escritora Carolina Maria de Jesus, para além de um esforço compreensivo da condição de sujeito de quem se fala, um posicionamento ético-político diante das questões que marcam a nossa sociedade e forjam as nossas relações pessoais, profissionais, institucionais e culturais. Ao mesmo tempo, seus escritos nos convocam a uma tomada de posição que visa, antes de mais nada, sair em defesa do sujeito enfronhado em seu desejo, a denunciar ações e discursos que provoquem o seu assujeitamento e o privem de sua subjetivação no laço social.

Acreditamos ainda, que os textos da escritora Carolina Maria de Jesus, representam um movimento de elaboração do sujeito visitado pelo traumático, a partir de um trabalho de memória reconstrutiva. Seus livros, na medida em que tornam audíveis as vozes historicamente silenciadas, trazem narrativas que permitem a construção de sentidos possíveis, onde antes havia apenas

escombros, como resultado das ações dos defensores do obscurantismo e mantenedores das repetições que seguem enquanto sintomas nacionais. Neste sentido, seus textos mantêm acesas as chamas da resistência das vozes que vem das margens; um ato em defesa do sujeito; uma denúncia contra repetições que se apresentam sob a forma de exclusão de uns e de privilégio de outros, como a diferenciar e ratificar a condição de sujeitos e assujeitados, humanos e desumanizados. (Neves, 2022).

Em tempos marcados pela COVID-19, sobretudo nos períodos mais críticos, onde o medo e a reclusão se impuseram sobre todos nós, as discussões sobre formas de presenças e virtualidades podem trazer contribuições importantes, não apenas por nos mostrar alternativas possíveis de nos mantermos conectados, apesar de toda dor e desespero, mas sobre as formas possíveis de ressignificação diante do que nos aturde em nossas experiências.

Desse modo, destacamos as formas possíveis de ressignificação advindas do encontro do sujeito com as letras, com o texto e de forma mais ampla, com a literatura. Autores que falam sobre o seu tempo, sobre seus amores e agruras, a exemplo da escritora Carolina Maria de Jesus, autora que se presentifica através dos seus escritos, dos quais nos tornamos testemunhas, para os quais fazemos reverência e com os quais fazemos laço, sobretudo nesses períodos mais sombrios. Carolina reivindica, assim, a sua condição humana, ao mesmo tempo em que nos convoca a assumir o que há de humano em nós.

Lembrar, repetir e o perlaborar: cerzindo um encontro possível entre a teoria freudiana e a escrita de Carolina Maria de Jesus

Em março de 1914, nascia Carolina Maria de Jesus, natural da cidade de Sacramento, do estado de Minas Gerais. Mulher negra, escritora, poetiza, Carolina era neta de escravizados e teve a pobreza e o analfabetismo como traços da herança familiar. Aos 33 anos mudou-se para São Paulo e, grávida do seu primeiro filho João José, construiu, com suas próprias mãos, um barraco na favela do

Canindé, a partir de sobras de materiais encontrados nas ruas da capital paulista, onde viveu durante muitos anos, com seus outros dois filhos, José Carlos e Vera Eunice.

O embate de Carolina com os efeitos traumáticos das suas experiências diante do racismo e da fome, exaustivamente apresentados em seus textos, sobretudo em seu livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960/2014), guardam profunda relação com violências sociais e econômicas que se repetem, evidenciando aspectos da sociedade brasileira, que seguem historicamente a (re)produzir obstáculos à lembrança e à perlaboração de eventos históricos importantes, a exemplo da escravização e do racismo, que seguem a engendrar a desumanização sistemática de sujeitos negros em geral e de mulheres negras de forma mais particular.

Também em 1914, Freud (1914/2018a) publicou o texto *Lembrar, repetir e perlaborar*, considerado, aqui, como um marco no trabalho de construção de uma metapsicologia da clínica psicanalítica, à luz dos destinos de uma formulação de uma teoria sobre o Eu e o narcisismo (Freud, 1914/2018b) e, portanto, da colocação em cena das tensões relativas às dimensões humanas do reconhecimento social e da vulnerabilidade do corpo nascido prematuro e dependente (Freud, 1923/2011, 1926/2014). Aliás, é também em 1914 que Freud (1915/2018) escreve *Novas observações sobre o amor transferencial* e *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Os dois textos técnicos sustentam dois princípios éticos, indicando a sensibilidade e tato para o analista: paciência frente ao tempo de trabalho de elaboração do paciente (Freud, 1914/2018a) e; humildade para não se deixar impreslinxmint-21.1-cinnamon-64bitsionar e, muito menos, se regozijar com a transferência amorosa, posto que esta repete as condições de vulnerabilidade e dependência (Freud, 1915/2018).

De outro ponto de vista, podemos também considerar o texto *Lembrar, repetir e perlaborar* o desencadeador da ideia freudiana sobre a repetição e a presentificação das memórias traumáticas as quais o psiquismo se encontrava fixado (1914/2018a). Até 1914, a

lembrança do evento desencadeadora do sofrimento psíquico era fundamentalmente acessada através da fala, cuja supremacia se mantinha como portal de acesso aos conteúdos e afetos até então ignorados pelo campo de ação do consciente.

Em *Lembrar, Repetir e Perlaborar*, Freud vai apontar formas de resistências ao trabalho analítico que se atualizavam na transferência como repetições, ou seja, como formas de presentificação do passado traumático que levavam, por vezes, a recrudescimento do sintoma. Freud (1914/2018a) propõe a tarefa da perlaboração como um trabalho (*arbeiten*) capaz de religar pensamento e afeto que, segundo a hipótese metapsicológica daquela época, foram separados pela ação da defesa do recalque, um trabalho que poderá ser aproximado da “ab-reação dos montantes de afeto retidos pelo recalque” (p. 161).

Freud se refere a conteúdos que resistem e seguem impondo obstáculos, a despeito da mudança da técnica. Segundo as palavras de Freud (1914/2018a, p. 154): “(...) podemos dizer que o analisando não se *lembra* de mais nada do que foi esquecido ou recalcado, mas ele *atua* com aquilo. Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele *repete* sem, obviamente, saber que o repete.”

Nesse sentido, observamos que os caminhos possíveis que levam o sujeito ao encontro de suas lembranças são caminhos trilhados por um corpo que se coloca enquanto um confidente das marcas de uma vida que, seja através da fala, seja por meio de ações, dar-se a ver em suas muitas e diferentes batalhas.

Sobre as batalhas da vida, Carolina Maria de Jesus tinha muito a dizer. Uma vida marcada por muitas dores e paixões, sobre as quais efetuava uma espécie de costura, alinhavando peças de pensamentos e vida. Suas mãos punham as palavras em movimento, dando fluidez ao traumático paralisante, que insiste em querer impor o amarelo da fome, a um sujeito cujo desejo persiste, na tentativa de manter a polissemia de suas cores. Carolina de Jesus então, fez-se presente em suas palavras, do mesmo modo em que presentifica no texto, aspectos de um Brasil que se quer, insistentemente, negar.

Desde criança, Carolina tinha paixão pela leitura e achava que o conhecimento das letras não era apenas uma aquisição meramente funcional, representava também um traço de formação de caráter; mas foi a contragosto que chegou à escola. Era amedrontador para a menina Bitita (seu apelido na infância) observar aqueles esqueletos dependurados na parede da sala (Jesus, 1986/2014), imagem que representava o humano de forma profunda: até os ossos. Como profunda deve ter sido a dor sentida pelos insultos racistas das crianças da escola: “- Que negrinha feia! Ninguém quer ser feio. – Que olhos grandes, parece sapo” (Jesus, 1986/2014, p. 125), recorda Carolina de Jesus no seu *Diário de Bitita*.

O texto-pele de Carolina

Sugerimos que as obras o *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960/2014) e *Diário de Bitita* (1986/2014) constituem a tessitura de um texto-pele, uma espécie de bandagem simbólica, efeito de um trabalho perlaborativo e de enfrentamento, simultaneamente, resistências e (re) criação de um sujeito marcado pela luta diária contra a fome que o corrói até os ossos e o racismo que lhe queima a pele. Ali são bordadas histórias de batalhas travadas na pele e nos ossos e que facilmente poderiam simbolizar as experiências de tantas outras Carolinas, Marias, Catarinas e Veras espalhadas pelas cidades brasileiras.

Nesse sentido, os efeitos traumáticos do racismo e da fome narrados nos livros de Carolina, embora encerrem a experiência de um sujeito considerado em sua radicalidade, não podem prescindir de um olhar que considere as questões de um sujeito enredado em uma trama social e política dessubjetivante (Rosa, 2012; 2016; Rosa & Braga, 2017) que, em nossa sociedade, assume a categoria de uma tragédia de dimensões históricas e estruturais (Martins & Kupermann, 2017). Compreendemos, todavia, que essa discussão nos leva a uma análise mais complexa da questão nos servindo de outros campos de saberes, a exemplo da história, da política, da

sociologia e da antropologia. Entretanto, no escopo deste artigo, não podemos ampliar a discussão considerando a amplitude do campo.

Precisamos afirmar, no mínimo, que a fome e o racismo incrustados nas palavras de Carolina, revelam uma história de assujeitamento e precarização, que afetam de forma mais insidiosa os corpos de mulheres e homens negros; sujeitos cuja herança de desumanização, embora tenha se iniciado no processo de escravização dos povos africanos arrastados para o Brasil na condição de escravizados, permanece reatualizada até os nossos dias. Muito menos pela sua condição de remanescente anacrônico da escravização do que como um projeto reiteradamente sustentado a partir da criação de barreiras sociais e econômicas (Moura, 2019) que mantém inacessíveis a determinados grupos populacionais as riquezas produzidas no país.

Gostaríamos de destacar nesse trabalho, de forma mais particular, a condição de precariedade na qual se encontra a mulher negra, na medida em que suas experiências de cor, classe e gênero, denunciam repetições reiterada e abusivamente presentificadas. Repetições mantidas sob a forma de discursos e ações objetificantes e desumanizantes. Assim, segue o sujeito negro enquanto uma invenção do homem branco colonizador (Santos, 2002), que tem nele a encarnação de sua antítese, seu avesso, o depositário de suas mais profundas e sinistras projeções (Kilomba, 2019). Sujeito que, preso em uma negrura atribuída pelo outro violador, tem a sua consciência obliterada (Fanon, 2008), a qual só consegue ascender mediante um trabalho intenso rumo ao tornar-se, desvencilhando-se, sobretudo, de um ideal de cultura que lhe exige uma operação da ordem de um impossível: ser branco (Sousa, 1983).

Carolina de Jesus denuncia em seus livros o quanto as suas experiências de mulher negra e favelada remontam ao advento da escravização, sobretudo na forma como se deu a inserção da mulher negra escravizada na sociedade brasileira. Os cuidados com crianças e afazeres domésticos, impostos quase como uma predestinação (Carneiro, 2019a, 2019b), a objetificação dos seus corpos e o grau de periculosidade atribuído aos seus filhos e companheiros são

imagens atualizadas por Carolina em sua obra e reverberam até os dias atuais. Imagens que remontam à experiência traumática, engolida aos fardos, produto do encontro devastador com o outro violento; encontros exaustiva e dolorosamente relatados em seus textos, numa tentativa desesperada de introjeção do desmentido, causador de má digestão psíquica. O trauma como um corpo estranho (sem sentido) que invade o Eu e o aturde, deixando-o perdido diante da percepção de ameaça à sua integridade. Carolina vive o traumático da fome que lhe invade as entranhas e do racismo lhe queima a pele. Pele onde se dão as primeiras trocas do sujeito com o mundo: superfície sobre a qual o Eu se sustentará. Casa primeira por onde o Eu constituirá pelas mãos desejantes do outro um Eu-pele (Anzieu, 1989), uma capa protetora narcísica, cuja função é abrigar e proteger o Eu em sua integridade.

O Eu, uma vez atingido pela experiência traumática, sente-se como rasgado em sua proteção. A dor, advinda do excesso por ele causado (Freud, 1895/1996) e o estado de comoção psíquica criado pelo choque, é sentida pelo Eu como um desmoronamento (Ferenczi, 1934/2011), que concorre para encapsular o sujeito em uma trama da qual não consegue facilmente se desvencilhar.

Gondar (2017), ao tratar o conceito de trauma em Ferenczi e sua relação com o desmentido, observa que este, ao desconsiderar as experiências dolorosas de uma criança, já estaria antecipadamente incrustado na ação do adulto abusador, na medida em que mostra a sua incapacidade de reconhecer a fragilidade e a vulnerabilidade de sua vítima. Nesse sentido, para Gondar (2017, p. 218): “O reconhecimento estaria sendo negado, antes mesmo de um ato violento, ao que existe de precário na criança. Se seguirmos essa linha, diremos que o reconhecimento é, em primeiro lugar, o reconhecimento da vulnerabilidade de um sujeito”.

A pele e (é) o texto: o texto-pele

Concebemos a escrita de Carolina como um grito por reconhecimento diante das violências que insistem em arrancar o

sujeito de sua condição de humano. Afinal, quem nos autoriza em nossa humanidade? Quem nos tira ou nos atira à condição de bicho?

Um dia perguntei a minha mãe:

- Mamãe, eu sou gente ou bicho?

- Você é gente, minha filha!

- O que é ser gente?

A minha mãe não respondeu (Jesus, 1986/2014, p. 15-16).

Meio gente, meio bicho. Talvez essa tenha sido essa conclusão à qual chegou Carolina ao mudar-se para São Paulo. Junto com ela, no Canindé, homens e mulheres “corvos” (Jesus, 1986/2014), cujos corpos margeavam o Rio Tietê. Todos acomodados longe dos olhos sensíveis à feiura da pobreza. Carolina assim se dizia: “Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (Jesus, 1986/2014, p. 37). Dizia-se, ainda, uma idealista da favela: uma poetiza que, posicionada na área do descarte, valia-se dos restos produzidos pela hipocrisia e pelo abandono dos moradores da cidade jardim para escrever palavras impossíveis; como impossível era o traumático da fome e do racismo. A mulher negra, favelada, escritora e catadora de papel, era dona de um texto luxuoso, que contrastava com o lugar onde morava, dado que, nas palavras de Carolina: “o único perfume que exala na favela é a lama podre, excrementos e a pinga” (Jesus, 1960/2014, p. 47).

Carolina reconhecia bem as tramas políticas na qual a sua vida estava penosamente enredada. Compreendia o jogo pleno de cinismo dos políticos que dos pobres só queriam os votos e o corpo, de onde tudo se extrai. Tudo, até que sobre apenas o espectro. Assim se descreveu Carolina ao deparar-se com a sua imagem refletida:

Já emagreci 8 quilos. Eu não tenho carne, e o pouco que tenho desaparece. Peguei os papéis e saí. Quando passei diante de uma

vitrine, vi o meu reflexo: desviei o olhar, porque tinha a impressão de estar vendo um fantasma (Jesus, 1986/2014, p. 182).

A mulher negra resistente e ativa deu-se a ver. Carolina enfronhava-se de suas características físicas, a despeito de todo ataque, toda humilhação e rebaixamento. Gabava-se da obediência de seus cabelos crespos, da sua cor de pele cor da noite. Preta como o feijão, que faltava na mesa, de vida tão dura quanto a cama, quanto o pão e quanto a vida do favelado (Jesus, 1986/2014). Doloroso e duro como o desmentido com tez de fome, cheiro de abandono, de ouvidos moucos e de olhos turvados pelo racismo.

A escrita de Carolina, além de um relato proclamado em primeira pessoa, é um trabalho de *escrevivência*, que, segundo Evaristo (2009, 2017), é uma escrita forjada pelas experiências de um e de muitos, de uma e de muitas. Uma escrita que é, ao mesmo tempo, singular e coletiva. Uma resposta ao discurso desumanizante dos autoproclamados detentores do discurso oficial (Kuppeman & Martins, 2017) que anula, desmente, apaga e objetifica. Os textos-pele de Carolina são o produto de uma escrita feita à mão, frutos de um movimento caracterizado de altos e baixos, de idas e vindas. Palavras nem poucas, nem muitas. Apenas possíveis.

As histórias narradas por Carolina revelam um percurso marcado por violências estruturais que atingem os sujeitos negros de forma mais generalizada e à mulher negra de forma mais insidiosa, na medida em que seu corpo se faz lugar onde as avenidas identitárias se cruzam (Akotirene, 2019) em um movimento bárbaro e contínuo de vulnerabilização e violências motivadas pela raça, gênero e classe, que as tornam sujeitos econômica, social e politicamente mais fragilizados (Davis, 2016; Carneiro, 2019a, 2019b, Gonzáles, 2020a, 2020b).

Dona de uma escrita potente, onde denúncia e resistência se alinham, a escrita de Carolina é um passo certo em direção ao rompimento da máscara do silenciamento (Kilomba, 2019) imposto àqueles e àquelas cujas vozes a história buscou suprimir e sobre as

quais produziu duras opressões, na medida em que elas, e somente elas, fazem o furo necessário ao discurso dominante que insiste em propagar e manter viva a ilusão de um Brasil fantasiado (Souza, 1994) que se faz útil à manutenção dos privilégios de poucos à custa do abandono de muitos. Nesse sentido, Carolina nos adverte sobre algo que se presentifica nas experiências de homens e mulheres negras e que, igualmente, se presentifica no descaso, na desumanização e no silêncio conivente dos que se recusam a tratar o racismo e a fome como algo que diz enfaticamente do nosso senso distorcido e excludente de pacto civilizatório.

Nesse sentido, os textos de Carolina nos ajudam a descortinar as vozes que bradam em favor da manutenção da ideia demagógica que envolve a chamada meritocracia e lançam luz sobre as injustiças orquestradas nas cidades jardins, em seu intento diuturnamente reatualizado de transformar homens em corvos e de reduzir humanos à condição de entulho, destinados aos quartos de despejo. “Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (Jesus, 1986/2014, p. 37).

Observamos assim, nas palavras de Carolina, um texto marcado pela *escrivivência* (Evaristo, 2009; 2017) que, ao mesmo tempo em que conta a história de vida de um sujeito único, traz consigo elementos de natureza política, social e histórica, que não se sustentariam não fosse o trabalho reiterado de manutenção da chama nefasta da escravização que se faz repetição pela miséria, pela favelização das capitais, pelas violências institucionais e pelas muitas e diversificadas barreiras de contenção, que dificultam a ascensão social de mulheres e homens negros (Moura, 2019). Ainda: pelas violações de direitos, pela erotização e hipersexualização de meninas e mulheres negras (González, 2020a, 2020b, 2020c; Davis, 2016; Ribeiro, 2018) e pela manutenção infame do mito do homem negro, agressivo e potencialmente estuprador (Davis, 2016).

Carolina, a menina Bitita, apropria-se da sua pele preta após um longo e doloroso caminho trilhado desde a infância, rumo ao

processo de tornar-se negra. Penoso desde sempre, na medida em que voltar-se para o reconhecimento e engrandecimento de seus traços significa, necessariamente, ir de encontro ao ideal social, cuja cor de pele e traços em nada se parecem com os seus (Sousa, 1983). Nesse sentido, tornar-se negra é, antes de mais nada, uma recusa a uma ideia fantasiosa de cultura, incapaz de abarcar a diversidade fenotípica e a multiplicidade cultural da população brasileira.

É nesses termos que o racismo se impõe enquanto um código mito-simbólico, incapaz de reconhecer a polissemia sexual e a multiplicidade étnica (Andrade, 2017), estabelecendo uma diferença radical entre os sujeitos, impondo discriminação e rebaixamento. O código a partir do qual o mundo se vê separado entre os providos e os desprovidos de humanidade, entre os bárbaros e os civilizados, entre os que nasceram para a servidão e os que nasceram para governar (Santos, 2002). Desprovido da sua condição humana, o sujeito negro torna-se encapsulado em sua existência. Já não é homem e, portanto, a ele é vedada a prerrogativa de acessar os seus próprios infernos existenciais (Fanon, 2008).

Assim, sintoma de uma neurose nacional (Gonzales, 2020a), o racismo é uma queimadura a lesionar a pele do sujeito negro, mingando a sua saúde psíquica, interditando oportunidades e espaços, minando confiança e autoestima, produzindo dor, enlouquecimento e morte. A pele mais barata do mercado, corpo de onde de tudo se pode aproveitar. Pele incapaz de envolver e oferecer abrigo, na medida em que é, ela mesma, o ímã onde os infortúnios reconhecem e fazem morada.

Anzieu (1989), em seu livro *Eu-pele*, destaca a pele enquanto um órgão humano fundamental, na medida em que, além de servir de revestimento aos órgãos do corpo humano, ela é um elemento importante na constituição psíquica. Além de servir como anteparo ao processo de envelopamento narcísico dos sujeitos, é a pele a base sobre a qual se estabelecerão as primeiras trocas entre o que virá a se constituir enquanto um sujeito e o meio. Nesse sentido, os eventos de dor e/ou lesão que vierem a incidir sobre a sua estrutura,

produzirão abalos, cujas reverberações serão sentidas pelo indivíduo como uma agressão sofrida na superfície na sua pele, acrescentando a dor pela violação do tecido de identificações que funda o Eu; operação através da qual todo o Eu se sentirá ameaçado posto que, nesse momento, a dor se confunde com o próprio Eu.

Anzieu (1989), a partir das intervenções realizadas junto aos pacientes vítimas de queimaduras, pôde observar sujeitos que, desestabilizados pelas lesões, revelavam ainda o abalo psíquico causado pelo evento traumático. A pele, que antes lhe servia de anteparo e envelopamento narcísico, havia sido penosamente ferida, tornando seu corpo interditado ao calor e ao toque do outro. Ao mesmo tempo, as lesões sofridas pelo sujeito, o tornava sensível e exposto em sua superfície, desprovido da pele-contorno que lhe identifica e o diferencia do outro. No entanto, uma pele que, pelo trabalho analítico, pode ser tocada de e pelas palavras, que procuravam oferecer ao sujeito o acolhimento e o revestimento necessários, fazendo as vezes de uma pele simbólica, que vinha fazer suplência ao envelope narcísico, então comprometido pela queimadura.

Testemunhamos Carolina retratar em seus textos a dor de um trauma vivido na pele, a cada insulto e xingamentos racistas, desrespeito e desumanização, direcionadas de forma impiedosa, àquelas que, pela sua condição de pele, pobreza e gênero, se encontram na base da pirâmide social (Ribeiro, 2018; González, 2020c) servindo, cuidando e alimentando desde a escravização, as bocas e os corpos dos reconhecidos filhos da pátria. O traumático de suas dores Carolina transmutava em texto sublime, em palavras de sentido e em voz que procurava alcançar uma realidade possível apenas em seus sonhos: “Eu dormi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las” (Jesus, 1986/2014, p. 120).

Nesse sentido, destacamos em nosso trabalho, o interesse pelo trauma, enquanto um evento de natureza fundamentalmente social, fruto dos desmandos que impõem duras restrições sociais

e econômicas, que nos faz reconhecer a miséria como um projeto bem acabado, que reatualiza os navios negreiros nos camburões e as senzalas nas periferias das capitais brasileiras. Poderíamos dizer, nessa perspectiva, que, na vida dos favelados como Carolina, dor e trauma se entrelaçam a ponto de se fundir como um único e trágico processo psiquicamente desorganizador, que interdita àquele que sofre, reconhecimento de suas experiências e amparo, fazendo com que o sujeito perceba que toda a sua existência está sendo negada e desconsiderada (Gondar, 2017).

Desse modo, a escrita de Carolina, pode ser compreendida enquanto um trabalho de natureza perlaborativa de um sujeito desconsiderado em suas experiências, que procura, através do seu texto, produzir sentidos possíveis para lidar com o traumático do racismo e da fome reiteradamente desmentidos em ações e discursos violentamente desumanizantes. Carolina recobria-se, assim, com sua pele de palavras, cotidianamente ulceradas pelas queimaduras provocadas pelo racismo estrutural e pelo processo de empobrecimento sistemático da população negra desde o evento da escravização em terras brasileiras.

Traçando um paralelo entre os sujeitos vítimas de queimaduras observadas por Anzieu (1989) e os sujeitos cuja pele encarna o estigma do inimigo social (Santos, 2002), observamos, em ambas as situações, sujeitos abalados em seu narcisismo, impactados pelos traumas sofridos, doloridos pelas agressões que arrasaram sua pele e a tornaram interditas ao toque e ao calor do outro. Encontramos ainda, em um e em outro caso, um estado de coisas onde as palavras, sejam elas relatadas ou escritas, ajudam a refazer a tessitura simbólica, que um dia o trauma comprometeu. Nesse caso, as palavras assumiriam a função de reconstituição narcísica, capaz de oferecer ao sujeito, seja através da voz e/ou das palavras, um caminho possível de produção de sentidos outros para as suas experiências.

Entretanto, devemos destacar que as lesões causadas pelas queimaduras das quais os sujeitos observados por Anzieu foram vítimas tendem a causar empatia e solidariedade. Ainda que os

sujeitos não voltem a passar por um evento dessa natureza novamente, carregarão em seus corpos as marcas do encontro com o traumático de uma experiência dolorosa, sobre as quais poderão produzir histórias e exibir cicatrizes, capazes de gerar apoio, comoção e reconhecimento. Por outro lado, as feridas provocadas pelo racismo, seguem impedidas de cicatrização, na medida em que são cotidianamente inflamadas pelo racismo em suas mais diversas formas de manifestação. Nesse sentido, falamos sobre uma história de traumatismo, que se repete e se atualiza sob a forma de discriminação, vulnerabilidades sociais, fome, violência, abandono e desumanização, quase sempre incapazes de provocar comoção ou reconhecimento social.

Nos textos-pele de Carolina se presentifica seu trabalho perlaborativo, a partir da construção de uma memória matriciada nas repetições de natureza estrutural, textos reveladores de desmentidos nacionais que seguem a aprisionar sujeitos e grupos nas teias desestruturantes do sem sentido. Propomos que a pele da mulher negra sustenta as marcas, não só das suas próprias experiências de luta e resistência contra as opressões, mas sustentam, ainda, marcas de feridas nacionais profundas, históricas e reiteradamente negadas; marcas impressas em sua pele, tal como a sua escrita tantas vezes marcou as folhas de papel, tão amarelas quanto a cor da fome que sentia.

Desse modo, as palavras de mulher negra de Carolina - que muitas vezes fizeram as vezes de uma segunda pele retificadora das queimaduras provocadas pelos desmentidos sofridos - também nos oferecem elementos de análise sobre a importância da inclusão das vozes das mulheres negras, enquanto intérpretes de um Brasil acessível apenas àquelas que observam e produzem nas e pelas margens.

Arrematando

Entendemos que os escritos de Carolina são frutos de um trabalho intenso de perlaboração e construção diante do traumático

de suas experiências frente o racismo e a fome. Um trabalho árduo de encadeamento de ideias e lembranças que permitem ao sujeito um movimento que consiga levá-lo para além das repetições provocadas pelo choque com o sem sentido. Seus textos são composições feitas de palavras-lembranças que lhe possibilitam uma tomada de posição ativa diante do desmentido provocado pelo outro violador. Observamos em seus textos uma forma possível do sujeito lembrar, repetir e perlaborar. Um esforço rumo à reconstrução da estrada polissêmica que um dia o trauma reduziu à condição de escombros.

A escrita de Carolina Maria, sendo ela mesma uma bandagem sobre a pele reiteradamente marcada por violências de toda ordem, também remetem a condição da mulher negra e pobre, localizada nas intersecções da opressão. Mulher, mãe, trabalhadora e companheira, muitas vezes, elas próprias, a sustentação material e subjetiva dos seus.

Carolina se faz presente entre nós através de sua obra, do mesmo modo que anuncia aquilo que da violência se presentifica, não como resquício histórico, engano, ignorância ou alienação, mas como um movimento deliberado e sistemático de desumanização e assujeitamento da alteridade.

As experiências de Carolina diante do traumático do racismo e da fome presentes nas narrativas da escritora, evidenciam traços de uma repetição histórica, cujo resultado observamos nos traumas sociais não reconhecidos, minimizados ou ignorados e, portanto, não passíveis de análise e intervenção, sem os quais, tratamento e cicatrização se inviabilizam, bem como a possibilidade de produzir sentidos e elaborar uma história que possa começar por “era uma vez...”.

Referências

Akotirene, Carla, (2019). *Interseccionalidade* (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Pólen.

Andrade, Fernando César Bezerra de. (2017, setembro, 20-22). A diferença é a cor: o racismo como código mito-simbólico a serviço do recalque em Quarto de Despejo. *VI Congresso Nacional de Psicanálise, Direito e Literatura*, Belo Horizonte [recurso eletrônico]: leituras interdisciplinares sobre racismo – quarto de despejo / Coordenação geral por Fábio Roberto Rodrigues Belo. [realização UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais]. Belo Horizonte: Ami Comunicação & Design, 42-56.

Anzieu, Didier. (1989). *O eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Carneiro, Sueli. (2019a). Gênero e raça na sociedade brasileira. In Sueli Carneiro, *Escritos de uma vida* (pp. 150-184). São Paulo: Pólen Livros.

Carneiro, Sueli. (2019b). Mulher negra. In Sueli Carneiro, *Escritos de uma vida* (pp. 13-59). São Paulo: Pólen Livros.

Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

Evaristo, Conceição. (2009). Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Rev. Scripta*, 13 (25), 17-31. Disponível em:

Evaristo, Conceição. (2017). *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas.

Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Ferenczi, S. (2011). Reflexões sobre o trauma. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 125-135). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934)

Freud, Sigmund. (1996). O projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 339-353). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895)

Freud, Sigmund. Lembrar, repetir e perlaborar (2018a). In S. Freud, *Fundamentos da Clínica Psicanalítica: Obras Incompletas de Sigmund*

Freud (Vol. 6, pp. 151-164). Belo Horizonte: Autêntica. (Original publicado em 1914)

Freud, S. (2018b). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, *Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Obras Incompletas de Sigmund Freud* (Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica. (Original publicado em 1914)

Freud, S. (2018). Sobre o amor de transferência. In S. Freud, *Fundamentos da Clínica Psicanalítica: Obras Incompletas de Sigmund Freud* (Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica. (Original publicado em 1915)

Freud, S. (2011) O ego e o Id. In: S. Freud, *Obras Completas* (vol. 16, p. 09-64). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923)

Freud, S. (2014) Inibição, Sintoma e Angústia. *Obras Completas* (vol. 17, pp. 9-98). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1926)

Gondar, J. (2017). Ferenczi como pensador político. In E. S. Reis, & J. Gondar. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política* (pp. 209-226). Rio de Janeiro: 7 Letras.

Gonzales, Lélia. (2020a). A categoria político-cultural de Amefricanidade. In L. Gonzales, *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 127-150). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1988).

Gonzales, Lélia. (2020b). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In L. Gonzales, *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 75-93). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1983).

Gonzales, Lélia. (2020c). Mulher negra. In L. Gonzales, *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 75-93). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1985).

Jesus, Carolina Maria de. (2014). *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP. (Trabalho original publicado em 1986).

Jesus, Carolina Maria de. (2014). *O quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática. (Trabalho original publicado em 1960)

Kilomba, Grada. (2019). *Memórias da Plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Kupermann, Daniel, & Martins, Karla Patrícia de Holanda. (2017, setembro, 20-22). Racismo, fome, testemunho e humor: sobre o quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. *VI Congresso Nacional de Psicanálise, Direito e Literatura, Belo Horizonte* [recurso eletrônico]: leituras interdisciplinares sobre racismo – quarto de despejo / Coordenação geral por Fábio Roberto Rodrigues Belo. [realização UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais], Belo Horizonte: Ami Comunicação & Design, 149-158.

Martins, Karla Patrícia Holanda, & Kupermann, Daniel. (2017). Fome: o umbral da vergonha. *Trivium*, 9 (2), 199-209. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v9n2/v9n2a06.pdf>.

Moura, Clóvis. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva.

Neves, Tatiana de Souza Santos. *O racismo e a fome nas palavras impossíveis de Carolina Maria de Jesus: considerações sobre o traumático*. Orientadora: Karla Patrícia Holanda Martins. 2022. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

Ribeiro, Djamila. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.

Rosa, Miriam Debieux. (2012). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41-42, jul. 2011/jun. 2012. Disponível em: <http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>.

Rosa, Miriam Debieux. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/ Fapesp.

Rosa, M. D., Estevão, I. R., & Braga, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em estudo*, 22 (3), jul-set, 359-369. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354/pdf>.

Santos, Gislene Aparecida dos. (2002). *A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp. Rio de Janeiro: Pallas.

Sousa, Neusa Santos. (1983). *Tornar-se negro*. Coleção Tendências. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Souza, Octavio. (1994). *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta.

Capítulo 12

Da fantasia ao ato: reflexões sobre o complexo de Édipo

Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis
Francis Willian Bueno Lourenço
Kathyúscia Geórgia Araújo do Valle Schmidt
Mariana Martins Betioli

Introdução

A pesquisa que se utiliza do método psicanalítico tem como substrato primordial a clínica psicanalítica, o psicanalista como pesquisador e os fatos ocorridos no âmbito do *setting*. Da prática clínica surgem inúmeros questionamentos que impulsionam a pesquisa, a qual, por sua vez, irriga novamente a clínica com os avanços e descobertas que proporciona, promovendo, assim, a expansão e a transmissão do conhecimento produzido. Por essa razão, é vasta a literatura que contempla, como métodos de investigação, revisões e a realização de estudos de caso, estudos de caso clínico e relatos de experiência, porém ainda são poucos os estudos que se debruçam sobre uma compreensão mais acurada dos desdobramentos próprios da clínica psicanalítica através do método da construção dos fatos clínicos psicanalíticos.

Em um artigo recente, Miguel e Braga (2021) destacam a importância do conceito de Complexo de Édipo para a Psicanálise, tanto no contexto clínico como no teórico, sobretudo quando se pretende desenvolver uma pesquisa em Psicanálise. Os autores apontam que, embora existam produções científicas que abordam o processo edípico como um fator importante no que se refere à condição do sujeito, o conceito de Édipo, na maioria das vezes, é

abordado em segundo plano. De forma que as pesquisas atuais raramente suscitam uma discussão direta do conceito, promovendo seu protagonismo, o que, por sua vez, poderia resultar na ampliação da compreensão e/ou, até mesmo, em possíveis críticas às propostas conceituais de psicanalistas tradicionais e contemporâneos.

Freud (1924/2011), pautando-se pela tragédia grega de Édipo, inicialmente defendeu a tese de que a dinâmica inconsciente no tocante à relação interpessoal do núcleo familiar transcorria de maneira semelhante ao narrado na história de Édipo rei. Este, resumidamente, se via impelido a conquistar a mãe para si, destituir o pai do trono e reivindicar suas posses, sobretudo sua mulher. Por fim, Édipo acaba de forma trágica, com os olhos furados e vagando errante em seu próprio reino, punido por não ter enxergado aquilo que estava diante dele, como advertido pela Esfinge (Sófocles, 2017).

Segundo Roudinesco e Plon (1998), a primeira proposta freudiana em relação ao complexo de Édipo tem uma ontologia trágica. A criança, ao passar por esse período de desenvolvimento psíquico, teria, na conclusão dessa etapa, uma experiência fatídica, tendo a tragédia como destino humano. Contudo, o segundo Édipo freudiano inaugura um acontecimento fundamental no tocante à sexualidade do indivíduo, revelando a diferença entre os sexos e a percepção do pênis enquanto representante fálico, ao apresentar sua antítese, o “complexo de castração” (p. 166).

Portanto, o complexo de Édipo freudiano consiste em uma “ficção heurística” ou “ficção teórica” (Fulgencio, 2018, p. 40), pois se trata de um termo-conceito metapsicológico que compreende a dinâmica familiar, tomando por base a triangulação pai-mãe-filho/filha. Segundo Fulgencio (2018), Freud desenvolveu o conceito de Édipo com a finalidade de apresentar uma metodologia que abarcasse o fenômeno do incesto, o investimento libidinal da criança em seus genitores e, conseqüentemente, a “castração” (p. 40) como encerramento deste processo tão importante para o desenvolvimento psicosssexual dos indivíduos.

Ao apresentar a teoria sobre a sexualidade infantil (Freud, 1905/2016), houve uma efervescência em torno dessa proposta teórica, sobretudo por articular o Mito de Édipo como conceito-chave para compreender “o romance familiar dos neuróticos” (Freud, 1909/2015, p. 419), o que posteriormente passou-se a ser denominado de Complexo de Édipo. Este conceito baseado na tragédia de Édipo, retrata o enamoramento que ocorre por parte da criança por uma das figuras parentais, geralmente aquele de sexo oposto, assim como a rivalidade pelo membro do mesmo sexo que ela.

O conceito teórico do Complexo de Édipo causou grande polêmica, tanto na esfera médico-científica como na esfera social e familiar. Vale ressaltar que o traço característico daquela sociedade era o modelo de família burguesa, influenciada pelo puritanismo de base cristã, que, a priori, rechaçou a ideia de que existissem questões relacionadas à sexualidade na infância, sobretudo, a hipótese de que a moção erótica fosse investida pela criança em suas figuras parentais (Quinodoz, 2007).

Nos textos voltados para a análise sociológica do indivíduo, em específico em Totem e Tabu (Freud, 1912-1913/2012), o autor investiga o incesto como marcador antropológico e fundador da subjetividade, sobretudo, no que concerne à inserção da pessoa na complexa teia social, que tem o núcleo familiar como protótipo das relações inter e intrapsíquicas. A interdição do incesto como fenômeno universal pôde ser observada até mesmo nas culturas mais primitivas. A compreensão do impedimento do incesto por parte dos indivíduos possibilita a socialização entre os membros de uma comunidade, contanto que a noção da proibição seja integrada pelo sujeito de forma lúdica e representativa da lei e da ordem, resultando na noção de limite e de respeito às regras sociais (Quinet, 2015).

Para Quinet (2015), a condição totêmica do pai é crucial para uma compreensão precisa do complexo de Édipo freudiano, sobretudo quando a finalidade é analisar o processo edípico em relação ao lugar do pai na triangulação. Freud (1912-1913/2012)

desenvolve o conceito de tabu e observa que a etimologia da palavra possui um caráter dual, “o significado de tabu se divide, para nós, em duas direções opostas. Por um lado, quer dizer santo, consagrado; por outro, inquietante, perigoso, proibido, impuro” (Freud, 1912-1913/2012, p. 42).

Portanto, para Freud (1912-1913/2012), a figura paterna ocupa o lugar de totem no que se refere ao complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, consiste em um tabu, consolidando o caráter ambivalente no tocante ao pai. Neste sentido, o filho admira e deseja se igualar ao pai e, em alguns casos, superá-lo; concomitantemente a isso, teme conquistar este lugar, já que o processo é vivido psiquicamente pelo filho como “o assassinato do pai” (Perelberg, 2021, p. 34). Este momento é causador de muita tensão para todos os integrantes da tríade edípica, sobretudo para a criança, que precisa atingir a capacidade elaborativa deste fenômeno psíquico e integrá-lo ao ego (Freud, 1923/2011).

Contudo, destaca-se a importância da postura paterna dentro da relação, pois é necessário que este pai se permita ser “assassinado” e “ressuscite” simbolicamente na mente da criança (Perelberg, 2021, p.35). É necessário que o pai sobreviva aos incessantes ataques do filho, pois somente desta forma o filho conseguirá desenvolver a maturidade necessária para reparar suas atitudes hostis e agressivas direcionadas ao pai (Winnicott, 1960/2021). Nesse sentido, o sentimento de culpa é considerado um afeto indispensável para que ocorra a integração do ego no que se refere ao processo simbólico de matar o pai.

Entretanto, quando o processo descrito não transcorre de forma saudável no contexto nuclear da família, é possível que ocorram resultados nocivos para a saúde mental do filho e da tríade como um todo. Pai e filho podem entrar em um conluio inconsciente e transformar isso em uma batalha psíquica, o que poderá resultar no surgimento de uma dinâmica perversa entre pai-filho, onde o circuito pulsional passa a ser estabelecido pela lógica sadomasoquista (Freud, 1924/2011).

Assim, conseqüentemente, pode haver a vivência de sofrimento psíquico, a manifestação de sintomas de diferentes ordens e a busca por atendimento na clínica psicanalítica. Dos inúmeros sintomas que podem originar os desdobramentos dos conflitos no núcleo familiar, destaca-se a automutilação como ato de gerar lesões corporais e provocar a dor física como forma de sobreposição à dor psíquica (Brandão Junior & Canavêz, 2018).

A automutilação, em alguns casos, pode ser considerada um recurso para o enfrentamento das angústias que emergem da dinâmica familiar (Barbosa, Di Lollo, Zerbetto & Hortense, 2019), principalmente quando se trata de conflitos edípicos, os quais, a priori, podem estar aquém da compreensão consciente do fenômeno vivido, já que os papéis dos membros da família ficam borrados pela projeção e identificação que ocorrem a nível inconsciente (Araújo, Chatelard, Carvalho & Viana, 2016).

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho visa refletir sobre os fatos clínicos vivenciados durante o processo psicoterápico de um adolescente que se automutilava.

Fatos clínicos psicanalíticos

Ao longo dos atendimentos na clínica psicanalítica, o *setting* se torna palco para a manifestação de fatos clínicos derivados do exercício da associação livre, por parte do analisando, e da escuta flutuante, do lado do analista (Silva & Macedo, 2016). Nesse sentido, Tuckett (1994) aponta que, por meio do método psicanalítico, a clínica faz emergir os chamados fatos clínicos psicanalíticos, cuja observação é capaz de contribuir para a extração de inferências, que serão comunicadas não apenas ao analisando, mas também aos demais estudiosos e profissionais, auxiliando-os em sua formação e prática clínica (Quinodoz, 1994).

Entre os estudiosos que tratam do assunto encontra-se Vollmer Filho (1994), que entende fato clínico psicanalítico como o resultado da conjugação dos conteúdos trazidos pelo analisando com as experiências pessoais e competências do analista que

culmina na atribuição de novos significados, fundamentados na teoria psicanalítica, aos fatos enunciados na situação analítica. Nesse sentido, o autor ressalta a existência de dois níveis de abstração por parte do psicanalista, em que o primeiro, mais imediato, é vivenciado durante a escuta clínica e o segundo consiste nas reflexões elaboradas pelo analista após a experiência da escuta, inclusive com seus pares, acerca da compreensão dos fenômenos emergentes no *setting*.

Quinodoz (1994) destaca que os fatos clínicos psicanalíticos são afetos relacionados essencialmente ao campo da subjetividade, cerne do interesse e estudo da Psicanálise. Tais fatos, segundo o autor, podem ocorrer interna ou externamente à situação analítica. Os primeiros, considerados fatos clínicos psicanalíticos propriamente ditos, manifestam-se por meio da relação transferencial e contratransferencial. Os demais prescindem dessa condição, embora guardem relação direta com o inconsciente, como, por exemplo, aqueles inferidos das obras de arte, das situações do cotidiano, dos lapsos e dos fatos ocorridos ao longo de entrevistas iniciais.

Ahumada (1994) ressalta que, em um primeiro momento, os fatos clínicos são selecionados pela capacidade intuitiva do analista e por sua observação, para, em um segundo momento, serem passíveis de interpretação e apreensão pelo analisando, que poderá atribuir novos significados aos fatos por ele relatados em sessão. Por sua vez, Figueiredo e Minerbo (2006) salientam que a análise dos fatos clínicos psicanalíticos consiste “em efetuar certos recortes que não são arbitrários, pois vão sendo solicitados pela própria análise em andamento e se transformam à medida que a análise transcorre” (p. 274).

Outro aspecto relevante apontado por Quinodoz (1994) é que a estrutura psíquica apresenta um grau de permanência, expressando, de forma repetida ou isolada, fatos clínicos dotados de características comuns e que refletem como ela está organizada. Já o aspecto móvel mencionado pelo autor se refere às diferentes maneiras pelas quais os fatos clínicos se manifestam,

assemelhando-se ao movimento de uma onda no mar, que, embora constante, nunca é igual. Além disso, o autor qualifica como autênticos aqueles fatos clínicos construídos durante o processo analítico. No entanto considera também a possibilidade de análise dos “fatos clínicos *externos* à situação psicanalítica” (p. 617), quando ocorre a análise de acontecimentos considerados significativos em situações tais como “psicoterapias de inspiração psicanalítica ou simplesmente nos lapsos e atos falhos do cotidiano das pessoas”.

De todo o exposto decorre a particularidade que caracteriza o método da construção do fato clínico psicanalítico, qual seja, a possibilidade de se apresentar e compreender o caso clínico por meio de fragmentos e recortes, dispensando-se a descrição ampla e detalhada do caso, o que preserva, por consequência, a identidade do analisando. O foco, conforme ensinam Silva e Macedo (2016), é a exploração de um fenômeno que inquieta o psicanalista pesquisador em sua escuta clínica. Sendo assim, o fato clínico psicanalítico resultante da construção realizada pelo psicanalista e analisando é passível de ser observado também por outros profissionais em condições semelhantes, permitindo-se que alcancem conclusões aproximadas acerca da experiência e da teoria nele contidas (Quinodoz, 1994).

Embora os autores mais recentes não utilizem expressamente a terminologia “fato clínico psicanalítico”, observa-se que o modo de análise dos fatos clínicos emergentes na clínica psicanalítica e abordados em publicações localizadas nos últimos anos, muitas vezes, atende ao método de construção do fato clínico psicanalítico nos termos expostos pelos estudiosos aqui referenciados.

O atendimento realizado com um adolescente de quinze anos, totalizando trinta e cinco sessões, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), motivou o presente estudo. Ressalta-se que, naquela UBS, cada paciente pode ser atendido por até 30 sessões, sendo assim o limite de consultas permitido já havia sido ultrapassado e os atendimentos precisaram ser interrompidos. O paciente João (nome fictício) assinou o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 15415019.1.0000.5231; Parecer: 4.187.441) da universidade em que o estudo foi realizado.

O estudo integra um projeto de pesquisa maior, realizado em uma universidade do sul do Brasil, que utiliza o método de construção de fato clínico psicanalítico para análise de casos de pacientes atendidos em psicoterapia de base psicanalítica.

Os relatos das sessões clínicas foram lidos com atenção flutuante e, posteriormente, foram selecionados fatos clínicos relacionados a episódios de automutilação, que foram validados pela equipe do projeto de pesquisa ao qual o estudo estava vinculado. A seguir, foram analisados a partir da fundamentação relacionada ao fenômeno edípico do ponto de vista freudiano, possibilitando a construção de fatos clínicos psicanalíticos externos à situação psicanalítica, tal qual mencionado por Quinodoz (1994).

Da fantasia ao fato clínico

Durante a primeira consulta com a mãe de João, o psicoterapeuta relatou:

A mãe do paciente, menciona um episódio de quando eles saíram para ir em um restaurante e o filho mais velho (João) derrubou o copo com refrigerante na mesa. A mãe disse que o marido esmurrou a mesa, gritou o garçom e pediu a conta, contou que, ao entrarem no carro, o pai saiu em alta velocidade dirigindo perigosamente, e quanto mais ela pedia para ele diminuir a velocidade e parar, mais ele corria e fazia manobras perigosas. Enquanto as crianças ficavam chorando no banco de trás, o pai dizia que todos iriam morrer naquele dia. Isso era terrível, dizia a mãe, ele sempre fazia essas coisas.

Quando solicitado a João que falasse sobre sua relação com seu pai, a primeira coisa que ele relata é o mesmo narrado acima por sua mãe, ao que ele acrescenta:

Com meu pai, eu sinto que eu posso morrer a qualquer momento, já que ele parece ser capaz de me matar, ele é muito explosivo e agressivo e quando se trata de mim, parece que tudo que faço gera essa raiva nele, dá para ver nos seus olhos a vontade que ele tem de me esganar.

Em uma das sessões, quando abordado sobre esta hostilidade entre João e seu pai, o psicoterapeuta pergunta a João qual seria, para ele, a causa desta tensão entre ambos. João responde:

eu sinto que isso é por eu ser menino, parece que o fato de minha mãe ter dado mais atenção a mim do que para ele, fez ele se sentir excluído e a partir daí ele passou a ser extremamente cruel comigo.

O psicoterapeuta questiona quando ele se deu conta disso e João diz: “um dia meu pai me falou, se eu fosse menina tudo seria diferente, eu iria preferir ele a mãe, é sempre assim, a filha menina prefere o pai, e o menino prefere a mãe”.

Esses fatos clínicos corroboram a proposta freudiana acerca do complexo de Édipo (Freud, 1924/2011), sobretudo em relação à dinâmica pai e filho, em que a rivalidade entre ambos no tocante à disputa pela mãe/esposa pode resultar em hostilização e, até mesmo, atitudes agressivas por uma das partes ou ambas. Ademais, neste caso em particular, foi possível observar a cristalização de um conluio sadomasoquista, conforme proposto por Freud (1924/2011), em que o pai assume uma postura sádica e o filho masoquista, já que o último abarcava tanto no seu psiquismo como no próprio corpo a pulsão destrutiva do pai destinada ao filho.

Em outro fato clínico vivenciado com João, foi possível observar o tema da transposição do pai, ou seja, como se igualar ao pai ou, até mesmo, ultrapassá-lo. Isso se manifesta como algo pavoroso ao jovem; diz ele:

Meu pai sempre exigiu de mim que fosse forte, sempre cobrando que eu fosse melhor em tudo que fizesse, ele sempre quis que eu fosse o

macho alfa, que eu fosse melhor do que ele, mais forte, mas eu nunca fui, e nunca serei.

Quando levado a refletir sobre essa negativa, João dizia: “que ser como o pai seria se transformar em tudo aquilo que ele mais odiava em um ser humano, ser cruel, egoísta, perverso, é tudo que eu mais repudio em uma pessoa, prefiro ser como minha mãe”.

Com base no fato clínico exposto foi possível analisar algumas das emoções relativas ao complexo de Édipo do paciente, indicando que João preferiu estabelecer uma identificação com a mãe e rechaçar a figura paterna. Portanto, ao adotar esta postura, João se esquivou de passar pelo processo de “assassinar o pai” simbolicamente em seu inconsciente (Perelberg, 2021). Ao contrário, João adota uma postura passiva, direcionando toda sua agressividade para o próprio corpo, conforme narrado no fato clínico a seguir: “depois de ouvir meu pai falar tudo isso de macho alfa, eu fui para meu quarto, se tranquei e comecei a se cortar”. O fato de não suportar a culpa relacionada aos afetos hostis que tem pelo pai, sua agressividade volta-se para seu próprio corpo através da prática da autolesão, tomando a via da moção masoquista (Freud, 1924/2011).

Em outra sessão, João entra no consultório e se joga na poltrona e já vai logo dizendo que não está bem. “Fiquei pensando naquilo que você me disse na semana passada, sobre eu me cortar como uma forma de punição sobre o que eu sinto pelo meu pai”. E como foi? “Horrível, não sei se ajudou muito a saber disso. Quero dizer que faz sentido, mas por que será que eu não desconto isso nele em vez de em mim”. Segundo Peralberg (2021), alguns pais com traços de personalidade narcisista impõem barreiras quando se trata de estabelecer identificações e desenvolver a capacidade de reparação diante dos conflitos que atravessam a relação pai-filho, resultando na regressão psíquica do filho e na sensação de impotência vivido por ele. Este fenômeno pode ser observado no fato clínico a seguir:

João relata que não entende como age totalmente diferente na presença do pai. Comenta que na maioria das vezes se vê como uma criança ainda quando está junto à figura paterna. Sente-se pequeno, frágil, impotente, e isso influencia a relação de ambos na opinião de João, pois isso não permite que o pai veja por de trás da máscara.

Em termos contratransferenciais, o psicoterapeuta observa que a mesma dinâmica ocorre no *setting* entre ele e João. O psicoterapeuta descreve para sua supervisora clínica:

Às vezes, sinto que João faz o mesmo comigo, se apresenta de forma regredida, infantilizada, quase que demandando uma atenção neonatal. Isso se manifesta fisicamente quando ele se encolhe na poltrona onde se senta e assume uma postura corporal que lembra a posição fetal. Quando isso ocorre, geralmente ele fica em silêncio e balbucia uns sons estranhos e sem significados.

O estado regredido de João demonstra a incapacidade de colocar em curso sua potência e se afirmar enquanto sujeito autônomo, ao passo que também garante que não irá passar por uma experiência de frustração devido ao complexo de castração, sobretudo por não se colocar em evidência, agindo sempre de forma impotente, frágil e infantilizada. Transferencialmente, no *setting*, João parecia se esquivar e evitar o ataque ao totem-pai-psicoterapeuta, já que atravessar esta fronteira remete a um lugar de angústia, por entender a aquisição do falo como o “assassinato do pai” (Freud, 1912-1913/2012).

Esta experiência é causadora de tamanha angústia em João que ele passa a verbalizar fantasias de autocastração. No fato clínico a seguir relata uma alucinação que remete ao desejo de castrar a si mesmo:

Quando sinto isso, é como se eu precisasse matar ou destruir esse outro que não sou eu, então começo a me cortar, e tenho muita vontade de mutilar meu pênis. Hoje de manhã quando estava me preparando para ir à escola, fiquei me olhando no espelho e juro

que vi, como se fosse real, eu pegando a tesoura e cortando meu pênis fora.

Diante da fala de João, o psicoterapeuta pergunta a ele se esse “outro” (sic) não seria um lado dele que se identifica com o pai, que ele teme ser tão cruel como o seu pai. Nas palavras do paciente, “sim, na verdade não é apenas meu pênis, mas também, uma parte de mim que eu quero matar, uma parte que pode me fazer se tornar como meu pai é” (sic). Neste momento, foi possível a elaboração e a comunicação de um fato clínico psicanalítico, posteriormente confirmado por João, de que se tratava de ele tentar negar sua masculinidade como uma forma de se proteger da identificação com o seu pai, a qual resultaria na rivalidade entre ambos na disputa pela mãe, culminando, por fim, em uma possibilidade de elaboração do complexo de Édipo através da castração. Contudo, diante da possibilidade de assassinar o pai psiquicamente, João recua perante esta angústia, decide se igualar à mãe e não desafiar o pai, possibilitando assim, talvez, se transformar em objeto de desejo do pai.

Passados alguns anos do encerramento daquele atendimento, o psicoterapeuta entra em contato com João com a finalidade de solicitar autorização para utilizar o material clínico em uma pesquisa. Nesse momento, o psicoterapeuta é surpreendido pelo fato de João ter passado por uma grande transformação. Ele havia se submetido a uma cirurgia de redesignação sexual, resultando de fato na castração do pênis e na construção do órgão genital feminino. A escolha pela autocastração parece demonstrar que havia optado por sacrificar seu próprio falo em vez de matar o pai psiquicamente (Perelberg, 2021). Assim, literalmente, passando da fantasia ao ato.

Considerações finais

Ao longo do processo psicoterapêutico, foi possível perceber diferentes nuances do sofrimento relatado pelo paciente. As

dificuldades de relacionamento com a figura paterna, vivenciadas de forma intensa durante o complexo de Édipo, parecem ter sido a mola propulsora para o início das manifestações de automutilação, que culminaram na ablação do genital. Certamente, outros aspectos poderiam ter sido explorados, considerando diferentes hipóteses interpretativas relacionadas às questões de gênero, do ponto de vista da Psicanálise.

Entretanto, pretendeu-se, no presente estudo, ressaltar a intensidade das dores psíquicas e algumas das possibilidades de interpretação dos fatos clínicos vivenciados naquele contexto. Nesse sentido, também refletir sobre as implicações da automutilação como forma de aliviar a dor psíquica.

Referências

Araújo, J. F. B., Chatelard, D. S., Carvalho, I. S., & Viana, T. de C. (2016). O corpo na dor: Automutilação, masoquismo e pulsão. *Estilos Clínicos*, 21(02), 497–515. doi <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i2p497-515>

Ahumada, J. L. (1994). O que é um fato clínico? A psicanálise clínica como método indutivo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 28(4), 635-656.

Barbosa, V., Di Lollo, M. C., Zerbetto, S. R., & Hortense, P. (2019). A prática de autolesão em jovens: uma dor a ser analisada. *Revista Mineira de Enfermagem*, 23(1) e-1240, 1-8. doi 10.5935/1415-2762.20190088

Brandão Junior, P. M. C., & Canavêz, F. (2018). O corpo na contemporaneidade: notas preliminares sobre a prática de autolesão em adolescentes. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 7(13), 179-191. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972018000200004

Freud, S. (2011a). O eu e o id. In: S. Freud. *Obras completas de S. Freud* (vol. 16, p. 13-74). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923).

Freud, S. (2011b). O problema econômico do masoquismo. In: S. Freud. *Obras completas de S. Freud* (vol. 16, p. 184-202). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1924).

Freud, S. (2011c). A dissolução do complexo de Édipo. In: S. Freud. *Obras completas de S. Freud* (vol. 16, p. 203-213). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1924).

Freud, S. (2012). Totem e tabu. In: S. Freud. *Obras completas de S. Freud* (vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1912-1913).

Freud, S. (2015). O romance familiar dos neuróticos. In: S. Freud. *Obras completas de S. Freud* (vol. 8, p. 419-424). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1909).

Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: S. Freud. *Obras completas de S. Freud* (vol. 6). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905).

Fulgencio, L. (2018). As especulações metapsicológicas de Freud. In: *A bruxa metapsicológica e seus destinos*, p. 33-74. São Paulo: Blucher.

Miguel, J. R., & Braga, H. R. (2021). Édipo e castração: aspectos atinentes a constituição do sujeito. *ID on line. Revista de Psicologia*, 15(57), 532-561. Recuperado de <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3239>

Perelberg, R. J. (2021). *Pai assassinado, pai morto: Revisitando o complexo de Édipo*. São Paulo: Blucher.

Quinet, A. (2015). *Édipo ao pé da letra: Fragmentos da tragédia e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Quinodoz, J.-M. (1994). Fatos clínicos ou fatos clínicos psicanalíticos? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 28(4), 613-634. Recuperado de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=169075&indexSearch=ID>

Quinodoz, J.-M. (2007). *Ler Freud: Guia de leitura da obra de S. Freud*. Porto Alegre: Artmed.

Renik, O. (1994). Publicação de fatos clínicos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 28(4), 811-820.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Zahar.

Silva, C. M., & Macedo, M. M. K. (2016). O método psicanalítico de pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 520-533. doi: 10.1590/1982-3703001012014

Sófocles. (2017). *Édipo Rei: Antígona*. São Paulo: Martin Claret.

Tuckett, D. (1994). Conceituação e comunicação de fatos clínicos em psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 28(4), 603-612.

Vollmer Filho, G. (1994). A conceitualização do fato clínico psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 28(4), 673-685.

Capítulo 13

Menopausa e Psicanálise: Algumas considerações

Natália Delatim Ortiz
Silvia Nogueira Cordeiro

Introdução: menopausa em questão

Diversas pesquisas vêm sendo realizadas sobre especificidades que figuram a mulher como protagonista. Temas como a sexualidade feminina, a maternidade, o corpo da mulher e seus processos de adoecimento, entre outros, são analisados sob o olhar de muitas áreas e campos científicos. A psicanálise, desde Freud até os psicanalistas contemporâneos, também se debruça sobre os enigmas da mulher e do feminino e possui uma extensa produção sobre seus múltiplos atravessamentos.

Notamos, entretanto, que estudos sobre o climatério e a menopausa, processos inerentes ao ciclo biológico da mulher, ainda são realizados de forma restrita por uma parcela pequena da comunidade científica. A menopausa é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996) como o último ciclo biológico da fase reprodutiva feminina; o climatério refere-se ao período em que surgem as irregularidades menstruais, podendo se estender de antes da menopausa até um ano seguinte a ela, fase em que os diversos sintomas associados à menopausa costumam aparecer.

Os resultados de uma revisão integrativa recente sobre menopausa e sexualidade, de Crema, Tulio e Campos (2017), ilustram também como o tema é tomado pela sociedade e, conseqüentemente, pelas próprias mulheres brasileiras ainda hoje: existe uma frequente associação da sexualidade feminina aos aspectos biológicos e reprodutivos (mulheres jovens e férteis),

sendo que a menopausa e o envelhecimento feminino são frequentemente associados a patologias e possibilidades medicamentosas. Verifica-se, assim, um número reduzido de produções científicas voltadas à sexualidade das mulheres idosas. Concluindo, informações insuficientes e declínio da atratividade e do exercício sexual marcam a imagem e a vida dessas mulheres.

Fica evidente, portanto, que há uma priorização, no campo científico, de pesquisas acerca de patologias prevalentes na menopausa e de sua medicalização, associando-a com um processo patológico (Trench & Santos, 2005), além da existência de uma conotação negativa, caracterizada por perdas irreparáveis, que marca o olhar e o discurso sobre a menopausa em nossa sociedade. Cabral (2001) tece uma crítica a um outro campo, que, de acordo com a autora, corroborou essa ideia negativa em relação ao tema: o da Psicanálise. A autora cita psicanalistas pós-freudianos que definiram a menopausa como perda da feminilidade, ou por meio de outras perdas: da capacidade reprodutiva, da libido, dos filhos já nascidos.

Mucida (2004) também frisa que a menopausa foi tratada pela psicanalista Helene Deutsch como uma grande perda simbólica sofrida pelo sujeito, sem possibilidades de elaboração e compensação. Em 1924, Deutsch trata da questão da menopausa em um artigo homônimo, em que parece realmente ter uma visão não muito generosa sobre o destino das mulheres que passam pelo climatério, como será trabalhado no terceiro tópico deste trabalho.

O presente capítulo parte dessa crítica ao campo da psicanálise no que diz respeito ao tratamento do fenômeno da menopausa, sendo também fruto de uma pesquisa de Mestrado¹ que abordou o fenômeno da menopausa à luz da teoria psicanalítica - esta orientada, principalmente, pelos ensinamentos de Freud, Lacan e alguns psicanalistas contemporâneos que se propuseram a tratar

¹ Pesquisa intitulada "Da menopausa como o estranho ao estranho da menopausa: Contribuições psicanalíticas", realizada no Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

do tema. Esse texto se configura como um recorte que visa abarcar e transmitir algumas questões surgidas no decorrer da referida pesquisa.

O objetivo do capítulo é retomar algumas produções psicanalíticas a respeito do tema da menopausa, em busca de uma problematização da questão em nosso campo. Para tanto, retomaremos contribuições de Freud a respeito do tema em sua obra, para, então, seguirmos com as proposições de psicanalistas pós-freudianos e contemporâneos que trataram do tema, alcançando, assim, as considerações finais.

Um retorno a Freud

Sigmund Freud, fundador da Psicanálise, chegou a tecer algumas considerações específicas acerca do evento do climatério/menopausa ao longo de sua obra. Sua primeira menção ao assunto encontra-se no artigo denominado *Sobre os fundamentos para destacar da Neurastenia uma síndrome específica denominada 'Neurose de Angústia'*, escrito entre 1894 e 1895. Nesse texto, o ainda neurologista Freud descreve a sintomatologia clínica, que ele observa em seus pacientes, referente a um quadro de adoecimento que ele denomina *neurose de angústia*. Então, levanta hipóteses de qual seria a causa etiológica desse tipo de padecimento, mencionando o climatério no trilhar de sua escrita.

Ao propor que a etiologia da neurose de angústia é sexual, Freud (1894-95/1996) vai elencando, separadamente, os possíveis fatores envolvidos no desenvolvimento desse quadro em homens e mulheres. Em relação às mulheres, o autor cita: “Angústia no climatério, durante o último grande aumento da necessidade sexual” (p. 102), pontuando, portanto, que mulheres que estão passando pelo climatério estão mais susceptíveis a apresentar sintomas de neurose de angústia. Na menopausa, a mulher estaria, então, mais propensa a desenvolver uma neurose de angústia por um aumento indevido e inesperado de sua libido, tomada como uma necessidade sexual endógena.

Em 1912, Freud avança e, no artigo *Tipos de desencadeamento da Neurose*, descrevendo que, se a necessidade de amor libidinal de um sujeito foi satisfeita por algum objeto da realidade de forma suficiente, e, por algum motivo, este objeto externo se perde sem que um substituto possa ocupar seu lugar, uma neurose pode entrar em curso. Neste caso, a libido pode sofrer um processo de introversão e voltar-se ao mundo da fantasia, ou mover-se num curso de regressão, almejando satisfações infantis. De qualquer forma, o novo conflito será solucionado via formação de sintomas e adoecimento (Freud, 1912/1996).

Contudo, se, nessa primeira descrição de um processo de frustração, há o adoecimento neurótico por uma mudança externa de objeto investido, num segundo caso a doença poderia vir por uma demanda interna de adaptação a uma nova realidade: a neurose se desencadearia por uma inflexibilidade em trocar uma satisfação por outra frente a uma situação de desenvolvimento usual externo. Ademais, um terceiro fator preponderante de uma neurose estaria relacionado a uma inibição do desenvolvimento da libido, em que nunca houve, portanto, o abandono das fixações infantis (Freud, 1912/1996).

Ao introduzir o quarto fator potencialmente produtor de neurose, Freud (1912/1996) cita a menopausa. O autor descreve pessoas que, até aquele momento, haviam sido sadias e não sofreram das três outras situações citadas anteriormente e que, neste caso, uma mudança teria se realizado nesses indivíduos, por terem atingido um período específico de suas vidas:

[...] em conformidade com processos biológicos normais, a quantidade de libido em sua economia mental experimentou um aumento que em si é suficiente para perturbar o equilíbrio da saúde e estabelecer as condições necessárias para uma neurose. É notório que aumentos mais ou menos súbitos de libido deste tipo acham-se habitualmente associados à puberdade e à menopausa – quando as mulheres chegam à determinada idade [...]. (p. 256)

Freud (1912/1996) fala, neste ponto, de uma frustração relativa (não total) da libido, mas que, se ela exigir do Ego quantidades de satisfação superiores às quais ele consegue satisfazer, poderá haver regressão e adoecimento, como nos três outros casos. O autor chama a atenção para o fator quantitativo envolvido nesses tipos de adoecimento, que ocorrem devido ao represamento de uma libido em excesso, por não poder ser desviada de forma adequada com os meios que já tem à sua disposição.

Em um de seus últimos artigos que trata estritamente de aspectos técnicos da psicanálise, intitulado *Análise Terminável e Interminável*, Freud (1937/1996) também frisa a importância do fator econômico na abordagem dos conceitos psicanalíticos que, de acordo com ele, foram negligenciados em favor dos fatores dinâmico e topográfico. Dessa forma, convoca a importância do fator quantitativo na causação das doenças neuróticas e fala da força pulsional envolvida, na vida da mulher, na fase da menopausa.

Como já havia escrito em outros artigos, Freud (1937/1996) faz uma comparação do momento da puberdade, no desenvolvimento dos indivíduos, com o advento da menopausa para a mulher. Esses dois períodos teriam em comum um aumento da força pulsional até então empregada, e atuariam como “reforços fisiológicos da pulsão” (p. 242), podendo, portanto, encadear um adoecimento neurótico. Sendo assim, se a exigência pulsional reforçada quantitativamente, nesses momentos, não encontrar uma via de satisfação suficiente para amansá-la, ela seguirá cursos independentes de obtenção de satisfações substitutivas, nem sempre desejáveis ao sujeito.

Percebemos que, no decorrer da obra freudiana, o climatério e a menopausa sempre apareceram relacionados a um potencial desenvolvimento de quadros de angústia na mulher, da mesma forma que ocorre na puberdade. Entretanto, se, no início de seus escritos, o autor aponta o aumento da libido via aumento da necessidade sexual como fator causal do processo (Freud, 1894-95/1996), no último artigo citado, Freud (1937/1996) reposiciona a

questão ao campo pulsional, mesmo que ainda a tomando por seu fator quantitativo.

Partindo dessas menções do fundador da psicanálise à menopausa e suas consequências psíquicas na mulher, psicanalistas pós-freudianas se dedicaram a investigar a questão. Seguimos a algumas delas.

Da psicanálise pós-freudiana à contemporânea

Helene Deutsch, psicanalista e amiga de Sigmund Freud, escreveu seu primeiro livro sobre psicanálise e feminilidade em 1924, traduzido para o inglês como *Psychoanalysis of the Sexual Functions of Women* (Psicanálise das Funções Sexuais das Mulheres), em que volta os olhares às questões relativas ao feminino. Nomeia o último capítulo da obra com o título *The Menopause* (A Menopausa) e propõe um seguimento das ideias fecundadas por Freud sobre esse período da vida da mulher, inserindo, também, suas próprias contribuições ao tema.

Deutsch (1924/1984) inicia o capítulo definindo o momento da menopausa como o último grande trauma do desenvolvimento sexual feminino, caracterizando-o como uma incurável ferida narcísica na vida da mulher que envelhece. Para a autora, as mudanças fisiológicas em curso nessa fase representam, assim como na puberdade, um aumento libidinal; entretanto, se, na puberdade, esta fase pode representar uma construção de outras vias de satisfação, na menopausa, só o caminho da regressão libidinal para posições de satisfação infantis seria viável. Desta forma, a libido, na menopausa, não possuiria mais possibilidades de catexização como em outros períodos, além de apresentar uma capacidade reduzida de sublimação.

Os pensamentos de Deutsch (1924/1984) seguem indicando o climatério e a menopausa como um período de crise e consequente perda de feminilidade da mulher. Este movimento seria ocasionado por uma desvalorização da vagina, tanto pela perda de seu valor por uma incapacidade reprodutiva quanto pela

dificuldade que a mulher mais velha teria em encontrar objetos de satisfação substitutivos, justamente num momento em que o aumento libidinal exige, de forma narcísica, uma necessidade maior, por ela, de ser amada e desejada.

Haveria, portanto, uma regressão à fase fálica, caracterizada pelo retorno da masturbação clitoridiana e por uma posição mais infantilizada da sexualidade da mulher, que recusa a realidade e se volta a fantasias de satisfação narcísicas. Ao final de seu artigo, Deutsch (1924/1984) apresenta dois caminhos possíveis ao desenvolvimento psíquico da mulher na menopausa:

Dois caminhos restam abertos à mulher que podem protegê-la contra a desconsolação da velhice: a continuação da maternidade psíquica em relação ao mundo exterior ou a constituição bissexual, agora biologicamente revivida, que frequentemente também emerge na aparência física da mulher idosa; por meio disso, as relações masculinas com a vida podem ser mantidas após o desaparecimento final da feminilidade. (p. 61, traduzido pelos autores)

Assim, às mulheres menopáusicas restaria ocupar uma posição dita masculinizada ou manter uma função de maternidade psíquica nas suas relações; não haveria espaço, portanto, para a feminilidade por outras vias. Além disso, como pontuou Bemesderfer (1996), para toda a base do pensamento psicanalítico sobre a menopausa naquele momento, a perda da capacidade de poder gerar um filho ocasionaria, de forma inevitável, um quadro depressivo. A depressão seria resultado de um retorno irrevogável a um narcisismo feminino, induzido pela recolocação, como na puberdade, do complexo de castração para a mulher (Bemesderfer, 1996).

Bemesderfer (1996) propõe uma visão revisitada para a menopausa e, para tal, parte de um ponto de vista psicanalítico que pretende subverter as bases freudianas do complexo de castração como fator determinante do desenvolvimento feminino, como o é no homem. Para essa psicanalista, a menstruação, na puberdade,

não seria uma evidência da castração (ou da perda de algo), mas, sim, a primeira confirmação, para a jovem mulher, de uma identificação feminina positiva com a mãe: “sangue = prova de que tudo está funcionando como deveria e de que os temores de ser assexuada ou desfeminizada são infundados” (p. 356, traduzido pela autora).

De acordo com Bemesderfer (1996), existem, sim, muitas semelhanças entre o período da puberdade e da menopausa, tais como as mudanças hormonais, a labilidade emocional, as transformações corporais e uma alta propensão à fantasia. Entretanto, as fantasias na menopausa são voltadas a um esvaziamento, devido à factual perda da função reprodutora. Se, da puberdade ao climatério, a mulher se orientou por uma noção de ciclo que tem começo, meio e fim (ciclo menstrual), a menopausa interrompe isto e cria um espaço que ficará vazio, não mais preenchido pelos óvulos reprodutores, mas que pode encontrar outras formas de preenchimento.

Portanto, para essa autora, a menopausa pode, sim, resultar num processo depressivo ou numa ansiedade de castração, que, de forma consequente, pode atingir a mulher sob a forma de perda de criatividade e produtividade. Mas um processo de menopausa ‘normal’, tal como um processo de entrada na menarca sem problemas significativos na puberdade, pode se configurar também como mais uma confirmação de sua identidade feminina e de um processo considerado natural do ciclo da vida da mulher (Bemesderfer, 1996).

Percebemos que Bemesderfer (1996) analisa a menopausa e sua incidência para a mulher baseando-a numa dicotomia entre um processo que pode ser normal/natural ou outro, que trataria de um processo patológico. Mesmo concebendo outras saídas para a mulher menopáusica que vão além da perda da feminilidade, a autora parece positivar a questão, visão que, a nosso ver, tampona algumas possibilidades interessantes de entrada da psicanálise.

Assim como a psicanalista Marie-Christine Laznik (2003) o fez mais recentemente, Bemesderfer (1996) levantou possíveis motivos

por haver tão poucos estudos e relatos clínicos de psicanalistas sobre o período da menopausa e suas possíveis consequências psíquicas para a mulher. Para ela, a dificuldade em diferenciar os efeitos da menopausa e do envelhecimento é um dos motivos, assim como a relutância dos pacientes, mas também dos próprios psicanalistas, em discutir a menopausa e suas implicações. Com base em sua experiência clínica, Bemesderfer (1996) nos lembra que boa parte das pacientes falam da menopausa, em análise, por meio da sintomatologia médica, e, os psicanalistas, por algum motivo, resistem a ir além na investigação.

Laznik (2003) também contribui para as discussões sobre o tema e, como pontuado, inicia suas considerações incitando a questão do porquê os psicanalistas maltrataram a menopausa, relegando o tema a um lugar de denegação em sua teoria e clínica. A psicanalista constata que as questões sobre a sexualidade e o desejo das mulheres menopáusicas são raramente evocadas, sendo que acaba restando a esta mulher um lugar de velhice - mesmo que, cronologicamente, nos marcadores socialmente instaurados, há em média quinze anos entre o início do climatério e a entrada na terceira idade.

Para a autora, se há um escamoteamento entre a menopausa e a velhice, que visa arrebatado um longo tempo cronológico por outro, lógico, há uma função psíquica nisso: a de fazer desaparecer algo irrepresentável. Pontua que a capacidade de procriar, enquanto existente na mulher, pode suportar uma fantasia fálica de obstáculo à morte, como se, inconscientemente, a partir do marco na menopausa, nada mais faça barreira ao transcorrer do tempo em direção à aniquilação final (Laznik, 2003).

Entretanto, Laznik (2012) defende que existe algo a mais que relega à menopausa um lugar de tabu, indo além das questões relativas à passagem do tempo e a finitude. Retoma Freud e Deutsch para nos lembrar que há um aumento das pulsões sexuais neste momento da vida da mulher, como na puberdade, no segundo tempo do Édipo na menina. E a menopausa seria, portanto, um terceiro momento edípico da mulher, no qual

fantasmas incestuosos, que não mais podem ser voltados ao pai, se direcionam ao filho, colocando-o como objeto de desejo (Laznik, 2003; 2012).

Mesmo que, em muitos momentos de sua obra, Laznik (2003; 2012) restrinja o sofrimento da mulher na menopausa a um aumento da necessidade sexual e a uma dificuldade, da mulher, em se reposicionar na vida sexual conjugal (questões a serem discutidas com cautela), suas contribuições foram fundamentais para a ampliação do tema por um olhar psicanalítico.

De um ponto semelhante do trabalhado por Laznik (2003), Ângela Mucida, em seu livro *O Sujeito não Envelhece* de 2004, também traz à baila a derrapagem da referência fálica, que pode advir não só no momento da menopausa, para a mulher, mas também no processo de envelhecimento do indivíduo. Para a autora, a velhice traz algo do real do tempo para o sujeito, momento em que muitos ideais que, até então, fizeram contorno a este “buraco”, podem sucumbir e destituir o sujeito de uma posição de certo conforto. Assim sendo, envelhecer – tal como outras insinuações do real² – pode reativar traços adormecidos, possibilitar o surgimento de angústia e o despertar de múltiplas defesas.

Mucida (2004) defende que a menopausa não é indiferente ao processo de envelhecimento e que, por incluir modificações corporais e incidir diretamente em mudanças e perdas para as mulheres, pode expor o ser falante ao inconsciente em sua realidade sexual. A menopausa se configuraria como um dos nomes do real que surge na velhice, motivo pelo qual Freud a relaciona com a angústia (que a autora delimita como outro nome do real), quando se propõe a tratá-la em seus artigos técnicos.

Mesmo o discurso médico tomando-a como um fenômeno natural, a menopausa e o climatério, à luz da psicanálise, devem ser considerados significantes, atravessados inclusive por um fato

² Conceito tratado por Jacques Lacan no decorrer de sua obra como um dos registros de apreensão da realidade, ao lado do simbólico e do imaginário. Neste capítulo, nos interessa o conceito de real da castração.

social historicamente construído, e que incidem diretamente na vida das mulheres. O equívoco em se tomar a menopausa como uma patologia é prever que aquela se inscreveria de maneira uniforme em todas as mulheres e tomá-las como um grupo generalizado, de forma que se escamoteie a força simbólica de entrada do significante para o sujeito (Mucida, 2004).

Lacan (1955-56/1988) nos diz que o significante é um sinal que não remete a objeto algum, sendo, portanto, o sinal de uma ausência. Assim, um significante sempre se remete a outro significante (em sua ausência), da mesma forma que se estrutura a linguagem. E completa:

A linguagem começa na oposição – o dia e a noite. E a partir do momento em que há o dia como significante, esse dia é entregue a todas as vicissitudes de um jogo por meio do qual ele acabará por significar coisas bem diversas. Esse caráter do significante marca de maneira essencial tudo o que é da ordem do inconsciente. (p. 197)

Ao tratarmos a menopausa como significante, a inserimos no campo do inconsciente. Entretanto, Mucida (2004) nos lembra que os significantes, por si só, não significam nada e só terão alguma apreensão pelo sujeito se relacionados a outros significantes na cadeia particular de cada um. Sendo assim, mesmo que a menopausa possa se reduzir, para algumas mulheres, a uma perda fálica via queda das insígnias da sedução ou perda da capacidade de gerar um filho (como já assinalado neste trabalho por alguns psicanalistas), para outras, pode significar alívio ou libertação sexual sem o fantasma da maternidade.

De qualquer forma, Mucida (2004) concorda com Freud quando este pontua que a menopausa e o climatério são momentos propícios ao surgimento da angústia, mas afirma que o aumento libidinal citado por ele neste momento da vida da mulher não deve ser tomado como um aumento do desejo sexual propriamente dito. Há, sim, uma exigência pulsional diferenciada que pode ter a força de desorganizar uma cadeia significante que estava

aparentemente, até o momento, organizada. Desta forma, a psicanalista retira o fator quantitativo da libido como central no possível aparecimento de sintomas na mulher menopáusicas e direciona a discussão para outro lugar:

[...] o perigo em questão é do encontro do sujeito com o real da castração já que – como assinalado – não há um significante para nomear o sexo feminino. O tabu erigido em torno do feminino, da mulher, parece-nos semelhante àquele exibido no tocante à sexualidade do idoso, pois esta também expõe o real da castração e o limite a que todos nós estamos submetidos. (p. 159)

Por este olhar, podemos pensar a psicanálise da mulher na menopausa a partir do encontro com o real da castração. Para Mucida (2004), esse encontro pode se expressar, diante do reforço pulsional, pela frequência dos traumas, pelo surgimento da angústia ou pelo efeito da atualização dos primeiros traços já adormecidos no sujeito em questão. Entretanto, esse despertar, entre outros destinos, pode possibilitar que o sujeito vá além da barra ao sentido que a menopausa pode inserir, e o direcionar a um trilhamento de outras formas de fazer inscrever seu desejo.

Psicanálise e menopausa: considerações finais

Diante do conteúdo discutido até aqui nota-se que a menopausa se vincula, em nosso contexto histórico e social, com perdas e transformações que podem ter efeitos diversos nas mulheres que a experienciam. Entre estes efeitos, a angústia se destaca e atravessa as reflexões psicanalíticas acerca da questão, desde os apontamentos de Freud até os de psicanalistas contemporâneos a este trabalho. Mucida (2004) considera a experiência da angústia como resultante do encontro do sujeito com o real da castração, em que os registros do imaginário e do simbólico estão, momentaneamente, incapacitados de dar um suporte apropriado.

Mucida (2004, p. 105), ao tratar do tema da velhice, cita a experiência da estranheza que o sujeito pode vir a sentir no decorrer de seu envelhecimento:

Tudo isso, tocando o narcisismo, a imagem, o real e o familiar, toca, impreterivelmente também a velhice no que ela nos é familiar – envelhecemos desde sempre – e naquilo que ela é estranha, estrangeira. Traços marcados retornam, muitas vezes apartados de um saber que horroriza.

Esse susto do envelhecimento, proposto pela psicanalista, parece se aplicar também à experiência da menopausa: esta pode remeter àquela no que diz respeito a essa aproximação com o real, diante do qual o sujeito pode se ver desamparado. Na menopausa, portanto, a mulher pode experimentar a queda de seu ideal, podendo culminar no afeto da angústia. Caso ocorra, a queda se dará, de acordo com Mucida (2005), tanto pelas rápidas mudanças corporais quanto pelas perdas objetais e sociais que podem vir a termo neste momento.

Frente ao quadro de perdas inevitáveis, Mucida (2005) defende que reviver o passado pode ser uma forma de investimento na vida, mas viver a vida num passado idealizado pode, também, paralisar os investimentos libidinais no presente. Dessa forma, para fugir de um quadro depressivo ou de um processo libidinal regressivo, como previsto por psicanalistas pós-freudianos, a mulher menopáusica deverá encontrar meios pelos quais sua libido poderá seguir em engrenagem.

Apostamos que a menopausa deve ser tratada como um significativo, tese que pode sustentar um redirecionamento das análises do fenômeno. Se, para alguns psicanalistas (Bemesderfer, 1996), a menopausa levaria a mulher para caminhos de melancolia, depressão e regressão, propomos aqui que, à mulher menopáusica, é possível voltar a desejar. Dessa forma, concluímos que o encontro com o real da menopausa, como propõe Mucida (2004), pode fazer

o sujeito despertar (impondo-lhe uma barra ao sentido), e, para o tratamento do real, a psicanálise é, ainda, uma via possível.

Referências

Bemesderfer, S. (1996). A Revised Psychoanalytic View of Menopause. *J. Am. Psychoanal. Assoc.*, (44), 351-369.

Cabral, M. das M. C. (2001). Situando a menopausa: Tempo, nomenclatura e tipologia. *Revista Interlocuções*, 1(1), 65-85.

Crema, I. L., Tilio, R. de, & Campos, M. T. de A. (2017). Repercussões da Menopausa para a Sexualidade de Idosas: revisão integrativa da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 37(3), 753-769.

Deutsch, H. (1984). The menopause. *International Journal of Psychoanalysis*, (65), 55-62. (Trabalho original publicado em 1924).

Freud, S. (1996). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “Neurose de Angústia”. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 3, pp. 91-118), Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894-95).

Freud, S. (1996). Tipos de desencadeamento da neurose. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 247-255), Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).

Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 225-270), Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).

Lacan, J. (1988). *O seminário, Livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-56).

Laznik, M-C. (2003). *O complexo de Jocasta: Feminilidade e sexualidade pelo prisma da menopausa*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Laznik, M-C (2012). O complexo de Jocasta. *Estudos de Psicanálise*, (37), 79-92.

Mucida, A. (2004). *O sujeito não envelhece: Psicanálise e velhice*. São Paulo: Autêntica.

OMS - Organización Mundial de la Salud. (1996) *Investigaciones sobre la menopausia en los años noventa*. Recuperado de <https://apps.who.int/iris/handle/10665/41984>

Trench, B., & Santos, C. G. dos. (2005). Menopausa ou menopausas? *Saúde e Sociedade*, 14(1), 91-100.

Capítulo 14

A via *crucis* da criança vítima de abuso sexual em busca de cuidado e proteção¹

Cassandra Pereira França
Diego Henrique Rodrigues
Raquel de Paiva

Introdução

O presente capítulo tem a finalidade de discutir as situações que envolvem o atendimento às vítimas de abuso sexual e a necessária adequação do conceito de *setting* analítico, quando atuamos de forma articulada com a rede de proteção integral às crianças e adolescentes. Levaremos em conta diferentes situações envolvendo os serviços que compõem essa rede assistencial no contexto das políticas públicas relacionadas ao eixo jurídico e no âmbito da Assistência Social e da Saúde. A partir de nossa experiência no atendimento desses casos no Projeto CAVAS/UFMG², foi possível observar uma tendência à confusão

¹ Capítulo elaborado à partir dos trabalhos apresentados no IV Simpósio Nacional do Grupo de Trabalho “Psicanálise e Clínica Ampliada” (2021): “O encontro da equipe de saúde com a subjetividade materna no contexto do abuso sexual incestuoso” (Dissertação de Mestrado de Raquel de Paiva, bolsista do CNPQ), e “O *setting* analítico e a rede de proteção a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual” (Pesquisa de Doutorado de Diego Henrique Rodrigues) – ambos orientados pela Dra. Cassandra Pereira França, no PPG/PSI/UFMG.

² O Projeto CAVAS/UFMG é um projeto de pesquisa e extensão que oferece atendimento psicoterápico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e desenvolve pesquisas no âmbito da graduação e da pós-graduação. Implantado em 2004, pela Prof. Dra. Cassandra Pereira França, no Departamento de Psicologia

de papéis por parte dos profissionais assistenciais, em vários momentos do percurso da criança pela via *crucis* que se instala a partir da revelação do abuso. O caráter iatrogênico desse imbróglio exige o desvelamento de suas motivações, razão pela qual a Psicanálise é convocada e pode fornecer valiosas chaves de leitura.

Abuso sexual infantil é uma temática de insurreições, a ela se dirigem respostas sociais inflamadas, que promovem produções midiáticas a serem apropriadas com diferentes fins: desde a manipulação de sensibilidades até a efetivação de políticas públicas consistentes. Pela capilaridade afetiva que as situações de abuso carregam, não é difícil supor as suas repercussões no cerne da própria rede de cuidados que se compõe, essencialmente, por pessoas com suas respectivas histórias de vida, muitas delas marcadas por diversas formas de abuso, que remetem às fragilidades próprias da infância de todos nós. Esta é, sem sombra de dúvida, uma importante questão para a Psicanálise que, desde suas origens, esteve implicada na busca por diferentes espaços (além do *setting* clássico), para ofertar uma acolhida ao sofrimento humano.

A gênese dos traumatismos

O trauma está presente na teoria psicanalítica no entroncamento da dinâmica subjetiva: intrapsíquico e intersubjetivo; estruturante e disruptivo. Seja qual for o sentido a que ele se refira, a sua constituição sempre se dará a partir de um excesso que obstaculiza o processo de simbolização e impede os desígnios do recalçamento. Parece não haver discordância entre Sándor Ferenczi e Sigmund Freud quanto ao mecanismo intrapsíquico do trauma (a questão do excesso) – no entanto, o que diferencia os posicionamentos teóricos é a forma de concepção da traumatogênese. Enquanto Freud tratou da etiologia do trauma como um mecanismo intrapsíquico (“não acredito mais na minha

da UFMG, o projeto capacita estudantes e profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil.

neurótica”), Ferenczi apostou na ambiência traumática e no encontro intersubjetivo para desvendar os efeitos da “confusão de línguas” – o que o colocou, segundo Mezan (1996) na posição de precursor da escola das relações de objeto.

A cadeia da qual os afetos traumáticos se desprendem, em função de um acontecimento atual, apresenta lacunas dissidentes do tempo e das representações, que constituem memórias sensoriais às quais Freud denominou “*fueros*” (FREUD, 1897/1985) em sua carta a Fliess. Essas impressões, experimentadas em estações mentais longínquas, constituem refúgios diante de posteriores impactos provocados pelos golpes da vida e que foram bem exploradas por Ferenczi, afinal, “(...) a traumatogênese ferencziana sugere que todo trauma é, efetivamente, um retraumatismo - há sempre um segundo tempo traumático, muitas vezes mais funesto ainda que o primeiro” (França, 2020, p. 73).

Ferenczi denunciou a nocividade que o ambiente pode ter para o psiquismo em estado *nascendi* quando não respeita a singularidade da subjetividade que se constitui na interação da criança com aqueles adultos encarregados dos cuidados. Por não serem acessíveis à linguagem dos pequenos, muitas atitudes dos adultos reverberam em mensagens confusas e confundidoras que extravasam a disposição mental para a integralização dessas experiências a um campo de sentidos, provocando excessos traumáticos. A criança que não é bem recebida no plano afetivo pelos objetos primordiais fica sem um “colchão protetor” para amenizar os impactos traumáticos e sem a possibilidade de conectar a pulsão de vida. Tanto é que um fator agravante para o traumatismo, segundo Ferenczi (1933/2011), é o “desmentido”, ou seja, quando o adulto não consegue ter sintonia psíquica com o sofrimento da criança e assim fica impedido de acreditar na sua versão dos fatos.

Assim como em Freud, a temporalidade do trauma ferencziano não está ancorada em uma sequência de nexos causais, passíveis de serem apreendidos pela evidência empírica. Mas há, sim, uma sequência de eventos externos que desenham uma

realidade a ser introjetada, ou não, pelo aparelho psíquico do sujeito. No primeiro momento, há um torpor causado por uma “força estranha” que, ao contrário do que alude o poema-canção “Força Estranha” (VELOSO, 1978), não impulsiona para o canto que insiste em narrar, ressignificar e encantar. Essa força é estranha à criança porque parte daquele “que conhece o jogo” que ela não sabe jogar, razão pela qual é um jogo que desencanta e faz parar de querer brincar. O trauma como antítese da poesia é o trauma desestruturante, que será configurado como tal apenas no tempo posterior, quando entra em cena aquela (a mãe) que também conhece o jogo, porque foi “jogada” um dia. Lembremos que a reedição dessa herança maldita será um dos principais fatores que, estando presente, pode impedir essa mãe de acolher, qualificar e autorizar o desespero da sua criança.

De modo geral, pode-se afirmar que as crianças muito pequenas costumam parar na análise principalmente pelas fortes reações que expressam ao longo dos processos de “traumatismos estruturantes”, assim chamados os fatores exógenos que apesar da interferência no aparelho psíquico são essenciais à sua estruturação – tanto no que diz respeito à construção das paredes egóicas e à representação da alteridade, quanto no árduo trabalho de elaboração dos limites que regem a nossa existência no mundo –, processos acompanhados de “angústias castrativas”, cuja intensidade denunciará o peso retumbante que tem para cada sujeito, a aceitação das regras anônimas impostas pela cultura [o desmame, a alfabetização, o tabu do incesto...] (...) Entretanto, o assunto de que ora se quer ocupar diz respeito àqueles traumatismos que provocam efeitos devastadores na constituição psíquica da criança, deixando sequelas irreversíveis no narcisismo e na autoestima. Isso se refere aos “traumatismos desestruturantes”, que apresentam questões contundentes que merecem nossa atenção (FRANÇA, 2019, p. 77-78).

A violência sexual contra crianças constitui um dos principais “traumatismos desestruturantes” em que algo se rompe na historicidade fecunda dos seres sociais que, como tal, são capazes

de fazer dialogar o Eu e o outro, mediar o símbolo e o simbolizado e transitar entre o desamparo e a capacidade de enlutar. Outra ruptura também se faz notar de forma generalizada no cenário dos diferentes serviços da rede de atendimento aos pequenos, onde pode se observar um mal-estar generalizado no ambiente que acolhe uma criança em contexto de abuso. As atitudes frequentemente evidenciadas pelas pessoas do campo assistencial remetem à impressão de que há uma identificação maciça com a vítima de forma que a avaliação técnica fica, muitas vezes, comprometida e não se consegue construir um fluxograma objetivo que possa otimizar o percurso da família pela rede assistencial. Além de reconhecermos que essa tarefa é quase impossível por causa da singularidade de cada caso, constatamos também que há uma “confusão de línguas” que se cria entre as instituições e também entre os profissionais que ficam afetados pelas histórias impactantes que acompanham em suas rotinas de trabalho. De tal modo que, não raro, surjam encaminhamentos controversos que irão repercutir como uma grave provação à real intenção da família de denunciar o crime, proteger a vítima e responsabilizar o agressor.

A oferta de cuidado no âmbito da Saúde Coletiva

O atendimento a crianças vítimas de violência sexual, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), é feito através da integração de redes intersetoriais de enfrentamento a este importante agravo, e convoca todos os segmentos assistenciais que levam a chancela SUS. Em outras palavras, todos os estabelecimentos de saúde pública exercem a função de porta de entrada para o cuidado aos pequenos que sofrem as diferentes formas de violação sexual. Embora a atenção primária, representada pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e seus programas basilares – Saúde da Família e Agente Comunitário de Saúde – tenham efetivas ações na identificação, acolhimento e seguimento de muitos casos, optamos por abordar as

especificidades dos serviços de urgência e emergência, bem como dos ambulatórios de seguimento. A escolha se deve pela necessidade de refletir acerca das possibilidades e entraves na construção do vínculo terapêutico em contextos assistenciais distantes do território no qual estão consolidados os referenciais afetivos e identitários do paciente e sua família.

A temática do abuso sexual infantil tem implicações contundentes também no ambiente social que circunda o domicílio da vítima, sobretudo pelo fato de que o agressor é frequentemente alguém do círculo íntimo da criança. Esta é a razão pela qual denunciar o algoz não é tarefa fácil para a vítima e/ou aqueles que representam efetivamente a função protetiva, mais frequentemente a mãe. É também a razão pela qual um acolhimento adequado deve se distanciar da atitude de coagir a família a formalizar a denúncia, sob risco de onerar ainda mais o sofrimento emocional ao qual as pessoas se veem aprisionadas no ápice das vivências de estresse pós-traumático: os momentos que sucedem a revelação do abuso.

Os serviços de urgência e emergência, chamados de unidades de pronto-atendimento (UPA's), assim como os ambulatórios de seguimento, estão desvinculados da georreferência domiciliar mais imediata e são, por essa característica, mais distantes da realidade territorial dos usuários. Eles podem funcionar como um conforto em termos de garantia de "anonimato" que nutre o imaginário daqueles que, em vivências traumáticas intensas, buscam esconder-se e esconder suas questões sob o manto de um tipo de cuidado que tenha, também, uma função de proteção. Por essa razão, precisamos contar com condições emocionais mínimas, por parte da equipe assistencial das UPA's, para que seja possível o reconhecimento do estado de sofrimento do paciente, sendo esta uma expressão de empatia, sem a qual a viabilidade do vínculo terapêutico se vê comprometida.

A criança e sua mãe (presença mais frequente como fonte protetiva) terão que atravessar um percurso muito difícil: iniciam a caminhada assistencial pela classificação de risco, onde a cena da violência sofrida retorna com toda a sua intensidade pelas malhas

da memória traumática. Este é o primeiro momento em que a história do abuso é contada para um profissional de saúde, pois a enfermeira triagista precisa conhecer a queixa³. Em seguida, aguardam pelo atendimento médico na sala de espera sob os olhares de todos ao redor. Os relatos que escutamos durante a abordagem psicológica fazem referências ao desconforto diante da percepção desses olhares e da sensação de exposição excessiva da intimidade, e conseqüente julgamento moral. Este momento do atendimento é repleto de atravessamentos cujas engrenagens transportam traumas do lado de quem presta assistência e também do lado de quem está sendo assistido. Sentimentos típicos de compaixão, frustração, indignação, raiva e desconfiança assumem o protagonismo emocional expresso no comportamento dos profissionais de saúde, dada a fragilidade da vítima e o que dessa fragilidade comunica com as dores de quem a assiste.

O atendimento emergencial tem como prioridade o diagnóstico médico, pois as condutas a serem adotadas dependem da delimitação da problemática para a definição da terapêutica mais adequada. Essa ação requer rigor quanto à análise do tipo de violência e do tempo em que houve exposição ao risco de contrair as ditas IST's e HIV, além da avaliação de indicação do método de contracepção de emergência. Aqui temos o segundo momento em que a história é contada novamente. Dentre as possibilidades de intervenção, também está a coleta de vestígios para fins da cadeia de custódia⁴, que consiste em um mecanismo de identificação do agressor para fins de investigação

³ Podemos supor que haja um vínculo já estabelecido na UBS com a enfermeira, com o médico da família, com a psicóloga, com o ginecologista ou até com o pediatra, mas, como transferir esse laço para os “desconhecidos” do serviço de urgência?

⁴ Cadeia de custódia é um dispositivo da Política Nacional de Humanização/SUS para atendimento às vítimas de violência sexual. Consiste na sistematização do processo de coleta, registro e armazenagem do vestígio da violência para fins de identificação do agressor. Trata-se de uma parceria entre o setor de Saúde e a Polícia Civil.

policial⁵. Nesse estágio do processo, podemos acompanhar a expressão dos tensionamentos provocados pelas circunstâncias que aproximam a vítima do seu agressor, em termos da mobilização de forças psíquicas para a efetivação da denúncia e de tudo que dela pode ser acarretado. Por força de lei (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014), toda suspeita ou confirmação de abuso sexual infantojuvenil deve ser devidamente notificada aos órgãos de proteção, dos quais se destaca o Conselho Tutelar.

As demandas psicossociais, por seu turno, não encontram a mesma prontidão de acolhida, uma vez que há reduzida presença de profissionais com formação específica, sendo que em muitos desses serviços, apenas o Serviço Social está presente⁶. O diálogo entre o Conselho Tutelar e a equipe multiprofissional será determinante para a definição do destino imediato daquela criança, no que concerne à busca por um ambiente seguro, através da análise dos fatores que levaram às falhas protetivas. Os conselheiros tutelares também dirigem perguntas à criança e sua (seu) acompanhante com objetivo de avaliar a situação de forma que, pela terceira vez, a memória traumática é convocada a retomar a cena. De qualquer forma, haverá o encaminhamento para os ambulatórios de seguimento, onde a temporalidade do traumático será recepcionada em sua singularidade, uma vez que o acompanhamento ambulatorial, por estar fora do contexto das urgências, pode acenar para um “estado de calma receptividade” como oferta de escuta de uma mente anfitriã, na pessoa dos profissionais da saúde mental (FRANÇA, 2017, p. 47).

⁵ Esse procedimento exige o consentimento formal do paciente: “pacientes menores de idade desacompanhadas e que aceitam se submeter aos exames devem ter os vestígios colhidos, as adolescentes assinando o termo de autorização e as crianças tendo o termo assinado por testemunhas do próprio atendimento”. (Protocolo para Pacientes Vítimas de Violência Sexual, versão 3/2019. Hospital Metropolitan Odilon Behrens. Belo Horizonte/Minas Gerais.

⁶ Lamentavelmente, a Psicologia ainda não compõe o quadro da equipe mínima de uma UPA, conforme legislação pertinente.

Os ambulatórios de seguimento, dentre eles o Projeto CAVAS/UFMG,

deverão oferecer acolhimento, atendimento humanizado e multidisciplinar e encaminhamento, sempre que necessário, aos serviços de referência na Saúde, serviços de assistência social ou de outras políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência e órgãos e entidades de defesa de direitos. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Eles visam equacionar o cuidado ao sofrimento em toda a sua singularidade, mas também ofertar subsídios para o trabalho da Justiça. Esse desafio assumido pela Saúde Mental enfrenta impasses que percorrem, desde a delicadeza de acompanhar os sujeitos em seu trabalho interno de restauração emocional, até a elaboração de documentos de valor jurídico, passando pelos riscos a que uma equipe se vê exposta em face do perigo que envolve os contextos de crimes hediondos. É também objetivo das equipes especializadas no campo das violências, buscar incessante aprimoramento das suas práticas, o que passa necessariamente pela advertência de Sándor Ferenczi (1928/1992) quanto à segunda regra da Psicanálise, qual seja, a saúde do analista.

Há dois dispositivos essenciais ao funcionamento desses ambulatórios: as reuniões para discussão de caso e o amparo oferecido pela supervisão clínica por um profissional com notório saber no campo das violências. As situações embaraçosas, levadas pelos profissionais a esses espaços, são oportunidades preciosas para a demarcação de questões relativas à esfera contratransferencial, o que se estende a outros tensionamentos típicos dos processos projetivos e identificatórios que operam no campo intersubjetivo. Espera-se que o profissional que presta assistência tenha sido capaz de superar os principais embargos internos à sua disposição para conter as projeções a ele endereçadas exercendo, assim, as suas capacidades emocionais críticas e acolhedoras.

O *setting* analítico em suas interfaces com a Rede

A partir de nossa experiência no Projeto CAVAS/UFMG, e para criar condições de maior segurança para aquele que realiza o atendimento, foi preciso estabelecer que o tratamento psicológico só tem início depois que os trâmites relativos à denúncia e seus posteriores desdobramentos já aconteceram. Sem isso, o peso do pacto de silêncio que pesa sobre as situações de violência sexual infantojuvenil pode arrastar seus tentáculos e sabotar essas análises, como tantas vezes, vimos ocorrer: o suposto agressor ou mesmo os familiares atuarem, tentando intimidar o psicólogo/estagiário que está atendendo a criança.

Uma vez estabelecida essa condição de segurança, a oferta do tratamento psicológico pode figurar, então, como uma espécie de último elo da rede de assistência às vítimas. É fundamental, se quisermos aumentar as chances de êxito terapêutico, que haja uma abertura do psicanalista para o diálogo interdisciplinar e articulado com as outras instituições que também assistem o paciente. Nesse sentido, se faz necessária uma compreensão mais ampla do conceito de *setting* (de modo a abarcar também a inserção do sujeito em suas relações familiares e sociais), afinal, os profissionais do Conselho Tutelar, CREAS ou Vara de Família, por exemplo, dispõem de poderes e prerrogativas das quais o psicanalista não pode se ocupar, tal como os casos de visitas domiciliares e medidas protetivas. Além do mais, isolar-se significaria não apenas recuar diante dos desenvolvimentos já alcançados pela rede de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil, mas também deixar de colocar na roda do debate as importantes contribuições de nossa clínica psicanalítica para essa temática.

Contudo, apesar dessa integração ser um aspecto fundamental para o sucesso do processo terapêutico, o analista não pode deixar que o seu trabalho perca a especificidade do foco na subjetividade, na dimensão da realidade psíquica e no papel das fantasias inconscientes. A regra fundamental nessas análises deve ser o acolhimento, a livre associação (seja através da palavra

ou da expressão lúdica), para que a repetição de diferentes dimensões da negligência e dos abusos sofridos possam ser trabalhados na transferência. Agindo assim, sem deixar que a busca pela verdade factual tome a dianteira, o analista preserva o *setting* em seu potencial de promover a elaboração psíquica do material traumático.

De forma contraintuitiva que um leigo poderia supor, muitas famílias chegam num estado traumático que não se resume somente ao abuso sofrido e descoberto, mas que também envolve todas as implicações relacionadas às situações da denúncia, investigação, das medidas protetivas e da busca pela responsabilização do agressor. Pode ser que esse cenário traumático se faça presente com tamanha intensidade de medos e angústias que o paciente e sua família acabem perdendo a capacidade de pensar e ter *insights*, condições facilitadoras para o bom andamento do processo terapêutico.

Se percebemos que o caso chegou para a terapia nesse estado traumático de maior atordoamento, o tratamento irá se implicar, a princípio, mais com medidas de estabilização do paciente e da família, do que propriamente com a tarefa de ajudá-los a elaborar o absurdo da violência sofrida. De qualquer forma, o primeiro passo é sempre o acolhimento no sentido ferencziano de não desqualificar ou desmentir os relatos da vítima, porque isso apenas incrementa sua culpabilidade e a joga numa espiral de dúvidas sobre a própria percepção, o que, por sua vez, caminha no sentido oposto da desejada simbolização do trauma psíquico.

Quando acolhemos no *setting* analítico um caso de abuso sexual infantojuvenil, junto com a vítima e sua família, o que observamos é que todo esse percurso deles pela rede de assistência também precisa ser acolhido. Se o ônus da prova cabe a quem acusa, nas situações de violência sexual, devemos também levar em conta que o peso do patriarcado e do machismo estrutural, no Brasil e nos demais países da América Latina, tentam silenciar quem faz a denúncia e, frequentemente, jogam para o colo da vítima, a obrigatoriedade da comprovação da verdade do abuso

sexual. Não à toa estamos usando aqui a metáfora da via *crucis*. pois são muitas as provas a que as crianças e adolescentes são submetidos, até terem a sua verdade respeitada e alcançarem o sentimento de justiça feita.

Diante de todos os obstáculos, nem todas as famílias terão força suficiente para levar a denúncia às últimas consequências. É por isso que a rede precisa estar bem articulada de forma a facilitar o seu próprio funcionamento. Ude (2008) ilustra a complexidade da intervenção em rede que envolve atores com diferentes papéis, ao nos dizer que “o trabalho de um terapeuta familiar jamais será bem sucedido sem a participação do delegado, e este não conseguirá interromper a reincidência do fato sem a contribuição dos demais profissionais que pertencem à área jurídica, educacional, assistência social e saúde.” (p. 36) Afinal, temos de nos lembrar que a família pode dizer para o analista que está difícil ir ao tratamento por questões financeiras, quando, na verdade, está sendo ameaçada ou pressionada por alguém da família do agressor.

Nas situações de violência sexual infantil, além da desconfiança, existe ainda uma má compreensão da noção de sexualidade infantil, pois a criança, em seu processo de sexuação ao longo do estágio da ternura, é movida por fantasias edípicas e por curiosidade sexual – assim, é uma presa fácil de brincadeiras às escondidas. Porém, cabe ao adulto a manutenção da lei e a preservação do processo civilizatório: se acaso ele confundir a “linguagem da ternura” com a linguagem sexual e genital propriamente dita, quebrará o pacto social de respeito às assimetrias geracionais – o que trará consequências nefastas para a criança, a família e toda a sociedade⁷. Afinal, essa última também falhou em sua obrigatoriedade (estabelecida pelo ECA), de oferecer prioridade na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, enquanto seres em desenvolvimento.

⁷ Não podemos nos esquecer do risco iminente de que aquele que sofreu o abuso, possa vir a se identificar com o agressor e ser agente de inúmeras violências com outras pessoas. Portanto, as consequências não se restringem somente à dinâmica da família abusiva, mas a todos nós.

De acordo com o ECA, um caso de violência sexual infantojuvenil não pode ser tratado da mesma maneira que outros casos, que não envolvam violência. Até mesmo o sigilo, regra fundamental de todo processo terapêutico, pode precisar ser relativizado se isso puder contribuir com a assistência jurídica da vítima pois, quando existe um processo tramitando na Vara de Família, é como se todo o destino da família estivesse em suspenso até a decisão final do Juiz⁸. É por isso que quem atende esses casos tem seus próprios recursos psíquicos testados. Num certo sentido, é com a nossa própria humanidade que tratamos aqueles que foram traídos em sua ingenuidade.

No curso de um processo analítico o foco deve ser, na medida do possível, o sentido singular que o paciente atribui aos fatos e como estes podem ser, ou não, integrados à sua subjetividade. É neste ponto que a escuta da realidade psíquica e das fantasias inconscientes cumpre um papel terapêutico essencial e que encontra importantes subsídios teóricos na Psicanálise. Diferentemente do caráter universal das políticas públicas, o tratamento analítico depende de condições específicas – este é um ponto de tensionamento importante no necessário diálogo com a rede – pois nem sempre é possível a continuidade da análise.

Sendo assim, não existem fórmulas prontas, o que mobiliza muita angústia e dúvidas a cada novo caso acolhido: "O que devo fazer?". Bem gostaríamos que a rede fosse articulada de uma forma tal que os casos pudessem seguir um fluxo lógico como num jogo de tabuleiro: se cumpriu os trâmites da denúncia, avance três casas; se o advogado da parte acusada entrou com um recurso, fique uma rodada sem jogar. Infelizmente, no mundo real, as coisas se dão de forma mais caótica e, especialmente no cenário da violência sexual,

⁸ Ao longo dos atendimentos, o analista tem a oportunidade de acompanhar esses momentos de grande tensão: "Será que ele vai ser preso mesmo, doutor?"; "Será que vou perder a guarda da minha filha?"; "Tenho medo que o Juiz não acredite em mim e concorde com o pai do meu filho que está me acusando de cometer alienação parental.". Essas são algumas das angústias que comparecem ao *setting* demandando a capacidade de *holding*, continência e *rêverie* do analista.

as ressonâncias afetivas que repercutem nos profissionais também podem levá-los a um cenário de “confusão de línguas” entre as instituições – quer seja porque as fronteiras da atuação de cada área não estão bem demarcadas, ou ainda, por existirem pontos de sobreposição entre os papéis dos diferentes profissionais. É por isso que uma diretriz básica para esses casos, além do acolhimento, é a busca por diálogo nas intersecções multidisciplinares em que ocorre a assistência à vítima. Se os profissionais atuarem na lógica do “cada um no seu quadrado”, a rede perde articulação.

Levando isso em conta, o psicólogo ou psicanalista que atende esses casos não pode ver como interferência indevida, ou tentativa de invasão do *setting*, ser convocado a participar de uma audiência com promotores e juízes. Passada a tensão inicial em receber convocações judiciais, percebemos o quão esclarecedoras elas podem ser para ambas as partes. Se o terapeuta da criança puder ajudar a resolver o imbróglio do “ocorreu ou não o abuso?”, deve dar sua cota de contribuição cidadã, posicionando-se com clareza e não usando o sigilo como argumento para não contribuir com o Sistema de Justiça. Não existe solução fácil num cenário em que diferentes profissionais e instituições tentam dar conta de um problema social complexo. Tem um dito popular, “muito ajuda quem não atrapalha”, assim, se o caso chegou à luz por meio da denúncia, todos os profissionais da rede precisam conduzi-lo com todo cuidado e responsabilidade a fim de evitar retraumatizações e o retorno a um destino funesto: a volta ao limbo dos pactos de silêncio que se formam nas famílias abusadoras.

Referências

Ferenczi, S. (1928). Elasticidade da técnica psicanalítica. In *Psicanálise IV* (A. Cabral, trad.). pp. 25-36. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1992).

FERENCZI, S. (1933). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Psicanálise IV* (A. Cabral, trad.). pp. 111-121. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 2011).

França, C. P. (2017). *Nem sapo, nem princesa: terror e fascínio pelo feminino*. São Paulo: Blucher.

França, C. P. (2019) A dor que atravessa a palavra na verdade do abuso sexual e na alienação parental. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 53, p. 75-87.

França, C. P. (2020). À flor da pele: buscando representações para o que não tem sentido nem nunca terá. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(1), 69-81.

Freud, S. (1897) "Carta de 21 de setembro de 1897". In MASSON, J. M. (Org.), *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887- 1904)* (pp. 265-268). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1985).

Mezan, R. (1996). O símbolo e o objeto em Ferenczi. In: C. S. Katz (Org.). *Ferenczi: história, teoria, técnica* (pp. 9-13). São Paulo: Editora 34.

Ministério da Saúde. (2014). Portaria nº 485, de 1º de abril de 2014. *Redefine o funcionamento do serviço de atenção às pessoas em situação de violência sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Diário Oficial da União. Brasília, p. 53, 2 abr. 2014. Seção 1

Paiva, R. (2021). *O encontro da equipe de saúde com a subjetividade materna no contexto do abuso sexual incestuoso*. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte

Rodrigues, D. H. (2020). *O atendimento em rede para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: novas configurações para o setting analítico?*. Tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte. (ainda em desenvolvimento e não publicado)

Ude, W. (2008). Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. In Cunha, E. P., Silva, E. M., Giovanetti, M. A. de C. (Orgs.), *Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais* (pp. 30-60). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Veloso, C. (1978). Força estranha [gravado por Gal Costa]. In *Gal Tropical* [LP]. Philips (1979).

Autoras e autores

Alberto Warmling Candido da Silva

Psicanalista e Psicólogo. Mestre em Pesquisa e Clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise (UERJ).

Ana Clara Moreira da Silva

Graduanda em Psicologia, extensionista do projeto Laços e Nós que resulta da parceria entre o Instituto de Psicologia da UFRJ e o Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

Ana Fátima Aguiar

Psicóloga, psicanalista, mestranda em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP, pesquisadora/colaboradora do LIPSIC (Laboratório Interinstitucional de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea).

Ana Paula Dilger

Psicóloga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Psicologia Clínica.

Auanna Marques Silva

Graduanda de Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora e extensionista no Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção à Violência Sexual (Escola de Serviço Social/UFJR)

Beatriz Morais Adler

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência como diretora da ONG Projeto de Ensino Cultural e Educação Popular (PECEP) desde 2018.

Cassandra Pereira França

Professora Titular do Depto. de Psicologia da UFMG; Orientadora do PPG/PSI/UFMG; Coordenadora do Núcleo de Pesquisas CAVAS/UFMG: Estudos Psicanalíticos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes; Membro do GT Psicanálise e Clínica Ampliada; Membro do GBPSF. Membro do Instituto *Sedes Sapientiae*.

Diego Henrique Rodrigues

Doutorando em Psicologia pelo PPG/PSI/UFMG (Área de concentração: Estudos Psicanalíticos); Mestre em Psicologia pelo PPG/PSI/UFMG; Especialização em Temas Filosóficos (*Lato Sensu*) pela UFMG; Psicólogo.

Edson Seiti Miyata

Pesquisador-tecnologista do Instituto Nacional de Metrologia, Tecnologia e Qualidade (Inmetro) e professor da Universidade Estácio de Sá. É doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É integrante do grupo de pesquisa "Criar e brincar: o lúdico no processo de ensino-aprendizagem – LUPEA".

Eduardo Pacheco

Graduando de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é extensionista do projeto "Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais" e, desde novembro de 2021, é bolsista de Iniciação Científica pela FAPERJ.

Eliana Lazzarini

Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) IP - UnB.

Elisa Maria de Ulhôa Cintra

Psicanalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica PUC-SP. Coordenadora do Laboratório Interinstitucional de Psicanálise Contemporânea – LIPSIC - IPUSP/PUCSP. Autora dos livros *Melanie Klein: estilo e pensamento* e *Por que Klein?*

Fabiano Chagas Rabêlo

Psicanalista, doutor em Psicologia (Universidade Federal do Ceará - UFC), professor do curso de Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr - Piauí) Federal do Ceará (UFC) bolsista da FUNCAP, com especialização em Clínica Psicanalítica pela ULBRA e graduação em Psicologia pela UFSM.

Francis Willian Bueno Lourenço

Psicólogo, Mestre em Psicologia (UEL). Especialista em Clínica Psicanalítica (UEL) e Especialização em Psicanálise Winnicottiana (UNIFIL).

Karla Patrícia Holanda Martins

Professora associada da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Produtividade do CNPq Participa do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação (ANPEPP) "Psicanálise e Clínica Ampliada".

Kathyúscia Geórgia Araújo do Valle Schmidt

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (2022). Realiza grupo terapêuticos com mães de crianças com atraso global no desenvolvimento.

Leif Grünewald

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre e Doutro em Antropologia Social pela Universidade Federal Fluminense. Integra o quadro de especialistas do Policy Lab da Unesco. É professor efetivo do

quadro permanente do DFCS/Universidade do Estado do Pará. Seu trabalho efetua-se na interface entre filosofia, a antropologia social e a psicanálise

Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis

Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Membro do Grupo de Trabalho “Psicanálise e clínica ampliada”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Maria Rezende Coutinho

Graduanda de psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É integrante do grupo de pesquisa vinculado ao Núcleo de Pesquisa para Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC). Participa do projetos de extensão "Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais".

Maria Vitoria Campos Mamede Maia

Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem pós-doutorado em Design Pedagógico, doutorado em Psicologia Clínica, mestrado em Letras e graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). É coordenadora do grupo de pesquisa “Criar e brincar: o lúdico no processo de ensino-aprendizagem – LUPEA”.

Marina F. R. Ribeiro

Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo. Membro do Grupo de Trabalho “Psicanálise e clínica ampliada”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Mariana Martins Betioli

Advogada pela Universidade Estadual de Londrina. Graduada de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina.

Maysa Marianne Silva Bezerra

Psicóloga clínica. Pesquisadora/colaboradora do LIPSIC (Laboratório Interinstitucional de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea).

Monah Winograd

Professora Associada do PPG em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Vice-decana de Pós-graduação e Pesquisa do CTCH da PUC-Rio. Coordena o Laboratório de Pesquisas Avançadas em Psicanálise e Subjetividade (LAPSU) e o Digital Humanities Lab-PUC-Rio. É pesquisadora da Cátedra Sérgio Vieira De Mello (ACNUR-ONU) e integra as linhas de pesquisa Psicanálise: Clínica e Cultura e Psicologia Social.

Nadja Nara Barbosa Pinheiro

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Membro do Grupo de Trabalho “Psicanálise e clínica ampliada”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Natália Delatim Ortiz

Psicóloga. Mestre em Processos Clínicos pelo programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Pedro Hikiji Neves

Psicólogo, mestrando no Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, com bolsa CAPES. Membro do

Laboratório Interinstitucional de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea (LipSic).

Perla Klautau

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Trabalho “Psicanálise e clínica ampliada”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Raquel Paiva

Raquel Paiva

Mestre em Psicologia pelo PPG/PSI/UFMG (Área de concentração: Estudos Psicanalíticos); Preceptora da Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Metropolitano Odilon Behrens (SUS-BH); Psicóloga; Psicopedagoga.

Renata Mello Tandaitnik

Graduanda de Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É estagiária do Núcleo de Saúde Mental Casa Verde, no Projeto Despertar e estagiária de pesquisa no grupo "Subjetividades na Divisão Aplicada de Psicologia". Participa como voluntária no projeto de extensão "Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais"

Samanta Basso

Psicóloga. Especialista em Clínica Psicanalítica pela Universidade Luterana do Brasil. Doutoranda e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

Silvia Nogueira Cordeiro

Psicóloga. Psicanalista. Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Docente do Programa de Residência Multiprofissional

em Saúde da Mulher (UEL). Membro do Grupo de Trabalho “Psicanálise e clínica ampliada”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Tatiana de Souza Santos Neves

Psicanalista com graduação em Psicologia pela PUC-SP e mestre em Psicologia Clínica pela mesma universidade. Aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Thais Siqueira

Psicóloga. Psicanalista. Mestre e doutoranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Veronique Donard

Doutora em Psicopatologia Clínica pela Université Paris Diderot. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco. Membro do Grupo de Trabalho “Psicanálise e clínica ampliada”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Vinicius Anciães Darriba

Psicólogo. Psicanalista. Professor Associado do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Programa de Pós-graduação em Psicanálise da UERJ e do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ. Docente da Residência em Psicologia. Bolsista Produtividade (PQ2) CNPQ. Procientista da UERJ.

Este livro reúne trabalhos apresentados no IV Simpósio Nacional Presenças e Virtualidades, organizado pelo GT Psicanálise e Clínica Ampliada, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Os textos aqui reunidos foram discutidos no Simpósio e oferecem reflexões sobre as intervenções próprias à teoria e à clínica psicanalítica, que buscam produzir dispositivos de escuta do sofrimento e incluam o sujeito para além de discursos externos que o desimplicam do seu processo subjetivo. Os textos serão apresentados em três modalidades: os primeiros capítulos tratam diretamente de pesquisas que abordam os desdobramentos da pandemia. Na sequência estão as pesquisas de conteúdos teóricos e metapsicológicos e, por último, pesquisas que tratam das questões voltadas à clínica psicanalítica.

